

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROSSI**

**“DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO
HUMANO”: A GÊNESE PROTESTANTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
(LAVRAS, 1892-1938)**

**Uberlândia-MG
2010**

MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROSSI

**“DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO
HUMANO”: A GÊNESE PROTESTANTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
(LAVRAS, 1892-1938)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho

Uberlândia-MG

2010

MICHELLE PEREIRA DA SILVA ROSSI

“DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO HUMANO”: A GÊNESE PROTESTANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA (LAVRAS, 1892-1938)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Uberlândia, 19 de fevereiro de 2010

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Prof. Dr. Ivan Aparecido Manuel - UNESP-Franca

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU

Prof. Dr. José Carlos de Araújo - UFU

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho – Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade e condições necessárias para alcançar esta conquista e superar as dificuldades através da confiança e esperança Nele.

Ao meu esposo André, pela paciência e pelo companheirismo, fundamentais nesta caminhada dando-me coragem sempre.

Aos meus pais, e a minha família, pelos incentivos, pela confiança, por compartilhar comigo os sonhos e todos os momentos da minha vida.

À Ruth por ter compartilhado comigo este momento tão importante de minha trajetória.

Ao Prof. Geraldo Inácio Filho, Orientador e amigo, pelos momentos passados na construção e busca do conhecimento.

Aos Professores José Carlos e Wenceslau, pela atenção e apoio em ocasiões importantes na concretização deste trabalho.

Ao James, sempre disposto, pela alegria, paciência que sempre dedicou a mim.

Aos amigos: Daniela, Gabriel, Letícia, Admário, Carlos Edinei, Renata, Fernanda, Lena, Meire, Edilce, Leni, D. Luzia, e a “Vó” Neusa em Lavras, pelos momentos compartilhados, pelo apoio preciso, pela amizade que ficará guardada no coração.

Aos ex-alunos da Escola Agrícola de Lavras, à Direção do Instituto Presbiteriano Gammon e aos funcionários do Museu Bi Moreira, em especial ao Sr. Ângelo Delphim, pela prontidão e atenção para responder todas as minhas indagações.

À família Paiva e à família Rezende pela atenção ao me apresentar as biografias dos diretores brasileiros, em especial à Izabel Paiva que tão prontamente me atendeu.

A todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram comigo, obrigada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus.

**Dedico este trabalho à minha família: meu
esposo André e minha filha Sofia.**

RESUMO

Esta tese situa-se no campo da História das Instituições Educativas e apresenta o projeto educativo da Escola Agrícola de Lavras, criada pela missão da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos em 1908 (denominada *East Brazil Mission - Missão Leste*), a qual deu origem à Universidade Federal de Lavras - UFLA. A tese apresenta-se como questionamento ao vínculo entre religião e progresso, bem como ao atendimento da instituição aos valores contidos na categoria progresso e, do mesmo modo, como correspondeu aos ideais de evangelização protestante. Assim, é objetivo deste explicar como a fundação da Escola Agrícola de Lavras, chamada pelos missionários educadores de *escola missionária*, configurou-se como importante meio de evangelização protestante, do mesmo modo que atendeu à demanda da educação agrícola no estado de Minas Gerais sob os ideais da modernização do campo. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizaram-se os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico quanto aos fundamentos históricos do protestantismo, à história da educação brasileira, e à pesquisa documental em relação à implantação do processo educativo presbiteriano em Lavras: Prospectos do Instituto Evangélico; Regulamento do Ensino Agronômico da Escola Agrícola de Lavras; Livro de Visitas; Cartas; entre outros. Na tentativa de localizar tais princípios educacionais, o corte cronológico se ateve aos primeiros anos do Brasil República, 1892, quando os missionários presbiterianos se instalaram em Lavras. Em relação à data-limite, o ano de 1938, quando a Escola Agrícola de Lavras passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (E.S.A.L.). Nesse estudo foi privilegiado o projeto de educação agrícola em Minas Gerais, o qual pode ser dividido em dois momentos importantes: o primeiro, a partir de 1903, é caracterizado pelo investimento em escolas de nível elementar para o trabalho agrícola. Durante este período, as políticas educacionais de João Pinheiro marcaram tais iniciativas, uma vez que os níveis secundário e superior ficaram nas mãos de iniciativas particulares. O segundo momento é marcado pela iniciativa estatal, a partir dos anos de 1920, quando ocorre o investimento a nível secundário e superior da formação agrícola. O marco desse momento é a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais - ESAV. Mereceu destaque a influência da cultura acadêmica norte-americana nas práticas educativas da escola: o método intuitivo, o projeto de extensão, as associações, o esporte. Como resultado, compreende-se que a história da Escola Agrícola de Lavras é marcada por duas fases: a primeira é o momento quando a escola é inaugurada como ensino elementar, sendo equiparada a nível médio segundo o regulamento do Ensino Agrícola em 1911. A segunda, em 1917, quando a escola é oficialmente reconhecida pelo governo de Minas Gerais; daí advém os esforços para equiparar-se ao nível superior, adquirindo suas próprias instalações, cujo ápice é o reconhecimento como ensino superior em 1936 pelo Governo Federal. O vínculo entre educação e evangelização atendeu ao ideário presbiteriano, sendo possível identificar que o protestantismo de influência ou a evangelização indireta (via educação), assumida pela missão leste em Lavras, procurou delinear um modelo de escola que atendesse a princípios religiosos e sociais, pois o protestantismo foi apresentado como uma religião propulsora do progresso, evidenciando os objetivos que direcionaram o próprio lema da instituição Gammonense, *Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano*: ensinar era transmitir não somente o ensino racionalizado voltado para o desenvolvimento da agricultura por meio da utilização de maquinários, da policultura, do estudo do solo, mas também o ensino de valores religiosos protestantes.

Palavras-chave: Educação. Progresso. Protestantismo. Escolas Agrícolas.

ABSTRACT

This thesis is positioned in the field of the History of the Educational Institutions, and presents the education project of the Agricultural School of Lavras, begun by the mission board of the Presbyterian Church of the United States in 1908 (East Brazil Mission), which is the beginning of the Federal University of Lavras – UFLA. The thesis presents itself as a debate of the relationship between religion and progress, as in regard to the establishment of values in the category of progress and, in the same way, as was attributed to the ideals of the Protestant evangelization. Therefore, it is the objective to explain how the establishment of the Agricultural School of Lavras, referred to by the missionaries as the *missionary school*, configured itself as an important means of protestant evangelization, while in the same way meetings the agricultural educational demands in the state of Minas Gerais under the ideals of the modernization of the field. In developing the research the following procedures were utilized: biographical research referring to the fundamental history of Protestantism, the history of Brazilian education, and the research of the documentation of the implantation of the Presbyterian educational process in Lavras: Prospects of the Evangelical Institute, Rules and Regiments of the Agricultural Studies of the Agricultural School of Lavras, Visitor Registration Book, letters, and others. In an attempt to localize such educational principles, the chronological plan took place during the first years of the Republic of Brazil, 1892, when the Presbyterian missionaries established residency in Lavras. In reference to the limit date, 1938, when the Agricultural School of Lavras changes name and becomes the Superior School of Agriculture of Lavras (E.S.A.L). In this study it was privileged the project of agricultural education in Minas Gerais, which can be divided in two important moments: The first, beginning in 1903, is characterized by the investment in schools of elementary level for agricultural workers; during this period, the educational politics of João Pinheiro mark such initiatives, once the level of secondary and superior education were in the hands of private initiatives. The second moment is marked by state initiatives, beginning in the 1920's, when the investment of secondary and superior level of agriculture occur; the mark of this moment is the creation of the Superior School of Agriculture and Veterinary of the state of Minas Gerais – ESAV. The influence of the North-American academic culture on the practical educational of the schools deserves eminence: the intuitive methods, the extension project, the associations, the sports. As results, we understand that the history of the School of Agriculture of Lavras is marked by two phases: the first is the moment when the school is inaugurated as an elementary education, being equipped at middle level according to the regulation of the Agricultural education in 1911. The second, in 1917, when the school is officially recognized by the government of Minas Gerais; from whence comes the effort to equip itself to the superior level, acquiring its own buildings, whose apex is the recognition as a school of superior studies in 1936 by the Federal Government. The link between education and evangelism met the Presbyterian ideals, making it possible to identify that Protestantism of influence or the evangelization indirectly (via Education), embraced by the West Brazil Mission in Lavras, sought to portray a model of a school that successfully reached the religious and social principles, for the Protestantism was presented as a religious propulsive to the progress, evidencing the objectives that directed the theme of the Gammom institution, *Dedicated to the Glory of God and to human progress*: To teach was to transmit not only the rational learning directions to the development of agriculture by means of the utilization of machinery, by policultural, by studying the soil; but also the education of protestant religious values.

Key words: Education. Progress. Protestantism. Agricultural schools.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dr. Samuel Gammon	24
Figura 2 - Benjamin Harris Hunnicutt – 1920	24
Figura 3 - Localização da Cidade de Lavras	78
Figura 4 - Vista da Pocilga da EAL nas dependências do Instituto Gammon	80
Figura 5 - Ano 1910: Alunos e professores, do Instituto Evangélico e da Escola Agrícola	80
Figura 6 - Professora Charlotte Kemper	99
Figura 7 - Anos 1910 - Missionários e professores do Instituto Evangélico de Lavras	99
Figura 8 - O Prédio do Ginásio – Anos 1920	101
Figura 9 - Silo de Alvenaria da EAL, construído na chácara do Ginásio -1915	103
Figura 10 - Comemoração ao Reconhecimento da Escola pelo Estado em 1917	124
Figura 11 - Vista da Fazenda Modelo Ceres - Escola Agrícola de Lavras anos 1930	128
Figura 12 - Alunos da Escola Agrícola de Lavras em aula prática no Laboratório	128
Figura 13 - Organograma da Federação Universitária Evangélica	138
Figura 14 - Organograma do Instituto Evangélico de Lavras – 1920	144
Figura 15 - Lema da Escola Agrícola de Lavras – 1923	157
Figura 16 - Campus do Trabalho da Escola Agrícola	168
Figura 17 - Prédio Álvaro Botelho – inaugurado em 1922	169
Figura 18 - Internato da Escola Agrícola – Prédio Carlos Prates	169
Figura 19 - Prédio Odilon Braga – inaugurado em 1937	171
Figura 20 - Interior da Fazenda Modelo Ceres da Escola Agrícola	171
Figura 21 - Professores da EAL – 1937	179
Figura 22 - Professor e Diretor John H. Wheelock	179
Figura 23 - Alunos em aulas no Laboratório	187
Figura 24 - Primeira Exposição Agrícola em 1922	190
Figura 25 - Anos 1930, time de futebol da Associação Atlética do Instituto Gammon	190
Figura 26 - 1923, Exposição Agropecuária realizada na EAL, amostra de hortaliças e frutas	212
Figura 27 - Anos 1930 - Exposição Agropecuária realizada no campus da EAL, amostra de Laticínios	212
Figura 28 - Anos 1930: Jogo de Basquete no campo do Instituto Gammon	224
Figura 29 - Década de 30: Jogo do Time de Volley do Instituto Gammon	224
Figura 30 - Hino do Instituto Gammon	225
Figura 31 - Hino da Associação Atlética	225
Figura 32 - Benedicto de Oliveira Paiva no campo de Trigo	239
Figura 33 - Benedicto de Oliveira Paiva – Diploma de Agrônomo - EAL - 1914	240
Figura 34 - Jziel Rezende, Secretário do Instituto Gammon, Professor e Diretor da EAL	241
Figura 35 - 1933 - Inauguração do busto do Dr. Gammon, na Praça Dr. Augusto Silva	251

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ensino Agronômico no Brasil	35
Quadro 2 - Programa do Curso de Agronomia – EAL 1908	84
Quadro 3 - Programa do Curso da EAL - 1913	85
Quadro 4 - Área das Disciplinas	86
Quadro 5 - Docentes da EAL – 1909	90
Quadro 6 - Docentes da EAL – 1913	96
Quadro 7 - Pagamentos do Ano Letivo	112
Quadro 8 - Alunos da EAL 1909 a 1917	117
Quadro 9 - Registro Geral dos Alunos – 1908-1917	118
Quadro 10 - Localização de origem dos Alunos	119
Quadro 11 - Resumo dos principais acontecimentos da Escola Agrícola de Lavras (1907-1917)	125
Quadro 12 - Disciplinas da EAL – 1920	146
Quadro 13 - Currículo da Escola Agrícola – 1924-1925	148
Quadro 14 - Currículo da Escola Agrícola – 1935-1938	149
Quadro 15 - Livros adotados pela Escola Agrícola – 1923	155
Quadro 16 - Curso Prático de Um ano da Escola Agrícola	157
Quadro 17 - Disciplinas do Curso Médio de Agronomia – 1929	158
Quadro 18 - Curso Médio da Escola Agrícola – 1936	160
Quadro 19 - Curso Engenharia Topográfica da Escola Agrícola – 1934	160
Quadro 20 - Professores da Escola Agrícola de Lavras 1923 a 1938	181
Quadro 21 - Alunos Matriculados da Escola Agrícola de Lavras – 1932-1938	183
Quadro 22 - Origem dos alunos matriculados na EAL – 1918-1938	186
Quadro 23 - Semana Ruralista – 1936	213
Quadro 24 - Custos da Escola Agrícola de Lavras	229
Quadro 25 - Resumo dos principais acontecimentos da ESAL (1918-1938)	252

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABE Associação Brasileira de Educação
ACM Associação Cristã de Moços
Cf. Confira ou confronte
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAL Escola Agrícola de Lavras
EBM Missão Leste da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos
EMAV Escola Mineira de Agricultura e Veterinária
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAL Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESAV Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa
JK Juscelino Kubitschek
MEC Ministério da Educação
PCUS Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos
PCUSA Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos
PTB Partido dos Trabalhadores Brasileiros
Rev. Reverendo
RHAE Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (CNPq)
SEAV Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SMA Sociedade Mineira de Agricultura
UFLA Universidade Federal de Lavras
US\$ Dólar americano
USA United States of America
YMCA Young Men's Christian Association
WBM Missão Oeste da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I AS BASES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: “DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO HUMANO”.....	25
1.1 Vicissitudes e Singularidades Mineiras.....	28
1.2 As Bases Históricas e Teológicas da Igreja Presbiteriana do Brasil.....	37
1.2.1 Da Europa ao Novo Mundo: Evidências Históricas sobre o Puritanismo.....	44
1.2.2 O Protestantismo Americano.....	45
1.3 Os protagonistas da Escola Agrícola.....	51
1.3.1 Samuel Rhea Gammon: O Missionário Educador.....	51
1.3.1.1 A Visão Educacional para Lavras.....	57
1.3.2 Benjamim Hunnicutt: O Instalador da Escola Agrícola.....	68
CAPÍTULO II ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: OS PRIMEIROS TEMPOS.....	79
2.1 De Escola Primária à Escola de Ensino Médio.....	83
2.2 A vida da Escola.....	89
2.2.1 Os primeiros Lentes da Escola Agrícola.....	89
2.2.2 As Instalações da Escola Agrícola.....	100
2.2.3 O Internato e as Normas Disciplinares.....	107
2.2.4 Os primeiros alunos.....	113
CAPÍTULO III CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA: O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA EM LAVRAS.....	127
3.1 O Projeto de Universidade Evangélica: A Primeira do Brasil?.....	131
3.2 A ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras.....	144
3.2.1 O Novo Programa.....	145
3.2.2 A Biblioteca da Escola.....	153
3.2.3 Os Outros Cursos.....	156
3.3 Os novos prédios: Monumentos ao Progresso.....	162
3.4 Os Educadores do Progresso.....	173
3.5 Os graduandos: Os Profissionais da Agronomia.....	183

CAPÍTULO IV ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS – EVIDÊNCIAS DA CULTURA ACADÊMICA NORTE-AMERICANA.....	189
4.1 A Extensão na ESAL.....	197
4.1.1 Propaganda Agrícola.....	201
4.1.2 As Exposições.....	208
4.2 O Esporte: Civismo, Higiene e Educação.....	214
4.3 Um Projeto Social: Fundo Hunnicutt.....	226
4.4 De alunos a Diretores: Os Brasileiros.....	231
4.4.1 Benedicto de Oliveira Paiva (1935-1936).....	232
4.4.2 Jaziel Rezende (1938...).....	238
4.5 O Espírito “Gammonense”: Uma Identidade.....	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
REFERÊNCIAS.....	261

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as escolas protestantes mostra-se importante para a História da Educação brasileira, pois de uma maneira geral, revela as particularidades e singularidades das instituições educacionais. Voltamos o nosso olhar para a presença protestante – Presbiteriana – no contexto educacional brasileiro, especificamente de Minas Gerais. O nosso objeto de análise é a gênese da Universidade Federal de Lavras – UFLA, antiga Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL, que até os anos 1960, pertenceu à Igreja Presbiteriana do Brasil.

Essa instituição de ensino agrícola buscou realizar o desenvolvimento da pesquisa e da disseminação da ciência agrícola em todos os níveis de ensino, o que inaugurou, a partir do início do século XX, uma nova fase no contexto mineiro ao introduzir o ensino médio, sob iniciativa privada no Estado e, posteriormente, o ensino superior.

A periodização tem início nos primeiros anos do Brasil República em 1892, quando os missionários presbiterianos se instalaram em Lavras, possibilitando mais tarde o desenvolvimento da Escola Agrícola (1908), momentos estes que nos lançam subsídios para entendermos até que ponto esta instituição atendia aos valores de progresso que eram perseguidos pelos republicanos, e em que medida atendia aos ideais protestantes. A educação, neste aspecto, seria um meio ou o próprio fim da evangelização protestante? Por que uma Escola Agrícola estaria vinculada à estratégia das missões modernas? Como a Escola Agrícola de Lavras, por meio de seus idealizadores, desenvolveu o seu projeto educativo sob o princípio “Glória de Deus e Progresso Humano”?

Em relação à nossa data limite, o ano de 1938, é quando a Escola Agrícola de Lavras passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (E.S.A.L.).

Para Thompson (1998, p. 139, 164) “[...] os recursos do historiador são as regras gerais para o exame de evidências: Buscar consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial”. Assumindo esse desafio, realizamos a pesquisa por meio do levantamento bibliográfico, utilizando fontes primárias e secundárias, de obras referentes aos estudos sobre a educação protestante desenvolvida pela Missão Leste (East Brazil Mission) da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos.

Quanto ao tratamento com as fontes, tomamos os seguintes procedimentos: leitura, análise textual temática e interpretativa. Já em relação às técnicas de documentação fizemos o fichamento temático, fichamento bibliográfico e fichamento geral.

Não podemos esquecer que, quem trabalha com a história das instituições escolares não pode olvidar-se da própria análise documental, pois é necessário reunir, comparar, organizar e transformar em monumentos os documentos, os objetos e artefatos necessários para a análise historiográfica. Esta observação evidencia diferentes problemas que o historiador da educação encontrará, de uma forma geral, relacionados com a preservação do arquivo escolar. Esta leitura teórico-metodológica possibilitou a nossa investigação sobre a instituição escolar, configurando a conservação e a consolidação da dinâmica institucional em seu contexto social. Não se pretende com este trabalho fazer uma análise iconográfica, nossa intenção com a utilização de fotos é apenas ilustrativa.

A preservação dos Livros de Freqüência dos alunos, assim como o Livro de Notas ou o Livro de Alunos Diplomados e o Livro de Transferência trazem informações sobre a vida escolar dos (as) alunos (as) nos diferentes cursos. Daí a nossa busca por estas referências históricas. Neste ponto, enfatizamos a preservação dos Prospectos Escolares na Biblioteca do Instituto Gammon, correspondentes aos anos escolares do contexto histórico de nossa pesquisa. Por meio destes documentos foi possível configurar a escola, os professores, as disciplinas, o conceito de educação explícitos nos programas e o discurso dominante de seus idealizadores, os missionários educadores.

Quando nos referimos ao nosso objeto de estudo, tentamos configurá-lo dentro de um contexto mais amplo, a sua relação com a cidade, daí advém a importância dos documentos oficiais da Câmara, relatórios, imprensa, cartas expedidas pelo Instituto Evangélico, bem como o seu desenvolvimento diante dos Decretos e Leis expedidos pelos Governos Federal e Mineiro. Vale destacar que a história das instituições escolares pode beneficiar-se, e muito, dessas considerações na construção de seu objeto de análise.

O caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento histórico da pesquisa fundamenta-se na história das Instituições Escolares, não em uma perspectiva factual, mas interpretativa. A história de uma instituição é, assim, construída a partir de uma investigação coerente, que supere abordagens descritivas e ou funcionalistas, tendo em vista um grau de complexidade que permite relacionar a análise historiográfica anterior, para a construção orgânica e explicativa da sua própria história.

Podemos então centrar a nossa atenção para a preciosidade em se estudar a instituição escolar, pois transmite uma cultura e não deixa de produzir culturas. Sendo assim, a escola

possui uma história, ou precisamente histórias que devem ser analisadas em sua heterogeneidade, na busca das complexidades do passado, na problematização histórica de determinado processo educativo.

Estudar a gênese da escola tem alcançado nos últimos tempos certa centralidade no estudo das Ciências da Educação¹. O trabalho desenvolvido por Nóvoa (1992, p. 20) aponta os anos 1980/1990 como referenciais para a renovação da temática educacional voltada para uma pedagogia centrada na escola, como local de formação, priorizando as organizações escolares, contextualizadas entre perspectivas gerais e particulares. Possibilidade esta em perceber a escola não apenas como reproduutora de normas, mas como uma instituição relativamente autônoma em seu “território intermédio de decisão no domínio educativo” (NÓVOA, 1992, p. 20)². Para esta nova atenção, faz-se necessário integrar “todas as instâncias de análise das organizações: mítica, social-histórica, institucional, organizacional (ou estrutural), grupal, individual e pulsional” (NÓVOA, 1992, p. 20). De tal modo, a historiografia apresenta uma dinâmica complexa de temas inovadores e não cessou de desdobrar-se em novos campos e objetos.

Essa diversidade da pesquisa no campo educacional abre caminhos para a pesquisa sobre a escola como objeto historiográfico e institucional. Magalhães (2004, p. 136) aponta os trabalhos de Dominique Julia, António Nôvoa, André Petitat, Viñao Frago, Briand e Chapoulie, Desaulniers, Derouet, Buffa e Nosella, como contributos teóricos e metodológicos, que proporcionaram uma abertura interdisciplinar num quadro “[...] multidimensional, constituído por conceitos, áreas e fatores, e um método para uma historiografia crítica e complexa das instituições educativas”³.

No Brasil, os primeiros estudos direcionados à escola, em sua análise estrutural e institucional, foram desenvolvidos na área da sociologia. Vale destacar a presença de Antonio Cândido, que desde 1947, no desenvolvimento dos cursos de Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo desenvolveu o seu pensamento sobre este prisma sociológico da escola, publicando *A Estrutura Escolar* (1978), como resumo destes cursos. Em 1951, Fernando de Azevedo publicou a sua obra *Sociologia*

¹ A definição de Ciências da Educação relaciona-se com as disciplinas do campo da Educação: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Didática, entre outras.

² Segundo Nôvoa, até os anos 1950 a pedagogia esteve fundamentalmente centrada nos alunos, sofrendo grande influência da psicologia. Nos anos 1960/1970, há a presença significativa dos sociólogos da reprodução que provocaram a crítica às instituições escolares existentes, a projeção da pedagogia para fora dos muros da escola, enfatizando a análise política e de intervenção social (NÓVOA, 1992, p. 19).

³ Tais pesquisas foram desenvolvidas em diferentes contextos (países) e fundamentações teóricas heterogêneas: a) Crítica historiográfica Annales, história problema; b) de inspiração Marxista; c) História Cultural.

educacional: Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos. Ambos procuraram abordar a contribuição da Sociologia para o educador.

Antonio Candido olhava a escola como um grupo social onde as relações são estabelecidas conscientemente ou oficialmente previstas. Observava que as relações que escapam desta ordenação, mas que nascem da dinâmica do grupo social escolar, permitem à escola certa autonomia interna. Por serem instituídos, vários grupos – religiosos, políticos, de classe – “estabelecem para a escola um sistema de normas, em vista de conformá-las às suas finalidades próprias” (CANDIDO, 1978, p. 109). Estas características internas da escola relacionam-se com o significado dado à sociabilidade da criança e do adolescente, considerando os mecanismos de seleção de líderes, ou os padrões impostos pela sociedade. Por isso existe a análise das formas de agrupamento, seja por idade, sexo, status, grupos de ensino e associativos; formas de liderança, normas e sanções, sejam elas administrativas, pedagógicas ou grupais. O autor, ainda, chama atenção para o papel dos valores simbólicos de uma escola: cerimônias, bandeiras, flâmulas de grêmios e clubes, fardas, diplomas, festas, entre outras. Logo, a escola é percebida como portadora de uma estrutura social distinta, que considera a interação educando e educador. Antonio Candido chama a atenção para o papel da escola no controle social.

Vale destacar, nos anos 1990, o estudo de André Petitat (1994) *Produção da Escola – Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. O autor analisou o surgimento dos colégios franceses no início do século XV, vinculado às novas necessidades sociais e aos meios de produção e trabalho. Para o autor, “[...] a escola não faz mais do que produzir as condições de reprodução dos grupos sociais em posição dominante ou dominada, enquanto participa da produção e da transformação destes mesmos grupos” (PETITAT, 1994, p. 194). A escola seleciona seu público alvo, bem como todo o seu conjunto: currículo, metodologia, disciplina e normas, por isso ela inculca o respeito à ordem, ideologia, hábitos de trabalho, entre outras.

Recorremos ao seu pensamento como base para o nosso estudo quando aborda o nascimento do ensino técnico na França, que a seu ver, o surgimento desta instituição procurou preencher lacunas entre o ensino e as exigências profissionais. Desta forma, a escola procurou formar um novo tipo de indivíduo: “um homem competente, daí ela institucionaliza e reforça um novo modo de produção e de utilização de conhecimentos úteis para as atividades produtivas” (PETITAT, 1994, p. 133). A partir disto, o nosso olhar para a escola comprehende-se sob o seu papel ideológico, como instituição educativa especializada, que

inculca nos educandos representações ideológicas. Nesse processo, a escola seleciona conhecimentos e valores, por isso a sua criação não deixa de corresponder às reais necessidades de seu tempo, transformando ou reproduzindo modelos sociais. É nossa preocupação pensarmos o contexto de criação da Escola Agrícola de Lavras e a realidade política e econômica de Minas Gerais.

Para direcionar o nosso estudo recorremos ao pensamento de Justino Magalhães na configuração do campo de pesquisa sobre a história das instituições educativas. Para o autor, as principais características institucionais para a existência de um processo pedagógico dos colégios são:

1. Uma disciplina com prêmios, castigos, promoções, humilhações;
2. (Uma estrutura de poder) uma hierarquia e diversidade de funções;
3. Uma ordem de classes nas quais os alunos se distribuem segundo as suas idades;
4. Um método; uma organização do tempo, do saber e do espaço;
5. Um regulamento (MAGALHÃES, 1996, p. 16).

Daí o processo pedagógico constituir-se como uma relação de poder e hierarquia.

A partir dessas observações, o autor identifica três dimensões para o estudo da pesquisa em História das Instituições: a) *estrutura física*; b) *administrativa* – estas envolvem o regulamento da instituição, a sua disciplina, a hierarquia e diversidade de funções, organização do espaço; c) *dimensão sociocultural*, que pode abranger ordem de classes, organização do tempo, relação professor-aluno. Entre essas peculiaridades de análise de uma instituição, é evidente que há uma relação de poder, do mesmo modo que há uma relação extramuros abrangendo todo relacionamento da instituição e sua legitimidade pela comunidade, pois as instituições educativas desenvolvem uma identidade baseada na sua relação com o contexto.

Partindo dessas considerações, lançamos mão dos conceitos de materialidade, representação e instituição como marco teórico para o desenvolvimento de nossa investigação, o que possibilita-nos olhar a escola como conjunto de práticas e dispor de materialidades propiciadoras da apropriação/desapropriação de saberes, crenças e atitudes, de uma cultura escolar para a transmissão de saberes, valores e do saber-fazer. O conceito de *materialidade* corresponde às condições materiais, como a estrutura ou arquitetura (espaços), o funcionamento, a objetuação, estrutura e organização, regulamentos, funções. Assim, numa linguagem pedagógica “conceitos como argumento, programa, texto, práticas, conteúdos, adaptação, acomodação” (MAGALHÃES, 2004, p. 43).

A segunda categoria apresentada pelo autor para estudar a historiografia da instituição escolar corresponde ao seu conceito de *representação*, que se relaciona com os projetos de vida idealizados a partir da relação dos sujeitos com a instituição, são modelos e papéis ensinados nesta relação. Como representação, o autor define:

Simbolismo e suportes da ação e da mobilização, em especial na heteroeducação, em que o agente tenta antever uma objetivação, uma compreensão e uma assimilação de conteúdos, por parte do sujeito educacional, e que se traduz em conceitos como mestre, educador, pedagogo, professor, grupo, racionalidade científica e técnica do processo [...], empatia, motivação, ensino (MAGALHÃES, 2004, p. 43, 44).

Por último, Magalhães apresenta o conceito de *apropriação*, entendida no momento em que há a interiorização de normas, valores e atitudes, a subjetivação, que na linguagem pedagógico-didática “[...] se revela nos conceitos de discípulo, sujeito, pessoa, aluno, educando, formandos, e ainda nos de conscientização, conversão, imbricação, empenho, currículo, interesse, desejo, necessidade, aprendizagem” (MAGALHÃES, 2004, p. 144). Assim, a apropriação na instituição educativa é vista a curto e médio prazo, quando referidas às aprendizagens; ou em longo prazo, que corresponde ao subjetivo e à própria apropriação, que desenvolve um *habitus*: transferência e aprendizagem de saberes, valores, atitudes, no qual se amplia o cognitivo e possibilita novos contextos aos alunos.

A instituição se desenvolve e transforma-se correspondendo às projeções por meio das biografias e dos destinos de vida dos sujeitos. Assim, “[...] conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação” (MAGALHÃES, 2004, p. 58). Então, apreende-se que a abordagem sobre a história das instituições não pode ser percebida como simples relatos, ou constituídas de descrições. Por ser complexa, no âmbito desta abordagem há a necessidade de compreender continuidades, rupturas e inovações que envolvem o contexto historiográfico.

Sua proposta lança-nos ao desafio da investigação: a evidência e a autenticidade das fontes de pesquisa, pois todo o historiador pode sofrer as dificuldades ao penetrar a realidade passada ou presente. Portanto, em consonância com as orientações dadas por Magalhães (2004), a presente tese tratou de interpretar o projeto de criação e desenvolvimento da Escola Agrícola de Lavras – a compreensão do projeto educativo presbiteriano desenvolvido pela Missão Leste no Sul de Minas e o seu discurso religioso relacionado ao conceito de educação e progresso. Daí a nossa ênfase sobre a vinculação entre razão religiosa (protestante) com a

razão “racionalizadora” (Ciência), as quais o lema do Instituto Presbiteriano Gammon ilustra muito bem: “Glória de Deus e progresso humano”.

O objetivo geral deste trabalho é explicar como a fundação da Escola Agrícola de Lavras, chamada pelos missionários educadores de *escola missionária*, configurou-se como importante meio de evangelização protestante, do mesmo modo que atendeu a demanda da educação agrícola no estado de Minas Gerais sob os ideais de progresso e da modernização do campo.

Este objetivo geral será desdobrado em três específicos:

1) Entender o vínculo entre religião e progresso, bem como o atendimento da instituição aos valores contidos na categoria progresso. Assim, faz-se necessário desenvolver uma discussão acerca do sentido de progresso vinculado à criação de uma escola confessional na visão dos missionários educadores, em um contexto que reclamava a modernização do campo e a formação agrícola como essenciais para a economia mineira. Com Anne-Robert-Jacques Turgot buscamos o sentido da relação progresso-religião, para entendermos o lema “gammonense” que amalgamou todo o projeto educativo em Lavras: “Dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano”.

2) Identificar como a evangelização indireta (via educação), assumida pela Missão Leste em Lavras (East Brazil Mission), procurou delinear um modelo de escola que atendesse a princípios religiosos e sociais. Ao defender a causa educacional, os protagonistas da Escola Agrícola de Lavras buscaram vincular religião e educação como meio eficaz para influenciar a formação dos jovens e promulgar os princípios protestantes, daí a preocupação em compreender o Brasil e suas reais necessidades.

3) Verificar a prática educativa e o desenvolvimento da escola no decorrer dos anos e a sua influência na vida dos agentes envolvidos: alunos, professores e funcionários.

A vida escolar apresenta em seu cotidiano rupturas, tensões e mudanças. É nossa preocupação entendermos como a Escola Agrícola de Lavras vai se estruturando e se relacionando com o seu contexto para atender a demanda educacional, ao mesmo tempo em que concretizou-se como ensino superior de agricultura.

A partir destes objetivos surgiram três premissas:

a) Não podemos deixar de considerar que ao estudarmos a história de uma instituição educativa confessional, cabe ressaltar que ela possui propósitos religiosos evidentes em sua gênese, em sua missão e, claro, em sua prática educativa. De acordo com o Dicionário de

Filosofia, a palavra **Confissão**: (lat. *Confession*; in. *Confession*; fr. *Confession*; al. *Beichte*; it. *Confessione*) significa em geral:

[...] reconhecer uma coisa pelo que é (corresponde ao significado do verbo grego **ezomologein**, usado na tradução grega da Bíblia). É empregado por Santo Agostinho tanto para indicar o reconhecimento de Deus como Deus (da verdade como verdade) quanto para indicar o reconhecimento dos próprios pecados enquanto tais. S. Agostinho diz: “Ordenas-me louvar-te e confessar-te” dirigindo-se a Deus (*Conf.*, I, 6, 9-10); ele diz também: “Há (a casa de minha alma) coisas que ofendem os teus olhos, eu confesso e o sei”. O significado indicado compreende os dois usos do termo distinguidos pelos estudiosos. (ABBAGNANO, 2000, p. 173)

Assim, quando pensamos em uma instituição escolar confessional estamos nos referindo ao que ela realmente confessa, esta confissão implica num padrão de conduta. Para o protestantismo a confissão consiste em reconhecer Deus, Jesus Cristo e a Bíblia como autoridade. No Evangelho segundo Mateus, Jesus se referiu aos seus discípulos dizendo: “Portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, eu também o confessarei diante de meu Pai, que está no céu”. A etimologia desta expressão – confessar (*o`mologh, sei*) se refere a sentidos tais como: “prometer”, “declarar”, “confessar” e “louvar”. Cada uma dessas expressões pode assumir significados diferentes dependendo do contexto associado ao seu uso (COENEN; BROWN, 2000, p. 385-388). Nesta confissão, Jesus Cristo deveria ser reconhecido como Senhor, portanto “na sua ‘confissão’ de fé, o crente deveria se afastar de si mesmo, confessando que tudo quanto é e tem, ele o é e tem através daquilo que Deus fez”. Por isto, é comum a todas as confissões protestantes a concepção de que o homem é justificado diante de Deus pela fé. Ademais as diferenças são muito mais sobre questões sociais e eclesiológicas. De fato, são os princípios da Teologia ou da Fé Reformada que estarão no âmbito do projeto educativo do Instituto Evangélico.

b) A Escola Agrícola de Lavras foi inaugurada em um contexto cujo objetivo voltava-se para a modernização do campo e o progresso do país, especificamente do Estado de Minas Gerais. As classes produtoras mineiras desde o Congresso Econômico de 1903 tentavam “recuperar” a economia mineira e diversificar a produção agrícola. Observaremos as políticas educativas, econômicas e governamentais de Minas Gerais para entendermos a configuração deste universo educativo voltado para a racialização das terras mineiras.

c) Como consequência de uma escola confessional, eis a sua missão religiosa: a educação como meio de evangelização. De acordo com as palavras do historiador protestante Júlio Andrade Ferreira (1992), ao falar sobre a História do presbiterianismo no Brasil, defende que os missionários seguiram apenas as pegadas dos grandes reformadores quanto ao

investimento em escolas. Nossa hipótese pressupõe que tais missionários assumiram o papel de reformadores religiosos e sociais na busca da formação de uma sociedade cristã protestante, constituída de uma religião pura e discurso progressista, a partir da visão de uma população letrada, industrializada, e do próprio investimento na formação da liderança jovem protestante brasileira. De acordo com Hack (1985, p. 58): “[...] o propósito da propaganda indireta do evangelho tinha como objetivo atrair as elites nacionais para os meios protestantes, para orientá-las e oferecer-lhes os valores morais e espirituais que eram tidos como interpretação genuína do cristianismo”. Neste aspecto, a educação para o protestantismo assumiu o caráter de evangelização indireta, um meio para a propagação da fé protestante via institucionalização da educação agrícola e da racionalização do campo. Eis a preconização de um novo trabalhador para as novas necessidades diante da produção agrícola.

Isto posto, a hipótese central deste trabalho é que o principal objetivo da Escola era dinamizar a propagação da fé protestante pela educação agrícola, vinculada ao discurso da modernização da agricultura em Minas Gerais. “Se a hipótese denota capacidade de síntese do pesquisador”, concordamos com Inácio Filho quando afirma que “é mais conveniente desdobrá-la nos capítulos da pesquisa” (INÁCIO FILHO, 2002, p. 60). Assim, para ampliarmos a nossa discussão dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos:

Em um primeiro momento, trabalhamos o tema *As Bases da Escola Agrícola de Lavras: “Dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano”*. Uma vez conceituado o sentido de Glória de Deus em Calvino, é nosso alvo entender o pensamento educacional dos educadores missionários que chegaram a Lavras e concretizaram o ideal de Escola Agrícola e observar o contexto mineiro, que via neste ramo de ensino a alavanca para a solidificação da economia. A partir desta comparação, estudar o cruzamento de ideias entre estes dois contextos, buscando apreender em que medida a escola reproduziu o discurso dominante vivenciado pelo Estado de Minas Gerais, vinculado ao tripé EDUCAÇÃO – PROGRESSO – AGRICULTURA.

Sobre o capítulo *Escola Agrícola de Lavras: os primeiros tempos* tentamos historiar os primeiros momentos da Escola, marcada pelo pioneirismo deste ramo de ensino em Minas Gerais, criada antes do primeiro Regulamento do Ensino Agrícola no Brasil (1910) e em Minas Gerais (1911). Por isto, foi um início de adaptações, mudanças, dificuldades e conquistas, quando ela realmente é reconhecida em 1917 pelo Governo do Estado. Neste primeiro momento da escola, sua história e seu espaço físico são quase confundíveis com a educação desenvolvida no Ginásio de Lavras, ambos pertencentes ao Instituto Evangélico.

Com relação ao terceiro capítulo *Consolidação da Escola: O Ensino superior em Lavras*, a escola é configurada dentro de um contexto mais sólido e previamente arquitetado para a concretização de seu ideal maior: o ensino superior. A partir dos anos 1920, foram desenvolvidas estratégias para que a escola correspondesse às expectativas da planejada Universidade Evangélica. Daí as iniciativas para a construção de suas próprias instalações, com o objetivo de alcançar uma identidade e autonomia em relação ao ginásio. Ao longo do tempo a escola ampliou seus cursos para atender a demanda da educação agrícola, do discurso do progresso e desenvolvimento do campo. Então, buscamos configurar as histórias de vida dos alunos, professores e funcionários na medida em que estes participaram ativamente deste processo.

Finalmente, o capítulo *Escola Superior de Agricultura de Lavras – evidências da cultura acadêmica norte-americana* apresenta como objetivo a tentativa de localizarmos as proximidades da cultura acadêmica norte-americana no bojo educacional em Lavras, configurando as inovações desenvolvidas pela Escola no contexto mineiro. Para isto, apreendemos o discurso sobre o trabalho de extensão na ESAL, o esporte, amalgamado pelo civismo e pela educação moral, as iniciativas de financiamento estudantil e a participação ativa dos brasileiros, ex-alunos, que foram os primeiros diretores nativos da Escola. Enfim, deixamos o ponto “Espírito Gammonense”, deste capítulo, por último, porque compreendemos que a sua leitura só pode ser vista a partir do momento em que abrangermos de uma forma geral a cultura escolar produzida naquele contexto educacional, sob o lema “Glória de Deus e Progresso humano”.

Uma vez realizada a pesquisa, não acreditamos ter analisado toda a produção alusiva à trajetória histórica desta instituição escolar, mas espera-se oferecer subsídios para a compreensão da estrutura escolar protestante e a sua relevância social. Do mesmo modo, busca-se a História da Educação em Lavras, enfatizando as raízes históricas protestantes no desenvolvimento dessa Universidade Federal.

Tomando por base tais considerações sobre a educação protestante, almejamos entender como tais características foram adotadas pela Escola Agrícola e como os educandos e a própria sociedade lavrense incorporavam tais estratégias e valores transmitidos por essa instituição presbiteriana. Com efeito, a Escola Agrícola de Lavras oferecia possibilidade de transmissão de uma cultura marcada por princípios religiosos para a formação de um caráter cristão protestante. Deste modo, para entendermos seu processo de instalação, a origem social da clientela escolar, os professores, as normas, a caracterização do espaço físico, sua identidade histórica e suas relações entre o local/regional e geral/nacional, integrando-a numa

realidade mais ampla e contextualizada, percebemos que se faz necessário recorrermos às categorias como protestantismo – educação – progresso, para apreendermos o sentido religioso, moral e educacional dessa instituição escolar.

CAPÍTULO I

**AS BASES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE
LAVRAS: “DEDICADO À GLÓRIA DE
DEUS E AO PROGRESSO HUMANO”**



Figura 1 - Dr. Samuel Gammon
Fonte: (GAMMON, 1910).



Figura 2 - Benjamin Harris Hunnicutt - 1920
Fonte: Arquivo Bi Moreira

CAPÍTULO I

AS BASES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: “DEDICADO À GLÓRIA DE DEUS E AO PROGRESSO HUMANO”

As instituições escolares ou a educação, por conseguinte, a escolarização são processos de colonização ideológica, cultural, afetiva.
(Justino Magalhães, 2004, p. 63)

Neste capítulo, é nosso objetivo apreender o ideário educativo desenvolvido pelos educadores-missionários em Lavras, buscando destacar alguns princípios e práticas adotadas em seus pensamentos sobre a cultura e a realidade escolar brasileira. Assim, abordaremos a história de vida deles, os planos educacionais para Lavras vinculados à educação agrícola. Também, estudaremos o pensamento educacional em Minas Gerais no período correspondente, tendo como ponto culminante a vinculação entre educação – agricultura – progresso, pois inicialmente o Estado investiu na instalação de estabelecimentos de ensino agrícola, priorizando as modalidades primário-elementar e prático, para entendermos como a escola reproduziu este discurso em sua prática escolar.

Para atender nossos objetivos, utilizamos as seguintes fontes: os Prospectos da Escola, os livros escritos por Samuel Gammon e Benjamin Hunnicutt sobre a realidade econômica, social e educativa do Brasil, bem como cartas, diário, e biografias escritas sobre estes educadores. Utilizamos a historiografia mineira, relatórios dos presidentes e Leis, para apreendermos em que medida a escola reproduziu o pensamento dominante, mas ao mesmo tempo introduziu os princípios confessionais.

1.1 Vicissitudes e Singularidades Mineiras

Desde a metade do século XIX, o Brasil já pensava o ensino agrícola como importante para civilizar o pobre com o objetivo de ampliar o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, reintroduzir o trabalhador livre ou ex-escravos, ao processo produtivo. Um projeto que se preocupava com o combate à vadiagem e atendia às pressões dos médicos higienistas e da eugenia contestando os hábitos das famílias na criação de filhos.

O projeto de ensino agrícola buscava civilizar não somente o pobre, mas também o rico. Segundo Nascimento (2004, p. 64, 65), o ensino transmitido aos filhos das classes abastadas estava voltado para os estudos humanísticos, preocupado com comunicação e com o pensamento e para um ensino técnico voltado para o conhecimento do universo e a atuação do homem nele. Desta forma, o autor exemplifica que com a criação do Liceu de Sergipe o aluno cursava a cadeira de “Noções Gerais de Botânicas e Agricultura”. Para o autor, a discussão sobre a inclusão de disciplinas relacionadas a trabalhos manuais, como as de “Agricultura, Carpintaria, entre outras, tanto com caráter de regeneração quanto para a formação intelectual, fez parte de várias propostas da Pedagogia Moderna, como as de Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Locke, Froebel etc” (NASCIMENTO, 2004, p. 64). Essas características curriculares estavam presentes no projeto educativo do Instituto Gammon.

A presença do ensino agrícola, no Brasil, configurou-se sobre dois modelos: um modelo escolar voltado para o ensino profissional e um modelo correccional, voltado para a regeneração do aluno por meio da vida no campo. Para este, a disciplina e a reclusão eram as bases para o aprofundamento desta transformação. Já as escolas profissionalizantes surgiram como propostas para a modernização do campo. Estas propostas foram efetivadas a partir do período republicano, mas desde o período Imperial aconteciam as primeiras iniciativas:

Em 1838 registra a criação de uma Escola de Agricultura na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Em 1859, criado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, no ano seguinte o Instituto do Rio de Janeiro e Pernambuco e o Imperial Instituto de Agricultura de Sergipe (NASCIMENTO, 2004, p. 51; 58).

Com o sucesso do Instituto Baiano foi criada em 1875, a Imperial Escola Agrícola da Bahia, a única escola superior de agronomia no país até 1890. Posteriormente, em 1883, foi instalada a Escola Superior de Agronomia de Pelotas. Em 1902, Sergipe inaugurou a sua

primeira escola agrícola fundada pelos padres Salesianos de Dom Bosco: Escola Agrícola Salesiana São José.

Minas Gerais não fugiu destes ideais relacionados à economia e à educação agrícola, pois esta seria responsável pela dinamização da lavoura, formando um novo produtor rural, que buscava substituir o modelo do “caipira”, bem desenhado no início do século XX por Monteiro Lobato na figura de *Jeca Tatu*¹, um caipira de barba rala e calcanhares rachados, porque não gostava de usar sapatos, era pobre, ignorante e avesso aos hábitos de higiene urbanos. Morava na região do Vale do Paraíba (SP), distinta por seu atraso. Uma figura resistente ao progresso, não capaz de utilizar os modernos processos de produção².

As primeiras iniciativas do Estado de Minas Gerais quanto à modernização do campo foram percebidas a partir do Congresso Agrícola Comercial e Industrial de 1903³, que abordou a questão agrícola nos discursos políticos e econômicos, buscando sanar os problemas voltados para a agricultura. A preocupação da elite mineira voltava-se para uma Minas Gerais “estagnada” do século XIX, em comparação com o período áureo dos anos oitocentistas. Outra preocupação das classes dirigentes era a desarticulação econômica e geográfica do Estado, chamado por Wirth (1982, p. 41), de “mosaico mineiro” dividido em sete zonas ou regiões: “Cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”. Daí cada zona apresentar problemas especiais e particulares que desafiavam soluções comuns. A criação de Belo Horizonte como capital do Estado, pela constituição de 1891, teve como objetivo desenvolver um centro político e moderno na tentativa de unificar estas sete regiões.

Ciente desta realidade, o congresso buscou estratégias para o projeto de desenvolvimento econômico mineiro, dentre elas, tentou abordar os mais variados setores da economia: agricultura, café, pecuária, indústria, comércio, estradas, mineração. Devido à crise do café, que se arrastava desde 1897, o congresso valorizou a policultura e a diversificação do sistema produtivo. Daí a preocupação com o ensino agrícola em preparar profissionalmente o trabalhador rural, com o objetivo de formar “mão-de-obra qualificada, permanente e assídua ao trabalho” (FARIA, 1992, p. 218-219). O perfil de um novo mineiro passava então pela formação de um trabalhador qualificado e assalariado, cuja educação técnica era responsável

¹ Jeca Tatu é um personagem criado por Monteiro Lobato no livro **Urupês**, um livro de contos, escrito e publicado em 1918.

² Em 1924 foi criado o personagem radiofônico Jeca Tatuzinho, que ensinava noções de higiene e saneamento às crianças.

³ Em 1901 já havia acontecido o Congresso Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro.

em lapidá-lo. Desse modo, a ideia de educação veio acompanhada pela ideia de progresso, entendida como desenvolvimento econômico.

A expansão do ensino agrícola no estado de Minas Gerais se iniciou com João Pinheiro. Ao se candidatar ao governo de Minas, João Pinheiro incorporou à sua plataforma administrativa várias das deliberações do Congresso Agrícola Comercial e Industrial de 1903. Mesmo porque ele tinha sido o principal mentor intelectual da maioria das teses então defendidas, além de articulador político do evento. Em 1907 apresentou suas principais medidas em prol do ensino agrícola. O objetivo era, de um lado, ministrar ensino primário elementar a crianças e adultos e, de outro, divulgar por meio de professores ambulantes, as vantagens da mecanização agrícola (FARIA, 1992, p. 233).

Ao assumir o governo, com 46 anos, buscou uma economia mais forte e racional e um ensino mais prático. Para ele, a dinâmica econômica mais eficiente e redentora vinculava-se à industrialização a partir da profissionalização do ensino:

Abrir escolas que iluminem a inteligência das crianças, ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar nas dúvidas, aos produtores, cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte material espiritual e moral, ter o culto sincero da liberdade, tornar a paz garantida, a justiça armada; paternal o exercício da autoridade, conciliadora a política; – é, senhores representantes de Minas Gerais, operários efêmeros que somos do serviço permanente da pátria – é termos trabalhado pelo grandioso ideal republicano, na terra mineira, que, primeiro, o sonhou, por êle deu vidas e o tem executado, nestes 18 anos de regime, sem retrogradações e sem precipitações. É a realização que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação da “ordem e progresso” (SILVA, 1907, p. 18).

Daí a preocupação, a começar pela visão educacional, no investimento de escolas que preparassem seus alunos para o trabalho. A Reforma João Pinheiro foi a que apresentou mudanças significativas no cotidiano das escolas de nível primário, inaugurando em seu bojo os princípios republicanos no contexto mineiro⁴. Segundo Faria (1992, p. 234), “[...] começava assim, nova fase na trajetória do ensino agrícola em Minas. Fase em que, finalmente, a sua implementação saía da enunciação discursiva e se tornava realidade.”

⁴ De acordo com Veiga (2002, p. 234), as experiências escolares iniciais motivaram “[...] o surgimento dos grupos escolares voltados para a instrução elementar, empreendimentos que em Minas Gerais resultou de iniciativas tomadas durante o governo de João Pinheiro”. É a reforma de 1906 ou a Lei 439 de 28 de setembro do referido ano que vai expressar a racionalização da escola pública, considerando as disciplinas escolares, os métodos de ensino. Entre as mudanças provocadas pela Reforma João Pinheiro destacam-se: aumento do número de crianças em idade escolar tendo acesso à educação; a instauração do cargo de Inspetor Escolar; transformações no currículo das Escolas Normais; instituição de novos cargos escolares administrativos; a configuração dos grupos escolares como espaços educativos; e finalmente, é de nosso interesse ressaltar a adoção do método intuitivo e prático e a introdução de disciplinas relacionadas às atividades agrícolas.

A partir de 1906, os discursos voltados para a valorização da racionalização do trabalho no campo e a busca pelo progresso foram intensificados e este resultado fez com que o Governo João Pinheiro apontasse as fragilidades do trabalho agrícola. Sendo assim, a educação profissional do agricultor ocupou a pauta de discussão sobre o progresso de Minas em seu governo, pois o problema agrícola passa a ser visto como o problema da educação. Assim dizia o Presidente do Estado João Pinheiro:

[...] Estas medidas vão dar imediatos resultados e nelas estão a base da nossa regeneração econômica, assim para o produtor como para o Estado, que da agricultura tira a sua principal fonte de receita. O trabalho agrícola, pela vastidão de seus recursos, pela sua extensa aplicação, pelo seu hábito generalizado em toda a massa do povo, pela facilidade de sua aprendizagem, constitui, a forma simples e poderosa do trabalho nacional. É por ela que há de se começar a reorganização econômica do estado (SILVA, 1907, p. 4).

Para o Presidente, o problema da Agricultura era a ignorância do agricultor, pois, não conhecendo a introdução de métodos modernos, consequentemente não conheceria as máquinas agrícolas. Aqui, a educação profissional entraria como ponto importante de reforma social para atender aos rapazes pobres que demonstrassem aptidão para a terra. Em 22 de maio de 1907, o diário oficial de Minas noticiava o início das obras de diversos edifícios da Fazenda Modelo da Gameleira, mais tarde chamado Instituto João Pinheiro, justamente para atender a crianças órfãs ou rapazes pobres, cujo objetivo maior era a reorganização da economia mineira⁵.

Dois anos após as medidas tomadas pelo Governo de João Pinheiro, em 1908, o entusiasmo por estes acontecimentos foi demonstrado no relatório de Carlos Prates, Diretor da Agricultura, Comércio, Terras e Colonização:

[...] Era necessária uma enérgica reação contra este estado de coisas e coube a Minas dar o exemplo de uma propaganda eficaz nesse sentido, estabelecendo fazendas modelo, campos de experiência e demonstração e subvencionando particulares de modo a por ao alcance de todos o manejo de máquinas e a aprendizagem agrícola (PRATES, 1908).

Por isso, a preocupação de João Pinheiro com duas questões essenciais: a fixação do trabalhador no solo, começando pelo trabalhador nacional, e a educação profissional do agricultor.

No governo de João Pinheiro a Lei nº 444, de 02 de outubro de 1906, estabeleceu as formas de ministrar o ensino agrícola: “nas escolas primárias sob a forma simples e elementares e nas fazendas modelo, onde serão admitidos os alunos que mais se destacarem

⁵ Ver o trabalho de FARIA FILHO (1991).

nos cursos elementares” (MINAS GERAIS, 1906, p. 36). Tal ensino seria realizado em Minas ou no estrangeiro, oferecido por conta do Estado aos alunos que mais se distinguissem no curso secundário e se estendia aos operários de firmas industriais como resultado de prêmios concedidos às firmas em exposições.

A forma e o regulamento adotados para o ensino técnico e prático nesta Lei, no governo de João Pinheiro, foram recuperados da Lei nº 203 de 18 de setembro de 1896 e pelo Decreto nº 1124 de 14 de abril de 1898, do governo de Bias Fortes. É interessante observar que, de acordo com este decreto, o Estado de Minas Gerais foi dividido em seis circunscrições. Em cada uma destas, seria criado um instituto profissional para ministrar gratuitamente o ensino técnico primário. Previam-se estabelecimentos municipais e particulares, subvencionados pelo Estado. Lavras apareceu como sede de uma das circunscrições. Mourão (1962, p. 139) definiu estas instituições como “fora da realidade mineira”, pois suas localidades não eram estratégicas e não tinham condições de desenvolverem indústrias mais complexas.

As reformas desencadeadas por João Pinheiro introduziram no sistema educacional do Estado de Minas Gerais a separação entre o sistema público e privado, uma nova organização escolar, com a introdução de Escolas Modelos, anexas às escolas normais, e a organização do sistema escolar hierarquizando-o a partir dos grupos escolares. A formação do corpo docente recebeu atenção na reforma.

No entanto, a morte inesperada de João Pinheiro em 1908 não inviabilizou a execução de seus planos. Ao contrário, o empenho das autoridades em implementarem o ensino agrícola resultou em profusão de leis e decretos criando e normatizando estabelecimentos destinados ao ensino agrícola. A complexidade dessa legislação, que não raro, sobreponha objetivos e finalidades das diversas modalidades desse ensino, impôs ao governo mineiro a necessidade de uma regulamentação geral. A exemplo do que fizera o Governo Federal em 1910, criando o Decreto Federal sobre o Ensino Agrícola⁶, o presidente Júlio Bueno Brandão aprovou o Decreto de nº 3356, de 11 de novembro de 1911, de regulamentação geral do ensino agrícola do Estado de Minas Gerais, que vigorou até os anos 1930 (FARIA, 1992, p. 242-243).

Este Decreto aprovou o Regulamento do Ensino Agrícola como prático e teórico. Para o ensino primário e agrícola haveria campos de demonstração e experiência. Cada campo teria

⁶ O Decreto Federal nº 8319 de 1910 continha 591 artigos e dividia o ensino agrícola em onze categorias: superior; médio ou teórica-prática; prática; aprendizado agrícola; primária agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas; cursos ambulantes; cursos conexos com o ensino agrícola; consultas agrícolas; e conferências agrícolas. Conforme assinala Jorge Nagle, essa legislação aparatoso e diversificada não agilizou, contudo, o desenvolvimento do ensino agrícola nos estabelecimentos federais (NAGLE, 1974, p. 275).

dois muares, um arado de disco, um de aiveca, um destorroador, uma grade de dentes, uma semeadeira e uma carpideira. O curso era destinado aos alunos do 3º e 4º anos dos grupos escolares, podendo nele ingressar jovens com menos de 18 anos.

O decreto também tratava do ensino ambulante, realizado por mestres de cultura para o ensino a fazendeiros, de montagens de trabalho de máquinas agrícolas, épocas de plantações pouco vulgares, moléstias das plantas, sua prevenção e cura, emprego de adubos, moléstias de animais, seleção de sementes e mudas, irrigação, formação de pastos, culturas apropriadas à região, raças de gado convenientes. O decreto abordava o Ensino Agrícola Médio e previa um convênio com o governo federal para estabelecer, no Estado, um curso médio teórico e prático de agricultura:

O ensino agrícola, que terá feição mais prática do que teórica, será ministrado no estado aos menores de dezoito anos que freqüentarem ou não as escolas públicas sob a forma elementar, nos grupos escolares, escolas rurais, aprendizados agrícolas e nos institutos mantidos ou subvencionados pelo Estado; aos lavradores (maiores de dezoito anos) por meio dos professores ambulantes e também nas fazendas modelos, fazendas subvencionadas e campos de demonstração. E – aos moços que queiram se dedicar à vida agrícola, nos estabelecimentos particulares existentes ou que se fundarem nos estados, subvencionados para o ensino médio ou teórico-prático de agricultura (MINAS GERAIS, 1911, p. 586).

O decreto tratava de subvenção a estabelecimentos existentes ou que se fundassem em certas condições. Cuidava, igualmente, das Fazendas-Modelo e das fazendas subvencionadas, devendo ter, cada uma dessas últimas, cinco aprendizes. Tratava de aprendizados agrícolas para menores, com um curso de quatro anos de instrução primária e ensino agrícola primário. Foram criados dois Aprendizados Agrícolas: um em Ouro Fino, em 20 de agosto de 1914 e outro em Uberaba, no mesmo ano (MOURÃO, 1962, p. 551; 552). Apesar das críticas em relação ao regulamento, devido às suas limitações e a ausência de investimento no ensino médio e superior, foi este regulamento que regularizou o ensino agrícola de Minas Gerais. Devido às fragilidades, as tentativas foram frustradas em relação a avanços maiores.

Ficam estabelecidas as principais mudanças e concretizações de uma forma geral no Estado de Minas Gerais: o primeiro momento (1889-1906) marcado pela implantação do regime Republicano no Estado, até a ascensão de João Pinheiro à presidência do Estado, em 1906, embora o ensino fosse considerado dinamizador do desenvolvimento, as tentativas empreendidas foram frustradas. No segundo momento, de 1906 a 1916, o Estado investiu na instalação de estabelecimentos de ensino agrícola, priorizando as modalidades primário-elementar e prático, a partir de 1915, incentivo ao ensino ambulante como menor contenção de despesas.

A terceira fase, a partir dos anos 1920, com o Decreto que autorizava a organização oficial da Escola de Agricultura de Viçosa, pode ser delimitada pelo fim das subvenções aos fazendeiros e a inauguração da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – ESAVE em 1926. Este momento é marcado pela mudança de estratégia do governo Arthur Bernardes em relação aos objetivos do ensino agrícola mineiro, ao propor ao Congresso Estadual em 1920 a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária pública em Minas Gerais. Sobre a escola de Viçosa se dirigiu ao Congresso:

[...] Não se comprehende que um Estado como o de Minas, que tem na produção agrícola a melhor fonte de sua riqueza e quase só da agricultura tem vivido até hoje, não haja ainda fundado uma escola desse gênero, que sirva de base à nossa educação agrícola, que não devemos descurar e que aperfeiçoe nossas noções sobre as especialidades em que a agricultura se divide [...]. Conviria, pois, autorizásseis o governo a fundar um instituto daquele gênero e a contratar profissionais estrangeiros capazes de organizá-lo, dada a escassez de sumidades em nosso país (BERNARDES, 1920, p. 13-14).

Viçosa é escolhida para sediar a Escola Superior. Ela é criada oficialmente em 1920 – data da sanção do Decreto nº 5.806, mas inaugurada em 1926, durante a gestão de Arthur Bernardes como Presidente da República. Nesse novo momento, os objetivos estatais ampliaram-se para os níveis médio e superior, mas sem deixar de lado as atenções com o ensino elementar. Valorizava-se, a partir disso, uma formação qualificada com base em recursos científicos e avançados. No entanto, ainda verificamos que o crescimento do número de escolas de nível superior, observável entre 1911 e 1932, se relacionou diretamente à ação de grupos de iniciativa particulares e, posteriormente, ao Governo Estadual⁷.

Sobre as escolas particulares, a autora Maria Auxiliadora Faria (1992) apresenta algumas características importantes sobre a Escola Agrícola de Lavras e a Escola Mineira de Agricultura e Veterinária – EMAV, criada em 1914. Para a autora, a diferença entre as duas escolas estava no fato de que a “[...] EMAV resultou de um projeto tipicamente mineiro. Sua criação em 1914, com sede em Belo Horizonte, pôs à mostra a tentativa da iniciativa particular em suprir o vazio deixado pelo Estado na área” (FARIA, 1992, p. 293), até mesmo porque os membros fundadores eram da SMA – Sociedade Mineira de Agricultura.

Verifica-se uma crítica tímida, levando em consideração somente a nacionalidade de seus fundadores: tanto Samuel Gammon, como Benjamin Hunnicutt, apesar de norte-americanos, incorporaram em seu projeto educativo a realidade brasileira, em especial do

⁷ Para um melhor aprofundamento conferir o trabalho desenvolvido por FARIA (1992) e o trabalho de SILVA (2007).

Estado de Minas Gerais, buscando atender as necessidades daquele momento. A própria instituição é um resultado deste imperativo. Portanto, se levarmos em conta a iniciativa particular, a Escola Agrícola de Lavras foi a pioneira, ao considerar o vazio deixado pelo Estado e a precisão do meio rural. Assim, tanto o insucesso da EMAV – Escola Mineira de Agricultura e Veterinária de Belo Horizonte, que fechou depois da Revolução de 1930, quanto o sucesso da EAL, são exemplos de que os incentivos conferidos pelo governo não foram satisfatórios para lhes garantir a sobrevivência.

O quadro abaixo mostrará alguns estabelecimentos deste ramo de ensino em Minas Gerais em relação ao Brasil, até 1930, no período da República Velha:

ENSINO AGRONÔMICO NO BRASIL – PRIMEIRA REPÚBLICA ESTABELECIMENTOS CRIADOS ATÉ 1930

Ano de Criação	Instituição	Unidade da Federação	Iniciativa
1890	Liceu Rio Grandense de Agronomia e Veterinária	RS	Estadual
1901	Escola Primária prática de Piracicaba	SP	Estadual
1908	Escola Superior de Agricultura de Lavras	MG	Particular
1910	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária	RJ	Federal
1910	Instituto de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre	RS	Estadual
1912	Escola de Agronomia de Manaus	AM	Particular
1914	Escola Mineira de Agronomia e Veterinária	MG	Particular
1914	Escola de Agronomia (Escolas Reunidas D. Bosco)	MG	Particular
1914	Escola Sup. de Agronomia e Veterinária de São Bento	PE	Particular
1917	Escola Agrícola e Pecuária de Passa Quatro	MG	Particular
1918	Escola de Agronomia do Ceará	CE	Particular
1918	Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná	PR	Particular
1918	Escola de Agronomia do Pará	PA	Particular
1926	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais	MG	Estadual

Quadro 1 - Ensino Agronômico no Brasil

Fonte: MENDONÇA, 1990, p. 220 (destaque nosso).

De acordo com os dados apresentados, nota-se o projeto inaugural da Escola Agrícola de Lavras na realidade mineira. Por outro lado, verifica-se que o Estado de Minas Gerais é o que mais recebeu instituições deste ramo: quatro escolas particulares e uma escola estadual.

O Estado de Minas Gerais por oferecer, neste primeiro momento, aprendizagem primária e subvencionar iniciativas particulares de ensino médio e superior, desobrigou-se da realidade educativa, legitimando a iniciativa particular. O Regulamento de 1911 ensejou o surgimento de pelo menos três estabelecimentos particulares: A Escola Mineira de Agronomia e Veterinária, de Belo Horizonte, em 1914; a Escola São Joanense, de São João del Rei, em 1916; e a Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro, em 1917 (FARIA, 1992, p. 289). Todos os estabelecimentos auferiam auxílios financeiros e isenção de impostos por parte do

Estado. Somente em 1927, a concessão desses subsídios foi regulamentada por meio da Lei nº 992, de 20 de setembro do referido ano. A medida inibiu a proliferação de novos estabelecimentos e garantiu ao Estado a certeza de que, junto aos cursos superiores, funcionariam cursos de nível médio e elementar, sob supervisão oficial⁸.

O Secretário da Agricultura de Minas Gerais Afrânio Carvalho (1929, p. 41-42) argumentava ainda em 1929 sobre os resultados, embora lentos, do investimento na educação agrícola: “[...] as modernas acquisitiones da mechanica e da chimica agrícola estão se incorporando lentamente, mas seguramente aos hábitos da população rural; resultado da propaganda e aos estímulos dos governos, dos congressos de classes e das escolas agrícolas”. Entendemos, em um primeiro momento, que a emergência do ensino agrícola em Minas Gerais correspondeu à busca pela dinamização da sua economia, via modernização da agricultura. Sendo destinada à escola a formação deste novo produtor ou do novo trabalhador do campo. Outro fato importante a ser destacado é que a escola legitimou a utilização de conhecimentos úteis, com a aplicação do conhecimento técnico-científico no campo. O que corresponde ao que Petitat (1994, p. 198) afirma: “a escola é uma criação de indivíduos que vivem em sociedade, mas esta criação não é mais do que resposta a certas necessidades, a certas condições que favorecem a sua invenção”.

Partindo destes dados, entendemos que em muitos escritos sobre a educação em Minas Gerais há certa ausência de uma problemática relevante nos escritos oficiais ou nos livros clássicos sobre a Escola Agrícola de Lavras, pois o estabelecimento foi pioneiro no Estado e não há relatos mais amplos da perspectiva social e educacional. Como exemplo, Paulo Krüger Corrêa Mourão (1962), ao apresentar a trajetória do ensino agrícola no período republicano em Minas Gerais, faz a sua citação em relação a Lavras, que se resume apenas na descrição da Lei que regulamentava esta escola em 1917.

Além de apreendermos o contexto mineiro, compreenderemos a realidade doutrinária e missionária da Igreja Presbiteriana, instituição esta que originou a Escola Agrícola de Lavras.

⁸ O governo mineiro só reconheceu e admitiu registro de diplomas de três delas: A Escola Mineira de Agronomia e Veterinária – EMAV (Lei Estadual de nº 696, de 31 de agosto de 1917), A Escola Superior de Agricultura de Lavras - ESAL (Lei Estadual nº 690 de 10 de setembro de 1917) e as Escolas Dom Bosco (731, de 1º de outubro de 1918), além de títulos de veterinários conferidos pelas escolas de Pouso Alegre (761, de 06 de setembro de 1920) e de Juiz de Fora (1143, de 05 de setembro de 1930).

1.2 As Bases Históricas e Teológicas da Igreja Presbiteriana do Brasil

A Igreja Presbiteriana chegou ao Brasil em 1859⁹. O termo *Igreja Presbiteriana* está relacionado à forma como a igreja é administrada, por meio de “presbíteros”, homens eleitos democraticamente pelas comunidades locais (igrejas) para desenvolverem o exercício da liderança da igreja. Assim, em cada comunidade há um grupo de presbíteros, denominado “conselho”. Estes oficiais integram os concílios superiores da igreja, que são os Presbitérios, os Sínodos e o Supremo Concílio. Ou seja: vários conselhos de igrejas locais formam um Presbítero, que possui a sua liderança ou jurisdição sobre estas igrejas por meio de sua Comissão Executiva: presidente, vice-presidente, secretário executivo, secretários temporários e tesoureiro. Consequentemente, um conjunto de presbíteros está sujeito ao Sínodo, que é composto por uma liderança oficial. Finalmente, há uma executiva maior, principal autarquia da Igreja Presbiteriana, o Supremo Concílio, eleito por representantes dos sínodos e presbíteros. Deste modo, a Igreja Presbiteriana é uma federação de igrejas que têm forma de governo representativo, uma teologia (calvinista), bem como um padrão de culto e de vida comunitária.

Os presbíteros são classificados em dois tipos: regentes (que governam) e docentes (que ensinam). Enquanto os primeiros são homens eleitos pela comunidade local, os últimos são os pastores que, para chegarem ao exercício do pastorado são avaliados pelo conselho de certa igreja e, depois de aprovados pelo presbítero, são encaminhados aos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil. Cumprido os anos de estudos, os alunos são reavaliados pelo presbítero e submetidos à experiência pastoral, para assim receberem o título de reverendo ou pastor.

Historicamente, a Igreja Presbiteriana pertence ao grupo do chamado *Protestantismo Histórico*, oriundo das igrejas reformadas. Igrejas estas de doutrina calvinista, pois seguem os princípios teológicos e doutrinários de João Amós Calvino. A origem da Igreja Presbiteriana encontra-se nas reformas protestantes suíça e escocesa do século XVI, lideradas por Ulrico Zuínglio, João Calvino e João Knox. Lancemos nosso olhar para a Reforma Protestante:

⁹ O trabalho presbiteriano no Brasil, oficialmente, iniciou-se com a chegada do Rev. Ashbel Green Simonton enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, sediada em Nova York – pertencente à Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos - PCUSA. O Brasil foi o sexto país a receber os missionários da Junta de Nova York. Simonton desenvolveu campos missionários no Rio de Janeiro e São Paulo, criou um seminário teológico, lançou o jornal Imprensa Evangélica e mais tarde, em 1870, a Escola Americana foi criada em São Paulo, três anos após a sua morte, como resultado dos seus esforços missionários.

Opondo-se ao modelo social medieval, o primeiro momento da história do pensamento moderno, é um período influenciado pelas ideias do Humanismo e Renascimento, da Reforma e Contra-Reforma. Assim, estes episódios foram apenas o início das grandes mudanças ou conformações que ocorreriam nos séculos vindouros. O Humanismo surgiu como controvérsia, embora não tão nítida, ao modelo tradicional medieval, na busca de uma vida mais humana e culta, valorizando a arte, a ciência e a educação. A ansiedade por transformações aconteceu no âmbito econômico, político ou social, bem como no aspecto religioso. As insatisfações teológicas provocadas pelos dogmas católicos suscitaram aversões, a luta contra a Igreja e contra a sua praxe, como observa Manacorda, “tradicionalmente os movimentos populares heréticos promoveram a difusão da instrução a fim de que cada um pudesse ler e interpretar pessoalmente a Bíblia, sem a mediação do clero” (MANACORDA, 2002, p. 194). Contudo, este rompimento com a Igreja romana recebeu seu impulso por meio de Lutero, na Alemanha, e mais tarde com Calvino, em Genebra.

A Reforma preocupou-se com a educação popular, fazendo emergir o princípio da educação como direito universal do cidadão, a sua gratuidade e valorização da língua nacional em oposição à “língua cultural”, imposta pela Igreja. Antes de ser um movimento social, é necessário atentarmos que a Reforma buscou em seus propósitos “resgatar” um cristianismo perdido no decorrer dos séculos. Não podemos negar que a burguesia, como classe em ascensão, encontrou na reforma sua oportunidade de firmar-se na sociedade. Igualmente, esta realidade leva-nos à compreensão que nem todos que estavam “ligados” ao movimento protestante procuravam a piedade e uma transformação espiritual.

Antes mesmo de Lutero pregar as 95 teses, ou até mesmo de acontecer a reforma, verificamos, parcialmente, que muitos movimentos populares já estavam disseminados por toda a Europa, revelando as práticas abusivas do clero, como questionando a própria autoridade da Igreja Católica. A insatisfação que rondava o Velho Mundo trouxe para estes movimentos o desejo por um cristianismo simples e primitivo. A educação desenvolveu papel importante na ação destes movimentos. O seu efeito esteve na precisa união entre intelectuais e a massa, ou seja: mestres de universidades desenvolveram, junto com a ação popular, movimentos religiosos. Wycliffe, na Inglaterra, em 1378, começou a pregar para as massas, defendendo a autoridade das Escrituras acima de qualquer tradição e iniciou a tradução do Novo Testamento para o Inglês. William Tyndale traduziu e publicou em 1526 a primeira Bíblia no Novo Testamento em Inglês, no entanto foi impressa na Alemanha e suas cópias foram contrabandeadas para a Inglaterra. Gerhard Groot iniciou a leitura da Bíblia para os burgueses e camponeses, fundou os Irmãos da Vida Comum, preocupou-se com a formação

do clero e viu na educação um processo com objetivo de formar uma nova geração. Antes da reforma já existiam 24 edições da Bíblia em alemão e muitas crianças já estavam sendo alfabetizadas na língua vernácula. Portanto, estes homens, mesmo diante de limitadas estratégias, procuraram desenvolver uma nova cultura europeia: cada pessoa devia conhecer por conta própria as escrituras.

Um dos princípios da reforma “o sacerdócio universal de todos os crentes” questionou toda uma cristandade, que perpetuava por meio dos seus dogmas, principalmente em relação à autoridade da Igreja sobre as Escrituras. Esta foi uma importante crítica de Calvino: “Entre a maioria, entretanto, tem prevalecido o erro pernicioso de que [apenas] tanto de valor assiste à Escritura quanto lhe é concedido pelos alvitres da Igreja. Como se, de fato, a eterna e inviolável verdade de Deus se apoiasse no arbítrio dos homens!” (CALVINO, 1985, p. 89. v. 1). Com veemência Calvino defendeu a autoridade da Bíblia proveniente de Deus, não originada pelos próprios dogmas da Igreja Católica. Pelo contrário, a Bíblia era quem fundamentava a própria igreja. Portanto, para ele, a Bíblia era a Palavra de Deus escrita, por meio dela Deus se fez conhecido. É dela que procede o verdadeiro conhecimento de Deus por meio da obediência à sua Palavra.

Para a reforma protestante, cada cristão era livre para ler e estudar a Bíblia, desenvolvendo, assim, uma vida cristã voltada para um relacionamento íntimo e pessoal com Deus. Somente a contemplação de Deus pode levar o homem ao senso de sua indignidade.

A salvação é vista não como mera ação do homem, mas como uma ação única e exclusiva de Deus. Como Lutero, Calvino denunciou os abusos católicos quanto ao purgatório e à venda de indulgências.

Estas transformações religiosas desenvolveram importantes aspectos pedagógicos e didáticos para a vida de Genebra, colocando a educação como principal instrumento desta mudança. Calvino não estava apenas ensinando as verdades cristãs, mas estava apontando novas formas de viver e se relacionar com Deus. Como o protestantismo implicava em atuações práticas do indivíduo, daí a necessidade da educação do povo.

Apesar de a preocupação inicial de Calvino ser os estudos e o desenvolvimento de seus escritos teológicos, cuja preocupação era fundamentar as ideias reformadas, em seus próprios desabafos Calvino retratou que em todos os seus momentos ou viagens era impulsionado pelo ensino, pela necessidade de ser professor. Este fato ligou a sua vida com Genebra ao encontrar-se com Farel. Isto aconteceu quando foi expulso de Genebra e foi para

Estrasburgo, tornando-se mestre, o que lhe proporcionou importante experiência para os seus futuros projetos educacionais em Genebra¹⁰.

Os escritos de Calvino estavam amalgamados por interesses educacionais, como exemplo, a própria escrita das *Institutas da Religião Cristã*, uma concisa síntese da fé cristã do ponto de vista protestante, cujo objetivo era preencher lacunas quanto à formação doutrinária dos “novos” cristãos. Esta mesma visão de ensino, voltado para o alcance popular, o estimulou a escrever *Instrução na Fé*, um catecismo cristão, sobretudo para a educação de jovens e crianças.

Sua preocupação com o aspecto social e educacional estava baseada na convicção que Calvino tinha sobre o evangelho, pois a vida do cristão não estava desassociada do mundo, é nele que o cristão deveria ser luz e demonstrar piedade e amor para com o semelhante: “o desafio e o poder do evangelho deveria ser capaz de limpar, regenerar e dirigir não apenas o coração humano, mas cada aspecto da vida social na terra – os compromissos familiares, a educação, a economia e a política” (WALLACE, 2003, p. 32). Sua preocupação voltava-se não somente para a formação espiritual do ser humano, mas para o desenvolvimento de suas humanidades como cidadão.

Ao regressar para Genebra em 1541, Calvino, influenciado pelas ideias educacionais em Estrasburgo, procurou criar um projeto mais amplo de educação ao desenvolver as escolas elementares e alargar o projeto da *Academia de Genebra*. A visão de Calvino era que Genebra fosse

[...] cidade aberta a duas fontes de inspiração e vida um tanto quanto distintas, ambas vindas de Deus e ambas sendo boas – uma cidade que, de fato, fosse aberta a dois mundos – ao grande mundo da Bíblia, de valores cristão e eternos e ao mundo do qual vinha o melhor em cultura humana de tempos imemoriais – tanto às coisas ‘celestiais’ quanto às ‘deste mundo’ (WALLACE, 2003, p. 91).

Ele definiu as ciências e a pesquisa como importantes para a construção desta nova formação. O currículo da Academia de Genebra buscava valorizar a pesquisa e introduziu os estudos da ciência e da matemática. Em sua visão, tais conhecimentos não estavam afastados de Deus, pois eles mesmos existiam para a glória de Deus. A Igreja deveria ajudar a comunidade, através do seu testemunho, a encontrar melhores condições de vida e o desenvolvimento da sua vida pessoal, familiar e cultural. Estes conselhos permitiram que Calvino expressasse o seu pensamento diante da responsabilidade cristã, em primeiro lugar

¹⁰ No ano anterior à chegada de Calvino, havia chegado Jean Sturm com uma ampla experiência do que estava sendo feito no campo da educação do jovem. Em Estrasburgo ele criou uma faculdade e envolveu Calvino como docente. A cidade de Estrasburgo priorizava a educação como importante aspecto social naquela sociedade (WALLACE, 2003, p. 25).

com Deus: “Deveres de piedade para com Deus”. E, os “deveres da caridade para com os homens”. Ou seja, a importância da Igreja ser modelo de conduta, de sorte que assuma “a pessoa daquele a que vêm necessitar de sua assistência [...], de modo que, com um senso de misericórdia e humanidade, sejam levados a render-lhe ajuda não de outra forma que a si [mesmo]” (CALVINO, 1989, p. 157. v. 3), valorizando o testemunho que o cristão deveria expressar no seu modo de viver.

Calvino conferiu valor expressivo em relação à humanidade, embora o homem esteja em seu estado natural de depravação, pecador e impuro, trazendo desde o ventre materno tal corrupção. A natureza humana é corrupta e, devido ao pecado, os dons naturais são corrompidos no homem. De acordo com Calvino foram extirpadas a integridade da mente e a retidão do coração no ser humano. Contudo, a inteligência humana não foi destruída em sua totalidade com o pecado, mesmo debilitada, o homem possui sua dignidade ou natureza humana, o que o torna diferente dos animais:

Uma vez que o homem é um animal social de natureza, consequentemente, propende por instinto natural a promover e conservar esta sociedade, e, por isso, observamos que existem na mente de todos os homens impressões universais não só de uma certa probidade, como também de uma ordem civil (CALVINO, 1985, p. 31. v. 2).

Logo, o homem ao ser dotado de artes ou dons naturais pode viver em sociedade. Estes dons, concedidos pelo Espírito Santo, fazem parte da graça (comum) de Deus em favor do homem. Portanto, Deus dispensa os dons àqueles a quem o quer, sendo dedicados para o bem comum do gênero humano. Assim, os dons são dados indistintamente a piedosos e a ímpios (CALVINO, 1985, p. 31. v. 2).

Na vida presente, o homem pode utilizar e aperfeiçoar os seus dons, pois nela estão a ciência política, a economia doméstica, todas as artes mecânicas e as disciplinas liberais. Por conseguinte há diversidade de dons naturais, o que indica que todos os homens não desenvolvem ou aperfeiçoam estes dons igualmente, mas cada um conforme a arte que recebeu, pois “não são todos aptos para aprendê-[las] a todas, todavia, é marca bastante segura da energia comum, que [não], se acha quase ninguém cuja proficiência em alguma arte se não evidencie” (CALVINO, 1985, p. 31. v. 2). Consequentemente, todo ser humano é apto e capaz, e tudo o que faz é o cumprimento da sua vocação, por isto ele a faz para a Glória de Deus. A partir disto, a Educação tem importante papel no desenvolvimento dessas habilidades ou dons, tornando o homem hábil para servir em qualquer esfera da sociedade. Daí, a vocação ou trabalho dignificar o homem, pois ele o faz para a glória de Deus.

Foram os constantes conflitos em relação à prática cristã das famílias em Genebra, que ainda traziam consigo a tradição católica, que levaram Calvino a refletir sobre o processo educacional e a desenvolver um sistema mais sólido de ensino¹¹. Calvino entendeu que o magistrado não estava assistindo às crianças com a educação, uma vez que as classes estavam dispersas pela cidade. O que permitiu protestantes buscar em escolas católicas a oferta de ensino, pois encontravam nelas melhores oportunidades educacionais. Daí desenvolveu os primeiros projetos solidificados para uma escola em Genebra. Conforme Watt,

Somente em 1559, quando os magistrados aceitaram o Ordre da Collège de Genève, autorizado principalmente por Calvino, foi que Genebra testemunhou uma reforma significativa na escolarização. Esta legislação criou a Academia de Genebra, que foi dividida em dois setores: o Collège, consistindo de 7 níveis que ofereciam o segundo grau e parte do primeiro grau de educação, e a Academia própria, que foi o precursor da Universidade de Genebra, oferecendo ensinamento superior em teologia. Como a faculdade que o precedeu, a academia foi aberta somente para homens (WATT, 2002, 449-450).

A academia oferecia do ensino elementar ao superior, sendo exemplo curricular para outras universidades. Calvino, então, se preocupou com a formação dos futuros intelectuais, procurando um ensino mais institucionalizado, com o objetivo de fundar uma faculdade para a instrução dos jovens para o exercício do ministério e do governo civil. Portanto, os projetos sociais e religiosos de Calvino estavam atentos a sua realidade. Seu desejo foi trazer uma transformação de valores em toda a comunidade, a começar pelas crianças. O desenvolvimento desta escola seria um projeto entre ministros e magistrados para a construção de uma cidade para Cristo¹².

Calvino diferenciou o governo eclesiástico do governo civil, embora ambos se completassem e fossem dignos da responsabilidade que recebiam diante de Deus para exercer o ministério. Calvino fundamentou as bases religiosas do protestantismo e instruiu a sociedade de Genebra a viver conforme tais padrões. Não podemos configurar o aspecto educacional em Calvino sem levarmos em consideração estas importantes definições, as quais ele desenvolveu sobre a cultura humana e o desenvolvimento das mesmas. Vários autores apontam Calvino como importante educador que influenciou toda uma ética educacional:

¹¹ No dia 21 de maio de 1536, logo após a época em que Genebra aderiu à Reforma, o Conselho Geral exigiu a educação primária obrigatória. Antes da conversão ao protestantismo, a cidade tinha uma escola, com absorção considerável do bispo, que permitia que os alunos estudassem latim, começando com as regras básicas de gramática e se estendendo aos primeiros anos da educação do segundo grau. Esta escola acabou no final de 1536, substituída pelo Collège de Rive, que começou num monastério abandonado. Latim ainda era a matéria principal estudada (WATT, 2002, p. 449).

¹² Para melhor aprofundamento verificar o trabalho de LEWIS, G. The Geneva Academy, 1994, p. 36.

João Calvino enfatizava a importância da instrução não simplesmente para estudar a Bíblia, mas também para conhecer a ordem criada por Deus. Para ele, o estudo das artes liberais era um ato de obediência cristã. Uma das realizações mais importantes de Calvino em Genebra foi a fundação da Academia, em 1559, uma instituição que atraiu estudantes de toda a Europa. Seu alvará de funcionamento atesta, com clareza, que a obra da Academia é uma preocupação cristã (LEITH, 1996, p. 347).

A influência de Calvino para a Educação Moderna consistiu num grande avanço para sua época. Todavia, estas transformações não estavam isentas do principal motivo de Calvino: desenvolver e fundamentar a reforma protestante. O pensamento reformado configurou fé, leitura e educação como fundamentais para a formação cristã e social. Tais princípios foram fundamentais para legitimar o seu pensamento na comunidade envolvida. Estes aspectos ampliaram uma nova configuração educacional:

Acentuação do elemento leigo na educação; preparação para a “república” e para a “sociedade” tanto quanto para a Igreja; insistência na virtude e no conhecimento; exigência de larga educação como essencial para a liberdade de consciência; amplo sistema de educação elementar, secundária e universitária, tanto para os pobres e como para os ricos; enorme conhecimento das Escrituras, ainda entre as classes mais pobres; utilização da organização representativa da Igreja para fundar, sustentar e unificar a educação; disposição de sacrificar-se pela educação, realizando-a a todo custo; inspeção, de forma coletiva, de professores e estudantes; grande acentuação do emprego da língua vernácula e, finalmente, espírito progressivo de indagação e investigação [...]. Do ponto de vista educacional, o movimento calvinista foi quiçá mais eficiente que o próprio movimento luterano (FORSTER apud LUZURIAGA, 1975, p. 112, 113).

Nesta perspectiva, Luzuriaga afirma que o movimento calvinista conquistou eficiência ao aprofundar e lançar bases para a doutrina protestante. A educação, assim, foi assumida como principal meio ideológico para atender aos novos modelos sociais e eclesiásticos. Este contexto mais amplo, embora pareça distante de nossos objetivos para com a pesquisa, é o fundamento teológico do pensamento reformado que se constituiu a base para o desenvolvimento da fé protestante da Igreja Presbiteriana do Brasil, que adota a Teologia Reformada, por isto, Calvinista. Bem como adota o princípio herdado da Reforma “Uma escola ao lado de cada Igreja”. Princípios estes adotados pelos missionários que chegaram ao Brasil.

A partir dessas considerações históricas e teológicas, entenderemos os primórdios da Igreja Presbiteriana.

1.2.1 Da Europa ao Novo Mundo: Evidências Históricas sobre o Puritanismo

João Knox (1514-1572), chamado patriarca do presbiterianismo, foi discípulo de Calvin em Genebra (1554-1559), e este o persuadiu a aceitar o pastoreio de exilados religiosos ingleses em Frankfurt, na Alemanha. Após algum tempo ali, surgiram vários problemas, especialmente devido a disputas com o anglicano Richard Cox, que queria que a igreja de refugiados em Frankfurt tivesse “um rosto inglês” (LLOYD-JONES, 1997, p. 13). A resposta de Knox refletiria o ponto central das controvérsias que se seguiriam na Inglaterra, posteriormente, entre os puritanos e a igreja Anglicana: “O Senhor permita que ela tenha a face da igreja de Cristo” (LANE, 1999, p. 42)¹³.

Por influência e incitação de Cox, Knox foi expulso de Frankfurt e teve de retornar a Genebra, sendo acompanhado por vários dos refugiados que pastoreava. Ali tornou-se novamente pastor da igreja inglesa.

Quando, em 1557, os nobres escoceses fizeram um pacto de usar suas vidas e bens para estabelecer “a Palavra de Deus” na Escócia, Knox volta à Escócia para implantar a doutrina calvinista e fundar a Igreja Presbiteriana Escocesa. Particularmente na Escócia, o parlamento adotou o presbiterianismo como religião oficial em 1560. Neste período, Knox e os Lordes da Congregação iniciaram a Reforma na Escócia, compondo a *Confissão Escocesa*, esboçando o *Primeiro Livro de Disciplinas*. Destacamos as principais mudanças: a) Pôs-se fim ao domínio papal na igreja escocesa; b) A missa é declarada ilegal; c) Revogação de todos os decretos contra os hereges (protestantes); d) Aceitação da *Confissão de Fé Escocesa*, escrita em quatro dias, a pedido do parlamento; e) Organização da igreja em presbitérios, sínodos e uma assembléia geral, semelhantes aos de Genebra. Nesse mesmo ano, reuniu-se pela primeira vez a Assembléia Geral da Igreja da Escócia e tais mudanças foram formalmente implantadas em 1567. Essa confissão, de inspiração notadamente calvinista, foi a principal confissão de fé escocesa até a adoção da Confissão de Fé de Westminster em 1647.

Knox se preocupou com a visão social da igreja, estabelecendo critérios para o cuidado com os pobres ou necessitados, “Ele afirmou a obrigação de cada cristão cuidar dos pobres e elaborou um sistema mediante o qual cada igreja sustentaria seus próprios

¹³ É possível que Knox tenha nascido no povoado de Haddington, às margens do rio Tyne, distrito de Lothian Oriental, cerca de 30km a leste de Edimburgo. Recebeu boa educação, aprendendo latim nos estudos regulares. A seguir matriculou-se na Universidade de Saint Andrews para a formação acadêmica. Ordenado sacerdote católico, tornou-se discípulo de George Wishart, que introduzira os ideais da reforma zwingliana na Escócia. Wishart traduziu para o inglês, em 1536, a *Confissão Suíça*. O pensamento de Wishart influenciou fortemente a vida espiritual de Knox. Pouco depois tornou-se tutor de filhos de nobres favoráveis à reforma.

necessitados e administraria escolas de catequese para todas as crianças, ricas e pobres” (GRIFFITH, 1992, p. 405).

Como era de se esperar, priorizar o contexto educacional fez parte de um projeto amplo desenvolvido, mesmo antes da Reforma Protestante, por escolas isoladas de alfabetização, mas que encontrou no movimento reformador um discurso importante para o desenvolvimento do culto devocional e da leitura na língua vernácula das Sagradas Escrituras. Knox desenvolveu o seu ministério valorizando a ação educativa. Consideremos que ele foi aluno de Calvino e fez parte do corpo discente da Universidade de Genebra.

Para Lloyd-Jones, Knox é chamado de pai do puritanismo, ao considerar as questões sobre a originalidade do seu pensamento e devido à apresentação, com clareza, dos princípios normativos do puritanismo, como a autoridade suprema das Escrituras. Ele buscou uma reforma que alcançasse mais do que a doutrina apenas, mas que atingisse a vida prática de cada pessoa como cristão e como cidadão mais plenamente, uma reforma “de raiz e ramos” (LLOYD-JONES, 1997, p. 13).

1.2.2 O Protestantismo Americano

O presbiterianismo que chegou à América Latina, calvinista, recebeu influências do próprio puritanismo herdado de um contexto britânico. Os puritanos eram todos calvinistas, mas nem todos aceitavam a forma de governo presbiteriano. Nas Ilhas Britânicas, os puritanos buscavam reformas da Igreja Anglicana na concretização de uma religião pública e pessoal. O termo *puritano* resultou da insistência desses reformados em que a Igreja da Inglaterra fosse pura, ou seja, seguisse os moldes bíblicos em sua doutrina, culto e governo, firmando forte oposição ao episcopalismo. Como resultado, eles foram objeto de forte repressão por parte da Rainha Elizabeth. Seus sucessores, Tiago I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649), que governaram simultaneamente a Inglaterra e a Escócia, continuaram a opor-se aos puritanos.

Posteriormente Oliver Cromwell, puritano, assumiu o poder como Protetor em uma época áurea para os Puritanos. Oliver Cromwell era descendente de um dos conselheiros de Henrique VIII e havia abraçado o puritanismo. Depois da queda e morte do Rei Carlos I, bem como o afastamento do seu filho herdeiro, Cromwell assumiu o Título de Protetor, que governaria a Inglaterra com a assistência do Parlamento, deixando este cargo com a sua morte, em 1658.

Christopher Hill, em seu livro *O Eleito de Deus* (1988), referindo-se a Oliver Cromwell, enfatizou a força na crença da predestinação dentro da causa Puritana: “Os homens têm geralmente comentado sobre o aparente paradoxo de um sistema teológico que crê na predestinação e que, ao mesmo tempo, produz nas pessoas uma ênfase tão grande em esforço e energia moral”, as quais o impulsionaram a uma reforma social, política e econômica. Para Hill (1988) eram a coragem e a confiança na predestinação “[...] que capacitavam os Puritanos a lutar por meio de armas espirituais, econômicas ou militares, para criar um mundo novo, digno daquele Deus que os havia abençoado de forma tão marcante”. Portanto, os puritanos criam no direito de liberdade privada (livre iniciativa), mas acreditavam que a misericórdia de Deus deveria ser demonstrada a todas as pessoas de forma prática.

Entre os séculos XVII e XVIII, calvinistas puritanos emigraram para as colônias inglesas da América do Norte, como consequência da perseguição sofrida na Inglaterra. Partiram para o Novo Mundo numa perspectiva de alcançar a “Terra Prometida”. As colônias norte-americanas receberam muitas famílias presbiterianas emigradas da Escócia e do norte da Irlanda, originando a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Seu primeiro concílio, o Presbitério de Filadélfia, foi organizado em 1706 sob a liderança do Rev. Francis Makemie, considerado o “pai do presbiterianismo norte-americano”. O primeiro Sínodo foi organizado em 1717 e a Assembleia Geral em 1789.

Segundo o pensamento de John Winthrop (2006), na Nova Inglaterra, os puritanos fizeram todo o esforço para estabelecer uma comunidade bíblica, uma república santa e cristã, como um verdadeiro exemplo para a Inglaterra e para o mundo:

Os puritanos que se estabeleceram na Nova Inglaterra deixaram um legado [...], uma significativa influência no desenvolvimento subsequente da América. Seus valores e princípios, embora muitas vezes secularizados e distanciados dos fundamentos religiosos, continuaram a moldar o pensamento americano e suas práticas (WINTHROP, 2006, “não paginado”).

Em relação ao aspecto educacional, os Puritanos¹⁴ frequentemente mencionavam um dito rabínico: “Se um pai não ensina ao seu filho a Lei de Deus, e se não o treina numa profissão decente, está criando-o para ser um ladrão”. Na Nova Inglaterra, no início dos anos 1630 e 1640, algumas leis foram estabelecidas determinando que todo pai deveria assegurar a educação de seus filhos. A lei era esta: “As pessoas devem ser instruídas em alguma vocação que seja legal e útil, quer seja para o trabalho manual, ou outro tipo de emprego, quer arando na fazenda, ou algum outro tipo de profissão que seja proveitosa para si mesmo e para o bem

¹⁴ Não foi objetivo do nosso trabalho abranger o estudo apresentado por Max Weber: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, sobre a sociedade americana.

comum” (LOPES, 2006). Esta iniciativa revelava o próprio pragmatismo da vida em sociedade que vai se formando, amalgamada por princípios religiosos, no qual a educação teria este papel moralizador e útil para o viver em sociedade. Como prova disso, em 1636, o Harvard College foi fundado com vistas à preparação de pastores. As principais regras do Harvard testificaram o compromisso cristão da instituição:

Todos os estudantes devem ser plenamente instruídos e seriamente pressionados a considerar bem o principal propósito de suas vidas e estudos, isto é, conhecer a Deus e a Jesus Cristo - que é a vida eterna (João 17:3), e, por conseguinte, ter consciência que somente tendo Cristo por fundamento terá um perfeito aprendizado e conhecimento (WINTHROP, 2006, “não paginado”).

Para a religião cristã protestante, a vida comunitária, do mesmo modo que as ciências e as artes, formava um todo. E onde quer que fossem, o empreendimento educativo fez parte do projeto missionário, desde a Reforma Protestante.

No século XIX, os Estados Unidos vivenciaram importante avivamento missionário que projetou as diferentes denominações como os batistas, congregacionais e presbiterianos para além da América do Norte. Conforme Mendonça (1995, p. 59-62), tais ideais se relacionavam com o que a própria América do Norte vivenciava no século XIX: o ideal milenarista. Durante todo esse século, imperou o pensamento de que “religião e civilização estavam unidas na visão da América cristã”. O termo utilizado “América Cristã” correspondia aos valores cristãos segundo os princípios reformados: somente a Escritura, somente Cristo, somente a Graça, somente a Fé e a Glória deveriam ser oferecidos somente a Deus.

Por meio deste pensamento, desenvolveu-se a esperança de construir uma civilização cristã modelo sobre o tripé “religião-moralidade-educação”, constituindo-se num processo civilizador que garantisse a estabilidade e o progresso social. “Portanto o ideal do milênio surgiu no fim de um processo de construção social de que todos deviam participar no mundo inteiro e sob inspiração e a liderança americana” (MENDONÇA, 1995, p. 59-62). Todas as denominações protestantes se reuniram com o propósito de cooperar para a reforma do mundo a partir da visão de uma população religiosa livre, letrada, industriosa, honesta e obediente às leis.

Ainda no século XIX, a América do Norte foi palco da Guerra Civil Americana (1861-1865). Um dos resultados desse conflito foi a divisão de diferentes denominações entre o norte e o sul do país. Como exemplo, surgiu a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), conhecida como Igreja do Sul, que de imediato criou uma agência missionária para o

exterior – Comitê Missões Estrangeiras. Sua primeira missão estrangeira foi a China, em 1867. O Brasil constituiu seu segundo campo, em 1869, dez anos após a vinda de Simonton.

Seus primeiros missionários enviados ao Brasil estabeleceram-se em Campinas, foram Edward Lane¹⁵ e George N. Morton. Os obreiros da PCUS foram também os pioneiros presbiterianos no nordeste e norte do Brasil (de Alagoas até a Amazônia). Os principais foram John Rockwell Smith, fundador da igreja do Recife (1878); DeLacey Wardlaw, pioneiro em Fortaleza; e o Dr. George W. Butler, o “médico amado” de Pernambuco.

Em Campinas, a Missão Sul dos Estados Unidos iniciou o seu trabalho e fundou a Escola Internacional, que foi a primeira instituição escolar protestante na América Latina. De acordo com Júlio Andrade Ferreira (1992), no primeiro ano em Campinas, Lane e Morton iniciaram uma escola noturna que chegou a ter quase trinta alunos:

Há uma particularidade que, de início, dá relevo histórico à fundação do Colégio Internacional em Campinas, no ano de 1869 (em 1871 foram adquiridos os terrenos e 1874, construídos os edifícios). Esta foi a primeira das grandes escolas estabelecidas pelos missionários evangélicos na América do Sul (FERREIRA, 1992, p. 115).

A Escola Internacional exerceu presença significativa na sociedade campineira, chegou a receber em 1882, a visita do Imperador D. Pedro II, que visitou o colégio expressando admiração: “Sua Majestade examinou toda a instalação e visitou algumas classes, tendo tido palavras de louvor e apreciação para os esforços que se realizavam em favor da mocidade brasileira” (SYDENSTRICKER, 1941, p. 26).

Em fevereiro de 1890, três semanas após o início das aulas, começaram os rumores da febre amarela. Em Campinas, cerca de mil pessoas já haviam abandonado a cidade. No Colégio, uma das alunas foi vitimada pela doença e, a conselho médico, suspenderam-se as aulas e os demais alunos tiveram que voltar às suas casas (GAMMON, 2003, p. 43-44). Como resultado desta epidemia a missão perdeu o seu primeiro obreiro, o Reverendo Dabney. Devido à febre, Dona Carlota Kemper refugiou-se em São Paulo e outros missionários dirigiram-se para locais diferentes. Em 1892, a cidade de Campinas foi novamente vitimada pela febre, o que fez a escola suspender as aulas, perdendo mais um obreiro com a doença, Dr. Edward Lane.

Ainda em 1891, devido aos conflitos gerados nas relações entre missionários americanos e os pastores brasileiros, quanto ao papel da educação no trabalho evangelístico,

¹⁵ Edward Lane foi o primeiro missionário da família Lane no Brasil, seu campo de atuação foi Campinas, vindo a falecer em 1892 de febre amarela. Seu Filho, também chamado Edward Lane, nascido no Brasil, retornou como missionário e atuou em Patrocínio-MG, como importante consolidador do Instituto Bíblico Eduardo Lane em 1925.

bem como o campo de atuação entre missionários e pastores brasileiros, aceleravam as intenções de transferir o Colégio para uma nova localidade.

Dentre os conflitos, o mais significativo desses fatos foi a reunião do Sínodo de São Paulo, em setembro de 1891: Dr. Samuel Gammon dirigiu o diálogo entre os pastores, no tocante às relações que eram mantidas entre brasileiros e estrangeiros, quanto a direção do trabalho presbiteriano, o papel dos pastores brasileiros, a dependência destes sob as orientações da Missão¹⁶.

Consequentemente havia desentendimentos sobre a cidade onde deveria ser instalado o Seminário. Diante da posição do Reverendo John Boyle, missionário que atuava na cidade de Bagagem, atual Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro, de que os estrangeiros, na qualidade de missionários educadores e evangelistas, deveriam retirar-se dos grandes centros, migrando para o interior. Decidiu-se pela instalação do Seminário em Campinas, no local sede do Colégio Internacional. Por outro lado, o Colégio Internacional enfrentou dificuldades financeiras, contraindo significativa dívida (HACK, 1985). Já em setembro de 1892, o Dr. Samuel Gammon foi aos Estados Unidos tratar da mudança do Colégio para Lavras.

Foi sugerida, pelo Rev. John Boyle, a transferência do Colégio Internacional para Bagagem, mas devido a distância da cidade da Capital e o acesso à estrada de Ferro, foi escolhida Lavras, por localizar-se numa região mais populosa (GAMMON, 2003, p. 48; 131).

Em 1892, chegou ao Brasil, para uma visita de inspeção, o secretário-executivo da Missão Dr. Houston, foi ele quem examinou as condições da cidade de Lavras para a mudança e, em muitas situações, tentou demover o Dr. Gammon do propósito de continuar com a obra educacional (GAMMON, 2003, p. 51).

Em 1903, pela segunda vez, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos recebeu um apelo da Missão a respeito de uma decisão contra a fundação da escola de agricultura em Lavras, com alegação de que a igreja não deveria envolver-se com tais atividades (FERREIRA, 1992, p. 81).

Em 1905, há registro em atas desta Missão, em 21 de dezembro um pedido por parte de alguns missionários para que a junta de Missões se dividisse em duas Missões (FERREIRA, 1996 p. 43), alegando questões territoriais, devido à distância dos campos e a locomoção de missionários. Assim, a decisão teve adiamento de um ano.

¹⁶ Somente em 1917 foi aprovado o Modus Operandi, um acordo entre a igreja brasileira e as missões norte-americanas, pelo qual os missionários desligaram-se dos concílios da IPB, separando-se os campos nacionais (presbiterianos) dos campos das missões. Em 1924, a Assembléia Geral reuniu-se pela primeira vez sem qualquer missionário como delegado de presbitério.

Verifica-se, a partir destes relatos, que a questão educacional provocou muitos conflitos, pois tanto alguns missionários, como a própria missão, consideravam o projeto dispendioso e não tinham firmeza quanto ao exato papel da educação na evangelização do Brasil, o que provocou divisão dentro da própria Missão, que aconteceu em 1906 (FERREIRA, 1996, p. 42). Por causa dessas divergências de finalidades missionárias, a Missão da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos se subdividiu em Missão Oeste, abrangendo o Oeste de Minas e Goiás (West Brazil Mission, com sede em Campinas), que se voltava para uma evangelização direta, e Missão Leste, que além da evangelização direta, defendia a causa educacional como evangelização indireta. A Missão Leste abrangia, principalmente, o Sul de Minas (East Brazil Mission, com sede em Lavras).

Portanto, a febre amarela não foi a única razão do deslocamento para o Estado de Minas Gerais, o que denota divergências entre os pastores norte-americanos quanto às estratégias missionárias da própria Missão no Brasil. Assim, a educação, chamada posteriormente de “questão Mackenzie”, foi um dos pontos de discussão entre os missionários e o Pastor Eduardo Carlos Pereira, que resultou, também, na divisão na Igreja Presbiteriana do Brasil, originando a Igreja Presbiteriana Independente, ainda em 1903.

O ano letivo em Lavras deu-se a 1º de fevereiro de 1893, com nove alunos, aumentando para quatorze após uma semana. Em Minas Gerais, a escola denominou-se Instituto Evangélico. Somente em 1928, após a morte do Rev. Samuel Rhea Gammon passou a ser chamada de Instituto Gammon. Em 2003, sob ordem do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil denominou-se Instituto Presbiteriano Gammon.

O empreendimento missionário americano neste período foi o resultado do desejo de expansão: levar o reino de Deus ao mundo pagão, o qual incluía países evangelizados pela Igreja Católica Romana. Quanto à Igreja Presbiteriana, ela não fugiu destas finalidades, pois o projeto missionário no Brasil buscou atender tais ideais. Nesta perspectiva, apreenderemos a construção do projeto de evangelização protestante presbiteriana no Brasil. Lancemos nosso olhar para este projeto educativo e para seus idealizadores.

1.3 Os protagonistas da Escola Agrícola

Ao pensarmos o projeto educativo presbiteriano em Lavras, especificamente na Escola Agrícola, não poderíamos deixar de relatar e observar as ideias que amalgamavam as ações e escolhas destes homens que se entregaram ao projeto educativo da missão: Rev. Dr. Samuel Gammon¹⁷ e Dr. Benjamim Hunnicutt.

Em muitos trabalhos publicados, é notório o relato da presença do Rev. Dr. Samuel Gammon. Ele foi atuante no desenvolvimento da escola desde o projeto educativo em Campinas, mas, sobretudo, a partir da transferência da escola para Lavras. Contudo, é fundamental entendermos o pensamento educacional de Benjamim Hunnicutt, pois em suas mãos foi depositada a confiança do Dr. Gammon quanto ao estabelecimento e sucesso da Escola Agrícola.

O pensamento educacional, religioso e político destes homens influenciou decisivamente a missão, a cultura e a instrução deste estabelecimento de ensino. Pensar a história da educação, também é pensar na ideologia que guiará as ações de seus atores. Estes homens buscaram inovar a perspectiva educacional de Minas Gerais e foram audaciosos ao usarem da necessidade existente de seus momentos históricos para realizar seus alvos educacionais e religiosos. Fazer a história da instituição educativa é compreender as justificativas de sua existência, quer em razão das projeções dos seus sujeitos, quer em relação aos modelos ideológicos ou pedagógicos adotados. Portanto, construir a identidade histórica de uma instituição é introduzir os seus sujeitos, compreender que a instituição tem um quadro não somente de organização e cultura, mas de idealização, de como ela foi sonhada e projetada.

1.3.1 Samuel Rhea Gammon: O Missionário Educador

“A Escola Agrícola de Lavras terá, provavelmente, vasta influência na vida e na história desta parte do Estado de Minas Gerais”
Samuel Gammon (1908).

¹⁷ A Biografia de Dr. Gammon está baseada no trabalho de sua esposa Clara Gammon: **Assim Brilha a Luz – A vida de Samuel Rhea Gammon**, 2003. E a dissertação de mestrado do professor Sérgio Wagner Oliveira: **Instituto Presbiteriano Gammon um modelo da política da implantação do ensino protestante no Brasil**, 2000.

Samuel Gammon era filho de pais presbiterianos (Audley Anderson Gammon e Mary Faris Gammon), nasceu em 30 de março de 1865. Seus pais eram descendentes dos escoceses-irlandeses que colonizaram a região da Virgínia na fronteira com o Estado do Tennessee. Samuel Rhea Gammon cresceu ajudando a família na produção e venda de verduras. Mais tarde, devido aos problemas gerados pela guerra civil, os pais mudaram de região e abriram um pequeno comércio¹⁸.

Samuel Gammon estudou no Union Theological Seminary em Hampden-Sidney, Virgínia. Formou-se em Teologia em 1889. Mais tarde, em 1902, recebeu do King College o título de Doutor Honoris Causa em Teologia. Mais tarde, pela mesma instituição, recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Direito.

Samuel Gammon veio para o Brasil em 23 de novembro de 1889, acompanhado da missionária Carlota Kemper que regressava ao país após suas férias. Chegou ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de dezembro de 1889 e, em Campinas, após dois dias. Quando foi para Lavras, atendeu ao Instituto Evangélico e ao campo evangelístico da região até 1901, quando foi para São Paulo substituir, por um ano, o Reitor do Seminário Presbiteriano, Dr. John Rockwell Smith, que não se encontrava bem de saúde. Neste período, Gammon “fez melhoramentos no edifício do seminário e cooperou para restabelecer as boas relações da instituição com o Mackenzie” (MATOS, 2004, p. 243)¹⁹. Depois retornou às suas atividades em Lavras.

O desenvolvimento do seu trabalho missionário foi marcado tanto pelo seu empreendimento educativo, como pela sua obra itinerante na região de Minas, percorrendo cidades, lugarejos, roças, evangelizando, ou angariando fundos nos Estados Unidos para o sustento do trabalho e da missão em Lavras. Em 1913, foi chamado aos Estados Unidos para colaborar, junto às Igrejas Presbiterianas, de uma grande campanha com o objetivo de angariar fundos para o trabalho missionário em países como: Brasil, China, Japão e outros. Retornou ao Brasil no ano seguinte e, em 1916, foi ao Panamá para participar do Primeiro

¹⁸ Conforme Oliveira (2000, p. 22-25) o Dr. Gammon foi casado com Guilhermina Gammon, com quem teve uma filha. Ficando viúvo, casou-se pela segunda vez em 1911, com a missionária Clara Gennet Moore, com quem teve os filhos Audley, Billy, Alice, John e Richard. Dois acontecimentos foram importantes para a decisão do Dr. Gammon em relação ao campo missionário do Brasil: o advento do Movimento Voluntário Estudantil nos Estados Unidos, desenvolvido pelo evangelista Dwight Moody, que influenciou muitos jovens pela escolha missionária. Dr. Gammon também foi ouvinte de uma palestra proferida pelo Dr. Edward Lane, missionário no Colégio Internacional.

¹⁹ Fundado em 1870, pelo casal George W. Chamberlain e Mary Ann, missionários da Missão de New York pertencente à Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (chamada Igreja do Norte devido a Guerra Civil). A instituição foi chamada inicialmente de Escola Americana, que mais tarde veio a ser o Mackenzie College (1891), sob a direção do educador Horace Manley Lane.

Congresso Missionário Latino-Americano, como representante da obra educacional presbiteriana no Brasil, juntamente com os pastores Erasmo Braga (Pastor e Professor do Seminário Presbiteriano do Sul – Campinas), Álvaro Reis (Pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro) e Eduardo Carlos Pereira (Pastor da Igreja Presbiteriana Independente).

Lavras foi alvo, inicialmente, do trabalho missionário do Rev. Eduardo Carlos Pereira, quando era pastor na cidade de Campanha. Logo após a sua transferência para São Paulo, o campo ficou sem a assistência de obreiros. Com a chegada do Dr. Gammon, o templo foi oficialmente consagrado em 9 de julho de 1899, quando se tornou congregação, mas só foi organizada como igreja em 28 de fevereiro de 1911 (IGREJA PRESBITERIANA DE LAVRAS. Histórico da Igreja Presbiteriana de Lavras). Normalmente, a missão no Brasil começava seus trabalhos evangelísticos formando congregações ou igrejas, daí partia, em alguns casos, para o trabalho educativo. Em Lavras o projeto educativo antecedeu a formação da igreja local.

O Dr. Gammon se responsabilizou por diversos campos missionários em toda a região: Cana Verde (município de Campo Belo), Campo Belo, Piumhi, Nepomuceno, São João Del Rei, Caxambu, Varginha e outros. Estes locais foram importantes não somente para a divulgação da fé protestante, como para a divulgação do projeto educativo, ao percorrer por muitos sítios e ter contato com muitos lavradores e fazendeiros. Foi em Cana Verde em 1883, que se converteu ao protestantismo, por meio do Rev. Eduardo Carlos Pereira, o coronel José Custódio da Veiga, importante colaborador do Dr. Gammon na divulgação e apoio ao projeto educativo. José Custódio era fazendeiro e vereador em Lavras, cooperou para a criação e oficialização do Ginásio de Lavras (em 1904, pertencente ao Instituto Evangélico); era presbítero da Igreja Presbiteriana de Lavras e membro fundador do Presbitério Sul de Minas, em 12 de março de 1910.

Em relação ao Dr. Gammon, no arquivo da Igreja Presbiteriana de Lavras foi encontrado um folheto, escrito em 1895, divulgando o *Regulamento da Eschola Gratuita*. Não conseguimos identificar por quanto tempo esta escola funcionou, mas é possível perceber o quanto a educação norteava a sua ação, e esta preocupação em levá-la ao alcance de todos, foi percebida nos seus escritos, não apenas com a criação de diversos departamentos do Colégio, mas pelo oferecimento deste curso extra-escolar: “afim de proporcionar a toda a mocidade Lavrense uma instrução solida nas matérias do curso primário” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Regulamento da Eschola Gratuita, 1895). Em 1904, há registros do seu funcionamento, com cinquenta alunos (GAMMON, 2003, p. 102). Assim ficavam declarados seus objetivos:

[...] abriu-se, num prédio sito no largo de Sta-Anna, uma aula de instrucção gratuita. 1) os Paes têm de fornecer os livros, cadernos, pennas, lápis, pedras etc. 2) os alumnos devem vir sempre bem asseados. 3) É de primeira necessidade e uma condicão indispensável que os alumnos assistam com regularidade. Faltando nisto perderão os privilégios das aulas: visto ser impossível o alumno adiantar-se nos seus estudos sem regularidade na assistência. SAMUEL R. GAMMON, Director. Lavras, Agosto de 1895 (INSTITUTO EVANGÉLICO. Regulamento da Eschola Gratuita, 1895).

Dr. Gammon via a educação como importante meio para o desenvolvimento nacional, contribuindo poderosamente para a formação intelectual, comercial e moral das pessoas. Ele defendeu esta ideia, mesmo enfrentando adversidades dentro da missão quanto ao lugar da educação na obra evangelística do Brasil. O esforço em relação à escola gratuita buscou atender as necessidades sociais daquele momento, o analfabetismo no Brasil alcançava 85% da população.

Em seu livro, escrito em 1910, *The Evangelical Invasion of Brazil: A half century of Evangelical Missions in the Lands of the Southern Cross* (A Invasão Evangélica do Brasil: Meio Século de Missões Evangélicas na Terra do Cruzeiro do Sul), ele faz uma descrição importante sobre a história do Brasil, o povo, a cultura, a vida econômica, religiosa e educacional do país.

Apesar de o brasileiro ser visto em sua obra como “pessoas gentis e afáveis”, o autor apresentava-o como alguém muito “descuidado sobre o seu modo de vestir, quando em casa e quando na loja ou escritório. Mas exageradamente cuidadoso ao executar algum ato oficial, ou assistindo a alguma reunião social formal”. Por causa disto, muitos fazendeiros eram confundidos com os seus trabalhadores, e muitas crianças iam à escola, ao correio ou a qualquer outra atividade externa ao seu lar, sem estar propriamente vestidas (GAMMON, 1910, p. 40, 41). Estas observações escritas em seu livro talvez esclareçam a restrição “asseado” como condição de participação das aulas gratuitas. Este discurso correspondia aos ideais higienistas que circulavam no país.

Elogiou a literatura rica do país nos escritos de Rui Barbosa, Gonçalves Dias, José de Alencar e a música de Carlos Gomes. Admirou a agilidade mental das pessoas e, principalmente, das crianças na escola: “comparando com as crianças da mesma idade na América do Norte, as crianças brasileiras aprendem rapidamente e alcançam com mais facilidade os rudimentos da educação” (GAMMON, 1910, p. 43).

A nosso ver, para Samuel Gammon a evangelização não poderia esquivar-se da escola ou da formação intelectual dos jovens e das crianças. Esta integração foi eficiente e comprovada por países de doutrina reformada: o sistema de educação pública da Alemanha,

Suíça e Estados Unidos são certamente exemplos importantes na contribuição do desenvolvimento destes países (GAMMON, 1910, p. 77).

Por ser um país católico, o autor via o Brasil como campo missionário para a fé protestante e defendia a tese de que, embora o romanismo fosse uma religião cristã, era considerada pagã, devido as suas cerimônias e doutrinas, nas quais seus ensinos subvertiam os ensinos bíblicos, sobretudo no que concerne ao papel de Maria, a mediadora entre Cristo e os Homens. Afirmava isto, porque reconhecia a existência de opiniões sobre a necessidade ou não do evangelismo protestante no Brasil. Muitos acreditavam que o Brasil, devido à existência de cidades modernas, aliada à presença do cristianismo católico, não carecia de investimento missionário protestante. Dentre os objetivos do seu livro, está a ênfase na reivindicação da evangelização do “Brasil papal”, transformando-o numa América protestante, desenvolvida. Pois o Brasil, apesar de apresentar contrastes extremos entre a dualidade pobreza-riqueza, intelectualidade-ignorância, foi percebido pelo Dr. Gammon como uma terra de recursos inesgotáveis e de futuro promissor. Possuía, em sua visão, todos os recursos e materiais necessários para uma grande civilização, a começar do investimento na vida rural e do investimento em ferrovias.

A relação Estados Unidos-Brasil²⁰ era propícia em sua visão para alargar esta possibilidade, devido à diplomacia entre os dois países ou às relações comerciais que estavam sendo desenvolvidas. Além da admiração dos brasileiros pela política, pelo progresso industrial e pela prosperidade comercial dos Estados Unidos, fazendo deste modelo as aspirações para a transformação de seu contexto. De fato, os missionários têm noção deste papel político e se beneficiam desta admiração para a proclamação dos seus ideais educativos e ideológicos.

Desde o século XIX, o Brasil mantinha relações econômicas com os Estados Unidos na exportação do café e açúcar, cujos produtos foram alvos de diferentes conflitos econômicos que favoreceram ou não o Brasil (Colônia Portuguesa). A doutrina Monroe “América para os americanos” forja as principais intenções norte-americanas, que naquele momento buscava exercer influência sobre as Américas, significando a expansão do capitalismo norte-americano. Desenvolveram-se cada vez mais os laços entre os dois países. “Até 1930, os Estados Unidos investiram no Brasil 10.292.231 dólares, contra 17.119.380, de outras nações”. Entre 1921 e 1927, “os Estados Unidos também se tornaram detentores de cerca de 35% das dívidas externas do Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 303). Neste mesmo período muitas empresas norte-americanas se instalaram no país.

²⁰ Ver o trabalho de BANDEIRA (2007).

Sendo os Estados Unidos, como o “melhor cliente do Brasil”, “naturalmente” os favores comerciais deveriam ser recíprocos, pois com o progresso do Brasil, devido às possibilidades agrícolas, exigiria a compra do maquinário. Neste caso, os Estados Unidos eram os primeiros fabricantes destes instrumentos de agricultura, daí a reciprocidade que deveria existir entre os dois países. E, de certa forma, o investimento na educação agrícola propiciaria este relacionamento comercial, o que resultaria em lucro para os Estados Unidos.

Além da questão econômica e política, a influência norte-americana no Brasil esteve sob questões culturais, pois não somente a educação influenciava os brasileiros, mas a religião e o cinema. O Imperador do Brasil, ao visitar os Estados Unidos, solidificou este entusiasmo pela economia e pela cultura daquele país. Pensadores liberais como Rui Barbosa e José Veríssimo, bem como nos anos 1920, Anísio Teixeira e Lourenço Filho destacaram na educação norte-americana o ideal de propulsora do progresso para o Brasil. Vale destacar que esta influência foi questionada, pois nem toda a intelectualidade brasileira compartilhava destes ideais. Podemos citar o escritor e crítico Agripino Grieco e o escritor católico Alceu Amoroso Lima (BANDEIRA, 2007, p. 298-299).

Voltemos, então, à questão educativa. Dr. Gammon apontava a fragilidade de uma igreja nacional que estava em desenvolvimento, daí a necessidade da missão preparar líderes e influenciar a formação de jovens no Brasil. Para ele, nenhuma missão poderia ser completa sem dar considerável relevância ao ministério educacional, pois na escola as mulheres seriam treinadas para a casa, para a escola paroquial e para o trabalho nas escolas superiores²¹. Já os homens seriam treinados como líderes eficientes, diáconos e leigos, para o trabalho como professores em faculdades e seminário. O carro-chefe desta educação, do ponto de vista missionário, era o Seminário Teológico, para formar novos líderes nacionais²².

Para atingir estas prioridades educacionais para a juventude, era necessário o envio de mais missionários e maior investimento tanto em publicação de periódicos, como, em especial, em educação, aumentando o número de escolas e equipando tais instalações para colocar ao alcance da mocidade todos os ensinamentos intelectuais, sob a influência do pensamento protestante (GAMMON, 1910, p. 152; 153).

²¹ Verifica-se o caráter inovador dado à mulher ao pensar a sua formação e trabalho no ensino superior. Mas, por outro lado, uma visão tradicional para a educação feminina no contexto protestante, não diferenciando das prioridades dadas pela Igreja Católica à educação feminina, como importante recurso para a evangelização católica no Brasil, a partir dos últimos anos do século XIX. Vale destacar que, na realidade brasileira, a feminização do magistério se expande a partir dos anos 1870.

²² O Seminário da Igreja Presbiteriana apresentado no texto é o Seminário de Campinas, chamado de Seminário Presbiteriano do Sul, onde ocupa, até hoje, o edifício usado inicialmente pela Escola Internacional, antes de ser transferida para Lavras.

Embora o plano de uma Universidade brasileira estivesse ainda por vir, para Gammon, o investimento de escolas superiores protestantes já era um bom começo para que se concretizasse esta universidade ativa, problematizadora e inovadora de seu contexto social, bem como lançaria iniciativas quanto à concretização de uma universidade protestante. Dr. Gammon reconhecia que as divergências quanto ao projeto educacional que enfrentara anteriormente não permitiram maiores avanços da Missão Sul, e que o mesmo motivo foi a causa de divisão da sua própria missão. No entanto, mesmo enfrentando oposições, consideramos que a própria missão não teve como esquivar-se da força e da influência desse e de outros missionários educadores no empreendimento educativo.

Esta é a sua observação, até o momento da escrita de seu livro, sobre os presbiterianos sulistas e a educação:

Os presbiterianos sulistas por muitos anos, negligenciaram este braço educacional para o trabalho missionário, e sofreram a consequência dos seus erros [...] Recentemente estão começando a corrigir isto. Na parte sulista do Brasil, eles têm a escola de Lavras. Ao norte do Brasil, uma escola próspera para meninas foi administrada durante vários anos em Natal - Rio Grande do Norte: foi transferida para Pernambuco onde continua fazendo um bom trabalho. No interior de Pernambuco, em Garanhuns uma escola foi aberta para a preparação de homens jovens para o trabalho do ministério. A necessidade de trabalho preparatório para estes companheiros jovens dará origem indubitavelmente ao que será o começo de uma escola para meninos (GAMMON, 1910, p. 145).

Parece que a Missão percebeu a força ideológica da educação para alcançar crianças e jovens. É evidente que Dr. Gammon viu a educação como importante meio de evangelização e ação social, cujo projeto ficou explícito em seus escritos e relatos sobre o trabalho educacional para o Brasil. Analisaremos como ele vinculou sua visão ao projeto agrícola desenvolvido em Lavras.

1.3.1.1 A Visão Educacional para Lavras

Lavras já sofria as consequências da economia mineira devido à crise econômica. Como exemplo, até 1899 não havia projeto agrícola iniciado, voltado para a preparação do produtor rural, avanços em relação à policultura ou projetos educacionais. Não havia

trabalhadores estrangeiros no distrito (imigrantes), pois estes iam para São Paulo, em busca de melhor salário²³.

As queixas do Agente Executivo em 1903 não foram diferentes das que estavam evidentes no âmbito estadual quanto à ausência de uma política econômico-financeira. No caso de Lavras, esta crise foi desencadeada por um fator peculiar: o êxodo das famílias dos agricultores para outras regiões e a relação entre os agricultores e os novos agentes comerciais, os vendedores ambulantes:

- 1) a expansão do commercio ambulante, prejudicando o commercio fixo. (taxas diferentes das mercadorias do commercio. 2) estagnação do commercio devido a multiplicação de casas de commercio à beira das estradas e nas proximidades das fazendas, impedindo que o rural busque diretamente os mercados (BOTELHO, 1903, p. 35).

Estas questões estavam dificultando o desenvolvimento econômico não apenas dos agricultores, mas, principalmente do comércio na própria cidade. A ausência de trabalhadores para atender as necessidades locais, foi fator importante.

Para sanar tais dificuldades, o Agente Executivo Municipal, Dr. Álvaro A. de Andrade Botelho, apontou algumas resoluções para a questão: a) Construção do mercado para centralizar e facilitar a frequência dos compradores; b) Consequentemente, a questão do acesso e veiculação da mercadoria passa pelo discurso dos meios de transportes, pois a “facilidade dos transportes dos centros productores para os mercados de consumo é uma das circunstâncias que influem poderosamente sobre o desenvolvimento agrícola”, o que gerava na visão do Agente Executivo, rapidez, comodidade, segurança e barateza; c) Finalmente, a educação é outro fator importante. Ele apontou o problema da evasão escolar, a qual chamou de “semi-analphabetismo” como principal causa das dificuldades educacionais do município, pois as pessoas aprendiam a soletrar o nome e assinar, e já abandonavam a escola. Estes conhecimentos básicos eram vistos apenas como necessários à sobrevivência. Não estava presente na formação dos alunos a cultura científica e moderna, do aperfeiçoamento técnico e produtivo. Para o Dr. Álvaro Botelho a escola era o

²³ Lavras começou a povoar em 1729 por paulistas, território pertencente à freguesia de Carrancas, comarca de Rio das Mortes, que tinha por cabeça a Villa de São João D’el-Rey, criado em 08.12.1713. De acordo com a Revista do Archivo Publico Mineiro, anno IV, 1899: “Lavras pertence ao bispado de Mariana em 1899, é uma cidade de clima temperado, ameno, salubérrimo, ventos constantes, até esta data nunca houve epidemia de espécie alguma. Há o registro do templo evangélico construído pela Igreja Presbyteriana em 09.07.1899. Theatro San’Anna inaugurado em 1862. Há na cidade, em 1911: 4 igrejas católicas, 1 evangélica, 1 cemitério, 6 edifícios públicos: grupo escolar, câmara, casa de museu, theatro, cadeia, fórum” (MUNICIPIO..., 1899, p. 588-608).

[...] logar em que apprendam e se habilitem as crianças para ganhar mais tarde a sua vida no exercício da agricultura, da industria, do commercio ou de algum officio mechanico, deve ser o logar em que, pela assiduidade e pela demora se habilitem em todas as noções moraes, pelo exemplo do mestre depois de adquiridos os rudimentos de saber necessário para se conduzirem bem no meio social em que tenham de viver (BOTELHO, 1903, p. 36).

A formação moral do agricultor e o seu compromisso com o progresso da pátria foram apontados para justificar o desenvolvimento da educação agrícola, embora ainda amalgamada por princípios tradicionais e morais.

É evidente que a educação agrícola foi uma preocupação local e, sob o seu olhar, este era o meio eficaz para que o município²⁴ combatesse “os processos da rotina, pela aquisição e vulgarização dos instrumentos de cultivo mais aperfeiçoados, introduzir novas culturas pela distribuição de sementes e cooperar na divulgação do ensino agrícola” (BOTELHO, 1903, p. 35-36). Logo, tal educação foi uma necessidade reclamada, mas a referida institucionalização da educação agrícola só aconteceu em Lavras, cinco anos mais tarde, com o projeto de educação presbiteriana.

A presença protestante em Lavras se desenvolveu de uma forma peculiar no contexto social e educacional da cidade. Ela se caracterizou como um marco na história local exercendo influências, conflitos e admirações muitas vezes acompanhadas por um saudosismo ainda presente na cidade, uma presença que não passou despercebida. Apesar disto, os missionários sofreram perseguições, em muitos momentos foram acusados de terem pacto com “Sr. Majestade Satânica”, tentativas de assaltos e perseguição dos padres sobre os alunos para intimidá-los (GAMMON, 2003, p. 72-73).

Outra perseguição aconteceu no dia 5 de agosto de 1909: circulou “O Desmascarador”, uma folha avulsa de propaganda contra o protestantismo em Lavras, sob a direção de Júlio de Oliveira. No entanto, a publicação contra os presbiterianos causou um grande incômodo na cidade; vários cidadãos manifestaram solidariedade aos presbiterianos.

Ainda em 1900, foi inaugurada em Lavras uma escola católica para moças – Colégio N. Sra. de Lourdes. Os objetivos com a instituição voltavam-se para a tentativa de interromper o projeto educativo protestante. A iniciativa foi de Dom Silvério, Bispo de Mariana, ao escrever ao Monsenhor Domingos: “[...] Em Lavras há necessidade extrema, por causa do colégio protestante, para onde mandam os pais suas filhas, por não terem colégios católicos [...]”. Devido o Monsenhor Domingos ter realizado vários projetos sociais católicos na região,

²⁴ A Câmara já custeava as escolas rurais e já adotara o modelo de escolas mistas. Enfrentava o problema com as escolas primárias devido à ausência de professores para atender a demanda. Como exemplo, o Dr. Álvaro Botelho comentou o caso do concurso em duas localidades: Porto dos Mendes e Cerrada (concurso para provimento das cadeiras) onde inscreveu-se apenas uma candidata (BOTELHO, 1903, p. 35).

enviou o pedido do Bispo ao Vigário Malaquias. A data da carta foi de 1897, mas devido às questões financeiras o colégio foi inaugurado somente em 1900, sob a direção das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade (SALVIANO, [200-]. Apostila)²⁵.

Segundo a esposa de Dr. Gammon, este foi o resultado de uma forte campanha, de casa em casa, para que a recém-fundada escola substituisse a escola protestante (GAMMON, 2003, p. 75). No entanto, apesar dos esforços e do sucesso do empreendimento educativo, este não afetou diretamente o projeto evangélico.

A maçonaria em Lavras contribuiu para a presença dos protestantes diante dos conflitos, pois compartilhavam com estes dos mesmos ideais de democracia. Os maçons viram na formação escolar protestante o meio para fortalecer os seus ideais. O historiador Júlio Andrade Ferreira (1992), confirma em seus escritos que o Rev. Samuel Gammon era maçom. Em Lavras não foi possível confirmar tal dado, isto pode ser possível porque para ser um maçom é necessário pertencer a uma religião e, para a Igreja Presbiteriana, era permitido um pastor ser maçom. Vale destacar que desde o início do século XIX, nem todos os pastores presbiterianos concordavam com a participação de pastores na maçonaria, sendo este um dos motivos da primeira divisão da Igreja Presbiteriana do Brasil em 1903.

Muitos brasileiros liberais e maçons aceitaram os conhecimentos trazidos pelos protestantes no campo educacional para o Brasil. Baseado na afirmação de Peri Mesquida (1994)

[...] [a] elite regional, maçônica, positivista, liberal e anticlerical, tendo como referência a sociedade americana, estava convencida de que o modelo de educação em vigor não correspondia às suas expectativas. Assim, estimulou, fomentou e apoiou o transplante do protestantismo (MESQUIDA, 1994, p 20).

Em Lavras, alguns espíritas contribuíram com a permanência dos protestantes, foi o caso do Dr. Jorge, dono da chácara vendida ao Instituto Evangélico. Além de alguns políticos apoiarem a causa educacional protestante na cidade.

Quando chegou a Lavras, Samuel Gammon registrou em seu diário no dia 27 de janeiro:

[...] hoje comecei o trabalho ao qual dediquei minha vida. Nossa escola abriu-se hoje, e, segundo penso, vejo nela muitos anos de minha vida. Nosso começo foi pequeno, somente sete rapazes esta manhã, mas muitas empresas de grande vulto são o resultado de pequenos começos. Que Deus nos

²⁵ A inauguração de escolas católicas, para tentar intimidar o projeto educativo protestante, aconteceu em Patrocínio: em 1925 foi inaugurado o Patrocínio College, depois a escola católica para meninos foi fundada na cidade e, posteriormente, em 1928 uma escola para meninas. Ver sobre o assunto: FERREIRA (2004), e o trabalho de ROSSI (2005).

abençoe e nos faça grandes; para Ele olho e Nele confio (GAMMON, 2003, p. 45).

Ele sabia dos desafios que viriam pela frente em relação ao sustento e sucesso do projeto educacional naquela cidade ou região, bem como as dificuldades que o próprio protestantismo enfrentou por onde chegava, devido à resistência católica e, até mesmo, as diferenças quanto ao comportamento ou a postura diante da visão religiosa e educacional. Em relação ao Dr. Gammon não foi diferente, até mesmo porque sendo líder de um grupo, sofreria de uma forma geral qualquer queixa contra os seus liderados. Diante de suas crenças, ou da forma como via as dificuldades, numa perspectiva calvinista, Gammon acreditava que a soberania e o cuidado de Deus seriam demonstrados em cada etapa de seu projeto, por isto confiava nos propósitos Divinos.

Reconhecia, do mesmo modo, que o seu trabalho reiniciado naquele local era um projeto pequeno, mas que almejava projetos maiores para o futuro. Ainda em 1893, ele escreveu em seu diário relatando suas experiências e expectativas:

Este é um dia importante na minha vida. Hoje volto ao meu verdadeiro campo de trabalho e estou a pique de encetar a grande obra que tenho diante de mim. Na verdade, os campos estão brancos-brancos, em razão da grande necessidade que o povo tem do Evangelho; brancos, em razão da prontidão de muitos para ouvir as alegres novas. Mas ao assumir esses árduos e solenes deveres, quão fraco me sinto! Quão inteiramente incapaz de realizar a vasta obra que tenho pela frente! Quanto necessito da divina graça e sabedoria para discernir o que de melhor deve ser feito, sabedoria para conhecer como me conduzir diante de meus irmãos, de modo que não produza atritos, sabedoria para saber como ganhar homens para Cristo! Oh! Como anseio ser um pescador de almas! Essa noite eu me consagrei, de novo, como uma oferta a Deus. Que Ele possa usar-me para realizar a sua vontade, na salvação de pecadores (GAMMON, *Diário*, 1893, p. 29).

A convicção da obra missionária que haveria de realizar exigiu do Dr. Gammon muita competência e perseverança. Lavras fazia parte da “invasão evangélica” (ou utilizando o termo bíblico adotado por ele: como ser um “pescador de almas”, termo este utilizado por Jesus, quando ensinou aos discípulos sobre a urgência da evangelização). Desse modo, para cumprir esta ordem ou influenciado pelo avivamento missionário vivido nos Estados Unidos, ele pensava numa escola confessional, ou seja: numa escola que pudesse manter seu caráter decididamente cristão (protestante). Em seu livro já apresentado anteriormente, relatou com entusiasmo que embora houvesse dúvidas por parte de alguns se seria possível comandar uma escola e manter sua identidade confessional, o autor responde que “a experiência de Lavras está confirmado esta contenção” (GAMMON, 1910, p. 144).

Gammon tentava demonstrar por meio da tentativa de Lavras que não existia distinção entre vida secular (educação ou escola) e religião (igreja). O religioso não era visto por ele como incompatível com a aprendizagem completa, ou seja: “era possível ter devoção e inteligência a exemplo de Agostinho” (GAMMON, 1910, p. 144).

Embora em seu projeto de escola confessional ele afirmasse não buscar um proselitismo protestante, até mesmo porque a maioria dos alunos não era adepta da mesma visão religiosa da escola, buscou por meio de estudos bíblicos (a bíblia utilizada era a própria bíblia dos alunos) tentar levar o aluno à análise crítica quanto às verdades bíblicas do que seria verdadeiramente uma igreja cristã. Apesar da afirmação, percebe-se que há intencionalidade religiosa. Portanto, o proselitismo estava presente na perspectiva educacional da escola e, embora a educação no projeto educacional da missão configurou-se como um meio para a evangelização protestante, em muitos momentos mais pareceu um evangelismo direto e intencional (protestantismo de doutrina).

Seu objetivo quanto à concepção educacional de Lavras foi atender a necessidade que ele considerava suprema: preparar liderança ou preparar líderes brasileiros. Para este treinamento, o Instituto Evangélico contava em 1904 com duas escolas: Carlota Kemper e o Gymnasio de Lavras, que foi equiparado ao ginásio oficial do Governo, Colégio D. Pedro II. Assim escreveu em 1904 sobre este empreendimento:

Hoje a nossa escola de rapazes foi aberta! Graças a Deus eu vi esta esperança realizada! Mas não era tanto a escola, como os resultados, o que eu mais desejava. A escola, no meu sonho, era apenas um meio para um fim. O fim é a preparação de moços para uma vida útil, para serviço honrado e abençoados, na Igreja de Deus no Brasil e, especialmente, para o bendito ministério do Filho de Deus. Oh! Que Deus não permita que o meu sonho seja realizado somente quanto a seu lado material! (GAMMON, Diário, 1904, p. 56).

A declaração deste missionário educador respondeu, num primeiro momento, as nossas indagações quanto ao projeto educativo desenvolvido em Lavras: a escola constituiu-se como um meio para atender a demanda missionária presbiteriana da missão Leste no Brasil. O fim estava na propagação da fé protestante, a qual via o Brasil como “campo branqueado”, pronto para a colheita. Aqui o líder nativo é alvo desta formação e propósito, ele compreenderia melhor seus conterrâneos para desenvolver a “colheita” de novos fiéis, da mesma forma que o crescimento do número de líderes brasileiros preparados evidenciaria uma igreja brasileira amadurecida e autônoma.

O ápice de seu projeto educativo foi a concretização da Escola Agrícola. Por várias razões o Dr. Samuel Gammon buscou ampliar seu projeto educativo ao criar uma escola nas

dependências do Instituto que ensinasse agricultura aos jovens da região, conforme apontava o programa publicado em 1908: a primeira razão voltava-se para a vocação agrária do Brasil por ser um país essencialmente agrícola e dependente da agricultura como principal fonte de riqueza, pois a natureza havia sido bondosa dando a estas terras um solo muito fértil e um clima saudável; era preciso preparar corretamente as pessoas para melhor aproveitá-las (INSTITUTO EVANGÉLICO. Programma do Curso de Agronomia, 1908, p. 4).

Para saber explorar estas riquezas ele apresentou outros motivos para justificar a existência da escola: a ciência e a prática da agricultura cresciam a passos largos em todas as nações desenvolvidas do mundo e era preciso aproveitá-las no Brasil para desenvolver o país. Assim, era de interesse da classe dos agricultores uma escola que os auxiliasse na exploração de um solo fértil como o de Minas Gerais. Sendo assim, a questão agrícola era a que mais preocupava os homens do Estado. Apesar da existência, segundo Dr. Gammon, do preconceito generalizado na época, de que o agricultor não tinha a mesma importância que o bacharel em Letras, uma escola agrícola que ensinasse agricultura científica aos alunos possibilitaria-lhes competir com as demais “classes”, como conquistariam respeito profissional e aprovação política nas assembleias legislativas e perante a sociedade (INSTITUTO EVANGÉLICO. Programma do Curso de Agronomia, 1908, p. 5).

Sua terceira justificativa voltava-se para o próprio sustento da escola: ela concedia bolsas aos alunos que não podiam arcar com seus custos. Geralmente estes mesmos alunos trabalhavam um certo número de horas para o estabelecimento, como forma de pagamento. Como o trabalho era limitado, também o era o número de bolsas. Com uma escola agrícola efetivada, aumentaria o trabalho e, portanto, a possibilidade de criarem-se novas bolsas. Além do mais, estas pessoas se educariam por seus próprios esforços.

A escola tinha gastos com a aquisição de alimentos; se uma escola agrícola fosse efetivada, estas despesas seriam cortadas das planilhas de custo e poderia receber mais alunos cobrando menos. Sua intenção era “oferecer a todos educação por preços módicos, e a muitos a oportunidade de se educarem pelos seus próprios esforços” (GAMMON, [190-] A importância da fundação de uma escola agrícola).

Finalmente, a seu ver, o Instituto Evangélico desejava contribuir para o engrandecimento da Pátria, fornecendo uma educação mais prática para o brasileiro. Havia mais jovens interessados em serem agricultores do que seguir outra carreira. Além do mais, muitos “vultos eminentes” perdiam-se diariamente para a Pátria por falta de uma possibilidade de se educarem, seguindo uma vida acanhada e sem perspectiva (GAMMON, [190-] A importância da fundação de uma escola agrícola).

Antônio Gouvêa Mendonça (1995), em seu estudo sobre o protestantismo, apresentou os motivos que levaram os missionários e pastores a colocarem a educação junto à propaganda religiosa:

Quais as razões que levavam os missionários e também os pastores nacionais, a essa preocupação com a educação paralela à propaganda religiosa? Poderia haver algum traço de espírito filantrópico diante da escassez de instrução vigente que chocava os norte-americanos vindos de uma sociedade mais complexa, sob todos os aspectos. Mas por outro lado, a carência de instrução podia ser um notável empecilho ao aprendizado da doutrina protestante, todo calcado na leitura da Bíblia, livros, revistas e jornais, que logo começaram a ser publicados por iniciativa das missões [...] o livro e o discurso estão sempre presentes na prática religiosa protestante [...] daí, não ser difícil concluir que a evolução do protestantismo dependia, em grande dose, da alfabetização de seus adeptos atuais [...] (MENDONÇA, 1995, p. 99).

As justificativas apresentadas evidenciaram o caráter ideológico da educação protestante e, consequentemente, buscava atender as perspectivas de seu contexto social. As escolas protestantes transmitiam, pela prática educativa, uma nova prática religiosa, por isso, elementos da cultura protestante estavam presentes neste processo: a valorização do trabalho ou da vocação individual vistos como bênçãos obtidas. Assim, a positividade do trabalho passava pela escola, pela formação técnico-profissional do aluno.

Vale ressaltar que, numa perspectiva puritana, a vocação individual resultava na devoção à execução da sua vocação, ou seja, cumprir o chamado divino, com o objetivo de contribuir com o trabalho divino na construção do mundo. Daí a valorização do desenvolvimento da vocação do indivíduo pela educação, cujo depoimento foi percebido nas ações educativas do Instituto Evangélico em Lavras, pois a educação

[...] não se faz em um momento, mas é uma série de faltas e arrependimento e de reacções para o progresso, por isso, pessoas que outros, menos persistentes e dedicados, teriam relegado como incapazes, elle as cuidava com tal paciência e confiança, que conseguia muitas vezes transformal-as em elementos úteis à vida social (DR. SAMUEL R. GAMMON. **O Município**, anno XV, n. 8, 9 jul. 1928).

Para Dr. Gammon a educação foi idealizada não como privilégio decorrente de nascimento ou riqueza, mas como um instrumento de oportunidade para o desenvolvimento do aluno por meio do trabalho e dos seus próprios talentos. A escola seria uma alavanca para o progresso social, daí o seu caráter prático e útil (Sciênciа e Prática), cultivado por meio de experiências e do amor à terra. Objetivava um ensino profissional voltado para o exercício da

lavoura, via instrução. O Estado necessitava de cidadãos aptos para a leitura, para a escrita e para o fazer.

O termo progresso foi uma categoria presente que veio orientando a inserção do Brasil na modernidade até os anos 1940; a partir daí o norteamento passa a organizar-se em torno da categoria desenvolvimento, como resultado das crises econômicas de 1929, as grandes guerras, a centralidade do Estado e o auge industrial. Historicamente, o conceito de progresso se desenvolveu a partir do século XVIII, sob o pensamento de Turgot (1727-1787), Condorcet (1743-1794), Kant (1724-1804), Voltaire (1694-1778), entre outros (ARAÚJO, 2007, p. 85; 87). Para entendermos a ideia de progresso, recorremos ao pensamento de Anne Robert Jacques Turgot (1727-1787), considerado um dos pais do conceito de progresso.

Turgot vivenciou a secularização da cultura francesa nos meados do século XVIII, um período de transição entre o feudalismo e o iluminismo. Ele defendeu a tese de que a religião tinha colaborado decisivamente ao progresso das luzes, ela foi a causa, o instrumento ou o motivo para o progresso da humanidade. Turgot buscou configurar o papel da religião cristã como civilizadora, configurando-a numa perspectiva educadora, pois a religião exercia o poder de frear e suavizar as paixões e os baixos instintos humanos. Portanto, a religião não era concebida como inimiga da educação escolar, pelo contrário, ela seria o principal instrumento da ilustração²⁶.

Turgot considerava a mutualidade existente entre religião e razão, pois quando esta não estivesse muito desenvolvida, a religião seria o meio eficaz para promovê-la. Por outro lado, em épocas ilustradas a razão poderia andar por si. Sua concepção de progresso se moveu entre dois princípios: a) a sociedade há de mudar e ajustar-se aos novos tempos, mas não pode fazer saltos vazios, nem deixar-se levar em milenarismos radicais; b) um processo brando, mas sempre linear de forma que seja sempre melhor (TURGOT, 1991).

Para que o progresso se desenvolvesse era necessário que este processo fosse dependente de circunstâncias, accidentais ou não, desde que fossem favoráveis. Mesmo sendo lento, este processo, a seu ver, era contínuo, sem possibilidade de retrocesso.

Na segunda metade do século XVIII, Condorcet foi o principal expositor dos ideais de progresso. Para ele, este conceito estava relacionado com a aplicação direta da ciência nas atividades produtivas. Ou seja: “Incorporação de novas técnicas e métodos e, em geral, à

²⁶ Sua biografia e pensamento estão baseados no seu trabalho intitulado **Discursos sobre el progreso humano**, 1991. O desenvolvimento da sua biografia é apresentado nesta mesma obra pelo estudo preliminar e notas de Gonçalves Mayos Solsona. Turgot, depois de deixar a vida eclesiástica, iniciou a carreira como magistrado da judicatura. Participou da encyclopédia francesa de Diderot e D'Alembert com quatro artículos. Foi nomeado intendente em Limoges. Foi nomeado por Luis XVI contrôleur general dês Finanças – espécie de ministro da Economia. Foi odiado pela Igreja Católica por sua postura em favor do reconhecimento civil dos protestantes.

modernização das instituições sociais e das formas de vida “[...] o sentido de progresso era evolução, sinônimo de avanço, sucessão, adiante e perfeição” (ALPÍZAR, 2001, p. 61). Seria, portanto, o salto para a sociedade industrializada e moderna. Nesta perspectiva, os países atrasados só superariam esta fase devido à ajuda externo-financeira ou técnica pela intervenção de países “civilizados”. A ascensão dos Estados Unidos constituiu-se um exemplo do discurso econômico sobre o conceito de progresso, pela introdução de novas técnicas e métodos de produção. Este ideal firmou-se no discurso político de Minas Gerais, no início do século XX, ganhando força no contexto dos anos 1920.

Quando pensamos o projeto missionário em Lavras, entendemos que os missionários educadores vincularam o sentido de religião e progresso à educação. Pois a Escola Agrícola de Lavras vivenciou em sua prática educacional os ideais deste projeto civilizatório. A educação era o suporte para fazer irradiar o progresso, pois ela preparava o novo indivíduo ou novo profissional para o trabalho agrícola. Do mesmo modo que a religião protestante estaria possibilitando esta ilustração do campo pela educação agrícola. Vincula-se neste processo educativo o tripé RELIGIÃO – EDUCAÇÃO – PROGRESSO. Isso explica os fundamentos da perspectiva educacional do Instituto Evangélico e, consequentemente, da Escola Agrícola de Lavras: “Dedicado à Glória de Deus e ao Progresso Humano”.

A educação agrícola, vista como importante para o progresso de uma nação, era a justificativa para o campo missionário, pois a atuação especial do Evangelho era melhorar a vida das pessoas, seja no plano religioso ou social. Progresso era investir em uma educação completa, útil para o indivíduo, consequentemente, para a sociedade.

O protestantismo não poderia ausentar-se da educação como forma de propagação da sua fé, bem como não poderia esquivar-se de necessidades reais urgentes na promoção de mudanças sociais, começando pelo desenvolvimento intelectual e social do aluno. Os missionários perceberam que o protestantismo poderia ajudar o Brasil a encontrar este progresso, o que evidenciou o caráter ideológico da sua prática educativa. Este pensamento não se diferenciou do contexto católico, que via na religião católica o meio eficaz para o progresso do país, se opondo à orientação positivista-evolucionista que permeava a sociedade brasileira desde os finais do século XIX.

Ramalho (1976), ao estudar a influência dos missionários norte-americanos, apresentou duas variáveis sobre: a contribuição do “espírito protestante” trazido pelos missionários presbiterianos, bem como as contribuições pedagógicas de suas escolas. Assim descreveu a influência, entre o pietismo protestante e o liberalismo, sobre o contexto das escolas presbiterianas:

1. Individualismo – uma das doutrinas básicas do protestantismo, que toma ênfase especial no pietismo, enfatizando a responsabilidade individual;
2. Liberdade – é muito enfatizada no pietismo, pois sua base está relacionada à livre interpretação da Bíblia e ao “livre acesso a Deus”, o que exclui os dogmas católicos romanos e os santos intermediários;
3. Democracia – sua forma de governo coincidia entre o liberalismo e o pietismo;
4. Trabalho e êxito – o trabalho constitui para os pietistas a própria finalidade de vida – a vocação. A bênção de Deus se reflete no êxito do trabalho e das atividades do indivíduo;
5. Progresso – a ideia de progresso ininterrupto, que é uma constante do liberalismo, é proveniente de duas fontes: do próprio capitalismo ocidental e da própria ideia de evolução.

Daí a ênfase que os missionários educadores, particularmente presbiterianos, assumiram sobre o papel da religião protestante e da educação na promoção do progresso, da utilidade do trabalho e do desenvolvimento completo do educando, evidenciando os propósitos do projeto educativo desenvolvido pelos missionários educadores de Lavras: “Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano”. Tais categorias apontam a identificação presente entre os valores americanos e as ideias religiosas protestantes.

Para Mendonça (1995), estas ideias foram preponderantes nos projetos educacionais presbiterianos no Brasil e amalgamaram os princípios adotados nas escolas das missões norte-americanas. Da mesma forma, Almiro Schulz (1999) relaciona tais ideias com o próprio contexto em que estes americanos chegaram ao Brasil: como homens de seu tempo, trouxeram ideias da própria cultura americana, encontrando no Brasil, apesar das dificuldades em muitos momentos, ambiente propício para a aceitação e influência, pois o tema “Estados Unidos” já estava exercendo, desde o último período do Império, influência sobre o Brasil como modelo de sociedade progressista. Por já conhecer um sistema de ensino sob o parâmetro norte-americano²⁷, os missionários tentaram introduzir no Brasil tais ideais, por isso, o conceito de Educação Superior estava tão presente em seus discursos.

O projeto educacional protestante foi um marco na vida e no desenvolvimento de Lavras, considerado por muitos como “um dos principais fatores do desenvolvimento da cidade: “O instituto ‘Gammon’, é o maior, o mais velho orgulho de Lavras [...].” Sobre o valor da escola para a cidade, ainda relatava o Jornal **O Município** em 1928, em ocasião da morte

²⁷ Em 1860, os Estados Unidos tinham 246 colégios universitários, sendo apenas dezessete de origem estatal (LARROYO, 1970, p. 645).

do Dr. Gammon, enaltecendo o progresso de Lavras: “si Lavras é conhecida lá fóra, si nossa cidade goza de um nome invejável como um centro de instrucção, deve-o, em grande parte, a maior de todas, á vida que acaba de fugir em Samuel Gammon” (DR. SAMUEL... **O Municipio**, anno XV, n. 8, 9 de julho de 1928). De uma forma mais ampla, o Dr. Gammon buscou em seu ministério ser um homem influente em Lavras, atuando em várias esferas, não somente da vida religiosa, como da vida pública. Por iniciativa dele, no dia 04 de janeiro de 1896, organizou-se o “Club Literário e Musical”, que fez sua primeira apresentação no mês de março, com um saraú. A agremiação efetuou, durante muitos anos, muitas sessões festivas e culturais. Juntamente com a sua esposa, Dona Guilhermina, fundou em 1905 a Sociedade “Covernanters”, um tipo de agremiação em que os candidatos ao ministério exercitavam os seus talentos (MATOS, 2004, p. 245).

Durante o surto de “gripe espanhola” que assolou Lavras, o reverendo instalou no Colégio, em 11 de novembro de 1918, um hospital de emergência para atender às vítimas, tendo como enfermeiras as missionárias que residiam na cidade, incluindo sua esposa. Dr. Gammon transitava pela cidade em seu coche, recolhendo doentes e transportando-os para o devido tratamento. Sua primeira esposa foi vitimada pela gripe espanhola.

Dr. Samuel Gammon Produziu um *Catecismo para Conversos*, que chegou a oito edições, bem como comentários sobre vários livros do Novo Testamento e sermões para o jornal *Púlpito Evangélico*.

Ao analisarmos o pensamento e a obra deste idealizador, verificamos como importante entendermos a concepção educacional daquele que compartilhou com ele este ideal e fez o projeto da Escola Agrícola tornar-se efetivo.

1.3.2 Benjamim Hunnicutt: O Instalador da Escola Agrícola

“Das pequenas sementes, nascem as grandes árvores”
(Benjamin Hunnicutt, 1955).

Benjamin Harris Hunnicutt, natural de Turim, Georgia, Estados Unidos, nasceu em 25 de setembro de 1886. Formou-se em Ciências Agrícolas no Mississippi State College, em junho de 1905. Foi mestre em Ciências Agrícolas na Universidade da Georgia, em 1913.

Hunnicutt veio para o Brasil a convite de Samuel Rhea Gammon em 17 de dezembro de 1907, aos vinte anos de idade, para organizar e dirigir a Escola Agrícola de Lavras, sendo professor e diretor da Escola Agrícola de 1908 a 1926. É dele o trecho da carta que segue, intitulada “And so What” e editada em 1992, relatando a sua experiência:

Em maio de 1907 eu recebi uma carta requisitando a minha vinda ao Brasil para “organizar uma Escola Agrícola na Cidade de Lavras, MG”. A carta estava assinada por A. F. Shaw, pai de Paul Vanorden Shaw, mas o pedido era em nome de Dr. Samuel R. Gammon, Diretor do Instituto Evangélico. Com 21 anos incompletos aceitei o convite e comecei a me preparar para fazer a longa viagem para o então distante e desconhecido Brasil. Deixei Atlanta, Geórgia, Estados Unidos da América, no dia 17 de novembro de 1907 para Nova York, no dia de “Ação de Graças” e alguns dias após embarquei no navio TENNYSON. Viajamos 15 dias e depois de pararmos na Bahia, chegamos no Rio de Janeiro [...] o primeiro Natal no Brasil foi memorável, pois era um belo dia de verão forte [...] Natal em dia de verão bem quente! (HUNNICUTT JUNIOR, 1992, p. 9-10).

Do Rio de Janeiro para Lavras, o autor comentou as dificuldades que enfrentou por não saber uma palavra em português. A partir daí, passaria cinco meses estudando cinco horas por dia a língua portuguesa. Em maio de 1908, ele voltou aos Estados Unidos em viagem rápida para equipar a escola que começou a funcionar em agosto de 1908, embora tenha sido oficialmente inaugurada em julho desse ano.

O próprio Dr. Benjamin, em ocasião do 50º aniversário da ESAL, complementava a sua carta já mencionada com outros detalhes que relatou ao jornal **O Agrário**, em setembro de 1958:

[...] no começo deste século o Dr. Samuel Rhea Gammon dirigia o Instituto Evangélico de Lavras e viajava a cavalo por toda parte, nos seus trabalhos de evangelização. Ele visitava um sem número de fazendas de amigos. **Nessas visitas, o que lhe impressionava mais eram os problemas, tanto de agricultura como de criação de gado.** Percebeu, então, que deveria oferecer aos filhos desses agricultores uma oportunidade de estudar **Agricultura.** No imenso estado de Minas Gerais não tinha nenhuma **Escola de Agricultura.** Esperava, naquela ocasião o Professor Augusto Shaw, que deveria vir dos Estados Unidos para cooperar com ele como professor do Instituto. Imediatamente escreveu ao professor Shaw: **“Arranja-me um moço para ensinar Agricultura, pois quero fundar uma Escola Agrícola”.** O Professor Shaw, por sua vez, escreveu ao Students Volunteer Movement, procurando saber se não havia ali um agrônomo que quisesse vir ao Brasil, cooperar com o Dr. Gammon no seu ideal de fundar a Escola. Aí é que entro na questão. Eu tinha me oferecido para fazer um trabalho em qualquer parte do mundo, dando preferência a Índia. Quando recebi a carta do Prof. Shaw, respondi afirmativamente. Dali algumas semanas recebi a carta do Dr. Gammon, convidando-me para colaborar com ele. Era a origem; era o marco inicial da história da Escola de Agronomia de Lavras (BENJAMIN HARRIS HUNNICUTT. Entrevista. **O Agrário**, anno XII, n. 52, set. 1958. Destaque nosso).

O início da Escola Agrícola não foi tão fácil. O Dr. Hunnicutt, por exemplo, relatou em sua carta, já mencionada, “que os recursos da missão eram escassos”, o que resultava em muitos esforços por parte dos missionários para conseguirem o sustento do trabalho.

Inicialmente a Escola Agrícola funcionava na chácara onde estava o Ginásio, “mas era necessário possuir mais terras visando futuro desenvolvimento”. Ele descreveu o ocorrido na aquisição destas terras em sua carta:

Certa viagem do Dr. Gammon para uma visita pastoral veio trazer esse recurso. Viajava rumo a Nepomuceno por montes e serras, caminhos que tinham sido cenários de grandes minerações a busca de ouro que enriquecia a colônia portuguesa. Essa visita pastoral era periódica a fim de proceder ao culto domingueiro. Nesse sábado, pelo meio do caminho foi surpreendido por um temporal que o obrigou a retroceder e pedir abrigo na fazenda mais próxima. Durante sua permanência na casa que o acolheu, veio a saber que aquele Senhor possuía umas terras em Lavras, justamente nas condições que ele desejava para a Escola. No dia seguinte seguiu viagem e encontrando o Sr. José Custódio da Veiga, um dos animadores da obra educacional, contou Dr. Gammon, o que ocorreu no caminho e quanto desejava adquirir aquelas terras, faltando-lhes recursos no momento e a permissão da Junta. Disse-lhe o amigo “obtenha a permissão e feche o negócio, eu lhe arranjarei o dinheiro em boas condições” (HUNNICUT JUNIOR, 1992).

Percebe-se que tanto o pensamento do Dr. Gammon, como as aspirações de Benjamin Hunnicutt, engajados no processo educacional, viram a Escola não somente como meio de evangelização, mas como uma forma de emancipação social e desenvolvimento do progresso. Em seu trabalho *Brazil looks Forward* (Brasil olha para o futuro) escrito em 1945, ele descreveu características culturais, geográficas, econômicas, políticas e educacionais; produtos agrícolas e industriais do Brasil, como alguém que viveu e conheceu o Brasil. Em 1949, ele voltou a falar do assunto ao escrever outra obra: *Brazil: World Frontier* (Brasil: Fronteira Mundial), na qual apresentou um Brasil de futuro promissor, não devido ao tamanho de suas fronteiras e áreas geográficas, mas porque poderia oferecer muitas oportunidades excepcionais para o progresso, a partir do momento que houvesse maior investimento no conhecimento da ciência e da sociologia, no transporte, na saúde e saneamento. Nesta obra analisou a agricultura brasileira (milho, cana-de-açúcar, café, algodão, laranjas, castanhas e bananas); a indústria brasileira (o mineral e os recursos da água); e, claro, a própria educação e cultura brasileira.

No prefácio do seu livro *Brazil looks Forward* em 1945 (p. xv) Lourenço Filho fez a apresentação do trabalho dizendo: “[...] foi na escola agrícola onde Hunnicutt lançou suas ideias para melhorar os métodos agrícolas, revitalizando o meio rural através de uma

sistemática instrução e da educação Cristã". Enfatizou, portanto, que a educação foi o meio pelo qual este homem utilizou para a propagação da fé cristã-protestante. Neste ponto, a educação agrícola atendeu as necessidades reclamadas de um contexto econômico carente de sistematização da agricultura por meio da ciência e da racionalização do trabalho veiculado pela propagação do evangelho.

O projeto educacional desta instituição não se limitou apenas ao curso agrícola, mas em educação para todas as idades: educação primária, ginásial, escola normal, comercial e teológica para a formação de obreiros. Mesmo reconhecendo as limitações do trabalho missionário para o Brasil, assim foram as exigências para qualquer um que se habilitasse ao serviço missionário nesse país:

Serão passados os primeiros anos de trabalho adquirindo o idioma e acima de tudo ajustando-se às condições novas de terra, clima, plantas, animais e condições de trabalho [...]. Antes de declarar as qualificações dos homens [...] requererá real fibra moral para um missionário agrícola dedicar-se ou defender o seu próprio trabalho (HUNNICUTT, [191-?], p. 9).

Para Hunnicutt, o maior investimento das missões agrícolas para o Brasil estava nas condições do missionário contar com as oportunidades especiais e as experiências, o que faria dele um valioso homem: "Ele tem que se lembrar que está no trabalho para a causa de Cristo [...] – para o enriquecimento da humanidade, não a seus próprios interesses" (HUNNICUTT, [191-?], p. 9-10). Por isto, o objetivo da missão era levar os ideais protestantes aproveitando as oportunidades propostas, atendendo as necessidades sociais locais.

Hunnicutt percebia o analfabetismo no Brasil como o maior problema da educação, consequência de uma escola excludente, sobretudo no meio rural. Este problema para ser resolvido exigiria considerável custo monetário, mas poderia impulsionar o país ao desenvolvimento. O autor não apenas ponderou sobre este contexto que acarretou sobre o país uma ausência de escola pública e gratuita, mas caracterizou os métodos utilizados pelas escolas existentes, como "métodos antiquados", que exigiam dos alunos apenas ler, escrever, soletrar, aritmética e religião.

De fato, influenciado pelo ensino intuitivo, Hunnicutt apontou alguns avanços acontecidos no país com a introdução de modernos métodos por meio de algumas escolas: Escola Americana (Mackenzie College), a qual pelo exemplo, fez com que o governo de São Paulo convidasse uma professora americana Miss Márcia Browne, que organizou a primeira escola primária moderna na pequena cidade de São Paulo (HUNNICUTT, 1945, p. 440-441). Como consequência, aconteceu a reforma sob a direção de Caetano de Campos, Cesário Mota

e Gabriel Prestes, que foram influenciados pelas ideias e técnicas norte-americanas. Ele exemplificou o papel importante de escolas protestantes na adoção destes métodos modernos: o Piracicabano (1881) e o Colégio Internacional em Campinas (1869), que ao ser transferido para Lavras chamou-se Instituto Evangélico.

Outro problema que dificultava o acesso das pessoas à educação relacionava-se com a localização das escolas, longe das comunidades rurais, além de seus espaços inadequados para a aprendizagem. Por outro lado, as famílias, geralmente numerosas, não tinham condições de colocar os filhos na escola e milhares de crianças estavam fora desta realidade. Este problema não se ausentava da população urbana, mas apresentava-se como agravante na população rural (embora considerasse que a análise foi realizada até os anos 1940, o autor apresentou alguns dados importantes que apontavam o crescimento da escola primária no Brasil).

Para Hunnicutt, a educação técnica era uma necessidade urgente para o Brasil, defendia a sua reorganização e avaliação diante do que foi realizado pelas instituições e das novas estruturas econômicas no momento em que escreveu o seu livro (1949). Sobre este assunto, ele apresentou no capítulo “The Educational Effort”, considerações sobre o desenvolvimento industrial, que exigia a formação de trabalhadores para diversas atividades. Assim, a demanda voltava-se para homens preparados para lidar com o maquinário ou com ferramentas e com a policultura.

Além de citar em vários momentos o exemplo educacional do Mackenzie College, Hunnicutt apontou as “contribuições valiosas” do Instituto Gammon por meio da Escola Superior de Agricultura de Lavras e os outros níveis de ensino oferecidos por esta. Ainda, apresentou a Escola Superior Agrícola de Viçosa como importante instituição estadual, que foi influenciada pela “linha educacional americana” (HUNNICUTT, 1945, p. 463). Para o autor, embora a educação brasileira estivesse fundamentada pelo modelo educacional europeu, a influência americana naquele momento era significante para modificar esta estrutura, graças às relações desenvolvidas entre os Estados Unidos e o Brasil: seja por meio de professores que recebiam bolsas de estudos para aperfeiçoarem-se naquele país, ou profissionais, nesse caso citamos os profissionais da agricultura, que se especializaram nos Estados Unidos.

Vale lembrar que Lourenço Filho, devido às suas viagens àquele País, como cita Hunnicutt, adotou as ideias americanas para a resolução dos problemas da educação no Brasil, como era a favor do intercâmbio necessário entre os dois países (HUNNICUTT, 1945, p. 466).

Para Hunnicutt, a maior influência da educação americana, por um longo período de

tempo, foi exercida pelas escolas das missões protestantes dos Estados Unidos, as quais ele chama de “escolas missionárias”. Ele definiu estas escolas não como espetaculares ou agressivas, mas como importante veículo para a promoção dos métodos educacionais americanos. De acordo com Hunnicutt esta influência tem sido completamente reconhecida por historiadores da educação brasileira, pela introdução de novos métodos de ensino e novos tipos de educação.

As “Escolas Missionárias”, embora vistas como meio de propagação de ideias educacionais ou do próprio ideário protestante americano, de forma alguma foram vistas pelo autor como “desnacionalização” do contexto cultural em que estavam inseridas, mas uma prova da adaptação destes métodos ao contexto social brasileiro. Portanto, considerava estas escolas democráticas, pois recebiam filhos de famílias ricas e importantes, mas mantinham garotos e garotas pobres com bolsas de estudos em suas instituições. Este exemplo foi repetido em muitos momentos no próprio contexto educacional de Lavras, no qual os alunos filhos de sitiantes pobres estudaram na escola por meio de bolsas escolares.

Faz-se necessário ressaltar que Hunnicutt não deixou de apontar as dificuldades que uma escola privada sofria no contexto educacional brasileiro. Estas escolas, embora exercessem influência nos setores educacionais, reclamavam que as decisões eram tomadas de “cima para baixo”, sob a direção oficial do governo. Ele reconhecia que o governo não poderia fazer mudanças significativas na educação sem o apoio da escola privada. Assim, termina seu pensamento: “À igreja não é proibido ter escolas, mas precisa se submeter aos padrões fixos e as inspeções rígidas” (HUNNICUTT, 1945, p. 466).

Partindo destas considerações, entende-se que Dr. Benjamin Hunnicutt, como homem do seu tempo, defendeu uma educação moderna para o trabalho, no qual a ciência, a terra e a agricultura formavam um conjunto peculiar para atender a demanda do progresso. Influenciado pelas ideias liberais, via a educação como importante alavanca para o desenvolvimento do país, por isto defendia uma educação democrática, que deveria ser a porta de oportunidade para o desenvolvimento intelectual, moral e social do aluno. De fato, em seu projeto educativo, ele considerou as fragilidades econômicas, políticas e sociais do país, como alguém que viveu e conheceu as peculiaridades deste país. Ele acreditava nas potencialidades do Brasil e, como muitos outros educadores nacionais, viu no exemplo e na influência americana o modelo a ser seguido para que o país alcançasse o almejado progresso.

Seus livros falam da utilização do solo, clima, plantas e produções agrícolas apropriados ao contexto brasileiro. O choque sobre as próprias potencialidades do Brasil foi percebido por ele quando chegou ao país, especificamente ao Rio de Janeiro e avistou um

navio procedente da Argentina descarregando grãos de milho, o que muito o surpreendeu. Assim ele descreveu sobre o ocorrido: “pois esta terra com este clima e este verde das matas, não pode importar milho!” (HUNNICUT JUNIOR, 1992, p. 14). A partir disto, seu empreendimento foi fortalecer a agricultura e ver o país como o “lugar de potencialidades”²⁸.

O investimento na educação agrícola em Lavras influenciou outras regiões. No Oeste de Minas houve a intenção do Sr. Cândido Álvares Ferreira de oferecer aos jovens um ensino sólido. A convite, o Dr. Hunnicutt esteve lá para avaliar as condições necessárias para a instalação de uma escola agrícola na Missão Oeste na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Os missionários americanos, que dirigiam o então Instituto Evangélico de Lavras, posteriormente, Instituto Gammon, visitaram Serra do Salitre. Houve um tempo em que estiveram mesmo encarregados de dar assistência pastoral ao vasto campo que incluía Serra do Salitre e que ficara vago por falta de obreiros nacionais, até que a Missão Oeste do Brasil assumisse a responsabilidade definitiva do trabalho. Meu pai não deixava de sugerir a esses educadores a oportunidade de estender seu trabalho à região que tantos alunos enviaava a Lavras, apesar da distância e dos precários meios de comunicação. Daí surgir o plano de fundar uma escola filiada ao Instituto Evangélico em Serra do Salitre. O Dr. Benjamin Hunnicutt, diretor da escola agrícola de Lavras, um dos departamentos do Instituto, foi pessoalmente à Serra do Salitre fazer a sondagem da viabilidade do plano. Naturalmente, uma escola agrícola teria muito que fazer na vastíssima zona de cerrados que circundava Serra do Salitre, pois, foi a Escola de Lavras a grande pioneira no cultivo dos cerrados no Brasil. Viria o curso preparatório – ginásio, etc, e a Escola Agrícola. Eu, menino curioso, que acompanhava meu pai, quando possível, nas suas andanças, lembro-me de ter ido com ele e o Dr. Benjamin ao local que, segundo este, seria ideal – um vasto cerrado bem nas proximidades da povoação. O temor da influência protestante, agora sob a forma poderosa de um melhoramento de alto porte, impediu que o proprietário das terras escolhidas as vendesse. Tratava-se de um pasto de nenhum valor prático, cerrado seco de pouca serventia para os donos, naqueles tempos em que cerrado nada valia. Mais tarde meu pai adquiriu vasta área, com as mesmas características e próxima a Serra do Salitre. Escreveu imediatamente ao Dr. Benjamin, colocando-o à disposição do Instituto, mas a resposta foi que o Instituto já se envolvera com outros planos, de modo que agora não mais seria possível a escola em Serra do Salitre (FERREIRA, 1990, p. 48-49).

Sabendo que a região de Serra do Salitre era campo da WBM – Missão Oeste (pertencente à Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos), Missão interessada pela evangelização direta e contrária à abertura de colégios de grande porte, a Missão Leste do Brasil, situada no sul do estado, não se lançaria a tal empreendimento. Contudo, a Missão Oeste não pode olvidar-se do projeto educativo, receberam o apoio dos liberais e maçons da

²⁸ É possível que este acontecimento tenha influenciado a escrita do livro “O Milho”, que inicialmente foi editado como folheto denominado “O Livro do Milho” (1916). Este exemplar foi esgotado devido à pequena publicação, Hunnicutt ampliou os seus estudos e publicou o livro “o Milho”.

região, tanto na proteção contra o ataque dos padres romanos como do apoio às iniciativas em torno da educação promovidas, posteriormente, em Patrocínio com a criação do Patrocínio College (1925) e Patos de Minas com o Instituto Sul Americano (1929). O filho do Dr. Cândido foi aluno da Escola Agrícola de Lavras.

Hunnicutt olhou o Brasil como um país essencialmente agrícola. Seus recursos minerais favoreciam a expansão do desenvolvimento industrial, devido à grande variedade de frutas, plantas e fazendas ou terras, embora o país sempre fosse associado no exterior como “produtor de café”. Contudo, estes privilégios deveriam ser direcionados para a industrialização e, como consequência, para exportação: “Made in U.S.A”; “Made in Great Britain”; “Made in Germany” e até “Made in Japan” [...], foram frequentemente exibidos em estampas de diversos produtos no Brasil, mas era o momento de pensar a “Indústria Brasileira”, que já estava ultrapassando as marcas estrangeira no país²⁹. Até 1938, havia realizado no país três censos voltados para a Indústria: 1907, 1920 e 1938. “O valor total da produção industrial em 1907 foi de 669 milhões de cruzeiros; em 1920 chegou a 2 bilhões de cruzeiros e em 1938 a 20 bilhões de cruzeiros”, sendo que, até 1940, houve um crescimento estimado de 25% [...] (HUNNICUTT, 1949, p. 253).

Na Introdução do seu livro “O Milho”, Hunnicutt citou os progressos do Brasil na produção do milho. Em 1916, o país se tornou exportador e a partir de 1915 aconteceram as exposições Nacionais. Com a publicação do seu livro visava “[...] oferecer ao lavrador brasileiro uma monografia útil e de fácil compreensão, que serviria de guia no desenvolvimento da lavoura do milho, considerado ‘O Rei dos Cereais do Brasil’” (HUNNICUT, 1924, p. xi).

Anos mais tarde, pronunciou na inauguração da Escola de Viçosa dificuldades e avanços para o Governo de Minas Gerais:

[...] Lançando os olhos sobre a situação da lavoura brasileira, que acaba de passar pela época mais-próspera de sua história, divisamos sobras negras. Os preços estão decaindo, a concorrência nos mercados mundiais aperta-se e o país tem de fazer um reajuste, como todos os países têm feito depois da grande guerra. Ainda mais, até aqui o lavrador tem apenas feito a colheita da safra, o produto do húmus e da fertilidade armazenada durante séculos passados nas florestas. Mas os machados não acham mais onde derrubar. Estamos passando para outra fase agrícola, onde para a vaca dar leite rico terá de ser alimentada. Pelo contrário disso, os lavradores e o país todo terão de viver somente de leite desnutrido, quer dizer, de produtos de um solo

²⁹ “A falta de organização comercial do Brasil possibilitou que toda a exportação de café, já nos fins do século XIX, se processasse por intermédio de firmas norte-americanas, cujas matrizes, nos Estados Unidos, eram proprietárias de grandes empresas de torrefação e vendiam o produto, diretamente aos consumidores. Essas firmas estavam organizadas de forma a impor seus preços ao Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 225).

empobrecido. Em vista de tudo isso, o estado de Minas é extremamente feliz em estrear a sua Escola e o seu ensino agronômico. Em vários países da América do Sul notadamente no Chile, Argentina e no Uruguai, para não falar do próprio Brasil, o ensino agronômico está passando por uma crise de desânimo. Escolas sem alunos e outras dificuldades mil. Mas é justamente nestas ocasiões que os grandes empreendimentos surgem e tem a sua razão de ser. É de esperar, pois, que a nova Escola funcione bem, justamente quando é mais necessária para a lavoura mineira, e seja um farol que não ilumine somente os mais distantes rincões de Minas, mas também quem sabe, inspire novo ânimo à Pátria e no continente (ECOS da inauguração..., 2 set. 1926, p. 1).

Sua valorização por inovações e técnicas educacionais foram expressas no seu projeto educativo desenvolvido para a Escola Agrícola de Lavras. A instituição era o seu referencial de ensino e contribuição na formação de moços para a educação agrícola no Estado de Minas Gerais.

Hunnicutt proferiu centenas de palestras sobre o Brasil nos Estados Unidos; foi sócio honorário da Sociedade Nacional de Agricultura, fundador da Sociedade Agrícola de Lavras, sócio da Sociedade Rural Brasileira e diretor da União Cultural Brasil Estados Unidos. Foi delegado de produção do governo federal no fomento agrícola (1918). Dirigiu e orientou as Exposições Nacionais do Milho em diferentes locais e foi sócio da Associação Cristã de Moços - ACM. Introduziu a raça de porcos Duroc Jersey no Brasil, através da Escola Agrícola de Lavras. Ele buscou se integrar ativamente à realidade brasileira. Diante da Guerra estendeu seu apoio ao governo:

Carta do Presidente do Estado de Minas Gerais ao Dr. Benjamim Hunnicutt: “Palácio da Presidência de Minas Gerais, Gabinete do Presidente, Belo Horizonte, 26 de Novembro de 1917. Sr. Dr. Benjamin Hunnicutt. Acusando o recebimento do vosso ofício de 23 do corrente mês datado, no qual me comunicais haver a Escola Agrícola de Lavras resolvido protestar a sua solidariedade ao Governo, em face da guerra imposta ao Brasil pelo império alemão, e estar pronta e ansiosa para prestar os seus serviços, principalmente no que diz respeito ao fomento da agricultura, venho trazervos, bem como ao corpo docente desse Instituto, as expressões dos meus sinceros agradecimentos. Saudações. O Presidente do Estado, Delfim Moreira” (MOREIRA, D. [Carta]. Belo Horizonte, 26.11.1917).

Carta do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, José Bezerra, ao Dr. Benjamim Hunnicutt “Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Gabinete do Ministro. Sr. Benjamin H. Hunnicutt, Diretor da Escola Agrícola de Lavras. O Comitê da produção Nacional recebeu com prazer o oferecimento dos serviços da Diretoria, professorado e alunos desse útil estabelecimento de ensino agrícola, constante do vosso ofício de 17 do corrente. Agradecendo tão patriótica iniciativa, o Comitê envia-vos, com este, as conclusões já votadas em suas reuniões, esperando que esta Escola, pelos meios a seu alcance, muito contribua para a sua

conveniente e ampla divulgação. Saúde e Fraternidade. José Bezerra. Presidente" (BEZERRA, J. [Carta]. Lavras, [191-]).

Benjamin Harris Hunnicutt publicou mais três livros em português sobre assuntos agrícolas: além de "O Milho", o "Algodão, Cultivo e Comércio" e "Agrologia, o estudo do solo". Foi redator das revistas "O Agricultor" e "Criador Nacional de Suínos". Publicou dezenas de artigos sobre o Brasil nas revistas norte-americanas, entre elas o Boletim da União Pan-American, o "Country Gentleman" e "Rotarian". Além de ser colaborador da Folha da Manhã, observador econômico e financeiro.

No cinquentenário da Escola foi o aluno Garibaldi Dantas quem melhor expressou a contribuição deste professor-pesquisador:

Que contribuição além dessa escola, que ele fundou e ajudou a crescer trouxe Benjamim Hunnicutt à nossa terra, ao Brasil que ele adotou como sua segunda pátria? Se fosse retratista e tivesse que pintar à moderna o Dr. Hunnicutt, eu o faria, como sempre o vi, e sempre vejo, com as mãos sobre a Bíblia, que é a sua fé e a sua vida interior e de cada lado do quadro, uma linda espiga de milho e um belo Duroc-Jersey" (ROSADO; MOREIRA, 1992, p. 15).

Inovou a escola em 1909, quando recebeu as máquinas para a instalação da fábrica de manteiga, onde processava a pasteurização do leite distribuído na cidade devidamente em vasilhames esterilizados, constituindo-se por muito tempo, como forma de manter os gastos ou o sustento da Escola, por meio das próprias atividades desenvolvidas para a aprendizagem dos alunos.

Dr. Benjamin Hunnicutt fez várias viagens aos Estados Unidos, onde se graduou como Mestre em 1913. Visitou a Europa e alguns países da América do Sul. Em 1931 e 1932 serviu como secretário executivo da Comissão Organizadora da 10ª Convenção Mundial das Escolas Dominicanais. Em 1933 foi eleito reitor do Instituto Gammon e em 1934 do Mackenzie College, onde permaneceu até 1952, quando se aposentou e escolheu ser um fazendeiro em Guarulhos - São Paulo. Em 1940, foi condecorado pelo Governo Brasileiro, pelos relevantes serviços prestados ao Brasil – a Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. Foi casado com Izzie Margaret Kolb Hunnicutt³⁰. Registrhou o seu desejo e satisfação pela Escola ao escrever no Livro de Visitas em 1958:

É-me muito grato visitar a ESAL e verificar o quanto ela cresceu e desenvolveu. Causa-me grande satisfação verificar que as sementes que

³⁰ Benjamin Hunnicutt foi casado inicialmente com Gladys Allyn, que veio a falecer prematuramente em 1914. Em segundas núpcias casou com Nannie Kolb, filha do Rev. John Benjamim Kolb e em terceiras núpcias casou-se com Izzie Margaret Kolb, irmã de Dna. Nannie. Ele faleceu no dia 26 de janeiro de 1962.

lancei não somente brotaram, mas estão produzindo a cem por um. Dou graças a Deus que me deu esta oportunidade. Faço votos pela prosperidade contínua da Escola e de todos os seus alunos e ex-alunos (Benjamin Harris Hunnicutt, 20 de agosto de 1958) (ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1958).

Após a tentativa de analisar o pensamento político e educacional destes dois educadores, entendemos que eles não estavam dispersos ou alienados da própria realidade e carência de Minas Gerais, que apontava o ensino agrícola como a base para a organização da moderna economia mineira. Para os missionários educadores, promover o progresso humano tanto era investir na educação agrícola, manusear máquinas, a policultura ou a utilização do solo de forma científica e racional, como a apresentação da religião protestante à realidade brasileira.

As escolas protestantes eram vistas no imaginário da sociedade como mais desenvolvidas e modernas, quando observadas a partir de seus países, neste caso, os Estados Unidos, pelo desenvolvimento das suas indústrias e comércio, pelo pensamento científico, entre outros. Vale destacar que a evangelização indireta, via educação, foi resultado de estratégias para consolidar o projeto missionário no país, prevalecendo, assim, o caráter evangelístico como fim.

O presente estudo tratará, no segundo capítulo, sobre o desenvolvimento do projeto educativo para a Escola Agrícola de Lavras.

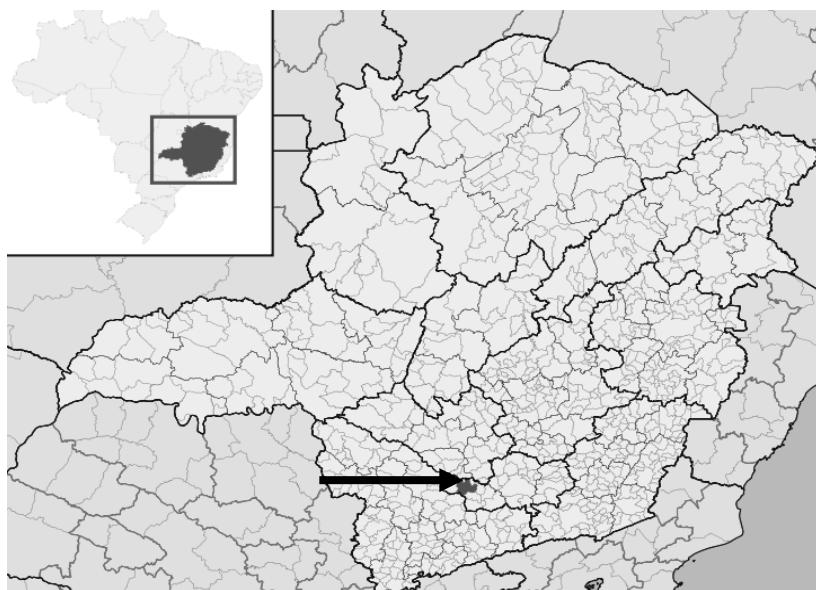


Figura 3 - Localização da Cidade de Lavras

Fonte: Município de Lavras. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lavras>>.

CAPÍTULO II

**ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: OS
PRIMEIROS TEMPOS**



Figura 4 - Vista da Pocilga da EAL nas dependências do Instituto Gammon

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira.

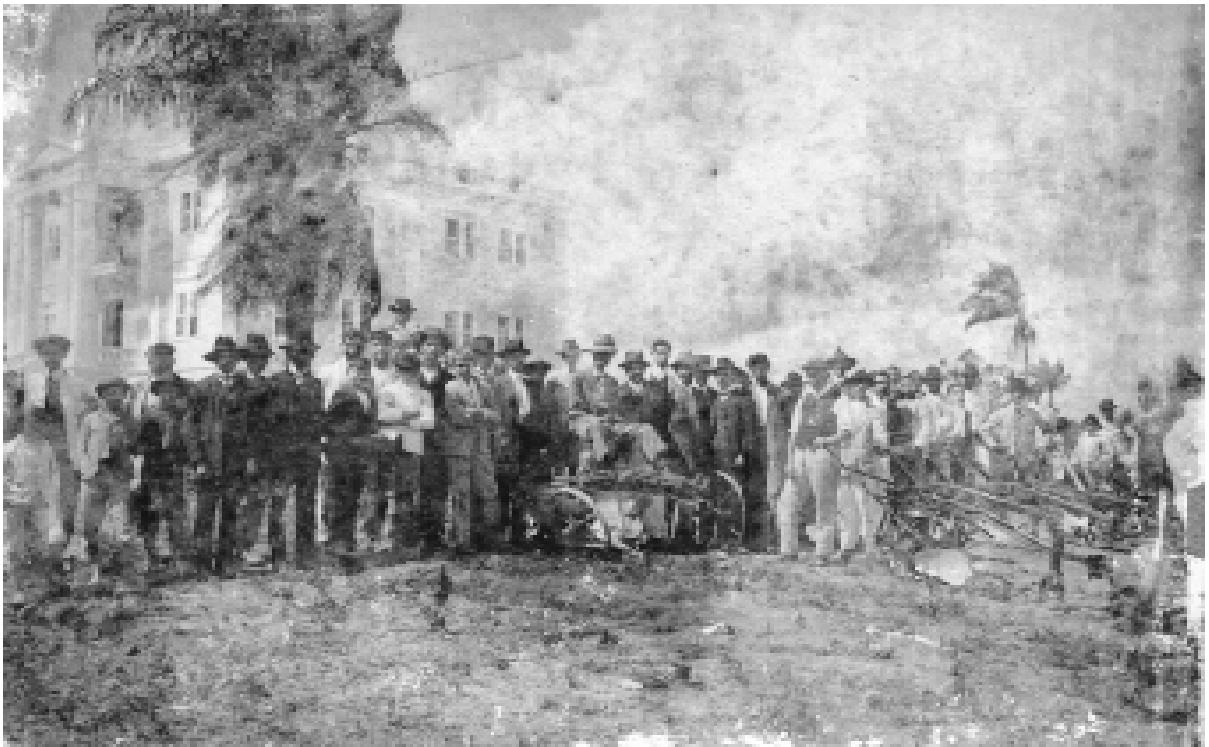


Figura 5 - Ano 1910: Alunos e professores do Instituto Evangélico e da Escola Agrícola

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira.

CAPÍTULO II

ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS: OS PRIMEIROS TEMPOS

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço.

Desenvolve-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais.

(Justino Magalhães, 2004, p. 124)

Com esta segunda parte, desenvolveremos a nossa análise falando dos primeiros momentos da Escola Agrícola de Lavras (1908) e se estende ao período em que a escola alcançou sua primeira conquista: o Reconhecimento Oficial pelo Governo de Minas Gerais (1917). Estes momentos são marcados pela improvisação, pelos ajustes e pelos sucessos que seus protagonistas vivenciaram quanto à educação e à evangelização do Brasil. Assim, entenderemos alguns aspectos da organização da escola, sua cultura e sua história.

Para atender nossos objetivos, utilizamos as seguintes fontes: os prospectos da Escola (1909 e 1913); Programa do Curso de Agronomia (1908), documentos; livros de registros de matrículas; cartas; jornais de época; boletins e revistas. Com base nestas fontes organizamos este capítulo em dois pontos importantes que caracterizam os primeiros tempos da Escola Agrícola: a) a vida da Escola antes da Lei Federal de 1910 (1908-1910), que vai reestruturar todo o ensino e programa da mesma a partir de 1912; b) A Escola após esta reestruturação procurou adequar-se para o reconhecimento por parte do Governo Mineiro – Lei Estadual de nº 690 de 10 de setembro de 1917.

A partir do conjunto de medidas desenvolvidas pelo plano político-educacional de Minas e, do mesmo modo, seguindo o ideário educativo apresentado por estes educadores protestantes, configuraremos a realidade educacional da Escola Agrícola de Lavras abrangendo as relevâncias que tais discursos foram incorporando naquele contexto educacional.

Durante o período analisado, a escolarização é idealizada como indicadora do progresso e da civilização. Nessa direção, as alusões às nações mais adiantadas, neste caso especificamente ao modelo norte-americano, configuraram a importância da instrução escolar, voltada para a formação profissional.

A Escola Agrícola de Lavras ao diplomar os quatro primeiros agrônomos do Estado de Minas Gerais, o paraninfo da turma de 1911, Álvaro Astolfo da Silveira declarou: “o pioneirismo da EAL se constituiu em motivo de orgulho para toda a sociedade mineira” (SILVEIRA, 1911, p. 5). De fato, o projeto educativo desenvolvido pelo Instituto Gammon em Lavras, sobretudo, em relação ao departamento de agronomia, foi um marco do que Lavras chamou de “progresso da cidade”.

Este vínculo entre progresso e educação foi exaltado pelo paraninfo da turma de normalistas do Instituto Evangélico, Moraldino Lima: “[...] monumento de glória para a cidade progressista e culta, um padrão de honra para o aparelho educacional em nossa terra” (LIMA, 1922). O contexto educacional de Lavras, bem como o projeto educativo do Instituto Gammon marcou uma geração de alunos e pessoas que passaram por ali.

O secretário da Escola, Silvio Moreira, ao retratar a federalização da ESAL nos anos 1960, comentava sobre os primeiros anos da Escola Agrícola:

Se a Escola, pequenina, projetou tantos técnicos; se ela, pequenina e pobre, realizou um trabalho de grande envergadura no setor da ciência e da pesquisa; se ela, limitada em bens materiais e elemento humano, pôde integrar-se na comunidade através do esporte, da arte, da literatura e da sociabilidade, ela pode e deve continuar exercendo sua influência, aumentando-a quantitativa e qualitativamente (MOREIRA, *Acrópole*, ano V, n. 24, jun. 1979, p. 1).

A história da ESAL foi enaltecida pela sociedade lavrense, principalmente pelo seu pioneirismo como a primeira escola de agronomia de nível médio e superior de Minas Gerais. Ao lado desta projeção, os seus agentes envolvidos: diretores e professores foram exaltados pelos alunos e pela própria cidade, daí os discursos sublimarem todo o projeto educativo desenvolvido em torno da Escola Agrícola, da ciência e do progresso.

Uma vez que a escola foi criada naquela cidade do interior, verificaremos quais transformações marcaram seus momentos históricos.

2.1 De Escola Primária à Escola de Ensino Médio

A EAL ministrou, desde sua fundação, ensino teórico-prático de agricultura. Seu início foi tímido, uma pequena escola agrícola de educação primária, que em 1912, sofreu transformações para atender ao decreto federal que regulamentava o ensino agrícola, passando a ser constituída como escola profissional de nível médio.

Em 1913, é o próprio Dr. Gammon quem esboça essas regulamentações: A “organização do curso da Escola Agrícola baseou-se no programma das Escolas Theorico Práticas, estabelecidas pelo Governo Federal com o Regulamento do Ensino Agronômico, de conformidade com o decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 18).

De acordo com o Decreto, que regulamentou o ensino agrícola no Brasil, o governo Federal implantou em Minas alguns estabelecimentos com essa finalidade. Assim, foi na área do ensino prático que a presença federal marcou, com maior eficácia, criando e mantendo campos de demonstração, o qual mantinha um anexo à Escola Agrícola de Lavras.

Em 1908, o Reitor do Instituto Dr. Gammon e o Diretor da Seção de Agronomia, Benjamin Hunnicutt, apresentaram ao público um modelo de curso prático adotado pela instituição: “[...] todos os alunos serão obrigados a dar uma hora por dia, pelo menos, aos trabalhos, aprendendo assim praticamente todo o serviço de manejo dos implementos e todos os serviços do Lavrador” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Programa do Curso de Agronomia, 1908, p. 6). Para atender a tais objetivos, estes professores buscavam adotar métodos modernos de lavoura, utilizando maquinário, novas práticas de plantio, jornais e folhetos para divulgação de tais práticas. Ficava estabelecido um curso de quatro anos, que permaneceu sem modificações até a formatura da primeira turma de agrônomos em 1911.

O curso de agricultura abrangeeria, ao ver destes precursores, todas as ramificações da vida do fazendeiro, ensinando a arte da agricultura e a ciência. Englobaria não somente o conteúdo a respeito da plantação, do cultivo e da colheita dos frutos, mas além disso, os princípios necessários para a criação de todas as espécies de gado e a depuração desta raça; o essencial da indústria de laticínios e da horticultura. Algumas mudanças foram observadas quanto ao estabelecimento das disciplinas para os anos posteriores, pelo menos até o período em que a escola se adequou às exigências da Lei Federal.

As disciplinas destacadas no quadro abaixo não apareceram no prospecto de 1909, outras sofreram modificações, talvez pelo próprio aprofundamento exigido pelo Decreto:

Sciencia da Agricultura é substituída por Agronomia. Animaes domésticos, sua criação e o modo de os melhorar, foi ampliada com o nome Zootechnia. Houve o acréscimo das seguintes disciplinas com seus respectivos anos: segundo ano: Phytotechnia; no terceiro ano: Botânica, Chorographia e Chimica e, no quarto ano: Historia Natural e Clinica Veterinária. Eis o programa geral das disciplinas da Escola Agrícola:

PROGRAMA DO CURSO DE AGRONOMIA – EAL 1908

I ANNO	II ANNO	III ANNO	IV ANNO
Portuguez	Portuguez	Portuguez	Algebra
Geographia	Geographia	Algebra	Geometria
Arithmetica	Arithmetica	Geometria	Trigonometria
Francez ou Inglez	Algebra	Trigonometria	Litteratura
Desenho	Francez ou Inglez	Francez ou Inglez	Historia
Uma hora por dia na officina de sellaria	Desenho	Desenho	Francez ou Inglez
Trabalhos praticos de Agricultura.	Sciencia de Agricultura	Sciencia da Agricultura	Desenho
	Estudo practico e theorico de implementos agrícolas	Animaes domésticos, sua criação e o modo de os melhorar	Sciênciaca da Agricultura
	Drainagem agronômica	Horticultura	Lacticínios
	Trabalhos praticos de Agricultura.	Trabalhos praticos de Agricultura	Sciencia veterinária
		Uma hora por dia na officina de ferreiro	Trabalhos praticos de Agricultura
			Uma hora por dia nas officinas: um trimestre na de sellaria, um na de carpintaria e um na de ferreiro.

Quadro 2 - Programa do Curso de Agronomia – EAL 1908

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO, Programa do Curso da Escola Agrícola, 1908, boletim nº 1, p. 5.

No prospecto de 1913, o Reitor fez uma análise dos quatro primeiros anos de funcionamento da escola e apontou a necessidade de oferecer um curso mais ampliado e modelado aos das Escolas Theorico-Práticas, estabelecido pelo Governo Federal no Regulamento de Ensino Agronômico nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Este Regulamento exigiu mudanças quanto ao aumento de estudos teóricos e sobre o ensino prático com o

objetivo de “proporcionar aos alumnos um prepero que os habilite tanto para trabalhos técnicos como para a vida pratica de agricultor” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 18).

Para atender as exigências, equiparou a escola para a transferência do nível de ensino elementar para o ensino médio, estabelecendo para admissão os primeiros três anos do curso do Ginásio, recebendo alunos acima de dezesseis anos de idade. Já a distribuição dos anos escolares era reduzida para três anos.

PROGRAMA DO CURSO DE AGRONOMIA – EAL 1913

I ANNO	II ANNO	III ANNO
Mathematica 3	Zoologia.....3	Chimica Agrícola3
Physica..... 3	Noções de Chimica Orgânica e Analítica.....3	Bromatologia3
Botânica..... 3	Horticultura.....3	Lacticínios.....3
Chimica Inorgan.....3	Agronomia3	Agronomia3
Agronomia.....4	Zootechnia.....3	Noções de Veterinária3
Contabilidade.....2	Agrimensura2	Geologia e Mineralogia3
Inglês.....2	Mechanica Elem.....2	Desenho de Construção.....3
These Mensal	Inglez.....1	Pathologia Vegetal.....3
Trabalhos práticos: Na fazenda, 9 horas, nas officinas 5; nos laboratórios: Botânica 2, Physica 2, Chimica 2	These Bimensal Trabalhos práticos: Na fazenda, 8 horas, nas officinas 5; nos laboratórios: Zoologia 3, Agrimensura 2, Chimica 2	These Trimensal Trabalhos práticos: Na fazenda, 3 horas; nas officinas 5; nos laboratórios: Pathologia Vegetal 2; Agronomia 3, Chimica 3, Lacticínio 3

Quadro 3 - Programa do Curso da EAL - 1913

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO, Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 18.

Devido às exigências do Decreto Federal, a reorganização do tempo escolar passou por uma mudança quanto ao tempo cedido para os trabalhos práticos. Embora não esteja discriminado o tempo do horário prático de Agronomia no programa de 1908, a ordenação do tempo do programa elaborado em 1913 torna-se mais complexo, exigindo do aluno uma formação mais prática, gastando um tempo maior com a aprendizagem da terra, dos animais e das oficinas da escola. Consequentemente foram poucas as disciplinas que não exigiram trabalho de campo ou laboratório: Promatologia, Mechanica Elementar; Desenhos de Construções; Zootechnia; Geologia; e Mineralogia. Para as demais foram exigidas, em média, 2 horas ou 3 horas de trabalho prático ou laboratório ou aulas práticas assistidas pelos alunos. Para a disciplina Machinas Agrícolas exigia-se para o primeiro ano 9 horas por semana de trabalhos, já para o segundo exigia-se 8 horas.

Outro ponto a destacar é que a escola exigia dos alunos o desenvolvimento de uma

“these”. Para a turma do primeiro ano ela seria mensal, para o segundo ano bimestral e para o terceiro ano esta “these” seria trimestral. As “theses” eram consideradas como continuação do curso de português, pois o professor desta disciplina era responsável pela correção gramatical e textual. Assim, as “theses” eram julgadas pelo professor de português e pelo professor da cadeira a que pertencia o assunto discutido pelo aluno. De fato, é destacada a preocupação com o estudo da teoria e da pesquisa no currículo da escola.

Dr. Gammon, ao fazer a introdução dos prospectos da escola, apresentava o ensino das matérias caracterizado ao mesmo tempo como “practico e theorico”, o que reforçava a sua apresentação quanto ao objetivo do Instituto Evangélico: “[...] proporcionar os seus alumnos instrucción sólida, conhecimento completo das matérias estudadas, e desenvolvimento symetrico de todas as suas faculdades” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 3). Esta instrução evidenciava o desenvolvimento físico, intelectual do homem, bem como o desenvolvimento de suas faculdades morais e de suas capacidades espirituais e religiosas. Estas baseavam-se nos princípios e exemplos encontrados nas “Sagradas Letras”. Fica a observação no quadro das disciplinas estabelecidas pela direção da escola: Em todos os “annos” haverá duas aulas por semana de História Sagrada. Esta declaração ressaltava o caráter confessional do Instituto Evangélico.

Para entendermos os conteúdos trabalhados nestas matérias, é importante destacarmos as disciplinas do programa neste processo de ensino-aprendizagem, pois o próprio curso exigia do aluno “o colocar a mão no arado”:

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS ESCOLARES - 1913

Disciplina	Conteúdo
AGRONOMIA	<p>Agronomia Geral: 1º Anno – Estudo Elementar: definição; climatologia agrícola, o solo; o seu melhoramento, e seu preparo physico e chimico; conselhos practicos sobre o uso de adubos.</p> <p>Phytotechnia: propagação das plantas; afolhamento ou rotação das culturas; cuidados culturales; colheitas; preparo e conservação dos productos; exame das sementes; metodo de estudo para a cultura das plantas; classificação agrícola das plantas; particularidades do cultivo dos cereaes, leguminosas, gramíneas raízes, plantas têxteis; etc</p> <p>Machinas Agrícolas: 1º Anno: Matérias primas de construcção, conservação das machinas; ferramentas agrícolas para a pequena cultura; theoria do revolvimento das terras; estudo minucioso do arado em seus diversos typos; estudo das grades, cultivadores, semeadores. Ceifadores. Etc. com seus diversos typos de utilidades</p> <p>2º Anno: Estudo mais desenvolvido. A relação da atmosphera com as plantas; o solo, seus typos e o modo de classifica-los; a planta; operações do solo, adubos, um estudo minucioso da cultura do trigo, do milho, do centeio etc.</p>

	Agronomia Especial: Estudo ampliado, especialmente das nossas principaes culturas tropicaes, como café, canna de assucar, mandioca, etc. Também serão estudados os detalhes dos processos mais modernos de irrigação e drenagem.
HORTICULTURA	Um curso geral: preparo do terreno para as hortas, propagação das plantas, enxertia, cultura das principaes hortaliças, trato e plantio do pomar, cultivo das principaes frutas, modos de aproveitar os mercados locaes e distantes.
BROMATOLOGIA	Relação sobre a vida vegetal e a animal. Estudo das forragens próprias à nutrição do animaes domésticos. Classificação dos alimentos. Processo de nutrição. Determinação de rações. Estudo das rações destinadas às diversas espécies de gado em relação ao trabalho.
LACTICÍNIO	Divisão de Lacticínios. Escolha da raça leiteira. O leite, sua produção e composição, analyse commercial. Fabrico de manteiga e queijos. Methodos de classificação e exportação.
ZOOTECHNIA	Leis biológicas. Methodos zootechnicos, elecção e cruzamento, selecção individual. Julgamento de animaes. Criação das espécies de animaes domésticos gado bovino para leite e para corte, gado cavallar, suíno e ovino. Avicultura.
VETERINÁRIA	Em vista do estudo da anatomia dos animaes feito no curso de zoologia, no de veterinária o tempo todo é dedicado ao estudo das doenças e seu tratamento: doenças do cavallo, as dos órgãos digestivos, urinários, respiratórios e do sistema nervoso; doenças principaes do boi e da vacca; idem do porco e do carneiro; moléstias parasitarias, applicação dos medicamentos, inoculação e vaccina. Não é mencionado no programa a clinica veterinária, mas sempre que houver casos para se tratarem, serão chamados os alunos para assistir.
HISTÓRIA NATURAL	<p>Phytologia: um curso geral, estudando a estructura das plantas, a sua physiología e classificação. Começando com a cellulas, estudam-se os diferentes tecidos vegetaes, sua reunião em órgãos e as funcções destes órgãos; a relação da planta para com o solo, alimentos respiração, etc. da planta. Terminará o curso com o estudo das principaes famílias das plantas do Brazil.</p> <p>Zoologia: Estudo da anatomia, physiologia, classificação, hábitos etc. dos animaes tanto vertebrados como invertebrados, com referencia especial à agricultura e ao commercio. Daremos mais desenvolvimento ao estudo dos mammiferos, aves e insectos. No laboratório serão feitos estudos na anatomia dos principaes typos por meio de dissecções. Serão feitas collecções de insectos úteis e prejudiciaes à agricultura.</p> <p>Pathologia Vegetal: estudo dos factores principaes que favorecem as moléstias das plantas.</p> <p>Geologia e Mineralogia: Um curso elementar estudando as condições physicas da terra, a natureza e disposição das massas mineraes, os phenomenos actuaes e suas causas e um resumo da historia da evolução da terra.</p>
PHYSICA E CHIMICA	<p>Physica Agrícola: physica elementar com estudo especial dos processos mechanicos que podem ser úteis pra o agricultor. Forças e seus efeitos, hydrostatica, hydrodynamica, noções de meteorología e de electricidade e suas applicações.</p> <p>Chimica inorgânica: Estudo theorico e experimental dos elementos e compostos de maior interesse para o agricultor. Água, ar e seus componentes; carbono, enxofre, phosphoro, sódio, potássio, chumbo, zinco, cobre, ferro e seus saes principaes.</p> <p>Noções de Chimica orgânica e analytica: estudos dos principaes compostos que são necessários para a vida das plantas e dos animaes. Este curso inclue também noções de vários processos de chimica industrial nos quaes são empregados productos agrícolas. Analyses simples.</p>

	Chimica Agrícola: Estudo theorico e experimental de adubos, alimentos e solos. Analyses de solos para determinar os adubos que devem ser empregados.
AGRIMENSURA	Medição pela cadeia, nivelamento, determinação de áreas e volumes. Levantamento de plantas.
MECHANICA ELEMENTAR	Resolução de problemas que se apresentam na vida agrícola.
DESENHOS DE CONSTRUÇÕES	Plantas de casas, cocheiras e outras construções rurais.
THESES	As theses são consideradas como continuação do curso de portuguez. Serão julgadas pelo professor de portuguez e pelo da cadeira a que pertencer o assumpto discutido.

Quadro 4 - Área das Disciplinas

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 19-22

O currículo, por não ser um conjunto neutro de conhecimento “[...] abriga as concepções de vida social e as relações sociais que animam aquela cultura” (PEDRA, 2003, p. 45), possui história e vai se adaptando às transformações sociais, estabelecendo a relação de poder sobre o educando. De acordo com este conceito, entendemos que o currículo é o meio ou canal para transmitir conceitos e ideologia, pois reproduz identidades sociais e individuais, estabelecendo divisões, que separam e diferenciam grupos sociais em termos de classe, etnia e gênero. Daí a preocupação em entendermos a distribuição de aulas e conteúdos desenvolvidos pela escola.

Quanto aos primeiros tempos da escola, verificamos que as mudanças sofridas pelo programa evidenciavam a educação como meio e estratégia de integração e mobilização do aluno-trabalhador diante das mudanças sociais, implicadas no discurso religioso, pedagógico e político. Ao mesmo tempo em que a Escola correspondia a uma demanda social oriunda das implicações econômicas e políticas do Estado, atendia às estratégias religiosas da Missão Leste. Para o presbiterianismo a ação da Igreja na vida em sociedade é o resultado da fé em Jesus, pois esta fé implica amar a Deus e amar ao próximo, por isto a relevância social que as escolas assumiram neste contexto que reclamava a ausência de demandas sociais em função da educação.

2.2 A vida da Escola

A História das Instituições Escolares deve ser compreendida a partir de uma cultura, que envolve as relações sociais, seja do meio mais amplo em que ela está inserida, ou dos sujeitos que estão inseridos diretamente nesta instituição: os administradores, os empregados, os alunos, os professores e as famílias, articulando variáveis internas e externas à escola. Escrever a história da Instituição educativa é compreender que ela apresenta uma estrutura física, administrativa e sociocultural que visa fornecer “[...] um conjunto de informações por meio das quais procuram fazer jus aos rituais e à memória que desejam perpetuar” (MAGALHÃES, 2004, p. 127).

A vida da escola é dinâmica, pois busca a inter-relação entre a cultura escolar, o projeto idealizado e o seu agenciamento por diversos atores envolvidos, gerando mudanças no cotidiano escolar a pequeno ou longo prazo. Ao perceber a instituição escolar como instância educativa, faz-se necessário refletir não somente sobre o seu conjunto material: prédio, móveis, dispositivos escolares, organização, mas os próprios fatores de convivência entre os sujeitos envolvidos e as suas experiências e da atividade pedagógica. É lançar-se no entendimento do modo como os alunos e professores interpretaram o seu mundo, mediados por gestos, espaços e hábitos.

2.2.1 Os primeiros Lentes da Escola Agrícola

No início da Escola Agrícola, o maior esforço do Diretor Hunnicutt foi constituir o corpo docente, até mesmo porque o número de profissionais preparados para atender a área era pequeno. Esta sempre foi a reclamação do Dr. Gammon para o crescimento da missão em Lavras: suporte humano, pessoas dispostas para seguirem ao Brasil como campo missionário.

Em muitos momentos as seleções dos professores para ministrarem na instituição foram improvisadas. Devido à escassez de professores do ramo, o Dr. Hunnicutt se sobrecarregava, ocupado com a administração da escola e com as aulas. É o próprio Hunnicutt quem compartilhou destes momentos, ao exemplificar a maneira como contratara o antigo odontólogo Dr. Scorz: “[...] ele foi obrigado a arrancar do seu escrutínio os seus antigos

estudos sobre higiene e veterinária” (BENJAMIN HARRIS HUNNICUTT. **Entrevista. O Agrário**, set. 1958).

O quadro de professores que formavam o corpo docente da escola, em sua maioria, era composto por homens, até mesmo porque as disciplinas que lecionavam faziam parte dos cursos “masculinos”, que dificilmente se encontraria uma mulher nos bancos da escola. No entanto, as presenças das missionárias educadoras foram decisivas para o andamento da Escola Agrícola, particularmente quando relembramos que o magistério feminino já era desenvolvido desde meados do século XIX nos Estados Unidos e no Brasil. Esse quadro feminino era composto pelas esposas dos missionários ou por missionárias solteiras que dedicavam suas vidas ao magistério da missão presbiteriana no Brasil.

CORPO DOCENTE DA ESCOLA AGRÍCOLA - 1909

NOMES	DISCIPLINAS/FUNÇÃO
1. Dr. Samuel Gammon, M. A.	Reitor
2. Prof. Benjamin H. Hunnicutt, Bacharel em Sciencias Agrícolas pela Escola Agrícola de Mississippi, U.S.A.	Director, e professor de Agronomia e Zootechnia
3. Dr. Caetano Scorza, formado em Sciencia Veterinária pela Real Escola Superior, Napolis	Veterinaria
4. Dr. Augusto F. Shaw M.A., Universidade de Yale	Physica e Chimica Agricola
5. Dr. Horacio S. Allyn, Doutor em Medicina, Faculdade do Rio	Zoologia e Botânica
6. Prof. Firmino Costa	Portuguez
7. Prof. Alberto Baird	Mathematica
8. Prof. Santiago Matilha	Geographia, Chorographia e Historia
9. Prof. Carlos Rauber von Plaukenstein	Desenho
10. Prof. D. Carlota Kemper	Inglez
11. Prof. D. Adélia V. Shaw	Francez

Quadro 5 - Docentes da EAL – 1909

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1909, p. 10.

Charlotte Kemper, ou Carlota Kemper¹, como a chamavam no Brasil, veio para Campinas em 1882. Esta missionária foi muito conhecida em sua época por ser vista em toda a região como uma das mulheres mais inteligentes que este país conheceu. Participou ativamente da história do Instituto Evangélico, servindo-o como diretora, professora, tesoureira, conselheira e autora de manuais para diversas disciplinas. Faleceu em Lavras no

¹ Veio para o Brasil ao responder a um apelo feito durante um culto pelo Reverendo Edward Lane. A Comissão Executiva da Missão aceitou-a em vista de seu excelente preparo cultural e ótima saúde, embora estivesse com 45 anos de idade. Dona Carlota era de natureza independente e preferia, sempre, fazer suas coisas sozinha. Foi vítima da febre amarela em Campinas, chegando, segundo relatos, à beira da morte. Seu médico foi o Rev. Dr. Eduardo Lane, depois vitimado pela moléstia, durante a qual recebeu os cuidados de Dona Carlota, até seu falecimento. Dona Carlota adotou uma menina, filha de pais tiroleses, órfã de mãe, chamada Lydia Perglar, mais tarde Lydia Kemper (OLIVEIRA, 2000, p. 27-30).

dia 15 de maio de 1927. A escola normal da instituição recebeu o seu nome em sua homenagem: Colégio Carlota Kemper.

D. Carlota Kemper nunca se casou, dedicou-se totalmente ao projeto educativo da instituição. Inicialmente, seu trabalho era a instrução das moças, assumindo, posteriormente a direção do Departamento de Moças. Foi sua preocupação a formação dos alunos que queriam dedicar-se ao ministério, por isto exigia deles o bom conhecimento da Bíblia e da língua portuguesa.

Muitos dos professores escalados para a Escola Agrícola já atuavam como professores no Ginásio de Lavras: Dr. Augusto Shaw lecionava as mesmas matérias; Dr. Horácio Allyn era professor de História Natural; Prof. Firmino Costa permanecia com a mesma disciplina, Português, com o acréscimo de Literatura; Prof. Santiago Matilla, além de Geografia, História, lecionava Lógica no ginásio; Prof. Alberto Baird, trabalhava com as disciplinas Matemáticas e Escrituração Mercantil; Prof. Carlos Rauber, encarregado das disciplinas Alemão e Desenho. Prof. D. Carlota Kemper além de Inglês, era responsável pelas aulas de Latim e a Prof. D. Adélia V. Shaw, professora de Francês e Inspetora do I e II anos do ginásio. Já o Prof. Dr. Caetano Scorza, professor de Veterinária estava escalado somente para a Escola Agrícola. Para o ano de 1909, ficava a observação da chegada breve do Sr. Isaac Newton Richer, vindo dos Estados Unidos para reger a cadeira de Lacticínios. Percebe-se que, várias classes funcionavam em conjunto com as do Ginásio, ficando os agrícolas se adaptando em salas para suas disciplinas especiais.

Outro professor da Escola Agrícola foi o Prof. Firmino Costa², que depois da experiência em Lavras, passou a ser reconhecido e renomado em Minas Gerais. O Instituto Evangélico foi a sua primeira experiência como docente (a partir de 1912, seu nome não apareceu no prospecto do Instituto Evangélico). Em 1907 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Lavras, que tem hoje o seu nome. Este estabelecimento ficou famoso por tornar-se

² O professor Firmino Costa nasceu em Niterói - Rio de Janeiro a 28 de outubro de 1869. Filho do Capitão Antônio José da Costa Pereira e D. Custodia Maria do Carmo. Estudou Humanidades em São Paulo. Iniciou sua carreira no magistério em 1906, no Instituto Evangélico de Lavras, na direção da cadeira de Português e Literatura. Foi conselheiro, orientador e professor de Português e Literatura no Colégio N. Sra. de Lourdes. Foi nomeado em 16 de janeiro de 1907 diretor do grupo escolar de Lavras. Ocupou ainda os seguintes cargos: Reitor do Ginásio Mineiro de Barbacena. Em 1926, Diretor do Curso de Aplicação da Escola Normal Modelo da capital, posteriormente, diretor da Escola Normal de Belo Horizonte. Foi membro do Conselho Superior de Instrução do Estado, colaborando nas reformas do ensino realizadas pelo Estado. A convite do Secretário do Estado de Educação, Francisco Campos, organizou e dirigiu o primeiro concurso para Inspetoria do Ensino. Inspetor de Estabelecimentos Federais de Ensino Secundário em 1933. Faleceu em 02 de julho de 1939. Publicou os seguintes trabalhos: *O Ensino Popular: vários escryptos*, *O Ensino Popular, Grammatica Portugueza, Lexco Grammatical, Vocabulário Analógico, Calendário Escolar, Pela Escola Ativa, Como Ensinar Linguagem, Pestalozzi, Aprender a Estudar*. Deixou ainda alguns livros que não foram publicados: Memorial de Linguagem e Edifício da Vida (INSTITUTO GAMMON. Arquivo Pró-Memória).

o grupo escolar mais completo do estado de Minas Gerais, sua organização compreendia além do curso primário, o ensino técnico de marcenaria, serralheria, sapataria, costura, arte-culinária, horticultura, biblioteca e assistência escolar. O Prof. Firmino Costa editou, de 1º de maio de 1907 a 15 de novembro de 1908, o jornal *Vida Escolar*: cujo objetivo ele delineava no primeiro número:

Destina-se o presente boletim a prestar informações sobre o movimento da instrução deste município e a dar notícias que interessem ao progresso de Lavras. Será ele um indicador do desenvolvimento da nossa instrução, um registro de dados estatísticos concernentes a esta parte de Minas, um repositório de subsídios para a geografia e a história de Lavras, um porta-voz de todos os esforços empregados em prol do adiantamento desta terra (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno I, n. 1, 1º out. 1907).

No período em que o curso técnico foi inaugurado no Grupo Escolar, a fazenda modelo existente em Lavras pertencia a escola agrícola. É possível que os alunos do Grupo Escolar tenham aproveitado deste estabelecimento para o desenvolvimento de aulas práticas, da mesma forma que verificamos em carta escrita por Firmino Costa ao Dr. Gammon, referente o acordo que existia entre as instituições: os melhores alunos do Grupo Escolar de Lavras ganhavam bolsas de estudos no Instituto Evangélico. De acordo com o relato do Prof. Firmino Costa: “Os mestres contratados para as oficinas possuem todos, longa prática de seus ofícios e o encarregado do ensino de agricultura é o próprio diretor da Escola Agrícola de Lavras, Sr. Dr. Benjamin Hunnicutt, que concordou em ceder à escola, para esse fim uma hora por dia” (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno II, n. 22, 15 maio 1908).

A influência da Escola Agrícola na cidade foi perceptível, quando se verifica a participação do Dr. Hunnicutt no Grupo Escolar, uma instituição pública. Do mesmo modo em que verificamos o próprio Firmino Costa compartilhando destes ideais progressistas. Ele delineia o seu curso no boletim *Vida Escolar*, mesmo contrariando e criticando as decisões do governo:

[...] parece que a aprendizagem de um ofício dará novo alento aos meninos para prosseguirem nos estudos primários até o quarto ano, e tornará mais evidente a alguns pais a conveniência de educar os filhos. A princípio não se poderá certamente ensinar nos grupos grande número de ofícios. Convirá talvez restringi-los a trabalhos de madeira, de folha e de couro, formando deste modo marceneiros, carpinteiros, funileiros, sapateiros e seleiros. Cada turma de alunos, de acordo com sua vocação, aprenderá um ofício. Da mesma forma que no ensino agrícola, introduzir-se-ão nas oficinas as máquinas, afim de que o aluno aprenda a trabalhar o mais possível, com o menor esforço e no mais breve tempo, podendo assim dar seu trabalho por preços razoáveis, ao alcance do maior número de bolsas. Nesta cidade, com a força elétrica que se vai instalar, fácil será mover o pequeno mecanismo das oficinas (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno I, n. 11, 1º out. 1907).

O Prof. Firmino Costa apresentava sua justificativa referindo-se a necessidade da nova geração seguir os processos modernos de agricultura, visto por ele como o único meio de não se esgotarem as fontes de riqueza, entre as quais ainda estavam livres de incêndio algumas matas, e de se fazer concorrência vantajosa aos produtos agrícolas dos países estrangeiros. Embora elogiasse a iniciativa do Governo Mineiro quanto à criação do curso de ensino técnico nos grupos escolares, o qual se iniciava no terceiro ano, introduziu um curso no Grupo Escolar, que ao ser ver, era mais completo e do modo mais proveitoso.

Um outro ponto a destacar, é que o Prof. Firmino Costa compartilhava dos ideais mineiros oriundos da política de João Pinheiro quanto ao ensino agrícola. A mensagem destacada no seu boletim é do “Dr. João Pinheiro, digno Presidente do Estado; o relatório é o do ilustre Secretário do Interior, Dr. Carvalho Britto”:

Desses trabalhos, de grande interesse para o povo mineiro, sobressai que o ponto principal do programa do Governo de Minas é a instrução primária e profissional. Inteiramente acordes com essa direção do governo, temos vivo prazer em lhe dirigir nossas congratulações. Não é isso mera cortesia. Nas circunstâncias atuais, ao governo do Estado urge tratar da inteligência do povo para o fim de curar o atraso do mesmo povo. É o atraso que principalmente vai empobrecendo o povo mineiro, o qual, trabalhando sem saber trabalhar, despende mais esforço, relativamente produz menos, não pode aperfeiçoar o produto e estraga as fontes de riqueza. Como há de eles assim entrar em concorrência com outros povos? Esse atraso ou ignorância, está o governo combatendo. Para consegui-lo já tem disposto alguns meios eficazes. Em primeiro lugar, aí se encontra a reforma da instrução primária, reforma que já elevou a 96.827 os alunos matriculados nas 1.517 escolas existentes, matrícula máxima alcançada em Minas, superior em quase 34% á maior matrícula havida anteriormente, que foi de 72.457. O ensino agrícola é outro meio eficaz, que começa a ser posto em prática pelo governo. Tal ensino foi iniciado na fazenda da Gameleira, a 6 km de Belo Horizonte. Os que têm ido visitar essa fazenda voltam convencidos de que ali encontrarão os lavradores os processos mais vantajosos e racionais da agricultura. Como a Gameleira, outras fazendas-modelo serão estabelecidas no Estado. Acha-se por essa forma resolvida e começada a reorganização econômica no Estado, trabalho dificílimo por diversas causas, mas indispensável e urgente, se Minas quiser melhorar suas condições. Resta agora que o povo se associe á obra governamental, porque não é remédio, na eminentia dos infortúnios, fechar os olhos, aguardando-lhes o último golpe. Não. É preciso reagir e reagir com inteira firmeza, conclui acertadamente a mensagem. Tanto esta como o relatório, ricos em informações e conceitos, deveriam ser lidos com atenção pelos nossos conterrâneos, aos quais de todo não pode ser indiferente a situação deste grande e liberal Estado de Minas, tão justamente admirado por estrangeiros notáveis (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno I, n. 5, 1º jul. 1907).

Neste mesmo ano, o boletim anunciava a vinda do Dr. Benjamin Hunnicutt para Lavras com o intuito de fundar no Instituto a Escola Agrícola:

O Instituto Evangélico de Lavras vai ser dotado de um melhoramento de grande valia. No fim deste mês deverá chegar ao Rio, pelo vapor Byron, o Sr. Harris Hunnicutt, formado pela Escola Agrícola do estado de Mississipi, da América do Norte, que vem organizar e dirigir, na chácara do Instituto, um campo prático de agricultura (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno I, n. 13, 1º nov. 1907).

O Professor Firmino Costa compartilhou dos projetos educativos e políticos da instituição na qual lecionou, dos ideais de progresso via educação, trabalho e agricultura, pois investir na educação das crianças, jovens e adultos era acreditar no progresso do país.

Outro missionário que participou deste projeto educativo como professor foi o Rev. Dr. Horace Selden Allyn³. Chegou a Lavras em 1905, atendendo ao pedido do Rev. Samuel Gammon. Ele, juntamente com a sua esposa, assumiu a direção de um dos internatos de moços. Logo depois, querendo exercer o seu ministério apenas como pastor e médico, foi enviado para o campo em S. João Del Rei.

Ainda em Lavras, muitas vezes foi perseguido devido a sua profissão de médico, tentaram impedir-lhe o exercício da profissão por ser diplomado no exterior, mas o Dr. Allyn se submeteu a exames no Rio de Janeiro perante uma comissão oficial de catedráticos de medicina, sendo aprovado. Tornou-se um médico respeitado na cidade, chegando a ser diretor da Santa Casa de Lavras. Quando saiu de Lavras dedicou-se em outras experiências ao ensino: fundou em Varginha a Escola Evangélica Americana em 1921. Mais tarde, em Caxambu, fundou o Retiro Evangélico, local especializado para trabalhadores evangélicos que necessitavam de tratamentos médicos. Assim, este professor compartilhou do ideal de missões e de ação social, quer aliada ao empreendimento educativo ou ao projeto de saúde.

O Professor Augusto Shaw⁴, filho e neto de pastores presbiterianos, veio para o Brasil em 1894 para ensinar no Mackenzie College, exercendo o cargo de Deão, um conselheiro espiritual dos alunos. Foi eleito presbítero em 1898 na Igreja Unida de São Paulo. Por razões de saúde retornou aos Estados Unidos em 1904, aceitando mais tarde, o trabalho como professor no Instituto Evangélico, no qual lecionou várias disciplinas na Escola Agrícola e no Ginásio, nos quais a sua esposa Adele Vanorden muito contribuiu com o ensino de francês

³ Nasceu no dia 4 de março de 1859 em Nankin, perto de Detroit, no Estado de Michigan. Formou-se em Medicina na Universidade de Michigan em 1881. Sentindo a vocação missionária, ingressou no Seminário Teológico de Columbia, onde se graduou em 1893. Após a sua ordenação, pastoreou a Igreja de Harmony Grove, onde permaneceu até 1896. Chegou ao Brasil, casado, no dia 22 de fevereiro de 1896, indo residir em Araguari. Dali seguiu para São João Del Rei, sendo o primeiro obreiro presbiteriano a trabalhar nessa cidade, onde viveu por cinco anos. Era impressor e foi o redator em São João Del Rei da primeira agência publicadora da Igreja, a Casa Editora Presbiteriana. Sua filha foi a primeira esposa do Dr. Hunnicutt. Faleceu no dia 04 de outubro de 1931 (MATOS, 2004, p. 277-280).

⁴ Ele foi presbítero, professor do Mackenzie e do Instituto Gammon. Nasceu em Clayville, Nova York, em 31 de dezembro de 1865. Formado em Bacharel e Mestre em Artes. (Sua biografia está baseada no trabalho de MATOS, 2004, p. 489).

(falava francês, inglês, alemão e português), além de ser enfermeira. O Dr. Shaw foi o responsável pela escolha do agrônomo que viria para contribuir e solidificar a escola agrícola. Quando estava pronto para vir dos Estados Unidos para cooperar com o Instituto Evangélico, Dr. Gammon o escreveu solicitando um moço para ensinar Agricultura, para fundar uma Escola Agrícola, imediatamente o Dr. Shaw escreveu ao Students Volunteer Movement, recebendo a confirmação mais tarde do Dr. Hunnicutt. Em 1914, Dr. Shaw voltou aos Estados Unidos, permanecendo até 1936.

Foi possível observar em cartas e cartões enviados entre a direção e os professores da instituição (os documentos estão arquivados no Arquivo do Pró-Memória do Instituto Gammon), o cuidado e a cumplicidade que estes missionários desenvolveram entre si, os quais resultavam num relacionamento íntimo e familiar, até mesmo devido à distância que se encontravam da terra natal. Este relacionamento era desenvolvido em respeito, mesmo havendo conflitos. Os assuntos formais, entre todos os professores, sempre foram tratados por meio de cartas ou documentos registrados (INSTITUTO GAMMON. Arquivo Pró-Memória).

Depois de deixarem o Instituto como professores, sempre retornaram e mantiveram amizades. O prof. Firmino Costa escreveu para Dr. Samuel Gammon em 1928, lamentando o seu estado de saúde e expressando-lhe a admiração singular. São as palavras do Prof. Firmino Costa: “[...] por isso mesmo tenho trazido agora constantemente em meu coração o seu nome querido” (COSTA, F. [Carta]. Lavras, 22.02.1928). D. Carlota Kemper sempre foi cuidada e amada pela família do Dr. Gammon, que a recebia como ente querido.

Quanto ao relacionamento professor-aluno, este sempre foi destacado nas experiências e nos escritos dos alunos quando expressavam em artigos, palestras e discursos sobre o Instituto Gammon, suas admirações pelos professores. Diante do acervo fotográfico, é comum ver os professores se envolvendo e participando de uma forma geral das atividades extra-escolares dos alunos. O professor Firmino Costa escreveu sobre obrigações e privilégios de ser professor

O professor há de ter amor á sua profissão, para servi-la proveitosamente, para acompanhar os progressos dela; o professor há de compenetrar-se de sua nobre posição na sociedade e de sua real influência na formação do caráter nacional, e, conseguintemente, nos destinos da pátria; não pouco dependerá dele a felicidade futura de seus alunos; em muito influirá ele para a verdadeira prática do regime democrático; da escola cabe-lhe fazer um prolongamento do lar; do ensino importa-lhe fazer uma ocupação alegre e atraente para seus discípulos. Cumpre ao professor cuidar da educação de cada aluno sem outra distinção que a do mérito próprio de cada um deles: com este culto constante rendido á justiça, o educador concorrerá eficazmente para que o menino não venha a ser um revoltado contra a

sociedade, e sim um Cooperador sincero do regime soberano do direito.
(COSTA, Boletim Vida Escolar, anno I, n. 2, 15 maio 1907)

O professor, visto como o guia da aprendizagem e do comportamento do aluno, era responsável em transmitir estes conhecimentos, sobretudo, por meio do exemplo. A começar pelo tratamento que deveria ser oferecido a cada aluno sem distinção, com cortesia, com brandura, mas firme. O maior exemplo deixado pelos professores missionários: a abdicação e seriedade com que desenvolviam o trabalho evangelístico e educativo no Brasil.

De acordo com o quadro, para o ano de 1913 apresenta-se uma remodelação do corpo docente. É fundamental, primeiramente, apontarmos a presença dos primeiros alunos formados da Escola Agrícola (1911), como professores da Instituição desde 1912: Emmanuel Deslandes e Osvaldo Tertuliano Emrich (este é o primeiro aluno que vai aos Estados Unidos fazer a especialização em Agronomia). Observa-se o investimento da Escola Agrícola na formação de professores, ao mesmo tempo, em que demonstra nesta contratação a valorização do próprio curso, como apto para esta formação. O segundo ponto declara a necessidade ou carência que a escola enfrentou com a contratação de professores capacitados para o ensino na área agronômica.

Podemos verificar a mudança do quadro de professores para o ano de 1913, observando a ausência de professoras no corpo docente.

CORPO DOCENTE DA ESCOLA AGRÍCOLA - 1913

NOMES	DISCIPLINAS/FUNÇÃO
1. Dr. Samuel Gammon, M. A.	Reitor
2. Prof. Benjamin H. Hunnicutt	Director, e professor de Agronomia
3. Charles Clyde Knight	Vice-director, Prof. de História Natural e Inglez
4. Dr. Augusto F. Shaw M.A	Physica e Chimica Agricola
5. Osvaldo Tertuliano Emrich	Lacticínios, Physica e Zootechnia
6. Emmanuel Deslandes	Horticultura e Agronomia
7. José Antonio de Carvalho	Português
8. Charles Noguère	Contabilidade Agrícola
9. José Antonio de Carvalho	Portuguez
10. José Antonio Dias Junior	Desenho e Matemática
11. F. W. Heyne	Sciencias Veterinárias

Quadro 6 - Docentes da EAL - 1913

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 17.

A escola não adotava a disciplina Ensino Religioso, mas a disciplina História Sagrada. Assim ficava dividido o conteúdo de História Sagrada: História do Novo Testamento; História

do Velho Testamento; Estudos dos Livros proféticos do Velho Testamento e das Epístolas do Novo Testamento; História do Cristianismo, desde a morte de Cristo até o presente; e Religião Comparativa, ensinada sob o ponto de vista apologético (estudo crítico sobre a defesa dos princípios bíblicos ou cristãos), comparando as outras religiões históricas com o cristianismo (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 13).

Observa-se que, a perspectiva religiosa evidenciou mais uma mudança nominal, do que de fato uma diferença em relação aos próprios objetivos direcionados para o Ensino Religioso adotado pela Igreja Católica. Em ambos, o fim é transmitir o conjunto de doutrina e da fé para os seus alunos. A diferença estava no meio pelo qual o protestantismo utilizava destes ensinos: mais importante do que apenas estudar a história do cristianismo, visava levar o aluno a refletir sobre as diferenças entre as religiões e o estudo da Bíblia.

O aluno do Ginásio, Rev. Boanerges Ribeiro, quem relatou a experiência:

Não havia aulas de religião em classe, e sim História do Antigo Testamento e do Novo Testamento, em lições preparadas pelo Dr. Gammon. Havia cultos obrigatórios no salão nobre, onde todos, protestantes ou não, cantavam com entusiasmo hinos ativistas do livro de *Salmos e Hinos* (“Avante, avante, ó crentes!”, “Vamos nós trabalhar”, “Um pendão real”). O Instituto Gammon, havia formado uma sub-cultura protestante auto-suficiente que vivia e prosperava no seio da sociedade lavrense. Ali os protestantes eram a minoria dominante. A igreja majoritária não era discriminada nem combatida – era irrelevante, não se percebia a sua presença (RIBEIRO, 2007)⁵.

De acordo com a afirmação do Rev. Boanerges Ribeiro, a presença protestante em Lavras, por meio da escola, marcou a vida e a história daquelas pessoas e daquela cidade. Evidenciando o que Justino Magalhães (2004, p. 126) chama de *Instituído*, a ligação imediata que a instituição desenvolve com o meio social em que ela está inserida, do mesmo modo em que ela é legitimada e sofre modificações para atender a demanda da sociedade: “[...] as instituições enquanto organismos vivos e criativos, junto das comunidades envolvente, e

⁵ Boanerges pertenceu à quarta geração de uma família presbiteriana do oeste de Minas. Tanto o seu bisavô paterno, quanto o materno foram evangelizados pelo jovem missionário Rev. George Wood Thompson (1863-1889), falecido prematuramente, companheiro de viagens do pioneiro John Boyle. Boanerges era primogênito de Adiron, nasceu em Rio Paranaíba no dia 8 de agosto de 1919. Sua família mudou-se para Lavras, onde o pai ia começar a preparação para o ministério. Boanerges cursou as quatro séries do primário no Grupo Escolar Firmino Costa. Ele e uma colega eram os únicos protestantes numa classe com cerca de quarenta alunos. A única vez na vida em que sofreu castigo foi ali, por negar-se a rezar a Ave Maria com a classe. Do grupo escolar, Boanerges passou à 5^a e 6^a séries do Instituto Gammon e depois ao Ginásio. Integrou-se nessa instituição, onde foi aluno externo três anos e interno um ano. Fez as três últimas séries do curso secundário (o ginásial), em Campinas, no Colégio Estadual Culto à Ciência. Em 1937, aos dezessete anos, Boanerges ingressou no Seminário Presbiteriano de Campinas. O Rev. Boanerges Ribeiro presidiu todos os concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil que integrou e foi por doze anos presidente do Supremo Concílio (1966-1978). Foi presidente do Instituto Mackenzie por doze anos (1975-1987) e chanceler da Universidade Mackenzie (RIBEIRO, 2007).

correspondem a um memorial que traduz ainda que indiretamente um processo de definição de um público alvo.”

A Escola Agrícola nasceu desta demanda social, das implicações sobre o ensino agrícola no Estado, como meio do protestantismo se fazer presente em seu contexto. Daí, mesmo sendo minoria, exerceu a autoridade e força, apesar dos contratempos. Ao ponto de a sociedade condoer-se dos problemas sofridos pela instituição e fazer desta a sua identidade local ou ponto de referência. Os professores, agentes deste processo, conquistaram admiração não somente entre os alunos, mas diante das pessoas que direta ou indiretamente se relacionaram com eles ou com os departamentos do Instituto Evangélico.



Figura 6 - Professora Charlotte Kemper

Fonte: Arquivo do Instituto Gammon.



Figura 7 - Anos 1910 - Missionários e professores do Instituto Evangélico de Lavras

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira.

Nesta foto, são identificados: Carlota Kemper (no centro, de roupa escura), Benjamin Hunnicutt - o 1º da direita para esquerda (considerado o fundador da Escola Agrícola de Lavras). Da esquerda para direita, Catharina Bookwalter (futura esposa de John Wheelock), em seguida vê-se Bella Kolb (que mais tarde seria a terceira esposa de Benjamin Hunnicutt). Dr. Samuel Gammon (de bigode), Clara Gammon, Alice Moore (sogra do Dr. Samuel Gammon), Audley Gammon (na frente e descalço), Billy Gammon (no colo).

2.2.2 As Instalações da Escola Agrícola

A investigação das Instituições Escolares pode implicar na abordagem da própria arquitetura dos edifícios. Quando pensamos na história da educação brasileira estamos nos referindo a uma história recente dos monumentos escolares, devido ao período da construção de prédios que aconteceram com o próprio desenvolvimento da escolarização primária no final do século XIX. Antes disso, as escolas públicas por muito tempo foram caracterizadas por domésticas, por acontecer na residência do professor, fato este referencial ao período de reformas pombalinas no Brasil e ainda no decorrer do século XIX. Nota-se, que somente no período correspondente a República Velha no Brasil (1889-1930), o discurso de progresso que influenciou a educação remodelou as paisagens das grandes cidades brasileiras com a construção de prédios para os grupos escolares.

A História Institucional também é a história dos prédios escolares ou a própria história dos usos do prédio, forçados/inspirados e até improvisados pelas novidades pedagógicas, seja para atender determinada proposta ideológica ou para atender o crescimento de demanda escolar. Correspondeu à sua legitimidade e prestígio diante da sociedade, pois fala-se da construção da própria identidade institucional. Outro exemplo significativo foram os internatos, que exerceram em sua estrutura material, importante meio para a educação e disciplina de seus alunos: corredores longos apropriados para a vigilância e o silêncio, as estruturas dos dormitórios, capelas, lavanderias, refeitórios e as salas de aulas, que correspondiam a todo um sistema de prêmios e/ou castigo.

A história do monumento construída em relação à Escola Agrícola foi inicialmente improvisada, pois aos poucos ia se adaptando às instalações da chácara do Ginásio e preenchendo as necessidades exigidas para uma escola de agricultura. O prédio do ginásio foi

inaugurado em junho de 1909. Assim, quando a Escola Agrícola foi criada em meados de 1908, ainda não era amplo o espaço para as salas de aulas. Mas a escola já contava com a fazenda, localizada nas terras da chácara do ginásio. Embora fosse necessário e urgente adquirir mais terras para a ampliação da escola.

Nas construções da instituição prevaleceu o estilo neoclássico usado em edifícios característicos do contexto norte-americano, bem como demonstram as colunas góticas nos pórticos dos principais prédios da escola. Destaca-se “O Prédio” (o edifício do Ginásio), cuja entrada foi denominada por Samuel Rhea Gammon de: “A Porta da Oportunidade”. O Prédio do Ginásio traz esta monumentalidade pela própria exaltação do suntuoso prédio, com colunas gregas, o qual faz todo um arranjo com as escadas, enaltecidas por colunas laterais⁶.



Figura 8 - O Prédio do Ginásio – Anos 1920

Fonte: Arquivo do Instituto Presbiteriano Gammon

⁶ A arquitetura neoclássica evidenciou, em fins do séc. XVIII, um regresso às formas clássicas de um modo inalterado. O Neoclassicismo expressou os valores próprios de uma nova e fortalecida burguesia, que assumiu a direção da Sociedade europeia após a Revolução Francesa e, em especial, com o Império de Napoleão. Principais características: retorno ao passado, pela imitação dos modelos antigos greco-latinos; academicismo nos temas e nas técnicas, isto é, sujeição aos modelos e às regras ensinadas nas escolas ou academias de belas-artes; arte entendida como imitação da natureza, num verdadeiro culto à teoria de Aristóteles. Tanto nas construções civis quanto nas religiosas, a arquitetura neoclássica seguiu o modelo dos templos greco-romanos ou das edificações do Renascimento italiano. Portanto, buscou novas formas para abrigar a filosofia capitalista e burguesa, que encontra seus novos anseios na retomada dos valores clássicos que passam a fazer parte da decoração dos edifícios e casas.

Em 1911, no dia 17 de janeiro, a nova propriedade adquirida, vizinha da chácara do Instituto, foi inaugurada para a instalação da escola agrícola. Como homenagem a deusa da Agricultura, a fazenda foi denominada Fazenda Modelo Ceres. Esta fazenda possuía cerca de 200 hectares de terra, onde funcionou o campo de experimentação da Escola Agrícola. Os alunos continuaram assistindo suas aulas no prédio do Ginásio até 1922, quando foi inaugurado o Prédio principal “Alvaro Botelho”, na Fazenda Ceres, para as aulas da Escola Agrícola, transferindo o funcionamento da escola para este local.

Aos poucos a escola se equipava para o desenvolvimento de suas atividades. Em 18 de março de 1911 inaugurou o Posto Zootécnico de Lavras, no recinto da chácara do Instituto Evangélico. Ainda em 1911, começou a funcionar a Estação Meteorológica de Lavras. Ambos mantidos pelo Governo Federal. Conforme apresentava o Dr. Gammon, a instalação da Escola Agrícola até 1913 contava com:

- A fazenda Ceres numa dimensão de 200 hectares possuía 50 hectares de terra cultivados;
- Laboratórios de Physica, Chimica, e Historia Natural; Officinas de Sellaria, Ferraria e Capintaria;
- Estabelecimento de Lacticínios;
- Engenhos de Canna, moinhos, etc. movidos à força hidráulica e Electra;
- Machinas Agrícolas necessárias para o bom funcionamento da fazenda e para os trabalhos dos alumnos;
- Campo experimental;
- Posto zootechnicos mantido pelo Governo Federal;
- Estação Meteorológica, mantida pelo Governo Federal (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 23).

De acordo com a planta do Instituto Evangélico, em 1911, somam-se a esta relação: Curraes; Paiol; Depósito de Arados; Estábulos; e o Silo, construído em 1915, para a plantação e armazenagem de grãos, este é o primeiro silo aéreo de alvenaria construído na América do Sul nas instalações do Instituto.

O silo construído na escola tinha paredes de tijolos na altura de 7.50 metros com a espessura de 40 cm e, foram gastos 19.500 tijolos na construção. A ensilagem era colocada por cima, por uma porta própria no telhado. Ao redor das paredes em cima dos alicerces e em cima de cada porta colocava-se um arco de ferro ao redor de todo o silo. Suas paredes foram suficientemente fortes para suportar o peso da coluna de ensilagem e por dentro, perfeitamente lisa, do alicerce ao cume.

A construção do silo marcou o momento em que a agricultura e a produção do milho começavam a utilizar-se de meios modernos de produção e armazenamento. Seu orçamento custou aproximadamente três contos de réis. Quando Benjamin Hunnicutt escreveu o seu livro

O Milho, ele descreveu todos os detalhes para a construção. Este mesmo assunto é o tema especial da revista **O Agricultor** (ano V, n. 4, jul. 1926), editada pela própria Escola Agrícola de Lavras.

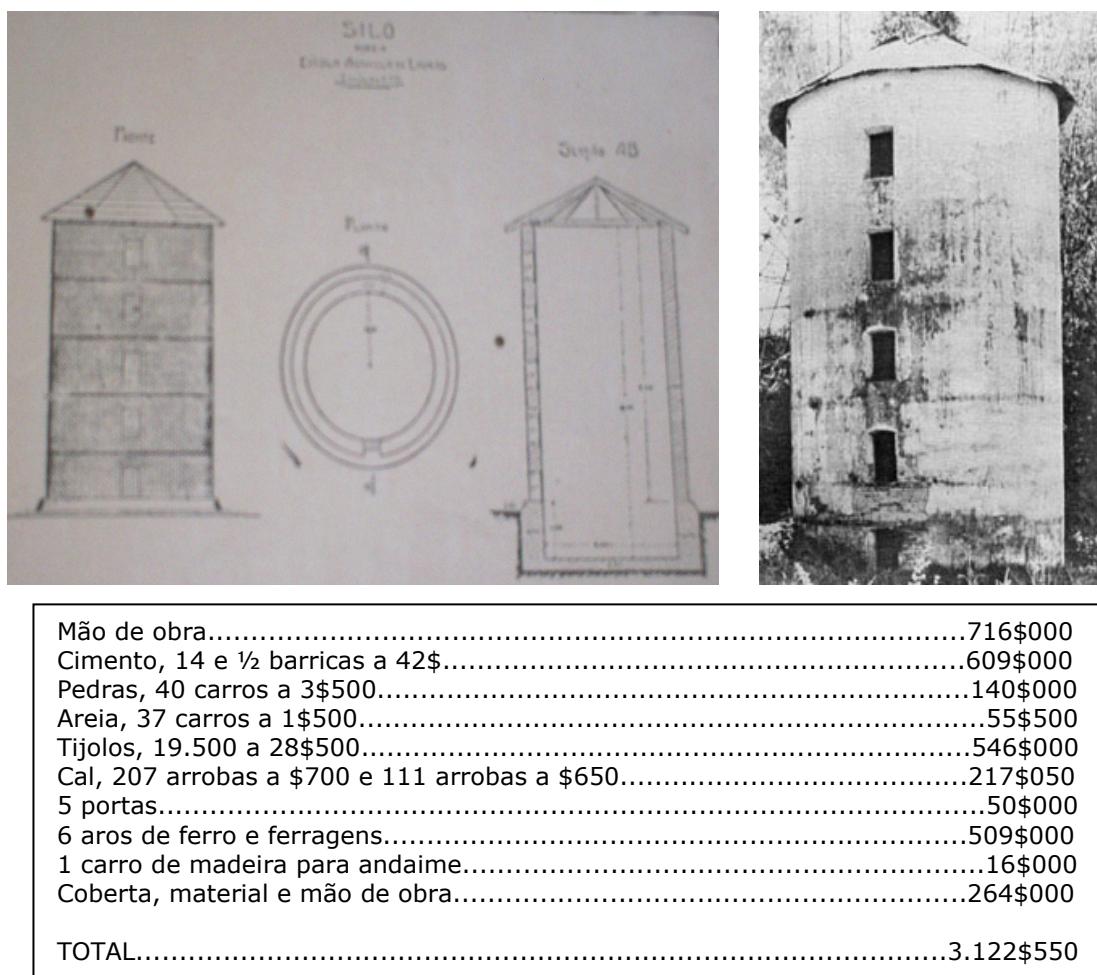


Figura 9 - Silo de Alvenaria da EAL, construído na chácara do Ginásio - 1915

Fonte: Arquivo do Instituto Gammon.

No Livro de Visitas da Escola, correspondente a este período, foi possível observar algumas considerações dos visitantes sobre a instituição:

O coração do brasileiro enche de contentamento, por ver despertar no seio desta grande patria, o gosto pela agricultura scientifica, unico factor da grandeza de um pais. É uma escola sem apparatus, de acordo com a vida do Agricultor. Os terrenos são aproveitados com um methodo admiravel de acordo com a vida de um verdadeiro estabelecimento dessa ordem. Faz-se sentir a falta de um posto zoothecnico, visto ser esta zona criadora e para os alumnos estudarem as raças dos animais úteis. Agradeço as gentilezas e cavalheirismo das Directorias, são perfeitos transmissores de excelentes qualidades que devem vencer um moço (Carlos Dias Ferraz, agricultor na cidade de Christina – Rede Sul Mineira, Lavras, 06 de julho de 1910)

(ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Agrícola de Lavras, 1909-1924).

O visitante observava a simplicidade dos primeiros tempos da escola, mas enaltece os métodos utilizados e a formação dos professores, o ensino e a qualidade destes. Fica a exaltação do amor à terra, da contribuição que uma instituição de ensino agrícola poderia proporcionar para o desenvolvimento da Pátria e a formação do trabalhador. Nove meses após a sugestão do visitante, o Posto Zootécnico é introduzido na Escola Agrícola e mantido pelo Governo Federal.

Este mesmo pensamento é do Dr. Francisco Salles, ex-governador de Minas Gerais (1902 a 1906), ilustre lavrense, quem lança as expectativas sobre o progresso da instituição e de seus promotores, quando em 1909, visitava o estabelecimento de ensino:

A secção de agricultura do Gymnasio de Lavras, que acabo de visitar, está iniciada sob os melhores auspícios. Com a direcção competente do Sr. Dr. Benjamin Hunnicutt e a vontade firme e constante do benemérito Dr. Gammon, vae ser um centro de irradiação do ensino agrícola da maior importancia e destinada a exercer efficas influxo na transformação do trabalho, na agricultura desta região. Parabens aos iniciadores destes melhoramentos nesta cidade, que estremeço por ser meu berço (Francisco Salles, Lavras, 26 de maio de 1909) (ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Agrícola de Lavras, 1909-1924).

A Escola atendia, assim, aos anseios daquela sociedade que buscava na agricultura o meio de honrar a pátria, produzir o progresso e formar o trabalhador. O Secretário da Agricultura de Minas Gerais expressou as suas observações quanto à escola:

Da visita que fiz ás diversas secções em que se pratica o ensino agrícola, ministrado pelo Instituto Evangélico, leva a convicção que este ensino é aqui uma realidade. Ao lado da teoria que se aprende nas aulas, existe a prática, no laboratório Chímico e nos campos de experienca e demonstração que existem nas partes das propriedades agrícolas do Instituto, denominadas “Chácara”, “Sítio” e Fazenda Modelo “Ceres”. O cuidado revelado nas plantações e no seu tratamento, bem como nas edificações, bem demonstra a intelligência e zelo dos benemeritos Dr. Samuel Gammon e Benjamin Hunnicutt, aquelle por ter instituído aqui a Escola Agrícola de Lavras e este por tela organizado e dirigido com grande proveito para o ensino agrícola (Carlos Prates, Lavras, 18 de março de 1911) (ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Agrícola de Lavras, 1909-1924).

É possível que o então Secretário da Agricultura estivesse, neste período, em Lavras em ocasião da inauguração do Posto Zootécnico. Mais uma vez a escola é elogiada pela competência de seus promotores, sobretudo por atender a demanda exigida para o ensino agronômico: vincular teoria e prática. Daí a ênfase que o Dr. Carlos Prates fez quanto às

propriedades agrícolas e os laboratórios existentes naquele período. Além do mais, sua exaltação não se baseou nos grandes monumentos e construções, mas, pelo resultado da qualidade do ensino e da utilidade deste para a aplicação da ciência e das técnicas modernas para a agricultura. Este mesmo pensamento é ressaltado por Rodrigues Pupato em 1913, outro visitante:

Esta Escola que visitei com o maior interesse satisfez-me em todos os sentidos. Escola como esta, se fossem disseminadas por todo o país, aliviarião o Governo de grandes [...] a que esta sendo obrigado, como ainda muito concorrerias para disseminar o ensino agrícola pratico e theorico muito concorrendo para que a rotina cedesse o passe á sciênciia como convem. Nesta escola tudo é simples e modesto, sem o grande aparato que tem as installações officiais, em geral, que [...] mobilizam grandes capitais, sem resultado correspondente e, de outro, levam desanimo aos visitantes e principalmente aos fasendeiros que acreditão que sem grandes dispendios e sumptuosas construções esses estabelecimento não podem ser mantidos disseminando, por isso, de qualquer empreendimentos nesse sentido (Rodrigues Pupato, Lavras, 22 de novembro de 1913). (ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Agrícola de Lavras, 1909-1924).

O visitante apontou as singularidades daquele período, para o governo era melhor absorver os técnicos formados nestes estabelecimentos de ensino particular, sem muito custo para o governo, mas subvencionado por este, em vez de investir em escolas mantidas pelo próprio governo. O ensino médio desenvolvido na Escola Agrícola de Lavras, e depois na Dom Bosco, foi exemplo desta demanda, a qual colocava o Estado de Minas Gerais com a responsabilidade sobre o ensino primário, estando o nível médio e superior sob a direção de particulares.

O Estado estava presente nestas instituições com a contribuição de subvenções: outorgava o valor anual da subvenção de 10:000\$000, em troca de vinte vagas cedidas. Por sua vez, estas escolas se constituíram nas principais formadoras de técnicos absorvidos pelo Estado para atuarem nos estabelecimentos de ensino agrícola e nas diversas diretorias da Secretaria de Agricultura (FARIA, 1992). Em razão dos resultados obtidos por estas instituições, em 1913, o Secretário de Agricultura José Gonçalves de Souza assegurava:

[...] a exemplo do que se dá na Inglaterra, nenhum meio se figura mais profícuo para o desenvolvimento do ensino profissional do que o de subvencionar a iniciativa particular quando bem orientada. Este sistema além de suavizar o ônus dos cofres públicos com a manutenção de muitos e custosos estabelecimentos, concorre para que eles se multipliquem com relativa facilidade nas diferentes zonas do estado satisfazendo plenamente os fins a que a administração pública tem em vista (SOUZA, 1913, p. 14).

Para os anos 1920, este modelo apontado pelo Secretário da Agricultura já não era o padrão, pois a indicação voltava-se para o encargo do Estado em organizar e manter os estabelecimentos de ensino agrícola voltados para os níveis médio e superior. A Escola Superior Agrícola e Veterinária de Viçosa era exemplo desta mudança da política educacional de Minas Gerais.

Do ponto de vista financeiro, a Escola Agrícola de Lavras contava com o apoio do Instituto Gammon (Missão dos Estados Unidos), com auxílios dos governos Federal, Estadual e Municipal. Em 5 de fevereiro de 1915, a Câmara Municipal de Lavras aprovava o Projeto de Lei número 576, que isentava de impostos o Ginásio de Lavras e a Escola Agrícola, sendo aprovado, sancionado e promulgado em 9 de fevereiro do corrente. Com esses recursos foi possível instalar e manter na escola o conjunto de prédios destinados a aulas teóricas, práticas e laboratoriais, alojamentos para estudantes e para professores, fabricação de laticínios. No entanto, muitas foram as dificuldades para manter a escola dentro dos padrões exigidos por seus promotores, como para atender as regulamentações do Governo.

No decorrer das descrições apontadas pelos missionários, entendemos que a Escola Agrícola foi tardia na construção de seus próprios prédios devido às condições financeiras enfrentadas pelo Instituto desde a construção do Ginásio de Lavras, e até mesmo pela falta de apoio necessário da Missão dos Estados Unidos, que ficava dividida quanto ao papel da educação no projeto missionário para o Brasil. Seus projetos financeiros tornaram-se mais amplos, exigindo gastos altos quando foi executada a compra da chácara onde funcionava o Ginásio. Logo em seguida iniciaram-se as construções do prédio próprio para as salas de aulas e seu equipamento, para equipará-lo de acordo com a estrutura das escolas oficiais.

O financiamento destas reformas foi realizado por meio de contribuições, resultado das campanhas missionárias em ocasião das viagens de Dr. Gammon aos Estados Unidos. Assim dizia a sua esposa Clara Gammon: “Comovia os corações dos missionários o recebimento de grandes ou pequenas quantias, vindas de colégios de crianças, de senhoras piedosas, de sociedades das igrejas, [...] quantias que representavam naquela época um espírito altamente desprendido” (GAMMON, 2003, p. 99).

A compra da fazenda da Escola Agrícola contribuiu com o aumento das despesas do Instituto Evangélico que passou por um longo período de crise financeira estendida até 1917, quando o Dr. Gammon conseguiu pagar todas as dívidas. Neste período, a dívida “já havia atingido a importância de uns sessenta contos” (GAMMON, 2003, p. 134-136). É a sua esposa quem relata as aflições sofridas neste período de equiparação da Escola Agrícola e endividamento do Instituto Evangélico:

A junta enviajava algum recurso, demonstrando boa vontade, porém se sentindo impedida de fazer mais. Durante meses a fio Dr. Gammon padeceu da maior ansiedade, sentindo-se esgotado e perdendo o sono. A certa altura dos acontecimentos chegou a empenhar seu seguro de vida como garantia dos débitos, a fim de que, em caso de sua morte, a situação pudesse ser remediada (GAMMON, 2003, p. 134).

Registraram-se muitas viagens do Rev. Gammon e Benjamin Hunnicutt durante o período que antecedeu a inauguração do Ginásio e o período posterior a inauguração da Escola Agrícola, com o fim de arrecadar fundos por meio de ofertas de pessoas e igrejas dos Estados Unidos para o trabalho educativo em Lavras, um período de programa intenso de viagens para atender estes objetivos, utilizando os sermões, discursos missionários e palestras.

Percebe-se que neste primeiro momento (1908-1917), as ampliações foram realizadas aos poucos com o intuito de amadurecer a Escola Agrícola e conceder-lhe instalações próprias. A Fazenda Ceres foi a primeira e grande conquista neste empreendimento. Nas décadas seguintes, desde a inauguração do departamento de agronomia no Instituto Evangélico até 1922, em ocasião da inauguração do prédio da Escola Agrícola na Fazenda Ceres, é impossível separar a história da Escola Agrícola e as suas instalações, dos prédios e da própria chácara do Ginásio, pois este espaço tentava compactar estas duas escolas na medida em que os missionários conquistavam novas verbas para sustentar a ampliação e os equipamentos da EAL.

Embora parte das aulas da Escola Agrícola estivesse localizada no Ginásio, outra parte das suas atividades práticas, estava localizada na Fazenda Ceres, ao lado da Chácara, na época não tão próxima ao centro, mas ao lado da ferrovia, que naquele momento era o marco do progresso e a recomendação necessária para as proximidades de qualquer escola agrícola, devido ao acesso ao transporte e a locomoção.

2.2.3 O Internato e as Normas Disciplinares

A frequência às aulas sempre foi considerada como obrigatória aos alunos, qualquer falta deveria ser justificada diretamente ao diretor. Suas recomendações aos alunos passavam pela seguinte consideração quanto à frequência das aulas: “[...] não acceitará alumnos para estudarem simplesmente as matérias necessárias para matrícula nesta ou naquelle escola superior, mas exigirá a todos numero mínimo de horas de estudo por semana” (INSTITUTO

EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 15)⁷. As aulas só poderiam ser suspensas exclusivamente pelo Diretor da Escola, sendo a frequência rigorosamente aplicada pela instituição.

O horário mínimo de estudos exigido aos alunos por semana correspondia entre quinze e dezoito horas. Segundo o próprio diretor, sua intenção, ao fazer obrigatória a presença dos alunos, era desfazer a “velha cultura do ensino secundário”, apenas um meio de preparo para o ensino superior.

Era requisito indispensável aos alunos internos participarem das atividades da Igreja Presbiteriana local aos domingos. Seu caráter confessional era apresentado às famílias de forma clara, como declara o prospecto de 1913, enviado pela escola como propaganda e divulgação às famílias dos alunos: “O espírito do Instituto Evangélico; em todas as suas escolas, é franca e positivamente evangélico; e todos os internos devem assistir aos exercícios religiosos, quer nas aulas e internatos, quer no templo da Egreja Evangélica da Cidade” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 30). Ao lado desta regra, o Reitor comunicava aos pais a prioridade que a escola dava ao domingo (a ênfase em negrito é feita pelo próprio prospecto):

Domingo⁸ é sanctificado em todo estabelecimento: não é permittido aos alumnos passarem sabbado de noite ou domingo fóra dos internatos, a não ser em companhia dos paes, ou em circumstancias muito especiaes. Pede-se aos paes evitarem trazer seus filhos aos internatos no domingo (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 30).

Não há registros de perseguição a qualquer aluno que adotasse outra fé, mas é evidente a regra exigida a todos os internos.

A Escola considerava os seus membros como uma grande família, daí a ênfase que o próprio diretor dava em relação à moradia dos missionários dentro do campus da própria Escola para proporcionar melhor convivência com os alunos. Vale destacar que aproximar-se dos alunos era um meio de vigiá-los melhor, acompanhá-los em seus comportamentos de uma forma mais direta.

⁷ Embora, dependendo dos cursos, fossem facultativas algumas disciplinas designadas pelas regras escolares.

⁸ O Domingo, em virtude da ressurreição de Jesus Cristo, passou a ser considerado pelos judeus convertidos ao cristianismo como o dia de adoração a Deus, em lugar do sábado, próprio do judaísmo, conforme narra o Pentateuco, Livro de Éxodo 20: 8 a 11: “Lembra-te do dia de **sábado**, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o **sábado** do SENHOR, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o SENHOR abençoou o dia de **sábado** e o santificou.

Um aluno contou aos seus pais, com entusiasmos e espanto, ao ver o Dr. Gammon com uma enxada na mão, fazendo-se como um deles (os alunos), nas aulas práticas do programa do Instituto: “Meu filho [...] nos contou com muita graça, quase *desmaiasse*, quando via o senhor nos trajes de quem ia à barreira fazer, digo, dirigir valentemente o trabalho de desaterro e aterro para a formação de campo de foot-boot.” (NASCIMENTO, F. [Carta]. 30.12.1916).

Não podemos olvidar que a relação professor-aluno interfere na personalidade do educando, pois não é um relacionamento neutro em si, trazendo consigo a missão ou o próprio objetivo da instituição. Nesta mesma carta, o pai exaltou a escola pela reforma moral que desenvolveu no filho depois de estudar em Lavras: “bem menos selvagem do que quando freqüentava o collegio em São Paulo”. O exemplo valoriza o “modelo civilizatório” da escola ou a apropriação por parte dos alunos do comportamento esperado pela instituição.

Quanto aos exames, eles foram classificados pelo programa em exames de admissão e exames de promoção. Com as mudanças ordenadas pelo Regulamento Federal de 1910, por constituir-se ensino médio, a admissão na Escola Agrícola, estava sob o seguinte ponto: o aluno ter cursado os primeiros três anos do curso do Gimnásio de Lavras ou seu equivalente. De acordo com o Manual de Matrícula (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 18) é exigido dos alunos, além dos três anos do curso do ginásio, o exame de admissão a critério da Comissão Examinadora, para avaliar o grau de conhecimento do aluno e a sua classificação em relação aos anos.

Já em relação aos exames de promoção: eram realizados nos últimos dias do ano letivo, sendo obrigatório a todos os alunos⁹. Os exames eram estabelecidos pela Mesa de Curadores, ou seja, três membros nomeados pela Congregação (direção do Instituto). Segue as principais regras para a comissão: o professor da matéria era membro examinador da respectiva comissão, cabendo-lhe organizar os pontos dos exames, estes, todavia eram encaminhados com antecedência à comissão para serem aprovados. Competia à comissão julgar as provas e dar as notas (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1913, p. 15).

Nos primeiros anos os exames constaram apenas de provas escritas, sucedendo para os próximos anos o acréscimo da prova oral, exceto as disciplinas Inglês e Francês, que inicialmente era exigido do aluno a prova oral. No entanto a Escola permitia que na época dos exames de admissão, acontecesse uma segunda época do exame de promoção somente para os

⁹ Em relação às matérias isoladas, assim que o aluno concluisse, prestava exame de acordo com a Mesa de Curadores.

alunos que faltassem uma ou duas matérias por motivo de reprovação na primeira época. Era permitido ao aluno reprovado em uma matéria na segunda época cursar a série superior, desde que, no devido tempo, prestasse o exame da matéria, bem como os exames do ano em que estivesse cursando. Finalmente, caso o aluno nos dois primeiros meses do ano se mostrasse incapaz para continuar naquele nível, por ter havido algum erro de classificação, era obrigado a voltar para a série inferior. Durante a circulação do Boletim, *Vida Escolar*, do Grupo Escolar de Lavras dirigido pelo Prof. Firmino Costa, o desempenho dos alunos do Instituto Evangélico foi divulgado pelo periódico.

Segundo o Prospecto do Instituto, de 1913 (p. 30), a disciplina em todas as escolas e repartições do estabelecimento é a da família, branda, mas ao mesmo tempo firme. A autoridade do professor, por parte dos alunos, não foi questionada diante do diretor, mas este sempre obteve o respeito, do mesmo modo que procurava como “pai” estabelecer a ordem diante dos alunos. Por isto não foi constituído na escola nenhum castigo corporal, até mesmo porque este foi um dos pontos muito questionados pela pedagogia moderna ao criticar o tradicionalismo da educação jesuítica.

Aos alunos internos da Escola Agrícola era permitido um passeio de algumas horas, na cidade, aos sábados, mas era proibido estarem nas ruas de noite, exceto por alguma autorização especial. Do mesmo modo que era proibido frequentarem qualquer programa, como o teatro, que na visão da escola pudesse “offender a moral”.

Ficava designado o uso de uniforme para todos os alunos, um uniforme para ocasiões especiais e outro para o dia-a-dia da escola. Assim ficava estabelecido o padrão do uniforme diário: ternos de brim escuro. Já para os alunos internos a exigência era maior, porque moravam em Lavras, daí a necessidade de se prover com maior número de ternos, eis a recomendação da direção: “os internos da escola agrícola deverão prover-se de um ou mais ternos de roupa de casimira azul; de dois ternos de brim branco, pelo menos; e de três ternos, pelo menos, de brim escuro para uso diário” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospectos do Instituto Evangélico 1909 e 1913). O internato não recebia alunos menores de dez anos de idade. Posteriormente, a escola não adotou mais o uso de uniformes.

A partir de 1910, ficou instituída a introdução do exercício militar e algumas partes da disciplina militar no Ginásio e na Escola Agrícola. Vale ressaltar que Olavo Bilac iniciou, por São Paulo, a sua campanha em prol do serviço militar obrigatório fundando, em 1916, a “Liga de Defesa Nacional”. Dentre os objetivos da Liga, perfilavam a propagação da instrução primária, profissional e cívica e, em especial, a defesa da nação por meio do trabalho e da disciplina (FARIA, 1992, p. 355). O ensino, bem como a educação agrícola, gravitou em

torno do tema do patriotismo, tomando como base a formação moral do trabalhador aliado ao amor pela terra. O interesse da pátria seria o interesse de Minas e, consequentemente, da própria família. A introdução do serviço militar atendeu a própria demanda do Instituto, principalmente porque recebia em seus internatos adolescentes. Esta prática perdurou por longos anos e só foi modificada no período da Era Vargas.

A educação militar introduzida na escola tinha como objetivo formar atitudes e hábitos condizentes com a formação moral dos alunos. Conforme declara José Murilo de Carvalho (1990): a regeneração da população, difusão dos ideais de modernidade, urbanização, higiene, progresso e civilização, consequentemente, o fortalecimento econômico do país, tinha como objetivo formar pessoas capacitadas para o trabalho, neste caso apontamos o trabalho agrícola. Esta perspectiva esteve presente na formação dos alunos da Escola Agrícola de Lavras. A tríade ensino-religião-moral correspondia com a formação do espírito gammonense.

A disciplina escolar se preocupava com a higiene e o cuidado que o aluno deveria ter com o seu corpo e vestuário. O Prof. Firmino Costa já apostava neste cuidado o valor da formação geral do aluno, que não consistia apenas em decorar regras e fórmulas: “Sim, porque procede mal quem, por exemplo, não traz as unhas aparadas, os cabelos penteados, as orelhas limpas, bem como aquele que anda com a roupa rasgada e suja” (COSTA, **Boletim Vida Escolar**, anno I, n. 5, 1º jul. 1907).

Dentre as normas estabelecidas para a admissão de alunos estava o acordo financeiro que deveria ser seguido pela família dos alunos em parceria com a escola: ficava proibido o aluno fazer qualquer dívida, exceto por alguma permissão especial e aprovação dos pais. A escola não poderia adiantar nenhum dinheiro aos alunos, por isto os pais deveriam providenciar quantia suficiente com o diretor ou algum responsável na cidade para despesas eventuais. Caso o aluno infringisse as regras no tocante a fazer dívidas na cidade sem ordem do pai ou consentimento do Reitor seria expulso do estabelecimento. No ato da matrícula todo aluno interno pagava de uma só vez a “jóia de entrada”, certo depósito que ficava como fundo a favor do aluno. Este fundo não poderia ficar em menos da metade do valor total estipulado, a infração desta regra poderia custar a permanência do aluno na escola. Os alunos externos pagavam suas “jóias” anualmente.

Dentre as despesas do aluno interno estavam: pensão; ensino; lavagem de roupa; oficinas; e trabalhos domésticos. A instituição financeira adotada pela Escola para o pagamento das mensalidades e despesas dos alunos ficava na responsabilidade do *British Bank of South América Ltda*, no Rio de Janeiro, ou remetida ao mesmo por intermédio da Agência do Banco de Crédito Real de Minas em Lavras ou entregues ao Banco Hypothecario

e Agrícola de Minas Gerais em Belo Horizonte, em nome do tesoureiro da Instituição: C. C. Knight.

PAGAMENTOS DO ANO LETIVO – ESCOLA AGRÍCOLA

	1909	1913
Internos	1º e 2º anos: 200\$000	1º ano: 350\$000
	3º e 4º anos: 225\$000	2º e 3º anos: 375\$000
Externos	1º e 2º anos: 40\$000	1º ano: 100\$000
	3º e 4º anos: 55\$000	2º e 3º anos: 125\$000
Jóias de entrada	Interno: 30\$000	Interno: 30\$000
	Externo: 5\$000	Externo: -----
Taxa de atestado de exame	5\$000	-----
Café de meio dia para os externos	-----	12\$000

Quadro 7 - Pagamentos do Ano Letivo

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospectos do Instituto Evangélico 1909 e 1913.

Para as famílias que tinham dois alunos na instituição era oferecido um desconto de 10% na anuidade. No caso de três filhos 15% e havendo mais filhos: 20%. O pagamento era realizado previamente e era trimestral, de acordo com o prospecto de 1909. A partir de 1913 passa a ser semestral¹⁰.

No estudo sobre a instituição educativa, verifica-se que ela tem o seu quadro organizacional, o seu momento normativo, seja ele por leis Estaduais, Municipais e Federais, ou estabelecida por Regulamentos Internos. Este momento não é revolucionário, mas a consagração da própria instituição, ela é o centro de referência à subjetivação ou formação do aluno, e para a sociedade assistida. Como uma instituição ela possui poder, hierarquia, práticas e organização cultural.

O regime de Internato, dentro desta perspectiva, é o modelo de educação completa. Para Magalhães (2004, p. 116): “é uma instância educativa total”, pois é possível “considerar, entre outros os fatores de integração e de acompanhamento; analisar as instâncias de socialização, alteridade, autonomização, mobilização, reconsiderar os conceitos de aprendizagem, ativismo pedagógico e experiência emocional”.

A leitura apresentada sobre a Escola Agrícola de Lavras apresentou este dinamismo organizacional e a forma de doutrinação, sejam elas religiosas ou civilizatórias. Por isto, tais

¹⁰ O ano letivo era constituído por nove meses, divididos em três trimestres. O ano letivo de 1910, por exemplo, começou em 1º de maio e finalizou-se em janeiro de 1911. Em 1913 o ano letivo estava estipulado em nove meses, dividido em dois semestres: iniciava-se no dia 1º de março e encerrava-se no dia 1º de dezembro.

considerações são tão importantes quanto os conteúdos inculcados, pois toda a estrutura da instituição: hierarquia, os horários, a vigilância ou disciplina não estão desprovidos de interesses, mas desenvolvem hábitos de trabalhos e de concentração de esforços, ao considerarmos que educação técnica era vista como meio para o crescimento econômico, a começar pela mão-de-obra qualificada.

Petitat ilustra bem a maneira como os colégios estruturam o seu cotidiano como forma de dominação e controle sobre o aluno: “confinado a um espaço fechado, mantido em um local fixo, inserido em uma rede de vigilância mútua e de emulação, levado a seguir um horário pré-determinado, o aluno é incitado ao trabalho permanentemente” (PETITAT, 1994, p. 93). Daí o desenvolvimento de relações paternalistas e autoritárias desenvolvidas pela escola agrícola com o intuito de exercer o controle contínuo sobre o aluno para o desenvolvimento tanto de seus conhecimentos científicos, bem como das virtudes amalgamadas pelos princípios bíblicos. Esta organização e disciplina mantêm a assiduidade, não deixando os alunos entregues a si mesmos.

Partindo destas considerações, escolhemos a vida dos alunos como ponto seguinte para entendermos esta relação subjetiva entre a instituição e os seus sujeitos.

2.2.4 Os primeiros alunos

A história da identidade institucional também é considerada a partir dos seus alunos, dos sujeitos que por ali passaram e da sua identidade. A intenção neste ponto é focalizar os alunos que passaram pela escola no período que demarcamos para este capítulo, desde a sua fundação até 1917. Perceber como a escola sofreu mudanças e como estabeleceu a relação com os alunos, sendo portadora do conhecimento e de autoridade, manifesta-se por meio das biografias e nos destinos de vida do indivíduo sob a forma de apropriação. Assim, “[...] o estudo sobre os alunos é numa primeira fase, de natureza serial e numa segunda fase biográficos, de diferenciação, aprofundamento e seguimento sob a modalidade de histórias de vida”, sendo importante recuperar os percursos profissionais destes grupos (MAGALHÃES, 2004, p. 139; 159). Buscamos configurar a influência da instituição na vida dos seus alunos, suas origens geográficas, econômicas e socioculturais.

Para as primeiras turmas não encontramos dados tão minuciosos, quanto às turmas posteriores a partir dos anos 1920. O arquivo da Universidade Federal de Lavras possui os

nomes dos alunos que por ali passaram enquanto Escola Superior de Agricultura, mas o tempo ou o período de transferência de arquivos, quando esta foi federalizada, não permitiu preservar muitos detalhes.

A maioria das condições sociais e religiosas em que as escolas protestantes foram surgindo, tinha o intuito de atender aos filhos de pais crentes ou famílias, que por não seguirem o credo católico romano, eram perseguidos em seus colégios. Do mesmo modo, inspirados em ideais liberais e científicos, fornecer aos filhos uma educação prática e científica. O Rev. Reads, ao descrever estas iniciativas, reforça os motivos das fundações educativas:

Essas escolas foram estabelecidas através da iniciativa de membros e pastores, ao nível do povo. O estabelecimento de tal tipo de escola ocorreu normalmente por causa da pressão sofrida por filhos dos crentes, nas escolas públicas. Muitas vezes, exige-se que as crianças protestantes adorem os santos católico-romanos, participem das orações diárias, de origem católica e rezem o Padre-Nosso ou o Rosário. Quando as crianças protestantes recusam-se a fazê-lo são ridicularizadas pelas crianças católicas, que as provocam, e o resultado é voltarem as crianças protestantes à casa, em lágrimas. Muitos professores católicos costumam dar notas baixas às crianças protestantes, para que logo sejam eliminadas. Quando isso acontece geralmente há um movimento por parte dos protestantes para iniciar uma escola paroquial na igreja do lugar, sempre que possível. Procura-se um professor crente, e quando encontrado, a escola começa a funcionar de modo bastante humilde [...]. Os pais devem pagar uma taxa a fim de sustentar a escola paroquial [...]. As escolas paroquiais apresentam muitos problemas difíceis, mas poderiam elas talvez, ser um instrumento para o futuro da educação cristã no Brasil, no sentido de formar os líderes de que a igreja protestante tem necessidade. Essas escolas são controladas e sustentadas pela Igreja. São freqüentadas por grande número de crianças evangélicas (READ, 1967, p. 109-110).

O projeto educativo de Lavras não surgiu de uma escola paroquial, o seu projeto inicial em Campinas manifestou-se das iniciativas de protestantes e liberais para fornecerem aos seus filhos a solidez e o respeito pelo credo adotado. Assim, requisitos essenciais permaneceram como importantes para a divulgação da escola: a clareza quanto à tolerância religiosa e a oportunidade dos estudos. Embora as exigências quanto à participação nos cultos fosse um mandamento para todos os alunos, a tolerância religiosa nestes momentos não foi diferente quanto ao comportamento das escolas confessionais católicas, evidenciando as contradições entre ideais e normas estabelecidas pela instituição.

Os primeiros alunos do Instituto Evangélico foram trazidos na transferência da escola de Campinas para Lavras: Ruth Garcia, Paulo Garcia, Lídia Pergher e Henrique Capps, chegando posteriormente José Osias Gonçalves. Até 1908, este número tornou-se significativo com o crescimento e a credibilidade alcançada pelo Instituto. O objetivo maior

com a criação da Escola Agrícola foi preparar os jovens e influenciá-los para a carreira eclesiástica e formar funcionários protestantes em diversas áreas.

O Instituto Evangélico não somente introduziu métodos e sistemas de ensino revolucionários, mas buscou superar preconceitos, ajudando os menos favorecidos. Consequentemente aceitou em suas classes meninos que, na época, não tinham acesso aos estudos, bem como filhos de abolicionistas e de escravos já libertos que não podiam frequentar as escolas públicas. Os internatos foram criados para dar oportunidade de estudos aos jovens que residiam em outras cidades dos diversos estados.

Várias cartas foram encontradas solicitando ao Dr. Gammon bolsas de estudos para jovens que queriam fazer o ginásio e pretendiam ingressar na carreira agrícola: o Pastor presbiteriano de Belo Horizonte, Américo Menezes, ex-aluno do Instituto Evangélico, escreveu em 1917 ao Dr. Gammon solicitando desconto nos estudos de Perosi, treze anos, filho de Jesuína, residente em S. Sebastião do Gil, município de Entre-Rios, cujo interesse estava em seguir o curso agrícola. Assim comenta o Pastor:

[...] D. Jesuína pede ao Sr. receber o filho della fazendo o maior abatimento possível, pois que ella é pobre. O Dr. terá a bondade de escrever a ella [...] o Dr. Delphim Moreira offereceu um logar, creio que no de Viçosa, ao filho de Jesuína. Ella recusou segundo me disse. O Dr. fará o que julgar possível. Transmitto apenas o recado com alguns commentarios (MENEZES, A. [Carta]. Lavras, 12.11.1917).

Não há registros de matrícula deste aluno na Escola Agrícola, é possível que tenha sido apenas aluno do Ginásio. De fato, muitos pastores foram divulgadores da própria causa educacional em Lavras, estes escreveram frequentemente apresentando a escola às famílias do seu campo missionário ou a amigos. Os obreiros solicitavam bolsa parcial ou completa para os estudos dos moços.

Em muitas cartas recebidas os remetentes elogiavam o Dr. Gammon pela abnegação e atenção devotada a todos: “Sabedor como sou que o Sr. é dotado de um nobre coração amigo dos pobres que almejam instruir-se” (ABRANTES, Sebastião. [Carta]. Lavras, 15.11.1916).

Em resposta às cartas e outras solicitações de pessoas, a escola recebeu muitos alunos que não tinham condições financeiras. Ofereceu bolsas ou aplicou o seu projeto de “auxílio próprio”, no qual o aluno que não tinha condições de pagar seus estudos oferecia algumas horas semanais de trabalho prático para a Escola. Conforme Dr. Gammon, este era o meio de o próprio aluno conquistar os estudos pelos seus esforços. O que demonstra que a demanda da Escola Agrícola não visava somente uma elite local, mas abrangia um projeto social que

buscava dar assistência aos alunos que não tinham condições de manter-se nos estudos, sobretudo se a origem destes alunos era protestante.

Embora este projeto do “Departamento de Auxílio Próprio” já existisse com o Ginásio, era na Escola Agrícola que ele seria efetivado sistematicamente nos alunos, cujo tempo era maior para o desenvolvimento das atividades práticas no campo e nas oficinas. Primeiro foi inaugurada a oficina de carpinteiro, logo depois a oficina de sapataria, selaria a tipografia e a encadernação, cujos objetivos, já declarados, eram oferecer aos estudantes pobres oportunidade de custear seus estudos e uma das maneiras de a escola custear as suas despesas.

A escola oferecia a oportunidade de bolsas em convênio com o Governo Estadual. Conceder bolsas a alunos devido à subvenção foi um meio viável para que alunos com recursos financeiros reduzidos alcançassem a educação agrícola de nível médio. O compromisso social da escola foi decisivo para alunos que, mais tarde, obtiveram estudos ou bolsas no exterior e tornaram-se lentes do próprio estabelecimento de ensino¹¹.

O Jornal **O Município**, datado de 7 de janeiro de 1911, noticiava que o Instituto Evangélico de Lavras e a Escola Agrícola diplomava os seus primeiros formandos e os primeiros agrônominos do Estado de Minas Gerais. Ainda no final deste mesmo ano, a Escola Agrícola de Lavras diplomava Sr. Eurico Ribeiro dos Santos, conforme o Livro de Registros de Diplomas Expedidos (1911), embora no Registro de Matrícula não conste o seu nome. Segue o texto dos Diplomas expedidos:

Instituto Evangélico – Fundado em 1893 – Lavras – Minas – República dos Estados Unidos do Brasil – Escola Agrícola de Lavras – Diploma – O Diretor da Escola Agrícola de Lavras, Benjamin Harris Hunnicutt, tendo em consideração as provas prestadas pelo Sr. Emanuel Augusto Deslandes, natural de Ouro Preto – Minas – com 18 anos de idade, lhe confere em nome da Congregação o presente diploma de habilitação profissional – Lavras em 17 de janeiro de 1911. O Secretário Charles Clyde Knight - O Reitor Samuel Rhea Gammon – O Diretor Benjamin Harris Hunnicutt – o Diplomado Emanuel Augusto Deslandes, identicos diplomas foram conferidos em igual data os Senhores Oswaldo Tertuliano Emrich, Aurino Ferreira e do mesmo teor em Dezembro do mesmo ano 1911, ao Sr. Eurico Ribeiro dos Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Livro de Registros de Diplomas Expedidos, 1911-1913)

O Crescimento da Escola foi pequeno, se levarmos em consideração o grande investimento na aquisição de propriedade, maquinário, docentes preparados. Esta demanda justifica o que falamos anteriormente, sobre a própria crise financeira sofrida pela escola entre

¹¹ Refiro-me aos alunos Benedicto Paiva e Jaziel Rezende, protestantes, foram bolsistas na Escola (Benedicto completou seus estudos nos Estados Unidos) e foram professores, e até mesmo, diretores da Escola Agrícola de Lavras nos anos 1930. Abordaremos de uma forma mais abrangente a vida destes primeiros diretores brasileiros no último capítulo.

1910 a 1918, pois a procura não foi suficiente para cobrir todas as despesas com a Escola Agrícola.

O maior número de matrícula correspondeu ao ano de 1917: oito alunos. A menor turma matriculada foi de 1916: dois alunos. Quanto ao ano de conclusão, observam-se os números em negrito, estes alunos não completaram o ano escolar dentro da perspectiva esperada, o que evidencia que nem todos os alunos conseguiram promoção sem passar por recuperações ou serem reprovados em algum ano. Como exemplos: o aluno Francisco Martins, há registros de suas notas do segundo ano em 1911, e a partir de 1913, registra-se seu nome cursando o primeiro ano e encerrando seu curso em 1915, de acordo com a nova estrutura do ensino médio; o aluno Hildebrando Cabral cursou o primeiro ano em 1914, voltando para completar o curso em 1918 e 1919. No entanto, conforme já relatamos, outros alunos concluíram, antes do tempo previsto, as suas séries: além de Bento Mendes Castanheiras, há o registro de outros dois alunos: José Garibaldi Dantas e Aristides Carvalho Oliveira.

ALUNOS CONCLUINTES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS 1909 - 1917

ALUNOS	MATRÍCULA	FORMATURA
1. Theodulo Emrich	1909	1912
2. Zacharias da Silva	1909	1912
3. Eugenio Mendes Castanheira	1911 ¹²	1913
4. Bento Mendes Castanheiras	1911 ¹³	1913
5. Augusto Nunan	1911	1916
6. Olegário Werner	1911	1914
7. Francisco Martins da Silva	1911	1915
8. Benedicto de Oliveira Paiva	1912	1914
9. Samuel Bueno da Fonseca	1912	1914
10. Arnaud Barbosa de Araujo	1913	1915
11. Benedicto Francisco de Oliveira	1913	1915
12. Gontran Muury	1913	1915
13. José Alvim Oliveira	1913	1915
14. Walbert de Lima Pereira	1913	1915
15. José Filgueiras Sobrinho	1914	1916
16. Mario S. Pedroso	1914	1916
17. Pery Orsini Lacerda	1914	1916
18. Hildebrando Cabral	1914	1919
19. Antonio Peixoto	1915	1917
20. Jair Ribeiro Guaracy	1915	1917
21. Lyrio Cabral	1915	1917

¹² Embora não conste seu nome na matrícula de 1910, ele fez o segundo ano em 1911; terceiro em 1912; e formou-se em 1913 (Registro de Matrícula e Registro de Diplomas).

¹³ O aluno Bento Mendes Castanheiro foi registrado com este sobrenome no livro de Registro de Diplomas e concluído o seu curso em 1913; já no Registro de Matrículas seu nome aparece como Bento Bueno Castanheiras e sua conclusão registra-se em 1914. Ele concluiu o curso em 1913: três anos, pois foi registrado em 1911 no segundo ano, 1912 no terceiro e 1913 no último ano.

22. Moacyr de Mello Azevedo	1915	1917
23. Francisco Obdon da Nobrega	1915	1918
24. Alcides Leme	1916	1918
25. José Ferreira de Castro	1916	1919
26. Francisco Prudente Filho	1917	1919
27. Manuel Gonçalves Trugillo	1917	1919
28. José Garibaldi Dantas	1917	1918
29. Chistovan Dantas	1917	1919
30. Murtinho Maia	1917	1919
31. Nestor Canabrava	1917	1919
32. Aristides Carvalho Oliveira	1917	1918
33. Ophir Costa	1917	1919

Quadro 8 - Alunos da EAL 1909 a 1917

Fonte: Registro de Alunos da Escola Agrícola de Lavras - Universidade Federal de Lavras.

Não há maiores detalhes sobre os motivos pelos quais estes alunos abandonaram os estudos, anteciparam ou atrasaram as suas conclusões. Do mesmo modo que alguns dados não conferem com as datas registradas na matrícula e no registro de notas. Apesar destas limitações, foi possível configurar, de uma forma geral, a vida escolar destes alunos. O quadro abaixo apresenta o número de alunos diplomados pela Escola Agrícola no período entre 1909 a 1917:

REGISTRO GERAL DOS ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA 1908-1917

Matriculados	Diplomados	Desistentes	Não Diplomados por razões desconhecidas
45 ¹⁴	37	02	06

Quadro 9 - Registro Geral dos Alunos – 1908-1917

Fonte: Registro de Alunos da Escola Agrícola de Lavras- Universidade Federal de Lavras.

Em um período de nove anos a escola recebeu em média cinco alunos por ano. Um crescimento pequeno, mas significativo para uma escola que estava se estruturando no ramo agrícola. O que demonstra uma porcentagem alta de concluintes em relação aos alunos que não finalizaram o curso: quase 90% dos alunos matriculados. Quanto ao desempenho destes alunos, verifica-se que as disciplinas Desenho, Chimica, Chimica Orgânica, Chimica Agrícola, Chimica Analytica, Veterinária e História Sagrada foram as disciplinas que mais se destacaram com o conceito Distinção. Praticamente todos os alunos tiveram este conceito em Desenho e História Sagrada. Por outro lado, percebe-se que o maior número de reprovação voltava-se para Arithmética, Physica, Álgebra, Matemática, Português e Geographia.

Para o ano de 1917, o Dr. Gammon registrava em seus escritos um total de 184 alunos do Instituto Evangélico no relatório ao Inspetor Regional Sr. Maj. Candido Prado: o maior

¹⁴ No livro de matrícula não consta o nome do aluno Aurino Ferreira, concluinte em dezembro de 1911, por isto o total de alunos deste registro é de 44 e não 45 conforme o registro de Diplomas.

número de alunos é o da Escola Carlota Kemper, com 91 alunos, seguido do Gymnasio com 77 e da Escola Agrícola de Lavras com dezesseis alunos (GAMMON, 1917. Relatório).

De acordo com o quadro abaixo, percebe-se que a localização dos alunos não estava limitada apenas aos Estados do Sudeste do Brasil, mas abrangeu localidades distantes, como os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. O maior número ainda reside no próprio Estado da Escola Agrícola de Lavras, Minas Gerais.

LOCALIZAÇÃO DE ORIGEM DOS ALUNOS – 1914 a 1917

Nome do Aluno	Naturalidade	Nascimento	Residência dos Pais
Hildebrando Cabral (1914)	-----	21/3/1899	Figueira do Rio Doce, cidade: Victória Diamantina-Estado do Espírito Santo .
Francisco Abdon da Nóbrega (1915)	Caicó - RN	17/8/1894	Santa Luzia do Saboji, cidade: Parayba do Norte .
Alcides Leme (1916)	São Paulo	4/12/1898	Rua dos Pirynões nº 2, São Paulo, Estado de São Paulo
José de Castro (1916)	Bom Sucesso	27/6/1899	Bom Sucesso, Estado: MG
Francisco Prudente Filho (1917)	São Paulo.	1/7/1892	Cunha – São Paulo - São Paulo
Garibaldi Dantas (1917)	Natal	18/3/1899	Natal – Rio Grande do Norte
Christovan Dantas (1917)	Natal	19/4/1900	Natal – Rio Grande do Norte
Murtinho Maia (1917)	Lavras	13/2/1899	Lavras- MG
Nestor Cannabrava (1917)	São Francisco-Minas	21/7/1897.	Pirapora- MG
Aristides Carvalho Oliveira (1917)	Curitiba	21/1/1899	Endereço do tutor: Marechal Deodoro 14, Curitiba- Paraná
Ophir Costa (1917)	Minas Gerais	5/2/1892	Praia de São Cristovan, número 609 Rio de Janeiro .

Quadro 10 - Localização de origem dos Alunos

Fonte: Registro de Alunos da Escola Agrícola de Lavras - Universidade Federal de Lavras.

Não sabemos como os alunos obtiveram conhecimento da escola em Lavras, contudo, estes estados representados no quadro, já eram campos missionários da Missão Presbiteriana dos Estados Unidos. Os missionários espalhados por todo o Brasil foram agentes de divulgação do ensino.

Por outro lado, os próprios alunos que passaram pela Escola Agrícola de Lavras ou qualquer outro departamento do Instituto Evangélico, levaram consigo a própria propaganda, e por onde passavam divulgavam a saudade e a admiração pela Escola Agrícola. O aluno José Filgueiras formou-se em 1916 e retornou no ano seguinte para trabalhar na própria Escola Agrícola. Na carta datada de janeiro de 1917, escreveu ao Dr. Gammon solicitando a reserva de vaga para o seu irmão cursar o Ginásio naquele ano. Do mesmo modo, outros alunos ou

pais de alunos divulgavam, por onde moravam, o ensino ministrado no estabelecimento. Ou seja, afeiçoando-se à escola influenciavam outras pessoas da família ou do rol de amigos para estudar em Lavras. A faixa etária destes alunos quando iniciaram a Escola Agrícola estava entre quinze anos (o aluno Hildebrando Cabral, que cursou o primeiro ano em 1914, cursando novamente em 1917 com dezoito anos), e 25 anos: os alunos Ophir e Francisco Prudente. Em algumas fichas dos alunos foi possível identificar a localização de suas residências, embora em algumas fichas registrassem apenas o Estado de origem destes alunos.

O tratamento entre alunos e professores, demonstrado nas correspondências, principalmente entre o Dr. Gammon e os alunos, foi cordial e fraterno. Dr. Gammon sempre chamou seus alunos de amigos e irmãos. Sua esposa descreveu a sua tolerância e simpatia com os alunos. Mesmo com os mais faltosos, costumava dizer: “[...] o que seria de nós se Jesus nos tratasse com a severidade com que nós tratamos os outros?”, da mesma forma aconselhava os jovens dizendo: “Nunca se deve permitir que o bom seja inimigo do melhor” (GAMMON, 2003, p. 121). Assim baseava-se no princípio cristão de “amar ao próximo como a si mesmo”, de procurar dar o melhor, sempre aperfeiçoando o bom. Seu relacionamento com os alunos permitiu muitas homenagens da parte destes ao mestre tão admirado. Sua esposa narrou a experiência de um aluno da Escola Agrícola com relação ao Professor e Diretor Gammon:

Quando pela primeira vez o vi, Dr. Gammon, admirei e invejei o seu rosto simpático e a sua nobre figura. Quando me assentei na sua aula, admirei ainda mais seu vasto conhecimento e seu brilhante intelecto. Quando porém, vim a conhecê-lo melhor, eu o amei por causa de sua vida abnegada e do seu caráter cristão (GAMMON, 2003, p. 122).

Mas nem sempre tudo seguiu em plena harmonia, a resistência por parte dos alunos, chamada de indisciplina por parte dos professores, colocava em conflito os acontecimentos corriqueiros de uma escola: comportamento, problemas com notas, relacionamentos entre alunos e professores. Foi possível encontrar apenas o exemplo da greve para exemplificarmos estes momentos de conflitos, quando os alunos não correspondiam com as normas da própria escola:

Já nos meados do primeiro decênio da escola, os alunos decidiram entrar em greve como protesto ao pedido negado por parte da diretoria do Instituto sobre o feriado numa sexta-feira para que fosse prolongado até a segunda-feira. A iniciativa de greve por parte dos alunos fez com que eles se ausentassem do café da manhã e não comparecessem ao chamado estudo da manhã (somente um aluno, Luís de Oliveira compareceu). Naquele momento, os rapazes planejavam ir à cidade, passear, enquanto esperavam a hora do almoço. Quando eles

estavam aglomerados no fim da avenida, os jovens ficaram irresolutos quando avistaram o Dr. Gammon, que estava sentado calmamente próximo ao portão, quando se aproximaram, foi o Dr. Gammon quem disse; “voltem para os seus quartos e fiquem ali, a não ser que resolvam ir para as aulas, quando a campainha tocar. Do contrário, considerem-se como hóspedes da escola, até que nós possamos comunicar com seus pais”. Todos os alunos voltaram para seus quartos, preocupados com medidas mais severas, reconheceram seus erros e enviaram um abaixo-assinado, confessando o erro e pedindo a “benevolência dos mestres”. Assim, a diretoria resolveu que “[...] daquela data em diante fez parte do regulamento uma cláusula proibindo greves e resultando em penas severas para essa falta” (GAMMON, 2003, p. 120). Entende-se que a autoridade por parte dos professores foi um ponto importante na vida escolar.

Esta “rebeldia” por parte dos discentes foi imediatamente contida pela diretoria. Nesta perspectiva verificamos que o conceito de autoridade permanece em contradição com o “novo” ou moderno apresentado pela escola. A escola ainda utilizava-se de métodos tradicionais (hierarquia, poder, etc.), para conter o ânimo ou qualquer desconformidade por parte dos alunos. Não foi por acaso que a disciplina escolhida na convivência com os alunos foi a disciplina da família, embora branda, rigorosa. Em muitos momentos estes educadores foram vistos como pais de seus alunos e influenciaram ou “reformaram” a vida destes.

O relacionamento docente-discente amalgamou-se de amplitudes moralizadoras, rígidas e, consequentemente, religiosas. Recorrendo ao pensamento de Petitat (1994), a escola inculca esquemas de ordem e de submissão, atentando assim às boas maneiras ou às atitudes convenientes que os alunos devem seguir, pois são vistos como vulneráveis, devendo estar sob a tutela de um adulto. Este processo, de hierarquia e poder, não está isento de conflitos, pelo contrário, educa, produz ou reproduz modelos sociais de acordo com a ideologia presente. Neste contexto, o relacionamento docente-discente foi moldado de amplitudes moralizadoras, rígidas e, consequentemente, religiosas.

O Dr. Gammon mantinha correspondência com os pais dos alunos, sendo esta uma forma de conter o comportamento dos alunos e de comunicar aos pais o desempenho, a disciplina e as condições de seus filhos. Do mesmo modo, chegava por meio da correspondência o boletim de notas referentes aos alunos para que os pais acompanhassem a aprendizagem dos filhos.

O aluno José Garibaldi Dantas é um exemplo importante para entendermos como o processo de apropriação é configurado nos alunos, estabelecendo compromisso destes com a instituição por meio das escolhas que fazem no período pós-escola. Já diplomado, José

Garibaldi foi um dos primeiros alunos do Rio Grande do Norte, pertencente à Escola Agrícola juntamente com o seu irmão Chistovan Dantas. Quando iniciou os estudos em agronomia em 1917, estava com dezoito anos. Neste mesmo ano ele escreveu artigos intitulados “Cartas de Lavras”, foram escritas entre o período de 23 de abril de 1917 a maio de 1918 e publicadas no jornal “A República”, do Rio Grande do Norte, com o pseudônimo de José Nortista. O período em que escreveu era aluno do Instituto, o que indica que estas cartas foram enviadas pelo correio para o próprio jornal. Iremos chamá-lo pelo pseudônimo que adotou.

José Nortista adotou este nome por pertencer à região nordeste, que naquele período chamava-se região Norte do país. Por isto apelidava os seus conterrâneos de “os alunos que representaram a colônia nortista”. Por muito tempo o Rio Grande Norte esteve bem representado naquela instituição. É o aluno quem descreveu a escola a partir da própria experiência, em uma das suas cartas escritas para o Jornal “A República”:

A Escola Agrícola pertence à categoria dos estabelecimentos de ensino teórico-prático criado pelo Governo Federal; uma Escola modesta, mas cujo lema é preparar o aluno para a vida prática, acostumando-o nos trabalhos do campo. Não dispõe de laboratórios imensos; mas o nosso Diretor, o competente Dr. Benjamin Hunnicutt, honra-se em dizer que o que temos usamos, e não fica guardado em prateleiras... para inglês ver. O nosso diretor tem se esforçado muito para que a Escola seja reconhecida pelo Governo da União.

Os trabalhos práticos fazem parte fundamental do programa, o aluno é obrigado a trabalhar, a pegar no duro, como dizem, e não só limitar o papel de simples espetáculo.

É preciso compreendermos que é útil saber como se faz. Porém que mais útil é saber fazer. O primeiro ano da Escola tem seus trabalhos práticos só nos campos abrangendo desde a formação de um terreno para cultivo, o arado, gradagem, desterroamento, cultivação, sementeira, enfim tudo que pode ser relacionado com o preparo do terreno.

O segundo ano se especializa nos trabalhos de laboratório, análise do solo, etc, e o aluno é obrigado a tratar de uma horta de uns 100 metros, onde planta umas oito a dez variedades de hortaliças, das que tem maior saída nos mercados locais, acompanhando com dados os benefícios da adubação química, os alunos mais remunerativos para tal cultura. Ao aluno que no fim de junho, apresentar uma horta com todos os requisitos requeridos será conferido, com prêmio, uma semeadeira “Planet Junior”, oferecida pela casa importadora.

O terceiro ano da Escola iniciará, no seu segundo semestre, os trabalhos práticos – na Fazenda Modelo “Ceres”, de propriedade da escola.

Resumindo, estas ordens de considerações, acho que o programa da Escola de Lavras é que mais convém aos moços da minha terra, aonde em matéria de agricultura, tudo está ainda por fazer, aonde o agrônomo tem de ser, ao mesmo tempo, o mestre e o operário.

Quer na Escola Agrícola, quer no Ginásio, no curso anexo, ou no Colégio Carlota Kemper, em todos esses excelentes estabelecimentos de ensino, os alunos que representam a colônia nortista têm dado provas de sua aplicação,

honrando o nome de seus pais e a terra de seu nascimento, sentindo-se felizes na consciência tranqüila do dever cumprido.

Aos conterrâneos, cujos filhos estão se educando em Lavras, digo com alegria que na “fecunda terra mineira” encontramos uma segunda pátria, entendendo-nos seus braços carinhosos.

Aceitai, Sr. redator, os protestos da amizade do conterrâneo distante que tem de se chamar (DANTAS, **A República**, jun. 1917).

Pelos dizeres do aluno, a clientela procurava a Escola porque encontrava nela o meio mais viável para atender as necessidades da agricultura moderna, naquele momento em que o país apontava para este ramo considerando-o a “alavanca para o progresso”. A Escola Agrícola sempre teve um caráter profissionalizante, no sentido de formar a identidade do “trabalhador do campo”, aplicando à sua formação o caráter científico, por isto moderno, com a utilização de máquina e das transformações agrícolas exigidas para a produção de mercado.

A escola sempre impressionou pelo seu desempenho formativo. Era enaltecidamente não apenas pelo seu caráter profissionalizante, mas pelo caráter intelectual e moral. O respeito pela Escola Agrícola de Lavras foi expresso em muitos jornais da cidade, em pronunciamentos feitos pelo Governo e, até mesmo, pelos visitantes que ali chegavam e os alunos que eram marcados pelas lembranças ali vividas. Ainda que modesta, a escola foi considerada bem organizada por seus alunos, séria e competente.

Como se percebe, o objetivo ou missão da escola foi frequentemente apontado por José Nortista, ensino teórico-prático, “saber fazer”, pois o “agrônomo é aquele que também é operário”, conhece a arte do fazer. Assim, os alunos interiorizaram tais ideais, como reconheceram os esforços e as conquistas da Escola para que esta fosse oficializada pelo Governo Mineiro.

Embora ali já houvesse iniciativas governamentais no investimento e manutenção, em 1914 há o registro, por meio de carta, que o aluno Benedito Francisco de Oliveira (matriculado em 1913 e formando em 1915) adquiriu por prêmio do Governo de Minas Gerais bolsa de estudos na Escola Agrícola de Lavras (OLIVEIRA, B. F. [Carta]. Belo Horizonte, 02.02.1914).

A Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, autorizada pela Lei nº 530, de 20 de setembro de 1910, ofereceu anualmente ao aluno que fosse indicado pelo corpo docente o prêmio de uma bolsa para aperfeiçoamento no exterior, uma viagem aos Estados Unidos ou algum outro país. O primeiro aluno a receber o prêmio foi Oswaldo Emrich, formando da primeira turma que, posteriormente, atuou como professor da Escola Agrícola.

Vale ressaltar que o Governo Federal, somente após o Regulamento do Ensino Agrícola, por decreto, “criou” a Escola Agrícola de Lavras. O Jornal *Folha de Lavras* de 7 de setembro de 1911 é que relata o ocorrido:

Por decreto do Governo Federal, do 30 do p. passado mez, foi creada a Escola Agrícola de Lavras. A notícia da criação que foi communicada por telegramma ao Sr. Cel. Augusto Salles, causou geral satisfação nesta cidade. Eis o theor do despacho: “Rio 30 – Tenho prazer comunicar que foi assignado hoje o decreto creando Escola Agrícola de Lavras, cujo motivo congratulo-me município. Francisco Salles, Ministro da Fazenda”. O Sr. Cel. Augusto Salles telegraphou ao ministro da Agricultura, agradecendo, em nome do Município (**Folha de Lavras**, 7 set. 1911).

O ápice da conquista neste primeiro período foi o seu reconhecimento pela Lei 690, no dia 10 de julho de 1917, por parte do Governo de Minas, cujo Presidente era Dr. Delfim Moreira. Seus Diplomas expedidos são registrados na Secretaria da Agricultura. Em comemoração, os alunos do estabelecimento local fizeram “[...] uma passeata pelas ruas da cidade, conduzindo arados, máquinas e instrumentos agrícolas, e diversos produtos como batata, cebola, etc. Vários carros ornamentados levavam bandeiras e escudos com inscrições” (RECONHECIMENTO... **O Município**, 9 set. 1917).



Figura 10 - Comemoração ao Reconhecimento da Escola pelo Estado em 1917

Fonte: Arquivo Museu Bi Moreira.

A prática educacional missionária utilizada pelos colégios americanos e baseada nas premissas teóricas do ensino intuitivo, considerava desde o aparelhamento das escolas à prática pedagógica, importantes para a aprendizagem eficiente do aluno. A educação passou a adquirir um caráter formativo e preparatório do educando, visando sua ação na sociedade. Se a industrialização deveria chegar ao campo, a escola foi o meio escolhido para a formação ou equiparação de pessoal técnico e cientificamente qualificado. Sua função era adaptar o pensamento humano do educando às novas realidades e ao dinamismo social gerado pela visão de progresso, liberdade e democracia.

É possível identificar neste primeiro momento a relação entre as práticas sociais e os conhecimentos técnico-científicos. As escolas agrícolas assumiram o seu papel de difusão deste saber, institucionalizou e reforçou um novo modo de produção. O que denota que a criação destas instituições vai ao encontro dos interesses e necessidades de determinado grupo dominante. A Escola Agrícola de Lavras aliou-se nesta perspectiva não se esquivando da influência protestante na formação destes novos profissionais.

RESUMO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS (1907-1917)

- 1907 - Benjamin Hunnicutt chegou ao Brasil para implantar a Escola Agrícola.
- 1908 - Foi fundada a Escola Agrícola de Lavras.
- 1909 - Foi inaugurado “O Prédio” no recinto do Instituto.
- 1910 - Pelo decreto nº 8.319, de 20 de outubro foi regulamentado, pelo Governo Federal, o ensino agrícola.
- 1911 - Formou-se a 1^a turma de agrônomos, com apenas três alunos: Emanuel Deslandes, Aurino Ferreira e Oswaldo Emrich. No final do ano, o aluno Sr. Eurico Ribeiro dos Santos foi diplomado.
- 1911 - Em 30 de agosto, por Decreto do Governo Federal, foi criada a Escola Agrícola de Lavras.
- 1912 - Passada a escritura de compra da Fazenda Modelo Ceres.
- 1915 - Benjamin Hunnicutt promoveu a 1^a Exposição Nacional do Milho.
- 1915 - Foi construído na Escola Agrícola de Lavras o 1º Silo Aéreo de Alvenaria de Minas Gerais.
- 1916 - Segunda Exposição Nacional de Milho – Realizada em Belo Horizonte. Director Técnico da Exposição: Benjamim H. Hunnicutt.
- 1917 - Pela Lei nº 690, no dia 10 de julho, a Escola Agrícola foi reconhecida pelo Governo de Minas.

Quadro 11 – Resumo dos principais acontecimentos da Escola Agrícola de Lavras (1907-1917)

CAPÍTULO III

CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA: O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA EM LAVRAS



Figura 11 - Vista da Fazenda Modelo Ceres - Escola Agrícola de Lavras anos 1930

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira.



Figura 12 - Alunos da Escola Agrícola de Lavras em aula prática no Laboratório

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira.

CAPÍTULO III

CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA: O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA EM LAVRAS

A Escola Agrícola [...] virá servir de muito à lavoura, que só por este meio poderá ser impelida a por em prática os novos processos de cultura, sem os quais não se conseguirá a melhoria de nossa situação econômica.
(Boletim Vida Escolar, 1908)

O principal foco deste capítulo é considerar a consolidação da Escola Agrícola de Lavras a partir do ano de 1918, visando analisar e compreender as intenções que nortearam a organização do ensino superior do Instituto Evangélico, as formas de manutenção da escola e as suas adaptações para o reconhecimento oficial como Escola Superior de Agricultura, que culmina em 1938, com a mudança do nome da instituição. Para atender nossos objetivos, utilizamos as seguintes fontes: os prospectos da Escola (1920 a 1939); Legislação Educacional; Documentos; Livros de Registros de Matrículas; cartas; jornais de época; boletins e revistas.

A educação, para os missionários norte-americanos, colocava-se como um meio de disseminação da fé e de sua visão doutrinária, que não deixava de influenciar o meio social em que viviam com o famoso *American way of life*⁴⁸, diferenciada pela valorização do indivíduo no sistema democrático de governo e religião, implicados em um caráter pragmático educacional. De acordo com Ramalho (1976), a educação protestante era voltada “para a vida”, para as atividades úteis e práticas.

Para o indivíduo (a educação) consiste em dar-lhe a experiência mais completa no presente, para que no futuro sua vida seja cheia de alegria, na consciência do poder e da ‘utilidade’ no sentido de oferecer um curso que preparasse o aluno para uma participação mais inteligente, mais eficaz e mais ‘esclarecida’. A educação deve ser julgada não tanto pelo que o homem possui em conhecimentos, mas sim pelo que é e pelo que faz [...] (RAMALHO, 1976, p. 149).

⁴⁸ Estilo de vida americano. Verificar o artigo “A influência americana na história e na cultura de Lavras”. (OLIVEIRA, 1979).

Não desassociando a teoria da prática, ou seja, aplicando os conhecimentos dos educandos ao trabalho do campo, os missionários da Escola Agrícola de Lavras apontaram a necessidade urgente da educação de adaptar-se às transformações do mundo moderno, ou precisamente, da agricultura moderna. Partindo destas considerações, analisaremos esta realização educacional em Lavras, quando os objetivos religiosos e educacionais aliavam-se a uma proposta prática e profissional de educação superior no Brasil.

3.1 O Projeto de Universidade Evangélica: A Primeira do Brasil?

Desde a abertura do projeto educativo em Campinas, a existência de uma universidade sempre foi o alvo dos missionários presbiterianos da Igreja do Sul. Desde o Colégio Internacional o plano primitivo de Morton era desenvolver, ali em Campinas, gradualmente tal objetivo.

Almiro Schulz (2003), ao analisar as escolas superiores desenvolvidas pelas missões protestantes no Brasil entre presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos, faz a observação da existência comum entre estas denominações de criar uma universidade protestante, desde os primórdios de suas escolas primárias, embora na sua observação faça alusão apenas às iniciativas particulares de cada denominação.

É interessante notar que entre os escritos e documentos do Instituto Gammon, há iniciativas destas denominações de se unirem em comum objetivo quanto à formação de uma Federação Universitária Evangélica ou Federação das Escolas Evangélicas do Brasil. O trabalho de Sérgio Wagner de Oliveira (2000, p. 53) já exemplificava esta formação ao indicar a existência da Federação das Escolas Evangélicas do Brasil, da qual o Dr. Gammon foi o chanceler por seis anos. O referido autor aponta que o ensino protestante no Brasil procurava, mediante o apoio da Federação, criar uma unidade de nível nacional entre as escolas evangélicas, havendo menções de sugestões para escolas de outros países, como Uruguai e Argentina.

Desde o Congresso do Panamá em 1916⁴⁹ já se estudava esta proposta. O evento foi um congresso norte-americano, cuja língua oficial foi o inglês. Só estiveram presentes 27 delegados latino-americanos. As estratégias do congresso se refletiram em objetivos pragmáticos sobre pontos importantes para ação missionária desta região: a estratégia de ação, a mensagem, a educação, a literatura cristã, o papel da mulher na igreja, o terreno de ação das igrejas, as missões e sua ação de cooperação e unidade com as igrejas. Esta última foi o principal assunto do congresso, que esteve pautado no tripé: cooperação, unidade e união. Por sua vez, desencadeou outros discursos como: unidade na formação teológica e educacional;

⁴⁹ De acordo com o autor Jean-Pierre Bastian (1994), o propósito do congresso foi apresentar aos latinos que a cooperação entre as sociedades missionárias e as igrejas locais, não se constituía um meio para impor ideias norte-americanas, mas um plano de cooperação para o desenvolvimento das igrejas locais. Este congresso desencadeou outros dois eventos no decorrer dos anos 1910 e 1920: O Congresso de Montevidéu, em 1925 e o Congresso de Havana, em 1929.

união na política editorial, principalmente a nível nacional; e unidade na divisão territorial destas igrejas.

O Congresso do Panamá propôs um novo método de avanço missionário: a unidade regional quanto aos propósitos missionários. Muitos missionários americanos que atuavam no Brasil sentiram certa inquietação em relação à visão missionária norte-americana, defendida por alguns, quanto à existência ou não da necessidade de evangelizar o Brasil, por se apresentar como um país em desenvolvimento e ser genuinamente cristão, mesmo que católico. Este ponto foi discutido e criticado, conforme vimos anteriormente, pelo Dr. Gammon.

Desde a inserção protestante na América Latina, a abertura de escolas foi um ponto importante para a divulgação das denominações evangélicas. O estudo desenvolvido por Jean-Pierre Bastian (1994), *Protestantismos y modernidad latinoamericana – historia de unas minorías religiosas activas em América Latina*, trata do desenvolvimento do protestantismo numa região marcada pelo catolicismo, que combatia os ideais de tolerância religiosa e os modelos políticos republicanos.

Este autor apresenta a ideia de que o protestantismo inserido na América Latina, embora sendo minoria, resultou na busca de uma identidade protestante latino-americana. Ele mapeia iniciativas de missionários protestantes que se aliaram aos movimentos democráticos contra o poder do Estado, isto aconteceu tanto no México, como no Peru e em outros lugares do continente. Como exemplo: o movimento dos jovens militares democráticos no Brasil (tenentismo), promotor dos protestos de 1922, 1924, 1930 e 1932, foi bem recebido pelos setores protestantes “[...] o metodista Rufino Alves Sobrinho foi um jovem ativo no movimento”. Outra justificativa de seus argumentos está no envolvimento do Collegio Mackenzie de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932⁵⁰.

O ponto culminante da influência protestante resultaria, portanto, no ensino superior, especificamente no modelo de Universidade Protestante. Apesar das divergências ainda estarem presentes quanto à ação evangelizadora e o papel da educação neste processo, o plano de evangelização para a América Latina tentou solidificar entre estes países, ou pelo menos, entre os missionários que atuavam no campo missionário, uma unidade educacional no avanço do protestantismo voltado para o Ensino Superior e para o preparo de alunos neste

⁵⁰ Da mesma forma cita que “Leonel Brizola, membro do PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiros, frequentou a Igreja Metodista Central do Rio Grande do Sul, seu nome aparece no registro de rol de membros da referida igreja”. Entre os colaboradores metodistas de Brizola estavam os pastores Sadi Machado e Decil Chávez, ambos metodistas. O mesmo autor faz a referência da esposa de Getúlio Vargas, Darcy, pertencente à Sociedade de Mulheres Metodistas de São Borja-RS (BASTIAN, 1994, p. 177).

nível de ensino. O próprio Dr. Gammon representou o projeto educacional do Brasil no congresso do Panamá em 1916⁵¹. Ao seu lado representaram a Igreja Presbiteriana o Reverendo Álvaro Reis (Pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro), Erasmo Braga (pastor e professor do Seminário de Campinas) e Eduardo Carlos Pereira (pastor da Igreja Presbiteriana Independente).

Sobre os resultados do congresso, ficou estabelecida, além das estratégias missionárias de avanço do protestantismo, a necessidade de apresentar o apelo do evangelho às demais classes cultas: “Um esforço especial deve ser feito para atingi-la. Para isso são necessários homens especializados, homens de cultura social e intelectual; é necessário equipamento especial nos centros universitários, esforços unidos da parte do ‘Boards’” – missão dos Estados Unidos. Desta forma, o discurso universitário, aliava-se a uma proposta educacional para alcançar a elite nacional, por meio de uma formação culta e completa, encontrada na Universidade, para a equiparação de líderes nacionais da igreja. O congresso enfatizou, desta forma, “a organização de três grandes universidades interdenominacionais e internacionais, em pontos estratégicos da América Latina” (GAMMON, 2003, p. 159-160).

Como consequência dos ideais do Congresso, no período inicial do mês de setembro de 1917, mais ou menos um ano após o Congresso, registrava-se em excursão pela América do Sul, a visita do Dr. Webster Browning, secretário da Instrução na América Latina, em Lavras e do reverendo S. G. Nunan, secretário executivo da Comissão de Cooperação. O objetivo das visitas era coordenar as igrejas evangélicas e estabelecimentos de ensino evangélicos na América Latina. Em Lavras, os visitantes foram hospedados pelo reverendo Samuel Rhea Gammon (MUSEU BI MOREIRA, [199?], consultado em setembro de 2007)⁵².

Embora já existisse o projeto de cooperação para o Brasil desde 1913, quando o Dr. Gammon já enviava sua circular da Missão Leste a todas as escolas protestantes, com o intuito de promover a comunicação e integração entre estas escolas, somente a partir de 1916 ele desenvolveu uma conferência de líderes educacionais no Mackenzie College. Depois organizou a referida Federação Universitária Evangélica. Há registro da *Acta da 1ª Sessão da Federação Universitária Evangélica* efetuada em 17 de dezembro de 1917.

Sobre estes propósitos, já afirmava o idealizador Samuel Gammon: “[...] quando olho para trás, a admiração de tudo isso não parece ser do ‘menos’, e sim do ‘mais’. Eu não posso

⁵¹ As despesas do Dr. Gammon concernentes ao Congresso foram enviadas com o auxílio do seu irmão Will, que estava nos Estados Unidos (GAMMON, 2003, p. 158).

⁵² O projeto educativo para a América Latina, desenvolvido no Panamá, esboçava uma campanha de cinco milhões de dólares, dos quais um milhão se destinaria ao Brasil para atender a causa da Universidade. No entanto, o Brasil não recebeu o milhão prometido, recebeu apenas algum dinheiro sem encorajamento e entusiasmo (GAMMON, 2003, p. 170).

senão pensar que resultados muito grandes surgirão destas reuniões” (GAMMON, 2003, p. 163). Estes resultados estavam na promoção, de uma forma mais intensa, por meio da Universidade, da influência Protestante, pois numa perspectiva educacional o protestantismo estava inserido em todos os níveis de ensino. Ele preconizava os esforços interdenominacionais na busca de uma identidade evangélica para a educação no Brasil, promovendo palestras e visitas às várias denominações. Seu plano de cooperação incluía a preparação de material didático, impressos, intercâmbio entre estudantes⁵³. Segundo o relato de sua esposa ele já “[...] sonhava com uma Universidade Evangélica com cursos profissionais e técnicos e um Seminário Unido” (GAMMON, 2003, p. 161).

Tanto o congresso do Panamá, como outros que surgiram após a iniciativa deste evento em 1916, facilitaram a manifestação de uma consciência protestante latino-americana, com o intuito de responder a própria demanda daquele contexto, pois desde os primórdios da inserção protestante no Brasil, como nos demais países latinos das Américas, tanto a presença dos missionários, como o sustento das próprias igrejas, dependiam, em grande parte, das finanças das igrejas norte-americanas. O projeto educacional da Escola Agrícola dependia, em grande parte, das licitações da Junta de Nashville (Missão norte-americana) e das ofertas de mantenedores dos Estados Unidos.

No prospecto do Instituto Evangélico em 1920, ficou declarado que o estabelecimento de ensino pertencia a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Isto foi o resultado dos acordos entre as igrejas nacionais e as missões, sendo que estas coordenavam, em especial, os projetos educativos e a abertura de novos campos. Quando os campos ou congregações se tornavam autônomos, eram transferidos para o governo dos Presbitérios, integrando-se à Igreja Presbiteriana Nacional.

Percebe-se então, de uma forma geral, que a política de ação protestante no campo educacional buscou, a partir dos anos 1920, o apoio e a força que a Federação Universitária Evangélica poderia proporcionar às escolas associadas, uma espécie de formadora de ideias e de estratégias para as escolas evangélicas no país. Embora não tenham acontecido, pelo menos na experiência de Lavras, atitudes mais concretas em relação à América Latina. Para completarmos a nossa análise recorremos a algumas correspondências enviadas pela Escola à diretoria da Federação, aos estatutos da Federação Evangélica e os Prospectos do Instituto Evangélico que se referiram ou abordaram sobre o assunto.

⁵³ Quanto ao trabalho de preparação de livros didáticos para as escolas evangélicas, o Rev. Erasmo Braga publicou uma série de livros de leitura, que foram introduzidos em diversas escolas protestantes ou não.

A Federação era mantida pelas seguintes escolas evangélicas: Grambery, de Juiz de Fora; Colégio Piracicabano; e o Bennet, do Rio de Janeiro (todos Metodistas); Mackenzie College de São Paulo (Presbiteriano da Missão Norte dos Estados Unidos); Instituto Evangélico de Lavras (Presbiteriano da Missão Sul dos Estados Unidos). Segundo a sua Constituição, de 13 de dezembro de 1928, constituía-se em uma associação que teria por fim promover, no Brasil, os interesses da educação e, especialmente, da educação ministrada pelos estabelecimentos mantidos por corporações ou indivíduos de fé evangélica⁵⁴, a qual era a base de suas ações, conforme a redação do Artigo 4º:

Mediante pedido formal, a Federação tomará sob sua fiscalização quaisquer estabelecimentos de ensino superior, secundário ou primário, cujos cursos ainda estejam incompletos, com a condição única de manterem, como base de instrução, a fé evangélica (FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS EVANGÉLICAS DO BRASIL. **Atas de 1927 e 1928**, 1929, p. 23).

Assim, as escolas de denominação protestante do Brasil, seja pela direção das missões norte-americanas ou da Igreja Nacional, estavam organizadas nesta perspectiva de integração com o objetivo de instituir a Federação de Escolas Evangélicas, oferecendo ao público alvo a formação em vários níveis de ensino e cursos amplos numa cooperação mútua entre as partes compromissadas.

O propósito da Federação era manter cursos superiores organizados numa **Universidade Evangélica**, que seria o ápice da evangelização indireta. De fato, a Escola Agrícola de Lavras fazia parte desta estrutura universitária, bem como, no dizer do Dr. Gammon e do Dr. Benjamin Hunnicutt: “A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos estava inteiramente responsável em equipar esta instituição e desenvolvê-la para adequá-la às normas e competências da Universidade Evangélica” (HUNNICUTT, [191-?b])⁵⁵.

⁵⁴ O Prospecto do Instituto Evangélico apresenta estas instituições. Na ata da Federação Universitária Evangélica, da primeira sessão efetuada em 17 de dezembro de 1917, no salão nobre do Mackenzie, reuniram-se em sessão ordinária os membros da Federação: A convite do Sr. chanceler o Dr. Waddell, Salley, Slater e Stewart, representantes de vários cursos do Mackenzie; Mrs. M. Hallock, membro cooptado da Escola de Curityba; Miss. Stradly, representante do Colégio Piracicabano; Dr. Long representando os cursos de Gymnasio e dos cursos de Pharmacia e de Odontologia do Grambery e o Rev. C. Omegna, representando o Seminário Theológico de Campinas [...] Acrescentando posteriormente na mesma reunião ordinária o Collegio Sul Mineiro de Caxambu, o Collegio Baptista. É declarada a presença dos professores do Instituto Evangélico: Dr. Samuel Gammon, Benjamin Hunnicutt, Carlota Kemper e Knight, representantes respectivamente do Instituto Evangélico, Escola Agrícola, Escola Carlota Kemper e o último como membro correspondente.

⁵⁵ A apresentação da proposta de Universidade Evangélica foi divulgada nos Estados Unidos por meio do prospecto de divulgação do trabalho educativo em Lavras: *Instituto Evangélico, Lavras Agricultural College: Lavras, Minas, Brazil - founded 1908*, [191-?b]. Outras informações constam do organograma publicado em folheto datado de 1920.

De acordo com as atas das reuniões da Federação Universitária, ficaram estabelecidas, em 1917, comissões para resolver quanto ao currículo dos cursos primário, secundário e superior. O projeto do programa de ensino apresentado pelas comissões deveria distribuir as disciplinas obrigatórias e facultativas, declarando apenas o mínimo ou o máximo da carga horária ou do período dado a cada matéria, deixando a escolha mediante os objetivos particulares de cada curso. Dentre os cursos facultativos (disciplinas), ficava estabelecido o Estudo da Bíblia, no qual incluía como conteúdo, o estudos dos Hinos, trechos das Escrituras, o estudo da Vida de Jesus e do Novo Testamento. Verifica-se a semelhança com a estrutura curricular estabelecida para o Instituto Evangélico. É interessante notar que estas escolas, consideradas confessionais, tomaram como facultativo o Estudo da Bíblia, embora as escolas, de uma forma geral, tenham adotado a disciplina em seus cursos. Em Lavras, de acordo com os prospectos do Instituto Evangélico, a frequência era obrigatória.

André Petitat (1994) exemplificou a relação religião e ensino ao identificar, nos reformadores do século XVI e nos jesuítas, os esforços contínuos para o ensino a fim de promover ou barrar o caminho da Reforma. Especificamente sobre os reformadores, estes compreenderam que o seu movimento somente se solidificaria com o apoio das escolas, daí a dedicação e atenção ao projeto educativo. No caso de Calvino, há uma preocupação maior com o ensino superior em Genebra, cujos alunos eram levados a assistir ao culto, a escutar o sermão, receber lições de catecismo, etc., atividades religiosas densas, que não se diferenciavam, neste aspecto, das escolas jesuíticas⁵⁶.

Estudos realizados sobre a pedagogia Presbiteriana⁵⁷ ou a educação Metodista⁵⁸ são unâimes em afirmar que o objetivo maior destas denominações no investimento da educação dos jovens, e aqui especificamente com o ensino superior, era alcançar a elite dirigente, que, estudando em escolas protestantes, passariam a ver o seu trabalho como vocação, preparando-o para a vida e resultando em realização pessoal. Jether Ramalho (1976) ressalta bem esta questão:

Dentro das condições em que atuam e pela própria natureza da prática educativa que propõem, esses colégios não podem atingir diretamente as massas populares. A tática adotada é outra: influenciar fortemente na preparação de líderes e através deles atuar eficazmente na sociedade. Estes líderes, mesmo que não tenham pessoalmente se convertido ao protestantismo, recebem a influência evangélica nas suas vidas, e mais tarde,

⁵⁶ Para o autor, sem dúvida, em outros aspectos, há diferenças entre os estabelecimentos protestantes e católicos: “os colégios protestantes apresentam uma seleção de autores mais variada em relação aos católicos, recorrem mais à Bíblia, dão mais espaço ao grego, estão abertos desde o princípio para as línguas ditas ‘vulgares’ [...] vinculam-se frequentemente a academias que preparam pastores e juristas” (PETITAT, 1994, p. 89).

⁵⁷ Ver o trabalho de CÂNDIDO (2007).

⁵⁸ Ver o trabalho de BOAVENTURA (2005).

quando estiverem ocupando cargos de importância no país, poderão divulgar, compreender e facilitar a expansão do protestantismo e de suas idéias [...] (RAMALHO, 1976, p. 78).

Desta forma, entendemos que os colégios assumiram funções sociais e culturais. Neste caso, a doutrinação, os conteúdos inculcados e a disciplina demandaram uma seleção de conhecimentos e valores que corresponderam aos seus princípios religiosos. Os protestantes, no contexto brasileiro, eram herdeiros dos ideais da Reforma Protestante, suas escolas disseminadas pelo país, ainda que timidamente, adequaram-se às necessidades das missões e à realidade brasileira, não fugindo dos objetivos dos reformadores na divulgação e solidificação da fé protestante em diversos âmbitos da sociedade.

Consequentemente, a nova proposta educacional desenvolvida pela Universidade Evangélica de alcançar a mocidade com a ética protestante, recebeu apoio da liderança republicana e liberal, pois todos comungavam a ideia de progresso e liberalismo. O exemplo disto está nas iniciativas políticas para o reconhecimento do Ginásio de Lavras, cuja iniciativa partiu da liderança secular local, sobretudo sob o comando do Dr. Álvaro Botelho, um grande incentivador da causa educacional agrícola. Este vínculo com diferentes autoridades possibilitou ao Instituto Evangélico, em muitos momentos, as facilidades para alcançar o reconhecimento e o prestígio diante das autoridades e público de uma forma geral.

Para uma melhor representatividade na Universidade Evangélica, ficaram estabelecidas na reunião ordinária as visitas recíprocas dos vários diretores aos estabelecimentos participantes. De acordo com Oliveira (2000, p. 55), dentre as várias reuniões, a Federação reuniu-se em Lavras em 1927 e no Colégio Bennet, no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1928.

Inicialmente, a estrutura da Universidade estabelecida pela Federação de Escolas Evangélicas, de acordo com o organograma abaixo, ficava assim estabelecida: Agricultura (Instituto Gammon); Farmácia e Odontologia (Grambery); Engenharia e Comércio (Mackenzie); e Medicina, Direito e Pedagogia seriam fundados por outras denominações das Igrejas Nacionais. Esta cooperação existente justificava-se, num primeiro momento, pelo reduzido número de missionários e pela carência de pessoal especializado em cada área, como resultado, a Federação dividiu as responsabilidades da Universidade entre as Igrejas que participavam do trabalho no Brasil. A partir da data do folheto e a julgar pelas informações do organograma, pode-se afirmar que, até 1920, faltava tão somente a criação dos cursos que estariam sob a responsabilidade de outras denominações evangélicas estrangeiras – Batista,

Congregacional, Luterana – e das igrejas protestantes fundadas no Brasil e dirigidas por brasileiros.

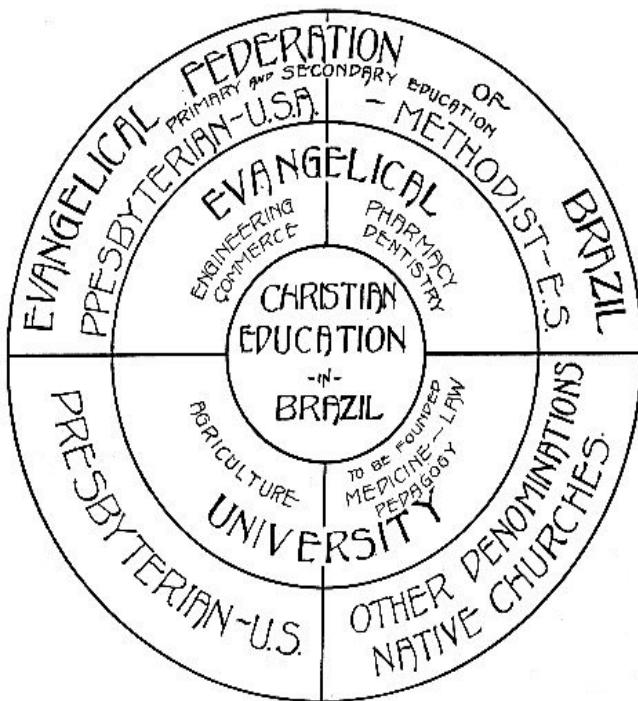


Figura 13 - Organograma da Federação Universitária Evangélica
HUNNICKUTT, Boletim Lavras Agricultural College, [191-?b].

A estrutura da Universidade Evangélica visava romper, em um segundo momento, com a burocracia existente no sistema escolar brasileiro, em particular no que concerne ao acesso e admissão ao ensino superior. Por isto, o Dr. Gammon apresentava no prospecto de 1920 tais argumentos:

Os que dirigem as Escolas de carácter evangélico no Brazil estudam actualmente a possibilidade da união de todos os estabelecimentos primários, secundários e superiores em uma Federação Universitária, cujas escolas sejam coordenadas – seguindo cursos de estudos uniformes ou equivalentes, sendo estes cursos organizados e os exames preparados e fiscalizados por comissões centraes que garantam uniformidade nas normas seguidas, assim facilitando as promoções sucessivas do alumno desde as escolas de ensino primário até os estabelecimentos profissionaes (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1920, p. 4-5).

Autores que analisaram a educação protestante no Brasil como Schulz (2003), Gomes (2000) e Hack (2002) são unâimes ao afirmar que o que impediu (referindo-se a cada denominação em particular com os seus trabalhos educativos) a oficialização de uma Universidade Protestante no Brasil, foi justamente a burocracia existente do Governo. Como exemplo, o Mackenzie College, ao introduzir o seu curso superior no Brasil, esteve vinculado

a Universidade de Nova York, por recomendação do então conselheiro jurídico da instituição Dr. Rui Barbosa.

O Dr. Samuel Gammon e Dr. Hunnicutt sabiam sobre os problemas oriundos da complexidade organizacional da educação no Brasil, quanto à equiparação de estabelecimentos não oficiais. A iniciativa de cooperação das denominações para este fim foi resultado da unidade de forças em busca deste propósito. De certa forma, entendemos que estas iniciativas resultaram das fragilidades do ensino superior naquele momento, caracterizado como excludente e tardio no contexto brasileiro.

Quando pensamos na presença da universidade no Brasil, presenciamos uma história recente, pois Portugal não se preocupou com o desenvolvimento de escolas superiores na colônia, pelo menos até a chegada da Corte Imperial no Brasil. A Universidade de Coimbra, por muito tempo, foi status para a elite brasileira daquela época, bem como outras universidades espalhadas pela Europa. O que dificultou a própria introdução do ensino superior no Brasil⁵⁹. No entanto, na América espanhola, desde os primeiros anos da conquista, começaram a surgir as universidades: em 1538, a Universidade de São Domingos; em 1551, a do México e a de Lima; a de Santa Fé e Bogotá em 1573. Até o final do século XVIII, foram acrescentados sete novos estabelecimentos.

A primeira iniciativa quanto à formação de uma universidade no Brasil foi desenvolvida pelos jesuítas, no século XVI, no entanto, o Colégio da Bahia só recebeu em 1597, a autorização de Roma para conceder o grau acadêmico de Mestre em Artes, mas a ideia de universidade ainda estava distante. As iniciativas quanto ao ensino superior foram evidentes com a transferência da Corte Real para a colônia portuguesa, a criação da Academia Real Militar foi um exemplo desta iniciativa, mas o propósito da universidade foi sem sucesso⁶⁰. Resultou apenas no estabelecimento de várias escolas superiores isoladas:

1. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, originariamente a Academia Real Militar, instituída em 1810 e transformada em 1874 na Escola Politécnica;
2. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1808, transformada em Faculdade em 1832;
3. Faculdade de Medicina da Bahia – criada em 18 de fevereiro de 1808 como Escola

⁵⁹ Este histórico sobre a Universidade está baseado no estudo apresentado por Cunha, **A Universidade Temporâ**, 1980.

⁶⁰ É importante destacar que as primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito, Politécnica – estabelecidas no século XIX, eram profissionalmente orientadas, independentesumas das outras, instituições seculares, cuja organização didática e estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias. A independência do país, em 1822, não modificou o quadro da educação superior. Durante o império foram criadas duas Faculdades de Direito, uma em Olinda, e outra em São Paulo. Em Ouro Preto, região de extração de ouro, foi criada uma Escola de Minas.

de Cirurgia no Hospital Real, mas somente em 1832 foi chamada de Faculdade de Medicina;

4. Faculdade de Direito de São Paulo – criada em 11 de agosto de 1827 como o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, tornando-se faculdade em 1832;

5. Faculdade de Direito do Recife – criada em 1827 como Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, transformou-se em faculdade em 1854, sendo transferida para o Recife.

Foi em 1879, por iniciativa do ministro Carlos Leôncio de Carvalho, que a Reforma do Ensino, a última do Império, foi inovadora em suas propostas educacionais. Esta Reforma já revelava o espírito liberal, pois o Ministro Leôncio de Carvalho contribuiu para a implantação de faculdades particulares, as chamadas faculdades livres, sem a tutela e o controle estatal. Neste período, destacou-se Rui Barbosa, em 1882, ao apresentar relatórios ao Ministério do Império, argumentando em seu primeiro relatório os ideais de Universidade:

A idéia de universidade não se reduz em sua realização objetiva à concentração, em certo e determinado local de três, quatro ou cinco estabelecimentos de ensino superior. Deve ser a tradução da síntese do saber, ligadas entre si as partes integrantes das instituições de que ela há de se compor, são relacionadas estas umas com as outras, de modo que constituam um todo harmônico, animado no mesmo espírito, e tendendo ao mesmo fim; deve ser um foco luminoso, cuja irradiação se prossegue por todo o Império; deve ser o centro pedagógico e o motor da inspecção que promoverá e realizará, como convém, a uniformidade; é a um tempo garantia de ordem, condição da unidade moral da nacionalidade e expressão de grandeza. E não se pode contestar o direito de assentar a universidade em tais bases, ainda em suas relações com os estabelecimentos, impropriamente denominados de ensino livre (BARROS, 1986, p. 402).

O que apontava as fragilidades do ensino superior existente nas escolas isoladas, vistas como ineficazes para se constituírem como base para a existência da Universidade. A ênfase estava em uma remodelação do ensino no Brasil diante das necessidades modernas, pois a universidade, por sua autoridade científica, como divulgadora e construtora do saber, requeria destas escolas superiores competência e complexidade de organização e ensino.

A primeira universidade criada no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, que reuniu três faculdades (Medicina, Direito e a Escola Politécnica), assumindo um caráter profissionalizante. Posteriormente, foi criada a Universidade de Minas Gerais, no dia 7 de setembro de 1927 por meio da Lei Estadual nº 956. Em sua totalidade, o Brasil contava em 1930 com 86 escolas superiores. Vale ressaltar os projetos de universidade frustrados: Manaus em 1909, a de São Paulo em 1911 e a de Curitiba em 1912.

São várias as reformas republicanas envolvendo a educação superior anterior aos anos 1920: a de Benjamin Constant (3 de novembro de 1892); a de Epitácio Pessoa (1º de janeiro de 1901); a de Rivadávia Corrêa (5 de abril de 1911); a de Carlos Maximiliano (18 de março de 1915); e a de Rocha Vaz (13 de janeiro de 1925). As críticas quanto às reformas brasileiras para o ensino superior voltavam-se para a supervalorização da formação profissional em detrimento do conhecimento científico, resultando em mudanças superficiais e em sucessivas reformas, que na verdade, apenas apontavam as fragilidades das mesmas. O momento reclamava que o objetivo do ensino superior deveria propiciar um ensino prático, e fundamentado nas ciências.

A Reforma Francisco Campos de 1931, pelo Decreto-Lei nº 19.851 de 11 de abril, estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931). A partir deste período, a consciência nacional esteve voltada para a criação de um sistema nacional de ensino. Para tal objetivo a Reforma Francisco Campos propôs nova política para o nível superior.

Embora a equipe que elaborou o projeto fizesse parte do pensamento escolanovista, a ideia de universidade nesta reforma não se concretizou, sofreu fragilidades, não deixando claro as observações de como organizar uma universidade. No entanto, foi esta reforma que estabeleceu o ensino médio e os fins do ensino universitário:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica e quaisquer domínios do conhecimento humano; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931).

Pretendeu-se conciliar a ideia de universidade valorizando o alto padrão de cultura vinculado com a formação profissional, o que não provocou ruptura com o presente, pois este procedimento era mais um procedimento de justaposição em vez de integração, o que não resolveu a questão ciência – prática e a função pragmática da universidade, ainda, era a formação profissional.

O estatuto concedia o ensino superior sob o controle da União. Embora colocasse a Universidade como padrão deste nível de ensino, admitia a existência de estabelecimentos isolados. Os cursos eram pagos, mesmo nos estabelecimentos oficiais, desde o século XIX. Além disto, Francisco Campos, na tentativa de conciliar as diversas correntes, sejam elas católicas ou liberais, não promoveu ruptura com o contexto vigente, embora apresentasse

princípios fundamentais para a concepção de uma universidade, como autonomia, ensino, método, entre outros.

Quando analisamos a organização da Universidade Evangélica no Brasil, entendemos que este projeto, de fato, aconteceu. Foi um projeto que por anos consolidou-se no âmbito educacional protestante, regido por uma diretoria eleita, representativa. Mesmo que, a partir do ano 1935, não mais encontramos nos prospectos do Instituto Gammon, referências sobre a existência desta organização, há documentação que registra o seu funcionamento em 1937, conforme arquivo do Instituto Presbiteriano Gammon, o Estatuto da Federação das Escolas Evangélicas do Brasil, reformado em 1937 em Assembléia realizada no Mackenzie (FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS..., 1937). Então esta já contava, aproximadamente, com vinte anos de existência. Tal projeto não teve continuidade no decorrer dos anos. No entanto, enfatiza-se a iniciativa protestante na organização de uma Universidade no Brasil, desde o final dos anos 1910.

De acordo com o Estatuto de 1937, eis os objetivos da Federação: “[...] é uma associação que tem por fim promover no Brasil os interesses da educação, e, especialmente, da educação ministrada pelos estabelecimentos mantidos por corporação e indivíduos da fé evangélica” (FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS..., 1937, p. 1). Para fazer parte da federação era necessário que a escola tivesse por base da educação a fé evangélica, portanto, confessional. As escolas filiadas, embora participantes de um objetivo comum, a Universidade Evangélica, não modificavam de uma forma mais restrita as responsabilidades e relações quanto à estrutura, finanças e disciplinas do estabelecimento de ensino. Estava em acordo a unidade no currículo devido à locomoção dos alunos por estas instituições.

A organização administrativa da Federação, em 1937, estava distribuída da seguinte forma:

1. O governo da Federação será confiado a uma assembléia, constituída por um representante geral dos estabelecimentos de ensino superior e mais um representante de cada curso desses estabelecimentos, desde que funcionem, pelo menos, com dez estudantes. Um representante de cada curso secundário e outro do ensino primário.
2. A mesa da Federação será constituída de um presidente, um secretário “archivista-thesoureiro”, eleito por três anos; um vice-presidente e um secretario registrador; todos os ex-presidentes.
3. Suas reuniões realizar-se-ão anualmente e as reuniões extraordinárias deverão ser convocadas pela Mesa.
4. Os fundos da Federação consistirão de contribuições anuais das escolas filiadas: Ensino primário: 40\$; Ensino Secundário 75\$; Ensino Superior 100\$ e as taxas cobradas por serviços especiais prestados às Escolas da Federação ou a membros dos seus corpos docentes. Por esses serviços ficava estipulado a razão de 50% das taxas usuais da praça.

5. A sede da federação será a cidade do Rio de Janeiro (FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS..., 1937, p. 2-5).

Apesar da organização estabelecida entre os membros/colégios pertencentes à Federação⁶¹, não ficou evidente, de acordo com as documentações observadas, o efeito direto desta Federação de Universidades Evangélicas em nível nacional e denominacional. Há um relato importante registrado pela esposa do Dr. Gammon, Clara Gammon: em 1923, quando o Dr. Gammon era presidente da Federação Universitária, o Governo solicitou de todas as escolas sugestões sobre as modificações projetadas para a educação:

Convocou-se uma reunião dos representantes dessas e de líderes evangélicos, tendo sido elaborado um plano que previa uma seqüência de cursos, desde o primário até o ginásial, contendo disciplinas optativas, provendo adaptações reclamadas pelos diferentes meios nacionais. O plano foi impresso e encaminhado ao Ministério do Interior, que pelo menos, agradeceu a colaboração efusivamente (GAMMON, 2003, p. 165).

Contudo, verificamos que o Instituto Evangélico em Lavras, de uma forma direta, talvez pela presença significativa do Dr. Gammon na promoção desta organização até o ano da sua morte (1928), buscou equiparar-se aos estatutos e exigências da Federação. A ênfase dada à organização foi ressaltada nos prospectos do Instituto Evangélico tanto para o ensino primário e secundário, como para o nível superior. Daí, as mudanças ocorridas na Escola Agrícola de Lavras, após 1917, quando a escola começou a “correr” para adequar-se às exigências de uma Universidade, pois o objetivo era de que todas as escolas envolvidas na Federação aperfeiçoassem seus cursos. Evidencia-se que a Universidade Evangélica projetada pela Federação de Escolas Evangélicas, era esta aglomeração de escolas superiores isoladas, o que não se diferenciou da constituição da Universidade do Rio de Janeiro em 1920.

A Escola Agrícola buscou gradativamente consolidar seus padrões de ensino e organização, construindo instalações próprias para o curso superior com os edifícios de ensino, laboratórios e internatos. Este pano de fundo animou a equiparação e a consolidação da Escola Agrícola de Lavras para o nível superior.

⁶¹ Oficiais eleitos para compor a Mesa em 9 de janeiro de 1937: Presidente – Josué d’Affomseca Cardoso. Vice: Eva Louise Hyde; Secretaria archivista-thesoureira – D. Leontina W. Almeida; Secretario-registrador – Evaristo de Moraes Costa. Observa-se que para este ano não há na mesa eleita nenhum representante do Instituto Gammon.

3.2 A ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras

O projeto educativo para o Instituto Gammon estava assim estabelecido em sua proposta educacional de acordo com o organograma dos anos 1920: O Ginásio, Escola Carlota Kemper e a Escola Agrícola de Lavras. A mudança significativa estava na estrutura do “Lavras Agricultural College” (tema de um prospecto apresentado às Igrejas norte-americanas), que depois de 1917, passa por um período singular de equiparação para o ensino superior de agricultura, sobretudo como membro integrante da Universidade Evangélica projetada pelas Escolas protestantes.



Figura 14 - Organograma do Instituto Evangélico de Lavras - 1920

Fonte: HUNNICKUTT, Boletim Lavras Agricultural College, [191-?b].

O prospecto da Escola em 1920 comunicava as mudanças: “No intuito de dar um curso mais amplo e um preparo mais sólido, foi inaugurado em 1919 um novo curso, de acordo com o programma [...]”.(INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1920, p. 14). Este curso ficava estabelecido em quatro anos, exigia seis meses de trabalho prático durante os quatro anos do curso.

A Secretaria de Agricultura reconhecia o diploma da instituição: “Tanto o novo curso como o antigo dão aos diplomados direito ao título de ‘Agrônomo’ [...] os diplomas serão

admittidos ao competente registro, na Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 1917).

Desde 1917, com o reconhecimento da Escola Agrícola por parte do Governo de Minas Gerais, algumas mudanças vão acontecendo no decorrer dos anos para atender aos objetivos de um ensino superior. O Decreto nº 13.028, de 18 de maio de 1918, regulamentava o envio de alunos da escola para cursos no estrangeiro. Até 1922 foram enviados seis alunos do estabelecimento. Este Decreto registrava a Escola junto ao Ministério da Agricultura, o que possibilitava o registro de diplomas em outros Estados da União. Outro decreto em 1922, o de nº 15.774, novamente autorizava o Ministério da Agricultura a enviar alunos ao estrangeiro em estudos de aperfeiçoamento.

A admissão ao novo curso dependia de um preparo equivalente do quarto ano do curso ginásial, juntamente com a realização dos exames de “Arithmetica, Álgebra, incluindo equações de segundo grau em duas incógnitas, Geometria plana, Geographia, Historia do Brazil, Portuguez, Inglez e Francez” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1920, p. 14). A Escola Agrícola reconhecia os exames finais dos estabelecimentos que faziam parte da Federação Universitária Evangélica. A partir destes anos, o exame de admissão passa a ser diferenciado para a Escola Agrícola de Lavras, separando-o do Ginásio.

3.2.1 O Novo Programa

Podemos classificar as transformações sofridas pela EAL, de acordo com o relatório da inspeção apresentado pelo Ministério da Agricultura:

Transformações: **o primeiro curso**, um tanto elementar, incluiu as matérias preparatórias intercaladas com as agronômicas. O **Segundo curso**, modelado sobre os das Escolas Theorico-Práticas, conforme regulamento geral do Ensino Agronômico, de 20 de outubro de 1910, começou a funcionar em 1912, assim continuando, com pequenas modificações, até o ano de 1919. O **Terceiro Curso**, principiado em 1919, foi ampliado para quatro anos, exigindo para a admissão as matérias do quarto ano ginásial, assim continuando, ainda e sempre, com pequenas modificações de acordo com os regulamentos da Diretoria do Ensino Agronômico até o ano de 1934. Em **1935**, principiou o curso atual com programas e exigências para admissão baseados no novo decreto da Diretoria do Ensino Agrícola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [193-]).

As mudanças desenvolvidas pela Escola acentuavam o seu objetivo maior que era alcançar o reconhecimento oficial do ensino superior. Para isto, a partir dos anos 1920, os esforços são importantes para o amadurecimento da instituição. Faz-se necessário destacar que é a partir do Prospecto de 1924 que a Escola Agrícola de Lavras é apresentada como ensino superior pelos seus dirigentes (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1924, p. 21).

O novo programa, a partir de 1919⁶², exigia seis meses de trabalhos práticos feitos durante os quatro anos do curso. Consequentemente, além da ampliação dos conteúdos, há a indicação da importância de os alunos participarem de exposições e visitas às fazendas, apresentando relatório aos professores dessas atividades propostas. O peso das disciplinas ficava sobre Agronomia, Chimica, Zoologia, Agrologia, Horticultura, Administração de Fazenda e Veterinária com o peso de 4 unidades, e a disciplina Botânica e Zoologia (2º ano – 1º semestre) com o peso 4 ½ (entende-se por unidade uma aula semanal de 45 minutos, ou 95 minutos no laboratório ou 145 minutos de trabalho no campo).

Para entendermos como este processo aconteceu, buscamos configurar a organização curricular da escola. O quadro abaixo apresenta a proposta curricular a partir dos anos 1920:

DISCIPLINAS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS – 1920

1 ano	2 ano	3 ano	4 ano
<i>Botanica</i> Historia Sagrada Machinas Agrícolas Physica Portuguez Trabalhos Práticos Trigonometria	1º Semestre: <i>Agronomia</i> Agrimensura Chimica Portuguez <i>Zoologia</i> Zootechnia	1º Semestre: Agrologia Agronomia Avicultura Bacteriologia Chimica Horticultura	1º Semestre: Administração de Fazenda Agrologia Avicultura Bacteriologia Chimica Horticultura
	2º Semestre: <i>Agronomia</i> Agrimensura Chimica Geologia Portuguez <i>Zoologia</i> Zootechnia	2º Semestre: Agrologia Agronomia Bromatologia Chimica Horticultura Genesiologia	2º Semestre: Contabilidade Economia Rural Phytopathologia Silvicultura Technologia Veterinária Zootechnia

Quadro 12 - Disciplinas da EAL – 1920

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1920, p. 15.

As mudanças quanto à estrutura curricular se percebe no aprofundamento que as disciplinas apresentavam, propiciadas pelo acréscimo do ano escolar. Comparando as duas

⁶² Diferente do Regulamento Federal de 1910 que exigia em média 2 horas ou 3 horas de trabalho prático ou laboratório.

grades, de 1913 e 1920, não apareceu no novo programa a disciplina Matemática. No entanto, a ampliação se estende por diversas matérias novas: Machinas Agrícolas; Portuguez; Trigonometria; Agrologia; Avicultura; Bacteriologia; Genesiologia; Administração da Fazenda; Economia Rural; Phytopathologia; Silvicultura; Technologia; Zootechnia; Bromatologia. Um acréscimo de quase 100% na grade curricular em relação ao programa de 1913. As mudanças se relacionam com a disciplina Chimica, em 1913 há divisões que não são encontradas em 1920. Eleva-se, mais uma vez, o caráter teórico-prático no sentido de oferecer ao aluno um preparo para a vida prática na fazenda.

Em 1923, o programa do curso de Agronomia, de quatro anos, já apresentava a inclusão da matemática, Genética, Seminário e Legislação Rural⁶³. Há acréscimos de disciplinas: Microbiologia, Lacticínios e, mais uma vez, o trabalho prático é ampliado em novas matérias: Agricultura Prática, Officinas, e Trabalhos na Fazenda. Do mesmo modo, outras disciplinas são eliminadas do programa: Botânica, Trigonometria, Zoologia, Bromatologia, Genesiologia, Avicultura e Bacteriologia.

No programa de Ensino para o ano de 1924 há um total de 75 unidades distribuídas para as aulas teóricas e 128 unidades para as aulas práticas. Assim, para o aluno ser diplomado foram exigidos seis meses de trabalho prático, que poderiam ser cumpridos na própria Fazenda da Escola Agrícola de Lavras, ou em alguma fazenda aprovada ou indicada pela Escola para este fim. A valorização do trabalho prático foi um princípio claro em todo o período analisado da Escola Agrícola. Em muitos momentos do ano letivo, para cumprir a carga horária de trabalho prático exigido, a escola iniciou suas aulas mais cedo em relação aos outros cursos do Instituto Evangélico, sobretudo para o terceiro e quarto ano do curso agrícola. A direção estabelecia um mês de trabalho prático para estes dois anos no intervalo entre o primeiro e segundo semestre.

Logo, o período correspondente entre 1919 e 1934, apresentou modificações constantes no programa para adaptação do curso ao nível superior. A uniformidade, sem alterações, é percebida a partir de 1935, quando o currículo apresentava-se inalterado, pelo menos até o corte cronológico de nossa pesquisa: 1938. Analisemos algumas mudanças como exemplo:

As constantes variações foram apresentadas em 1927: retorno das disciplinas Geologia e a inclusão de Motores Agrícolas. São excluídas: Português, Trabalho na Fazenda e

⁶³ A introdução da disciplina Genética foi em decorrência do retorno do Prof. Benedicto Paiva, aluno da Escola Agrícola, que foi aos Estados Unidos fazer especialização em Genética.

Tecnologia. Já para o ano de 1929, a escola adotou o Inglês, como disciplina facultativa, mas recomendada para o primeiro ano, e Sociologia Cristã substituiu a disciplina História Sagrada.

A Escola adotava a disciplina Electiva, como um tipo de especialização, permanecendo no programa da Escola até 1934. Posteriormente apresentava as seguintes especializações: Especialização em Agronomia, Zootechnia, Veterinária ou Jornalismo Agrícola. As modificações sucederam para 1930: Botânica retorna à grade curricular, substituindo Biologia; sai a disciplina Tecnologia, dando lugar às disciplinas Motor e Hidráulica e Topografia. Finalmente, no ano seguinte, 1931, as disciplinas Zoologia, Álgebra e Geometria Plana, voltam para o programa e as disciplinas Matemáticas, Pomicultura e Silvicultura saem do programa.

GRADE CURRICULAR – 1924 - 1925

1 ano – Curso Fundamental			2 ano – Curso Technico		
1 semestre	Th	Prat	1 semestre	Th	Prat
Biologia	2	4	Agronomia	2	2
Chimica	2	2	Agricult. Pratica	0	6
Mathematica	3	0	Biologia	2	2
Physica	3	4	Chimica	2	2
Portuguez	3	0	Geologia	2	0
Historia Sagrada	2	0	Horticultura	2	3
Desenho	0	4	Mathematica	3	0
			Officinas	0	6
			Zootechnia	1	2
2 semestre			2 semestre	Th	Prat
Biologia	2	4	Agronomia	2	2
Chimica	1	4	Agricult. Pratica	0	6
Mathematica	3	0	Biologia	2	2
Physica	3	4	Chimica	1	4
Portuguez	3	0	Horticultura	1	3
Historia Sagrada	2	0	Zootechnia	2	2
Desenho	0	4	Mathematica	3	0
			Officinas	0	6
3 ano			4 ano		
1 semestre	Th	Prat	1 semestre	Th	Prat
Agrologia	2	2	Seminário	1	0
Agronomia	2	2	Administração e Contabilidade	3	2
Agrimensura	2	6	Constr. Rural	1	4
Chimica	1	4	Entomologia	2	2
Lacticinios	1	2	Pomicultura	2	2
Zootechnia	2	2	Veterinaria	2	2
Microbiologia	1	4	Zootechnia	2	2
Trab. na Fazenda	0	5	Trab. na Fazenda	0	5
2 semestre	Th	Prat	2 semestre	Th	Prat
Agrologia	2	2	Seminario	1	0
Agronomia	2	2	Economia Rural	3	0
Machs. Agricolas	3	6	Technologia	1	2
Genetica	2	0	Phytopathologia	2	2
Lacticinios	2	2	Silvicultura	2	2
Zootechnia	2	2	Veterinaria	2	2

Trab. na Fazenda	0	5	Zootechinia Legislação Rural Trab. na Fazenda	2 2 0	2 0 5
------------------	---	---	---	-------------	-------------

Quadro 13 - Currículo da Escola Agrícola – 1924-1925

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1924 e 1925.

É importante observar que, embora desde o início dos anos 1920 a escola já se referisse ao Curso de Agronomia como superior, algumas modificações em relação à denominação do curso aconteceram em 1931 e 1932. Em 1931, a escola apresentava o curso Superior de Engenheiro-Agrônomo, juntamente com o curso de Agronomia, acrescentando algumas disciplinas específicas a esta área da engenharia. O curso de Agronomia apareceu com uma carga horária menor em 1932: “Este curso (agronomia) consta das matérias do Curso anterior de Engenharia Agronômica, excluindo, entretanto, Geometria Analytica, Calculo Diferencial e Integral, bem como Topographia (2º semestre do 3º ano) e Estradas do 4º ano” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1932, p. 36).

GRADE CURRICULAR DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS 1935-1938⁶⁴ - CURSO SUPERIOR

I ANNO	II ANNO
Revisão de mathematica Physica agrícola e meteorológica Botanica agrícola Zoologia agrícola Chimica – revisão e analytica Agronomia geral e pratica Desenho	Mathematica superior Mechanica agrícola Botanica agrícola Zootechnia geral Chimica orgânica Agrologia Horticultura geral e pratica Entomologia e parasitologia
III ANNO	IV ANNO
Agrimensura – Topographia – Estradas Agricultura e genética especiae Zootechnia especializada Microbiologia e phitopathologia Pomicultura e Silvicultura Chimica Agricola e technologia	Construções rurales Agrostologia Lacticinios Economia e direito rurales Hygiene e veterinaria Especialização

Quadro 14 - Currículo da Escola Agrícola – 1935-1938

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1935 a 1938.

É a partir dos anos 1935 que a escola padroniza seu currículo, seguindo, até 1938, quase sem alteração, como resultado das exigências governamentais quanto à equiparação das Escolas Agrícolas do país segundo o modelo da Escola Nacional de Agronomia⁶⁵. Esta decisão do governo provocou o fechamento de várias escolas e cursos, mesmo aqueles mais

⁶⁴ Para o ano 1938 há o acréscimo da seguinte disciplina: Agronomia especial.

⁶⁵ A partir dos anos 1930, qualquer modificação que se fazia na escola repercutia nas demais escolas em todo o território nacional. A instituição foi criada pelo Decreto nº 8.319 de 1910, sendo inaugurada em 4 de julho de 1913.

antigos, provocando um certo temor nas escolas de agronomia e veterinária⁶⁶. A própria padronização dos estabelecimentos de ensino agronômico foi o resultado da política autoritária do Governo Vargas.

Observamos uma “escola prática” que, usando das diversas ciências, tais como a Física, a Química, a Geografia, a Geologia, a Agronomia, a Biologia, a Psicologia, a Antropologia, a Historiografia, a Sociologia, a Economia, a Política, entre outras, forneceu informações que interferiram na eficácia da educação em relação ao meio físico, social, político e humano. Em outros termos, cria necessidades, novos papéis ou novas ocupações.

No Brasil as carreiras agrícolas foram profissionalizadas pelo Ministério da Agricultura por meio do Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934. Porém, o “Decreto Federal nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, já regulamentava as profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, criando o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura”, apesar de que, neste decreto, somente se referiu ao “agronomo ou ‘engenheiro-agronomo’”, quando exigia a obrigatoriedade dos registros dos diplomas daqueles que desejasse exercecer a Agrimensura” (CAPDEVILLE, 1991, p. 68 e 69).

Parece apenas uma questão de denominação, pois as mudanças oficiais quanto ao título aconteceram em diversos momentos: O Decreto-Lei nº 44 de 7 de dezembro de 1937, diplomava os “engenheiros-agrônomos”, porém o Decreto-Lei nº 1.015 de 31 de dezembro de 1938, somente um ano depois, ordenou que o título conferido voltasse a ser o de “agronomo”. Assim, de acordo com Capdeville, somente a partir de 1946 viria a resolução que, até 1991, data da publicação de seu livro, manda que expeçam diplomas de “engenheiro-agronomo” (CAPDEVILLE, 1991, p. 69).

As informações, de uma forma geral, em todas as escolas de agricultura, não foram suficientemente esclarecedoras no sentido de justificar opções pelas escolhas dos títulos. Pelo menos de acordo com o Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933, já regulamentava o exercício da profissão agronômica e em seu texto refere-se a “agronomo” e a “engenheiro-agronomo” como se significassem a mesma coisa.

Podemos, a partir disto, resumir da seguinte maneira os títulos conferidos pela Escola Agrícola de Lavras: até 1930 a escola expediu o título de “agronomo”; de 1931 a 1934, ela expediu os dois títulos: “agronomo” e “engenheiro agrônomo”. Em 1935, para os alunos matriculados no curso de Engenharia Agronômica, antes de o Governo decretar a mudança do título pelo de “Agrônomo”, receberam o título de “Engenheiro Agrônomo”, para os demais,

⁶⁶ Verificar com maior precisão o trabalho de Capdeville (1991) sobre o ensino superior agrícola no Brasil, obra já citada anteriormente.

receberam a titulação “Agrônomo”. De 1936 até 1938, permaneceu o título de “Agrônomo”. Abaixo segue o decreto transcrito no Jornal *Minas Gerais*, de 16 de outubro de 1930, sobre o registro dos diplomas de engenheiros agrônomos:

Lei nº 1196 de 15 de outubro de 1930:

Autoriza o registro dos diplomas de engenheiro agrônomo expedidos pela Escola Agrícola de Lavras.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - fica o governo autorizado a mandar admitir o registro nas repartições competentes, os diplomas de engenheiro agrônomo expedidos pela Escola Agrícola de Lavras, podendo exercer neste Instituto a fiscalização que julgar conveniente, mediante a contribuição da importância necessária para a fiscalização, a qual será fixada pelo governo.

Art. 2º revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O secretário do Estado dos Negócios da Educação e da Saúde Pública a faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte, aos 15 de outubro de 1930 (O REGISTRO..., *Jornal Minas Gerais*, 16 out. 1930)

Para Capdeville (1991, p. 69), esse “vai-e-vem” em relação às mudanças de título, revela o valor que se começou a dar ao mesmo, importância, até então, desconhecida no curso. Por outro lado, a demora pela qual sofre a profissão de “agronomo” para ser reconhecida oficialmente, foi resultado da desvalorização da carreira agrícola, mesmo que superior, no contexto brasileiro. Somente a partir dos anos 1930, com a criação da Diretoria do Ensino Agronômico (1933), no Ministério da Agricultura, as escolas agrícolas perderam o caráter de ensino emendativo ou de amparo aos indigentes.

A partir de 1934 são exigidos pelo Governo sistemas adequados e uniformizados para o ensino agronômico tendo como padrão o currículo da Escola Nacional de Agronomia – RJ. Esta medida estava de acordo com o Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934. No decorrer do primeiro semestre do ano de 1936, a Escola Agrícola de Lavras recebeu a fiscalização da comissão da Diretoria de Ensino Agrícola, nomeada pelo Ministro da Agricultura, para lavrar o decreto de equiparação à Escola Nacional de Agronomia. Segundo Faria (1992), no âmbito federal, o Ministério de Agricultura só reconheceu, ao longo de Primeira República, três instituições de ensino em Minas, sendo duas particulares: EMAV e ESAL e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais – ESAV. Das três, somente duas lograram se integrar ao quadro das Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação, a ESAL e a ESAV.

A comissão do Governo que visitou Lavras para o reconhecimento da escola, composta pelo Dr. Antonio Silvado e João Magalhães, permaneceu na cidade durante dez dias. O Decreto nº 1.072, de 1º de setembro de 1936, concedeu à escola a fiscalização provisória do Governo Federal. Dois anos mais tarde, por decisão da Congregação da Escola Agrícola de Lavras, a instituição mudou o nome:

O presidente apresenta o parecer da Diretoria de Ensino Agrícola sobre as denominações da Escola que, em vez de Superior de Agronomia, fosse simplesmente de Agronomia, pois este nome já subtende o curso superior e, se proclamassem “Superior”, deveria ser “Agricultura”. O Senhor Presidente esperou, então, uma resposta da casa. O professor Tancredo Paranaguá pede a palavra e propõe que se adote a seguinte denominação: “Escola Superior de Agricultura de Lavras”, o que foi unanimemente aprovado pela Congregação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Arquivo do Museu Bi Moreira).

A Revista **O Agricultor**, órgão oficial do Centro Litero-Agrícola da Escola Agrícola de Lavras divulgou o ocorrido aclamando os merecimentos da instituição diante do cenário político e educativo do país, o texto foi escrito pelo diretor da revista e professor da Escola Walter W. Saur:

O eminent sr. Presidente da Republica acaba de sancionar com a sua assignatura o decreto ministerial que concede inspecção preliminar á Escola Agrícola de Lavras, situada na cidade que lhe empresta o nome, equiparando este tradicional estabelecimento de ensino technico aos mais destacados congêneres do Paiz.

O decreto de S. Excia., o Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga, vem com muita justiça e acerto reconhecer o logar que á Escola de Lavras é devido, não só pelo seu ininterrupto labor através de quase trinta annos, e por constituir a mais antiga escola agrícola do Estado de Minas, mas também como creadora de mais de uma centena de profissionaes competentes e esforçados que, de Norte a Sul, do Atlântico ás fronteiras andinas, se empenham pelo engrandecimento da Agricultura Nacional e, portanto, pela própria grandeza do nosso querido Brasil [...] (SAUR, **O Agricultor**, anno XVI, n. 7 e 8, jul./ago. 1936).

O Reconhecimento da Escola como curso superior foi motivo de alegria não apenas para a comunidade escolar, mas para toda a cidade de Lavras. O Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga, foi muito exaltado pelas autoridades locais e pelos jornais da cidade. Não foi em vão que o prédio inaugurado em 1937, chamou-se *Odilon Braga*, em sua homenagem, evidenciando que, em muitos momentos, a escola buscou apoio político para consolidar-se como estabelecimento de ensino diante da burocracia do Estado.

A cidade de Lavras considerou o reconhecimento da Escola Agrícola, assim transmitido pelo Jornal *A Gazeta*, como uma medida urgente, não por mero favor do governo,

mas por ser uma atitude de justiça ao estabelecimento e aos alunos por ser “grande, muito grande, a phalange dos seus cientistas, dos seus técnicos, e de seus agricultores racionais a firmarem em toda a parte a potencialidade da Escola Agrícola” (**A Gazeta**, anno VI, n. 289, 16 ago. 1936).

Percebe-se a partir dos argumentos de “defesa”, por parte da comunidade, pela obra educacional em Lavras, que a cidade e a Escola vão estabelecendo uma relação de cumplicidade. A comunidade envolvida apropria-se do discurso da instituição e esta, por sua vez, legitima esta relação, passando a ser o centro de referência. A conquista da Escola Superior de Agricultura de Lavras foi também a conquista da comunidade lavrense.

3.2.2 A Biblioteca da Escola

Já existe uma pequena biblioteca à qual se acrescenta annualmente um numero considerável de livros, revistas e jornais, estando já em condições de prestar serviços relevantes aos alumnos e professores
 (Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 7-8).

Outra inovação da vida escolar aconteceu com a existência da Biblioteca da Escola apresentada no prospecto de 1924: “As três escolas já possuem princípios de bibliotecas, com algumas centenas de volumes de real valor”. A apresentação foi seguida de um apelo feito pelo Reitor: “Pedimos aos amigos do estabelecimento que comprehendem o valor da leitura sã como parte da educação da mocidade o favor de offertas de livros de caracter scientifico, historico ou litterario (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1924, p. 7-8).

A Revista **O Agricultor** já divulgava anteriormente, em 1922, a existência da Biblioteca na Escola Agrícola, apresentando as suas reais condições:

Em sala própria, decentemente instalada [...] a Biblioteca conta com n. já avultado de obras agrícolas, tendo quasi completa a encyclopedia de Wery, grande n. de folhas, revistas, boletins, anuarios, etc.

No sentido de fomentar o seu desenvolvimento a directoria, a commissão dirigente e sócios em geral não têm economizado energias, nem poupado esforços.

Grande n. de cartas-circulares fôra espalhado no paiz e no estrangeiro, appelando para os espiritos esclarecidos o auxilio em prol deste importantissimo departamento da nossa sociedade.

E aqui, permite dizer, o estrangeiro, representado nos E. Unidos, no Mexico, nas republicas do sul Americanas, acudiu pressuroso, [...] com remessas de livros, folhetos, revistas e etc, enquanto no paiz apenas meia duzia de homens generosos e umas poucas repartições lograram nos atender (RELATÓRIO ANNUAL...: BIBLIOTECA. **O Agricultor.** ano I, n. 5, nov. 1922).

A biblioteca da Escola Agrícola foi improvisada devido às condições existentes para a equiparação dos prédios, contando inicialmente com um volume pequeno de livros, se considerarmos a amplitude do curso. Segundo Fonseca (1999), tanto o livro didático⁶⁷, como a educação formal,

[...] não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. [...] Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo (FONSECA, 1999, p. 204)

Nesse sentido, analisar os periódicos, ou os livros didáticos utilizados pela Escola pode servir como um indicador do projeto de formação oferecido e intencionado ao educando, por meio dos problemas que podem ser levantados, quer em termos do conteúdo, quer de discurso, daí a finalidade para compreendermos como o livro escolar vai sendo incorporado ou adotado pela instituição, a sua importância e utilização dentro da cultura escolar.

Somente em 1923, o Prospecto do Instituto Evangélico apresentava os livros escolhidos para o curso agrícola. O que evidencia que no decorrer dos anos, os prospectos procuraram de uma forma mais completa apresentar os seus cursos, as estratégias de ensino e qualidade da oferta ao público. Alguns livros adotados pela escola foram escritos pelos próprios professores do estabelecimento, como as obras de Benjamin Hunnicutt: **O Livro do Milho e Agrologia**, e o livro do Prof. Firmino Costa: **Grammatica Portugueza**. As disciplinas Engenharia, Physica Veterinária e Historia Sagrada, não apresentaram os livros adotados para as disciplinas.

Foi possível apenas fazer uma leitura dos livros didáticos, o que fica limitada a nossa percepção quanto às obras, de uma forma geral, existentes no acervo da Biblioteca da Escola Agrícola.

⁶⁷ Por livro escolar estamos entendendo um compêndio organizado para fins de educação escolar e que pode ou não abranger diferentes áreas de conhecimento, com propósito formativo, segundo valores que se deseja sejam veiculados.

**RELAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS PELA ESCOLA AGRÍCOLA DE
LAVRAS – 1923**

Disciplina	Livro Adotado
Agrologia	Soils – Lyon, Fippin, Buckman Fertility and Permanent Agriculture – Hopkins Agrologia – B. H. Hunnicutt Fertilizers and Crops – Van Slyke Adubos Chimicos e Orgânicos – Arthur Guimarães
Agronomia	Textos: O arroz – Granato Livro do Milho – B. H. Hunnicutt Forage Plants and Their Culture – Piper
Biologia	Botânica – Garcia Redondo Zoologia – J. C. C. Saavedra Botânica Descriptiva – Everett e Lofgren Atlas da Fauna do Brasil – R. Von Thering
Chimica	Chimica Geral – Aníbal Freitas Chimica Elementar – F. R. Nobre Qualitative Chimical Analyses – Noyes Chimicas – Noyes, Norris e Nobre Quantitative Analysis – Mahin Elementary Quantitative Analysis – Lincoln and Watson Analyses Agricole s – A Guillen Practical Agricultural Chemistry – Auld e Kerr.
Economia Rural	Textos: Farm Management – Warren Agricultural Economics – Taylor
Geologia	Mineralogia – Padua Dias Geologia – Branner
Horticultura	Textos: Manual pratico de Horticultura Manual of Tropical and Sub Tropical Fruits – Popenoe
Laticínios	Leitaria Moderna – Ramires
Mathematica	Álgebra – Hawkes, Luby and Touton
Geometria	Geometria – Comberousse
Trigonometria	Well's Trigonometry
Portuguez	Grammatica Portugueza – Firmino Costa Selecta Classica – João Ribeiro
Silvicultura	Texto: Manual do Plantador de Eucalyptus – Navarro Andrade
Zootechnia	Judging Farm Animal – Plumb The Feeding of Animals – Jordan Alimentação Racional dos animaes – Gouin Manual pratico da criação dos porcos – Coburn Zootechnie Generale – Dechambre

Quadro 15 - Livros adotados pela Escola Agrícola - 1923

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923.

Considerando o quadro acima, muitos dos livros adotados eram estrangeiros, o que apresentava ainda a carência na produção de livros didáticos para o curso de agronomia. De uma forma geral, no Brasil, até os anos 1920, os livros didáticos, em sua maioria, foram

editados por autores estrangeiros, somente a partir de 1930 cresce a publicação de autores nacionais.

Retomando o pensamento de Justino Magalhães (2004) quanto à produção historiográfica, nota-se que esta se desenvolveu por sucessivas aproximações à complexidade da realidade educativa. Nestas aproximações, o modelo institucional, pedagógico e didático, e aqui nos referimos especificamente ao livro didático, é considerado como importante indicativo para o processo ensino-aprendizagem, pois é transmissor de um saber sistematizado. Considerar tais observações faz parte da construção histórica da identidade de uma instituição.

O êxodo para a educação protestante americana reside no respeito à individualidade do aluno, na formação de professores e na equiparação de bibliotecas providas de livros que pudessem prestar serviços aos alunos e a toda comunidade.

3.2.3 Os Outros Cursos

O curso superior de agronomia da Escola Agrícola de Lavras somente foi reconhecido em 1936. Além do curso superior de agronomia, vários outros cursos foram oferecidos pela instituição a nível médio e elementar, com duração diferente e de acordo com o objetivo proposto, oferecidos às pessoas envolvidas com a prática da agricultura. O compromisso da escola com o lema *Sciênciæ e Pratica*, evidenciou-se nos diferentes programas oferecidos pelo Departamento Agrícola.



Figura 15 - Lema da Escola Agrícola de Lavras - 1923

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923.

O Curso Prático Agrícola de um ano foi criado em 1921, assim ficava estabelecido o quadro de horário do curso: aulas teóricas de meia hora, quatro vezes ao dia, dadas depois dos serviços práticos que são exigidos em média 26 horas semanais. Diariamente o tempo de trabalho prático de seis horas e duas horas de aulas teóricas, ainda os exercícios militares. Um curso elementar para atender, de uma forma rápida, as necessidades de alguns fazendeiros ou filhos de fazendeiros que queriam aperfeiçoar-se em algumas áreas agrícolas⁶⁸ (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 33-34).

Para admissão ao curso prático de um ano, exigia-se a certidão dos exames do curso primário de quatro anos, idade mínima de quinze anos, atestado de vacinação e sanidade física.

PROGRAMA DO CURSO PRÁTICO

(Meia hora cada uma e quatro dias)	
1º semestre	2º semestre
Português	Português
Agronomia	Agronomia
Arithmética	Arithmetica
Zootechnia	Zootechnia
História Sagrada (2 vezes por semana)	

Quadro 16 - Curso Prático de Um ano da Escola Agrícola

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 33.

⁶⁸ Os trabalhos práticos eram divididos em Horticultura, Machinas Agrícolas, Agronomia e Zootechnia. Quatro alunos foi o número mínimo exigido para a existência do curso.

A primeira turma de técnicos agrícola ou curso médio formou-se em 1929. O curso médio de agricultura foi oferecido para atender àqueles que precisavam estudar agricultura, mas não tinham o objetivo de tirar o diploma. A Lei nº 992, de 20 de setembro de 1927 determinou a obrigatoriedade de se criar nas escolas de nível superior cursos médio e elementar. O primeiro deles, com duração de três anos, destinado a formar técnicos agrônomos, e o segundo, com duração de um ano, cuja finalidade seria ministrar noções básicas de agronomia e veterinária a lavradores e seus filhos (FARIA, 1992, p. 267). Percebe-se que mais uma vez a Escola Agrícola antecipa suas inovações em relação aos regulamentos do ensino agrícola.

Desde 1912, a escola teve o caráter de nível médio, sendo uma das primeiras a oferecer este nível de instrução. Por muito tempo, o curso médio foi vulgarmente chamado de “capa-gato”, “pica fumo” ou “mestre agrícola”. O curso tinha a duração de três anos, destinado, sobretudo, aos filhos de fazendeiros ou agricultores que não tivessem realizado o curso Ginásial. Para a sua admissão era necessário que o candidato tivesse completado o curso primário e a idade mínima de dezesseis anos. A grade do curso ficava estabelecida com as seguintes disciplinas:

CURSO MÉDIO DE AGRONOMIA – 1929

1º ano	2º ano	3º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e matérias relacionadas, • Português • Arithmetica 	<ul style="list-style-type: none"> • Zootechnia e matérias relacionadas, • Português • Historia do Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração, • Agrologia e matérias relacionadas, • Moléstias das Plantas e dos Animais

Quadro 17 - Disciplinas do Curso Médio de Agronomia - 1929

Fonte: INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1929.

A atenção do programa recaía sobre os trabalhos práticos, tidos como obrigatórios e intensos tanto no campo, como nos laboratórios; seu objetivo era formar os técnicos agrícolas e os administradores rurais. O curso poderia ser realizado em dois anos, dependendo do preparo anterior do aluno.

Para o período de 1927, a escola iniciou outras estratégias de ensino: *Cursos Livres*, os quais permitiam a matrícula de alunos que desejavam estudar apenas algumas matérias do curso de forma isolada, sem o propósito de receber o título de agrônomo.

Em 1930 a escola passava a conferir, além do título de Agrônomo (superior) e do Técnico Rural (médio), o título de Agrimensor, conferido ao aluno matriculado que apresentasse atestados de exame final nas seguintes matérias: Português, Geografia,

Chorografia, Aritmética, Álgebra e História do Brasil, e tenha completado o primeiro ano do curso de Agronomia, bem como as demais disciplinas dos outros anos: Matemática do 2º e 3º anos, inclusive Geometria, Álgebra, Trigonometria e Cálculo Diferencial e Integral; Mecânica, Topografia, Agrimensura e Construção (em 1931 a escola introduziu a disciplina Motores e Hydraulica). Fica entendido que o curso de Agrimensura substituiu o curso prático de um ano, com uma grade curricular maior (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1930, p. 42; 1931, p. 36). Além do curso de Agronomia (quatro anos) já existente, a escola acrescentava em seu programa o curso de Engenharia Agrícola (também de quatro anos) a partir de 1931, exigindo os mesmos critérios de admissão do curso de Agronomia.

O curso de Engenharia Agrícola abrangeu todos os trabalhos do curso Agronômico, acrescentando as seguintes matérias: 2º ano, 2º semestre – Geometria Analítica (três aulas semanais); 3º ano, 1º semestre – Cálculo Diferencial, (três aulas semanais); 3º ano, 2º semestre – Cálculo Integral (três aulas semanais). Observa-se que, até este período, todos os cursos oferecidos tinham como base o primeiro ano do curso de Agronomia, como exemplo, o próprio curso de Agrimensura⁶⁹.

É interessante observar, que a missão do ensino agrícola influenciou outras demandas em relação aos demais cursos do Instituto Gammon. Pelo menos ampliou as propostas já existentes do ensino técnico no ginásio e também para a formação de normalistas com as aulas de Artes Rurais, apresentando conhecimentos voltados para a educação agrícola, que abrangia noções mais completas de horticultura, floricultura e jardinagem, seleção de sementes, o estudo das moléstias mais comuns que atacam as plantas, noções de laticínios, de avicultura e de enlatação e conservas de frutas (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1931, p. 32). Para o curso primário foi criado o “Clube Agrícola”, os alunos deste nível de ensino participavam da atividade prática sob estágio dos alunos do curso da Escola Agrícola (Conforme Arquivo de Fotos do Museu Bi Moreira).

Em 1933, o curso médio não apareceu no programa, retornando somente em 1936 (o curso de técnico agrícola foi extinto em 1964).

⁶⁹ No prospecto de 1930 há a divulgação do curso, outros registros apontam que o curso de agrimensura funcionou de 1930 a 1935, concluindo o mesmo cinco alunos, excetuando, como acima, aqueles que passaram para o Superior. O Agrimensor executa coleta de dados em campo, cálculos e desenhos de levantamentos topográficos em geral; supervisiona trabalhos de terraplenagem, locando platôs, taludes, bermas e calculando volumes de cortes e aterros; atua na implantação de loteamento e na urbanização de glebas; demarca e georreferencia imóveis rurais; acompanha e fiscaliza a implantação de construções civis partindo das fundações até a finalização da obra em construção.

CURSO MÉDIO – 1936

Disciplina	
Historia do Brasil e Geographia	Agricultura Geral
Portuguez	Horticultura
Mathematica	Agronomia
Sciencias Physicas e Chimicas	Zootechnia
Biologia	Lacticinios
Desenho	Defesa Sanitaria
Officinas	Mechanica Agricola
Economia Rural	Pomicultura e Silvicultura
	Solos e Adubos

Quadro 18 - Curso Médio da Escola Agrícola – 1936

Fonte: INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1936, p. 25.

O Curso de Engenharia Topográfica⁷⁰ passa para o quadro de cursos da EAL, com duração de três anos (Há registro de aluno matriculado em 1929, conforme o Registro de Alunos da Universidade Federal de Lavras, embora a divulgação do curso apareça somente no Prospecto do Instituto Gammon em 1933). A grade curricular do primeiro e segundo ano do curso Topográfico era semelhante ao curso de Agrimensura. Contudo, no terceiro ano, o aluno poderia optar em cursar as disciplinas Geometria Analítica, Calculo Diferencial e Integral, Especializações e Agricultura Prática ou cursar as matérias do Curso de Engenharia Agronômica até o terceiro ano, incluindo especialização topográfica.

ENGENHARIA TOPOGRÁFICA - 1934⁷¹

II ANO ⁷²		III ANO	
Agrimensura	4	Construções Rurais	3
Desenho Topográfico	2	Agrimensura	3
Estradas	2	Fitopatologia	3
Mecânica	3	Matemática Superior	3
Legislação Rural	2	Desenho Topográfico	2
Entomologia	3	Sociologia e Economia Rural	4
Solos e Adubos	4	Trabalho Prático	2
Trabalho Prático (incl. Officinas)	3	Seminar	2

Quadro 19 - Curso Engenharia Topográfica da Escola Agrícola – 1934

Fonte: INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Gammon, 1934, p. 23.

A escola adotou em 1937, o chamado *Curso Complementar*, estabelecido pelo governo em 17 de março de 1936, seguindo o mesmo programa oficial. Era um preparatório para os candidatos ao curso de Agronomia, Química Industrial, Arquitetura e Engenharia, um tipo de “cursinho” de dois anos. Incluía as seguintes disciplinas: 1^a série – Matemática, Física,

⁷⁰ O trabalho de Topógrafo volta-se para a descrição ou delineamento minucioso de uma localidade; configuração do relevo de um terreno com a posição de seus acidentes naturais ou artificiais.

⁷¹ Confere-se o título de Agrimensor aos que hajam completado o 2º ano do Curso de Engenharia Topográfica.

⁷² 1º ano – Matérias iguais às do curso de Engenharia Agronômica e mais Trigonometria.

Química, História Natural, Geofísica e Cosmografia; Psicologia e Lógica; 2^a série – Matemática, Física, Química, História Natural, Sociologia e Desenho. Os programas das matérias do curso poderiam ser adquiridos em qualquer livraria, ou fornecidos pela própria escola, mediante a remessa de 3\$000 (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1938, p. 26). De acordo com o Governo Federal, o exame de entrada nas Escolas Superiores, a partir de 1938, foi realizado por meio do curso de habilitação, o qual substituiu o exame vestibular. O Curso Complementar tinha como objetivo preparar os alunos para o *Concurso de Habilidade*.

Portanto, os vários cursos apresentados buscaram, primeiramente, atender às várias classes de estudantes, adequando o estabelecimento de ensino às necessidades deles. Percebe-se que a instituição criou novos papéis para atender as necessidades do seu público. Ou seja, o seu projeto de continuidade apresentou mudanças em sua organização escolar, idealizou planos, inovou práticas, sejam elas administrativas ou didáticas, pois a instituição foi influenciada pela sua comunidade (o território), para atender aos interesses do público alvo (o aluno). Este momento é a institucionalização, é dialético porque existe o conflito e a mudança, para atender a demanda entre o público e o modelo existente. Assim, a Escola Agrícola de Lavras buscou ampliar o programa agrícola no estabelecimento de ensino, visando o crescimento e o sustento da própria escola. O oferecimento de novos cursos significava alcançar novos alunos, influenciar outros jovens. Ao mesmo tempo em que se preocupava com a formação do trabalho da elite – ensino superior e do trabalho do povo – níveis elementares e cursos rápidos. Não podemos nos esquecer da realidade confessional e ideológica da escola, pois a introdução destes cursos buscava relacionar a realidade educativa diante das necessidades educacionais e econômicas do país.

3.3 Os novos prédios: Monumentos ao Progresso

Construir os prédios para a Escola Agrícola fazia parte da equiparação da Escola quanto ao curso superior. Desde a inauguração da Escola, em 1908, ela compartilhou espaços com a Chácara do Ginásio. Até 1920, nenhuma construção foi providenciada para a Escola Agrícola. Em 1920, a escola estava assim organizada em suas instalações: Fazenda Modelo com 250 hectares; Laboratório de Physica, Chimica e Historia Natural; Estabelecimentos de Lacticínios; Engenho de Canna, moinhos movidos à força hydraulica; Machinas Agrícolas; Campo experimental; Posto Zootechnico; Estação meteorológica.

Muitas viagens do missionário-educador Benjamin Hunnicutt aos Estados Unidos buscavam levantar fundos por meio de ofertas das Igrejas, para completar o projeto arquitetônico da EAL. Os boletins escritos às Igrejas foram meios eficazes para esta promoção. Em um deles o Dr. Hunnicutt fez a proposta de orçamento das construções e das reais necessidades da instituição (HUNNICUTT, [191-?b]).

A sugestão de trabalho apresentada planejava cinco anos ou mais para a realização completa do projeto, pronunciando que contava com os subsídios do Governo Brasileiro (este contribuía com dez mil dólares para equipamentos do estabelecimento). Apesar de o cálculo ser grande para atender as necessidades gerais da Escola Agrícola, a urgência do trabalho voltava-se para a construção de alojamentos e outras resoluções imediatas: “Dois dormitórios a US\$10.000 cada; um prédio departamental, US\$15.000; uma residência para o Diretor, US\$4.000; Terra US\$7.000; Gado de raça pura US\$3.000; Maquinário de fazenda US\$1.000. Um total de US\$ 50.000.”

Com esta descrição, a escola buscava pessoas ou famílias que se comprometessem com este desafio missionário: “Quem sabe alguém gostaria de construir um prédio desses, em Lavras, indivíduos ou famílias? A construção além de ser um monumento eterno, bem que, poderá ter o nome do doador, se assim ele o desejar”. Este foi o apelo apresentado pelo diretor da escola (HUNNICUTT, [191-?b])⁷³.

As construções da Escola Agrícola de Lavras receberam nomes de pessoas que marcaram a Escola de uma forma direta. Isto aconteceu com praticamente todos os estabelecimentos do Instituto Gammon. Na Escola Agrícola, os prédios principais receberam nomes de pessoas ilustres que apoiaram decisivamente as evoluções da Escola.

⁷³ Com a criação da Escola de Viçosa, as concessões de auxílio foram revistas e o Estado passou a exigir mais das escolas subvencionadas (FARIA, 1992, p. 267).

A visita do diretor da Escola de Viçosa, em 1921, o Dr. Peter H. Rolfs⁷⁴ exemplificou as condições das instalações físicas da Escola Agrícola de Lavras naquele momento, em 27 de maio de 1921. Ele visitou Lavras no mesmo ano em que chegou ao Brasil para organizar a Escola Agrícola de Viçosa. Dr. Rolfs, depois de elogiar os esforços da Escola Agrícola, demanda à Igreja Presbiteriana, diga-se à missão da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, a ajuda financeira mais apropriada:

Durante uma estada de três dias, aproximadamente, em Lavras, foi muito gratificante ver as instalações e o trabalho da Escola Agrícola, bem como sentir o cheiro da terra onde os trabalhos são realizados. Um esplêndido início está realizando aqui, uma grande necessidade para o Brasil, os esforços feitos para desenvolver a prática da agricultura tem sido recompensado como um grande passo para o sucesso. Parece-me que, aqueles que são responsáveis por este empreendimento, poderiam sentir-se grandemente lisonjeado e mais satisfeitos com os resultados alcançados. O projeto é grande e poderia ser mais generosamente apoiado. A Igreja de cujo patrocínio este trabalho tem sido desenvolvido poderia dar-lhe uma possível ajuda (ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Livro de Visitas da Escola Agrícola de Lavras, 1909-1924).

As observações apresentadas pelo Prof. Rolfs evidenciaram as características das instalações da escola naquele período, embora reconhecesse os esforços da instituição em manter a escola, ter alcançado resultados reconhecidos diante da comunidade envolvente, bem como o desenvolvimento das instalações e o trabalho da Escola Agrícola.

O Diretor da Escola de Viçosa não deixou de considerar as limitações financeiras enfrentadas pela instituição para manter o estabelecimento. Por outro lado, já mencionamos que foram constantes as iniciativas da administração em busca de manutenção, por parte da missão e das Igrejas norte-americanas. Somente a partir dos anos 1920, após o pagamento dos débitos do Instituto, a escola começou a investir nas instalações próprias.

Em julho de 1920 foi lançada a pedra fundamental do edifício principal da Escola Agrícola. Neste evento, muitas autoridades e representantes oficiais estiveram presentes, com destaque para o representante do embaixador norte-americano, o cônsul geral Sr. Haeberle. Dois anos após o lançamento da pedra fundamental, em 14 de julho de 1922, deu-se a

⁷⁴ Norte Americano, vindo do *Florida Agricultural College*, onde era diretor desde 1915, Rolfs chegava a Viçosa em 1921, assumindo imediatamente a direção dos trabalhos de construção da Escola. Com a sua inauguração, foi nomeado seu primeiro diretor, cargo que manteve até 1929, quando transferiu-se para Belo Horizonte para exercer a função de Consultor Técnico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Primeiramente, começaram a funcionar os cursos elementar e médio. O curso superior de Agronomia somente teve início em 1928 e o de Veterinária em 1932 (RIBEIRO, 2004, p. 3, 4).

inauguração dos primeiros prédios da Escola Agrícola: o “Álvaro Botelho” ou Science Hall e o prédio do internato – Carlos Prates⁷⁵.

Inicialmente, o edifício foi chamado de *Science Hall ou Pavilhão da Ciência*. Ainda no mesmo ano foi inaugurado o prédio do internato da Escola Agrícola. Mais tarde, ambos os prédios receberam nomes em homenagens a dois políticos importantes na época que atuaram de forma significativa para o reconhecimento e desenvolvimento da Escola Agrícola. O edifício *Science Hall* foi chamado *Prédio Álvaro Botelho*, político lavrense, que trouxe a linha de bondes para a cidade e dedicou importante apoio ao Instituto Evangélico. O segundo prédio recebeu o nome de *Carlos Prates*, em homenagem ao Diretor da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Estas homenagens expressaram a gratidão da escola às pessoas que de uma forma direta, se empenharam para a realização da obra educativa, bem como reforçaram o apoio político destes homens ao estabelecimento de ensino, o que apresentaria credibilidade a comunidade envolvida.

As instalações construídas tinham dois pavimentos, o primeiro prédio, *Álvaro Botelho*, de 20 x 16m, destinado as aulas, possuía “[...] sete salas grandes para aulas e laboratórios, e cinco salas menores usadas para escritórios, salas particulares dos professores, salas para balanças analíticas e depósitos” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 7); neste prédio funcionava a Biblioteca. Dentre os laboratórios, funcionava o de Física, Química, História Natural, Agronomia e Agrologia. Em 1930, todas as salas já contavam com força elétrica, água corrente e gás, apropriadas para os trabalhos individuais dos estudantes (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 15).

O segundo prédio, *Carlos Prates*, tinha a dimensão de 20 x 11m, utilizado para dormitórios. Segundo relata o Reitor do Instituto Evangélico, o prédio “[...] tem acomodações higiênicas e agradáveis para 30 estudantes internos.” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1923, p. 7)⁷⁶. Este edifício acomodava a sala para refeições.

Os dormitórios para o Instituto Evangélico possuíam salas grandes destinadas aos divertimentos dos alunos e para recreação dos internos, visto a escola possuir número significativo de alunos internos. Em muitos anos este número apresentou-se superior em relação aos externos. Ficava para a administração do estabelecimento a responsabilidade de

⁷⁵ As observações quanto às instalações construídas foram baseadas nos Prospectos do Instituto Gammon, entre os anos 1920 e 1938.

⁷⁶ Em 1930, a área da Escola Agrícola já contava com mais dois edifícios menores usados para instrução.

organizar com cuidado os internatos, daí as regras, os mobiliários e o número máximo de dois alunos em cada um dos quartos, que eram pequenos.

Posteriormente, em 1925, foi construída a casa do diretor na propriedade da Fazenda (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1928, p. 12). Em 1926, a Revista “O Agricultor”, publicou o número especial *Construções Rurais*, a qual apresentava a planta da casa do diretor como modelo de construção apropriada e moderna para a fazenda (SAUR. **O Agricultor**. Anno V, n. 6, nov. 1926).

De acordo com o Prospecto do Instituto Gammon em 1930, as instalações para o Laticínio foram completadas no ano anterior – 1929 (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1930, p. 43), funcionando com o maquinário próprio para a fabricação de manteiga, uma sala para a análise do leite e seus produtos, e outros trabalhos de laboratórios, inclusive uma máquina de gelo.

O Laticínio propiciava ao aluno a oportunidade de aprender, de forma prática, o funcionamento desta indústria agrícola. Estava dividido em três departamentos: no primeiro departamento funcionavam os aparelhos para a análise do leite e seus produtos, com “aparelhos de Babcock Gerber para a determinação de matérias gordas, acidímetros, aparelhos para determinação de sal, de impurezas, etc.”. Já o segundo departamento destinava-se à fabricação de manteiga, a qual foi apresentada pela escola como “de fina qualidade sendo a produção mensal de mais que 2000 kilos de manteiga da marca ‘Agrícola’, conhecida como especial nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Finalmente, o terceiro departamento destinava-se à fabricação de queijos de diversas qualidades, sua produção atendia às experiências de aprendizagem dos alunos e à manutenção do Instituto (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1930, p. 43).

A Escola já contava com a premiação “Medalha de Ouro” em 1934 na Exposição Comemorativa do Cincocentenário da E. F. Sul de Minas Cruzeiro, com o produto “manteiga”, industrializada na Fábrica de Laticínios de sua propriedade. Evidenciava, assim, o investimento da Escola em Laticínios, do mesmo modo que este foi um meio de manutenção para o próprio estabelecimento de ensino (ARQUIVO DO MUSEU BI MOREIRA).

O investimento em laticínio da Escola Agrícola foi resultado do que já estava em desenvolvimento em Minas Gerais, para criar novas estratégias de economia para o Estado, adotando a pecuária, consequentemente, o ramo de laticínios, como importante meio para o crescimento da economia. Conforme Faria (1992, p. 122), a partir do século XX, a manteiga mineira passou a ser importante produção de consumo em Minas Gerais. Em consequência disto, muitas escolas agrícolas adotaram a fábrica de laticínios como fundamental para a

formação dos alunos e como meio de sustento financeiro. A Escola Agrícola de Lavras foi feliz, em suas primeiras iniciativas, buscando adequar-se ao desenvolvimento deste ramo, bem como foi reconhecida com a premiação da sua produção.

Segue, então, a implantação de vários projetos para suprir as necessidades físicas do estabelecimento de ensino: utilização de tratores e variedades de máquinas agrícolas; plantações usuais da região; e criação de raças bovinas (holandesa e Schwitz), suínas (Duroc-Jersey e Poland-China), lanígeros da raça Hampshire, coelhos de várias raças e aves. O primeiro trator que chegou à escola foi o primeiro de Lavras e o quarto do Estado. O engenho da escola estava aparelhado para a fabricação do açúcar, para o beneficiamento de arroz e algodão, despolpamento, secagem e beneficiamento de café.

Durante os anos 1930, como consequência dos ânimos provenientes da legislação (Decreto nº 23.979 de 8 de março de 1934), que fiscalizava a escola dentro dos padrões exigidos, a escola buscou o melhoramento na ampliação das suas instalações: o pavimento *Dr. Odilon Braga* é inaugurado em 1937⁷⁷. O homenageado naquele momento era o então Ministro da Agricultura, mineiro, atuante no ministério naquele período em que a escola se empenhou para ser oficialmente reconhecida pelo Governo Federal como Escola Superior. Neste pavimento ficavam alguns laboratórios, os escritórios, a biblioteca, o salão nobre (anfiteatro) e algumas salas de aulas.

O ambiente da Escola Agrícola deveria ser o mais próximo de uma fazenda para que o aluno encontrasse, neste ambiente, a forma prática e adaptável à vida do trabalhador do campo. Se a escola era de agricultura, então a agricultura deveria ocupar o centro das atividades e do propósito de existir.

Este ideal ficou claro na escola. A comunidade envolvida reconhecia a instituição como detentora de um saber em prol da racionalização da agricultura e da pecuária. O Jornal *A Gazeta*, de 16 de agosto de 1936, dizia a respeito da luta em prol do reconhecimento da Escola diante do Governo Federal:

O reconhecimento da nossa Escola Agrícola por parte do governo federal é uma medida que se impõe, que se faz urgente, não como um favor, como um benefício á nossa cidade, mas porque o governo está no dever de fazer justiça, ainda que tardia, a um educandario que se vem destacando no Brasil pela sua efficiencia e pelo patriotismo com que vem preparando a mocidade para a grande luta da agricultura (ESCOLA... *A Gazeta*, anno VI, n. 289, 16 ago. 1936).

⁷⁷ O então diretor Benedito de Oliveira Paiva conseguiu junto ao Governo verbas para a construção do edifício (Carta enviada pela sua filha Isabel em dezembro de 2007).

Em muitos momentos dos jornais lavrenses ficaram destacadas as limitações da escola em relação às instalações físicas. Este mesmo jornal **A Gazeta**, ainda neste número, apresentava a escola de lavras como estabelecimento de ensino que se destacava, apesar das suas limitações quanto a “pobreza material”, comparada com as congêneres do Estado (ESCOLA...**A Gazeta**, anno VI, n. 289, 16 ago. 1936). Para a população, era evidente a diferença das condições financeiras quando comparada com a Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa, tão admirada pela sua arquitetura, estrutura e beleza. A própria esposa do Dr. Gammon reconhecia a limitação da escola quando comparada a de Viçosa. No entanto, mesmo sofrendo as limitações de uma escola confessional, particular, sem fins lucrativos, a escola buscou oferecer inovações e equiparar-se. Desta forma, foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura dentro dos padrões da agricultura moderna.

O Instituto Evangélico já apresentava como base de seu projeto o campus educativo, envolvendo todos os níveis de ensino e aprendizagem. O modelo de *campus* deveria integrar o ensino, a prática e desenvolvimento destes em relação à comunidade e o próprio meio ambiente. De acordo com o mapa abaixo verificamos, na parte superior, os cursos do Ginásio de Lavras, e na parte inferior à esquerda o campus da Escola Agrícola de Lavras.

Este projeto inicial colocava o prédio principal, posteriormente chamado *Álvaro Botelho*, no centro da planta do qual irradiariam os cinco prédios departamentais, compostos de laboratórios, oficinas, e o trabalho prático, de uma forma geral, da fazenda. No entanto, posteriormente, a construção não aconteceu de acordo com a planta. No centro ocupou uma praça, rodeada pelos prédios *Carlos Prates*, *Álvaro Botelho* e *Odilon Braga*. Somente mais tarde, os departamentos foram sendo construídos seguindo o lado direito da planta. Em 1950, por exemplo, a escola já contava com doze prédios, além dos barracões, dos depósitos e galpões (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1950).

A ideia de *campus* já estava presente na estrutura física da Escola Agrícola de Lavras. O modelo norte-americano de ensino superior estava baseado no modelo de Universidade, daí a ênfase no *campus*, agrupando salas, cursos, laboratórios, dormitórios, área esportiva, casa dos professores, entre outros. Diferente do modelo francês, baseado em escolas isoladas, sendo a cátedra uma das figuras fundamentais deste nível de ensino (CUNHA, 1980, p. 137). Quanto mais especializado, maior o seu caráter teórico geral, em detrimento de seu caráter prático.

CAMPUS DO INSTITUTO EVANGÉLICO - EAL

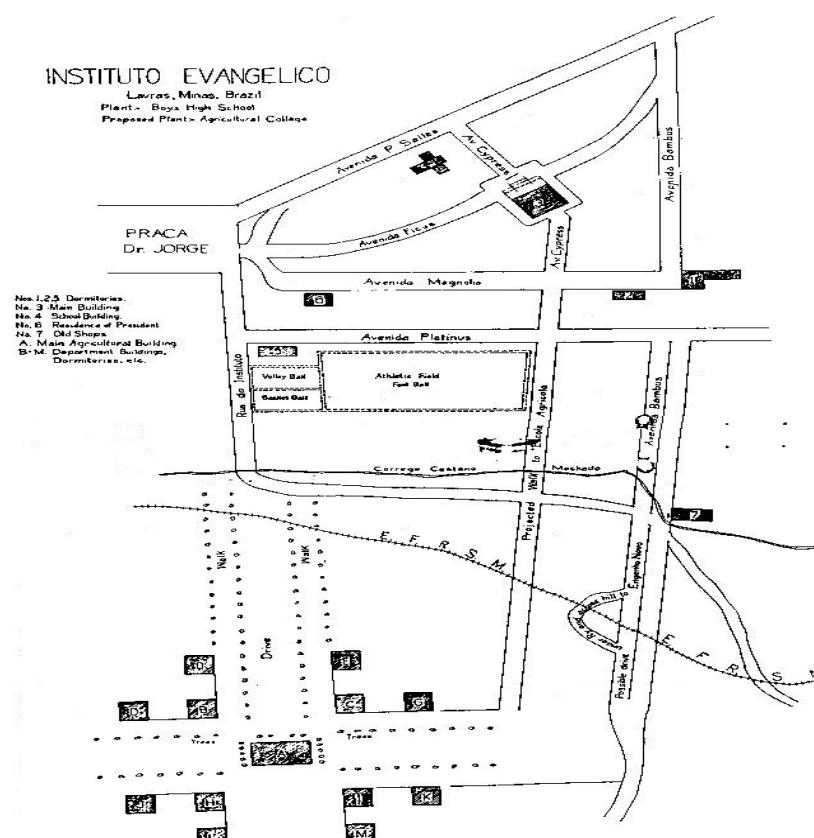


Figura 16 - Campus do Trabalho da Escola Agrícola

Fonte: HUNNICUTT, Boletim Lavras Agricultural College, [191-?b].



Figura 17 - Prédio Álvaro Botelho – inaugurado em 1922

Fonte: Acervo do Arquivo Museu Bi Moreira.



Figura 18 - Internato da Escola Agrícola – Prédio Carlos Prates

Fonte: Arquivo Museu Bi Moreira.



Figura 19 - Prédio Odilon Braga – inaugurado em 1937

Fonte: Arquivo do Museu Bi Moreira



Figura 20 - Interior da Fazenda Modelo Ceres da Escola Agrícola

Fonte: Arquivo Museu Bi Moreira.

3.4 Os Educadores do Progresso

De acordo com o Regimento Interno da Escola Agrícola de Lavras (1927, p. 4), no segundo capítulo, ficava estabelecido o corpo docente da escola, em seu Artigo 6º: “o corpo docente da Escola Agrícola de Lavras se compõe de professores e instructores contratados pela Mesa de Curadores do Instituto Evangélico entre profissionais de reconhecida competência”. A diferença entre professores e instructores estava no envolvimento do professor com a escola. Eram chamados os instructores aqueles que “dirigiam trabalhos práticos e que lecionavam apenas uma matéria na Escola”.

Além dos filmes didáticos, os professores tinham como auxílio os gabinetes para o atendimento aos alunos e os laboratórios. Assim, seus encargos implicaram na conservação e responsabilidade destes locais junto aos alunos.

Entre o período de 1923 a 1938, passaram pela escola aproximadamente cinquenta professores. A escola soube aproveitar os seus alunos formados como professores do estabelecimento. Um número significativo de ex-alunos veio a ser professores. O que evidenciou o investimento da escola na valorização do próprio trabalho e o seu desempenho para a formação de professores no sentido de suprir as suas carências docentes.

Devido ao número pequeno de pessoas envolvidas com o trabalho educativo da escola, as pessoas que participavam da administração também exerciam a docência, ou vice-versa. Entendemos que todo o corpo escolar, ou todas as pessoas envolvidas neste processo educativo, sejam elas os professores, cozinheiros, instrutores de educação física, secretário, tesoureiro, regentes dos internatos, funcionários, educam e transmitem os ideários da instituição em que está inserido, se atentarmos que a cultura escolar envolve não somente a relação professor-aluno, mas todo o relacionamento do aluno neste contexto.

A escola estava sob a direção geral da Congregação ou da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico. O Diretor da Escola Agrícola tinha o seu cargo na administração direta. O Regulamento determinava em seu Artigo 10º: “A Congregação se reunirá uma vez por mez, e extraordinariamente, quando convocada pelo Director ou a pedido de dois de seus membros” (ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. Regimento Interno, 1927, p. 4-5). A Congregação era presidida pelo Director, devendo ser secretariada por um de seus membros. Competia a Congregação:

Artigo 11º - [...] deliberar sobre: cursos de estudos, exames, condições de matrícula no que diz respeito às matérias a serem apresentadas, horários, cabendo os demais assuntos relativos ao governo da Escola à Directoria e à Mesa de Curadores do Instituto.

Ademais, a colação de grau deveria ser efetuada perante a Congregação e lavrada em ata especial.

A Escola Agrícola permaneceu sob a direção do Dr. Benjamin Hunnicutt até 1926, foram quase dezoito anos de experiência na direção e concretização da escola⁷⁸. Com o falecimento do Dr. Gammon, Dr. Hunnicutt assumiu a vice-direção do Instituto Evangélico, e o Prof. Charles C. Knigth a direção. Em 1933, Hunnicutt é o Reitor do Instituto Gammon, até 1934, sendo substituído por Dr. Frank Fischer Baker.

Devido às mudanças provocadas na direção da Escola Agrícola, o Dr. John H. Wheelock assumiu a direção até 1935⁷⁹, sendo seu vice-diretor o então ex-aluno e professor Oswaldo T. Emrich (há registros do seu cargo até 1934). O Dr. Benjamin Hunnicutt ainda permaneceu como diretor-interino da Escola para o ano de 1930 (para o objetivo deste ponto, só especificaremos os diretores até o período de 1935).

Com o objetivo de configurarmos os agentes envolvidos no processo educacional da Escola Agrícola, foi possível identificar alguns professores ou administradores deste processo, que exerceram papel importante na formação dos alunos, pois estavam estritamente relacionados com o dia a dia destes e lança-nos subsídios para compreendermos um pouco da atmosfera escolar que envivia os alunos, a administração e os professores. Comecemos com a vida do novo Diretor John H. Wheelock:

Seu papel na Escola Agrícola foi fundamental para dar continuidade aos esforços do Dr. Samuel Gammon e Dr. Benjamin Hunnicutt. John H. Wheelock era natural de Colfax, Iowa, onde nasceu aos 21 de janeiro de 1898 e em cuja Universidade se diplomou, em 1920, no curso de Agronomia, e pelo Agricultural and Mechanical College of Texas, em 1921. Mais tarde, em 1930, especializou-se quando já estava no Brasil, nos cursos de Fruticultura Subtropical na Universidade da Califórnia, e em Ecologia, Fitopatologia e Agrologia na Iowa State College. Seu Mestrado foi no A. M. Texas.

Chegou ao Instituto em 1922, assumindo disciplinas na Escola Agrícola de Lavras. Dentre as disciplinas que lecionou destacam-se: Agronomia, Moléstia das Plantas e, ao lecionar a cadeira de Agrostologia, foi um dos primeiros professores da área no Brasil, “[...]

⁷⁸ Por motivo das muitas viagens em divulgação do estabelecimento de ensino, o Prof. Charles Knight o substituiu por dois anos.

⁷⁹ Não termina neste ano a sua função como diretor da escola, ele retorna para a direção somente em 1945. Depois, durante o período 1953-1956 e, finalmente, 1958-1959 (Arquivo do Museu Bi Moreira, [199-]).

substituía a falta de qualquer professor em qualquer matéria do curriculum dos 4 anos da Escola – era uma enciclopédia ambulante”, assim dizia seu ex-aluno Benjamin Hunnicutt Junior, filho do Dr. Hunnicutt (HUNNICUTT JUNIOR, 1992, p. 17). Em 1924, como aconteceu com boa parte dos missionários que chegavam a Lavras, casou-se com Miss. Katherine Bookwalter, brasileira, mas de origem norte-americana⁸⁰.

A lembrança de Wheelock, para os alunos, em muitos escritos narrados em jornais, panfletos, foi de alguém alegre e brincalhão com todos, por isto se destacou como amigo dos alunos e como alguém decidido em relação aos objetivos propostos pela instituição. Assim dizia Sílvio Moreira (chamado e conhecido por todos como Bi Moreira), secretário por muitos anos no Instituto Gammon:

Mas o grande amor de sua vida – que talvez até lhe tenha custado a morte, foi a Escola Superior de Agricultura de Lavras [...] lutava, discutia, brigaria até em favor daquele estabelecimento de ensino onde além de diretor e professor, foi também diretor de internato, estabelecendo contatos e amizades que perduram, não sendo raros (sendo mesmo freqüentes) os casos de alunos que tinham nele e em D. Catarina verdadeiros pais (MOREIRA, A **Gazeta**, ano XXVII, nº 1529, 19 mar. 1961).

Chamado por muitos como “Sô Mister”, era severo quanto as regras estabelecidas, mesmo assim, os alunos o viram como alguém participativo nas atividades diárias e extracurriculares da escola. Sílvio Moreira já o admirava por seu “espírito jovial, temperamento alegre, enfrentava as brincadeiras dos alunos e quantas vezes não os acompanhou em excursões culturais ou esportivas, dando show com os seus gestos ou expressões fisionômicas, ajudados pelo sotaque que nunca o abandonou” (MOREIRA, A **Gazeta**, ano XXVII, Nº 1529, 19 mar. 1961).

Outra importante realização do seu trabalho diz respeito ao investimento do gabinete de mineralogia da ESAL⁸¹ “considerado um dos mais completos de Minas, talvez o segundo depois da Escola de Ouro Preto”. Conforme relata Bi Moreira, este investimento tanto aconteceu no sentido de esforços para equipá-lo, como contribuição material deste educador.

A marca distintiva do trabalho missionário estava na contribuição das esposas quanto ao ensino e aprendizagem dos alunos na Escola Agrícola. Como exemplo, sua esposa, Katharine Wheelock foi diretora do Refeitório a partir de 1928 (nesta data há uma direção particular do refeitório da Escola Agrícola em distinção do Ginásio de Lavras). Por muitos

⁸⁰ Mr. Wheelock faleceu no dia 5 de março de 1961 em Campinas, tendo sido sepultado em Santa Bárbara do Oeste onde nasceria D. Catarina.

⁸¹ A vida deste professor, como lembrava o Sílvio Moreira, permitira uma vida folgada por possuir recursos financeiros particulares, que nem sempre foi a “sorte” de todos os outros missionários, que em muitos momentos os recursos foram limitados.

anos ela lecionou no Instituto Gammon, chegando a ser a Diretora do Colégio Carlota Kemper. Quando se casou com John Wheelock, mudou-se para o recinto da ESAL e assumiu a direção do Internato. Seu carinho pelos alunos foi demonstrado em muitos momentos, em especial, quando adoeciam, pois os levava para sua casa a fim de dar-lhes melhor atendimento. D. Clara Gammon, chamava o casal de “sustentáculos da Escola Agrícola e incansáveis em sua dedicação” (GAMMON, 2003, p. 137).

Outro professor, que desde 1912 estava atuando na Escola, era o ex-aluno, o Prof. Oswaldo Emrich, primeiro aluno do estabelecimento a receber bolsas de estudos do governo para especialização nos Estados Unidos. Juntamente com o Prof. Wheelock, esteve na direção da escola como vice-diretor. Além disso, foi Regente do Internato da Escola Agrícola, juntamente com a sua esposa Eraydes. É a esposa do Dr. Gammon, Clara Gammon, quem narra em poucas palavras a história deste professor:

Em 1908, Eraídes Soeiro veio para o Kemper, enviada pelo tutor, uma menina órfã, cujo pai havia falecido em combate. Essa menina não só encontrou outro lar, como mais tarde transformou sua casa num lar para muitos alunos do Instituto. Tornou-se esposa do Dr. Osvaldo Emerick [...] Esse casal foi um elemento muito precioso na vida escolar, ele como professor na Escola Agrícola e ela como diretora do internato para rapazes (GAMMON, 2003, p. 139).

O envolvimento do casal com a escola em Lavras influenciou sua família: dos seus filhos, dois são engenheiros e o mais moço é pastor. Posteriormente, o Prof. Oswaldo se tornou funcionário do Estado. Ainda quando estavam em Lavras eles continuaram os trabalhos com os alunos do programa de autofinanciamento implantado pela escola, inaugurado pelo genro do Dr. Gammon, Rev. Davis (GAMMON, 2003, p.139; 154). O Prof. Oswaldo publicou em 1933 o livro “Suinocultura” pela Imprensa Gammon.

O aluno Sinval Silva, tendo dezessete anos, em 1913, foi para Lavras cursar o ginásio e o preparatório no Gymnasio de Lavras, mesmo antes de sua conclusão já lecionava Matemática no próprio Instituto. Mais tarde, já casado com D. Haydée Machado Silva, e com filhos, ingressou na Escola Agrícola de Lavras, graduando-se em 1934. Suas aulas foram ampliadas como docente da disciplina Zootecnia Especializada. Ocupou outros cargos como professor do Gymnásio, o cargo de Diretor do Instituto Gammon e da Escola Técnica de Comércio e regente do internato.

Finalmente, destacamos o funcionário Sílvio Moreira, conhecido por todos como Bi Moreira, desde jovem, aos dezesseis anos, ajudava o Dr. Hunnicutt redigindo as suas cartas. A partir de 1933, seu nome aparece no Prospecto do Instituto Gammon ocupando o cargo de

Secretário do Corpo Administrativo do Instituto Gammon, no qual permaneceu por muito tempo, exercendo depois o cargo de tesoureiro.

Ao longo do tempo, Sílvio Moreira foi organizando um museu, com arquivos documentais, históricos e biográficos do Instituto Gammon e da comunidade lavrense⁸². É ele quem relata as experiências passadas pela escola naquele período sobre os professores da Escola ou do Instituto: “Os professores, mesmo recebendo pouco, ou muitas vezes doando dos seus serviços, procuravam oferecer o melhor do ensino, utilizando da didática moderna”. Ainda diz sobre as condições financeiras em 1933, em plena crise financeira gerada pelo crack de 1929, o Rev. Baker conseguiu levantar junto à Missão uma boa quantia de ofertas para o sustento do trabalho em Lavras, referindo-se aos esforços mútuos pelos quais os missionários se empenhavam na organização e manutenção da Escola Agrícola, que como departamento do Instituto Gammon, exigia muitas despesas⁸³.

Os professores foram vistos pelos alunos não somente em relação à formação didática e científica, mas devido à formação moral que demonstravam em seus gestos e atitudes. Em carta dirigida às famílias dos alunos o Dr. Gammon reforçava estas características fundamentais exigidas aos professores:

A Escola Agrícola, completado o seu corpo docente com pessoal de optimo valor technico, e augmentado seu aparelhamento de laboratório, viu-se habilitada a fazer um trabalho sob todos os pontos de vista satisfactorio e recommendavel [...] sendo as cadeiras preenchidas por pessoas que merecem toda a confiança pelo seu caracter e pelo seu preparo technico (GAMMON, S. R. [Carta]. Lavras, 1924. Carta aos amigos...).

Os professores eram exemplos de conduta aos alunos, não necessariamente devido a uma formação protestante, pois nem todos seguiam a religião, mas por princípios que deveriam seguir dentro do estabelecimento de ensino. Esta característica não se diferenciava dos modelos docentes apresentados pelas escolas do Governo ou pelas escolas católicas.

É interessante destacar que no Prospecto de 1928, apareceu a inauguração de um curso Bíblico, chamado de Curso de Educação Religiosa, destinado a todos os interessados, sejam membros de igrejas ou líderes, cujo objetivo era “preparar leigos para um concurso mais efficiente nos diversos departamentos da atividade da Egreja e nas várias phases da vida christan” (INSTITUTO EVANGÉLICO. Prospecto do Instituto Evangélico, 1928, p. 23). Era um curso elementar, cujo programa poderia ser cumprido por correspondência. A curiosidade

⁸² Posteriormente, o Museu recebeu o seu nome “Bi Moreira” em sua homenagem. O museu localiza-se nas instalações do Prédio Álvaro Botelho na Universidade Federal de Lavras.

⁸³ Conforme carta expedida por Sílvio Moreira, em 5 de outubro de 1961, justificando a federalização da instituição (MOREIRA, Sílvio. [Carta]. Lavras, 05.10.1961. Depoimento sincero...).

reside na seguinte observação: “obrigatório para aspirantes ao ministério e collocação como docentes em nossas escolas”.

A Escola foi importante veículo para o incentivo e formação de aspirantes ao ministério pastoral, daí a exigência quanto à formação elementar em Educação Religiosa, antecedendo conceitos teológicos e bíblicos aos alunos que futuramente se ingressariam ao seminário. A novidade reside na obrigatoriedade dos professores iniciantes receberem a formação religiosa ou bíblica, para assim, conhecerem a missão da escola, e reforçar o seu caráter confessional. Não temos dados mais abrangentes quanto à circulação desta exigência diante dos professores, mas de fato, verificamos que não restaram dúvidas, aos alunos e professores, do caráter religioso protestante da Escola e dos seus objetivos quanto a educação como meio de promulgação da fé. Consequentemente, a maioria dos professores que constituíam o quadro docente da escola era de protestantes.

Por outro lado, esta observação ressalta as contradições apresentadas pela escola, pois embora buscassem inovar quanto aos métodos de ensino, se apresentando como moderna e prática, evidenciava seu caráter tradicional, que não se diferenciava, mais uma vez, dos contextos educacionais da educação católica. A exigência desta disciplina para a formação ideológica dos professores colocava em questão a tolerância religiosa, pois, apesar de poucos, nem todos os professores seguiam a fé protestante.



Figura 21 - Professores da EAL - 1937

Professores: Jaziel Rezende, Klaus Fest, Walter Saur, Ezequias Heringer, Dr. Palhano, Silvino Alqueres (aluno), Tancredo Paranaguá e Dr. Baker. Ao fundo, o Pavilhão Odilon Braga.

Fonte Arquivo do Museu Bi Moreira.



Figura 22 - Professor e Diretor John H. Wheelock

Arquivo: Museu Bi Moreira.

PROFESSORES DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS – 1923 a 1938

1923	
Corpo Docente	Disciplina
1. Samuel R. Gammon (faleceu em 1928)	Psychologia, logica e Historia da Pilosophia
2. Benjamin Hunnicutt	Economia, Administração.
3. Charles C. Knighth	Mechanica Agrícola, Desenho, Phisica
4. Jonh H. Weelock (Agricultura and Mechanical College of Texas, Vice-director).	Agronomia, Director do Campo Experimental, Moléstia das Plantas.
5. Charlotte Kemper (faleceu em 1927)	Historia Sagrada, Latim Portuguez, Litteratura
6. <i>Sinval Silva</i> (Gymnasio de Lavras).	Mathematicas, Sciencias e Letras.
7. <i>Oswaldo Emrich</i> (Escola Agrícola de Lavras, estudo de aperfeiçoamento nos Estados Unidos).	Sciencias Zootechnicas, Lacticínios, Horicultura.
8. Emmanuel Deslandes	Sciencias Biologicas, Historia, Geografia
9. Gastão Mury	Calligraphia, Desenho
10. <i>Benedicto Paiva</i> (Escol Agrícola de Lavras, estudo de aperfeiçoamento nos Estados Unidos).	Chimica, Agrologia, Genetica.
11. Osorio Alves	Mathematicas
12. Antenor Silva	Mestre de Cultura
1924	
13. G. A. Roberts (University of Missouri, D. V. S., Kansas City Veterinary College).	Veterinaria, Biologia, Microbiologia.
1925	
14. Nicolau Lembi (Bacharel em Sciencias Jurídicas e Sociae, Juiz municipal)	Legislação Rural
1927	
15. Walter Saur	Chimica-Phisica
1928	
16. José Sowada	Latim, Grego e Philosophia.
17. Antonio Penido	Portuguez, Moral e Cívica
18. João José da Silva	Agricultura Horticultura
1929	
19. Tercio Teixeira	Portuguez, Contabilidade
20. Antonio Hermeto	Phisica, Chimica
1930	
21. Lawrence G. Galhoun(A. B., B. D., M. A., Davidson College, Union theological Seminary, Yale Universiy).	Educação Religiosa, Historia Sagrada
22. Fernando V. Camargo(B. S. e L. Gymnasio Mackenzie, Escola Engenharia Mackenzie College)	Treinador de Foot-ball, Engenharia Agrícola.
1931	
23. <i>Bernardo Bartels</i> (Agrônomo, Escola Agricola de Lavras).	Mathematica
24. Francisco Castello Branco (1º Sargento Exercito Nacional).	Instrução militar, Gymnastica.
25. <i>José Ferreira de Castro</i> (Agrônomo, Escola Agrícola de Lavras; Iowa State College.	Sciencias Biológicas.
26. Martinho Santos Frota (Collegio Baptista, Rio de Janeiro)	Esportes Athleticos.

1932	
27. Constantino Fernandes	Agricultura Pratica
28. Theodomiro Rothier Duarte (O Granbery; Escola de Engenharia de Juiz de Fora)	Gymnastica, Esportes, Atlhetismos.
1933	
29. Frank Fisher Baker (Vice-Reitor)	Inglez
30. José Ladeira	Siencias Biologicas, Phisica, Chimica.
1934	
31. Ezechias Heringer (Ginásio de Lavras; Rollins College)	Matemática, Ciências
32. José Mendes (Engenheiro agrônomo, Escola Agrícola de Lavras)	Educação Física
1935	
33. Felipe Macedo Cardoso (Sargento do Exercito Nacional)	Instução militar
34. Klaus H. Fest (Engenheiro agrônomo- Escola Agrícola de Lavras)	Construções, Silvicultura
35. Jaziel Rezende (Engenheiro agrônomo- Escola Agrícola de Lavras)	Secretario Escola Agrícola
1936	
36. Amleto Mosci (Escola Mineira de Agricultura e Veterinária)	Veterinária e Zoologia
37. Josué Deslandes (Agrônomo-Escola Agrícola de Lavras)	Phytopathologia e Entomologia
38. Tautimil Libeck (Escola de Engenharia de Universidade de Minas)	Sciencias
1937	
39. Antonio Hermeto (Pharmaceutico, Escola de Ouro Preto; Chimico Industrial, Escola Politechnica, Rio de Janeiro)	Chimica
40. Bernad Walther Bartels (Engenheiro Agrônomo Escola Agrícola de Lavras)	Mathematica e Horticultura
41. J. Martins Palhano (B. em Sciências e Letras e B. em Direito, Faculdade de Manaus)	Francez, Direito Rural e Comercial
42. José Assis Ribeiro (Normalista, Escola Normal de Campinas, Veterinário, Escola Veterinária de S. Paulo)	Lacticínios
43. Marciano Carvalho (Veterinário, Escola Mineira de Agronomia e Veterinária)	Zoologia
1938	
44. Antonio Alves Duarte (Médico, Formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais)	Ciências e Historia Natural
45. Bartholomeu Pires de Camargo (Sargento do Exercito Nacional)	Instrução Militar
46. Erasto Joel Emrich (Ginásio de Lavras)	Educação Física, Mecânica
47. Lazaro Azevedo Filho (Engenheiro agrônomo, Escola Agricola de Lavras)	Entomologia
48. Newton Moura (Engenheiro Topógrafo Escola Agrícola e Lavras)	Matemática e Agrimensura
49. Vitorio Bergo (Ginásio de Lavras; Concurso para catedrático de Português do Ginásio Mineiro)	Economia Rural

Quadro 20 - Professores da Escola Agrícola de Lavras 1923 a 1938

Fonte: Prospectos do Instituto Evangélico 1922 a 1938.

3.5 Os graduandos: Os Profissionais da Agronomia

As maiores turmas de alunos da Escola Agrícola, desde a sua fundação, foram apresentadas a partir dos anos 1930:

ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS 1932-1938

Ano Letivo	Alunos Matriculados
1932	30
1934	22
1936	24
1937	29
1938	19

Quadro 21 - Alunos Matriculados da Escola Agrícola de Lavras – 1932-1938

Fonte: Universidade Federal de Lavras.

Observa-se que é justamente a partir dos anos 1930 em que o Ensino Superior de Agricultura estrutura-se e a carreira de Agrônomo é reconhecida oficialmente. A partir dos anos 1930, começava a crescer a opção pelos estudos de Agronomia, mas, somente a partir dos anos 1960, de fato, o ensino superior agrícola e suas pós-graduações alcançaram elevado crescimento no quadro educacional brasileiro.

A Escola Agrícola de Lavras recebeu, em um período de vinte anos (1918 a 1938), 234 alunos matriculados em seus cursos. Destes, apenas 178 concluíram o curso, o que correspondeu a aproximadamente a 76% dos alunos.

Com o acréscimo da duração do curso para quatro anos em 1919, no ano 1921 não houve formandos. Podemos dividir o número total de alunos matriculados, 234, nas seguintes categorias: Concluintes: 178; Desistentes: 16; Transferido: 1; Desligado: 12; e Cadastrados: 27. Não ficou claro o que significavam as categorias Cadastrados e Desligados, supõe-se que foram alunos que, por alguma razão, foram afastados da Escola ou abandonaram os cursos sem nenhuma justificativa.

Quanto ao curso de Agrimensura, o Registro de Matrículas da Universidade Federal de Lavras registra 10 alunos matriculados, já para o curso de Topografia um total de 9 alunos, nesses cursos a conclusão alcançou 100% do alunos.

O Regime do Internato para a Escola Agrícola de Lavras “[...] obedecia em termos geraes o do Instituto Gammon, porém com mais liberdade individual, em consideração à idade dos alumnos e a necessidade de desenvolver em cada um o espírito de governo próprio em todas as circunstancias” (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1935,

p. 25). A Escola Agrícola e o Ginásio não exigiam, a partir dos anos 1920, uniformes para os alunos, no entanto, era conveniente ao aluno ter três ou quatro ternos de brim para uso diário. Somente os que faziam parte do batalhão acadêmico precisavam de uniforme. É comum, ao verificarmos as fotos dos alunos nas aulas, sejam teóricas ou práticas, vestidos formalmente com terno e gravata.

As exigências quanto à presença dos alunos nas aulas eram rigorosamente seguidas pelo Regimento da Escola Agrícola. Havendo ausência não justificada, era acrescentado mais tempo ao trabalho do mês. Em caso de ausência justificada pelo Diretor, o aluno deveria apresentar ao professor da matéria o trabalho por ele exigido. Portanto, de acordo com a frequência anterior exigida até o período de 1917, ainda era permitido ao aluno faltar a 25% do número de aulas em qualquer matéria, embora com justificativa, não poderia prestar exame dessa matéria em primeira época, perdendo o ano no caso de não ter frequência em mais de duas matérias (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon 1935, p. 24-25).

Ficava estabelecida uma segunda época de exames finais, na primeira quinzena de março, para os alunos reprovados em uma matéria do ano que cursaram e para aqueles que não puderam fazer exame de primeira época em uma ou duas matérias, por falta de frequência. Portanto, “A frequencia ás aulas theoricas e praticas, bem como á abertura diaria, é obrigatoria, recebendo o alumno nota zero para as aulas em que faltar, zero este a ser calculado na determinação da media de classe” (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1935, p. 24-25).

A Escola considerava os feriados nacionais e de luto nacional e os observados pelo Instituto. Para o tempo de férias entre os dois semestres ficou estabelecido quinze dias. É possível que devido à distância em que muitos estavam da casa de seus pais como os alunos que moravam no nordeste, que este período de férias fosse passado na própria escola, daí a razão da taxa cobrada para a pensão no término do semestre. Não foi possível identificar se a escola respeitava feriados religiosos.

Quanto aos exames, eram elaborados semestralmente. Para a sua admissão no período seguinte exigia-se que o aluno estivesse “em dia” com a tesouraria da Escola, além da pontuação das notas de aula, das provas parciais e do exame final⁸⁴. Em relação às notas, constavam das notas de aula, das provas parciais e do exame final. Ficava proibido ao aluno

⁸⁴ “Para entrar em exame final o alumno deverá ter media annual de quarenta, no mínimo, dando-se ás notas de aula o valor de 50% e ao conjunto das provas parciaes os outros 50%. Para aprovação annual o alumno precisará alcançar a nota mínima de quarenta em cada matéria e um conjunto de cincuenta. Para computação da nota final, a medida annual valerá 75% e o exame final 25%” (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Evangélico, 1935, p. 24-25).

que não atingisse a média exigida pelo Governo tomar parte nos jogos atléticos. Assim ficava dividido o horário escolar para os alunos:

As aulas theoricas e praticas effectuar-se-ão das 7,40 ás 14,40, senão em casos de trabalhos especiaes ou de excursões. Os exercicios praticos e as aulas de applicação serão administrados nas dependencias da Escola Agricola de Lavras, ou fóra dellas, mediante previa autorização do Director. Haverá excursões escolares, que podem ser de natureza local, regional ou inter-estadoal (INSTITUTO GAMMON. Prospecto do Instituto Gammon, 1935, p. 24-25).

A Escola em toda a sua prática enfatizava a experiência do aluno. Valorizava o intercâmbio com outras escolas ou outros estabelecimentos voltados para o desenvolvimento da Agricultura. Há no Prospecto do Instituto Gammon, em 1938, registros dos alunos que foram para excursões em vários lugares do país, e até para os Estados Unidos.

Conforme apresentava o Professor Oswaldo T. Emrich, esta troca de saberes, além da especialização, possibilitava aos lavradores a eficiência na produção agrícola do país:

Já é tempo de se ver a agricultura nacional passando a uma nova phase de progresso. Pois o processo mais pratico de efficiencia em produção é o da especialisaçāo [...] Os lavradores precisam considerar a importancia de se dedicarem as explorações especiaes, ainda bem que não sejam monocultores. Os criadores por sua vez, devem se entregar ás explorações especiaes, afim de produzirem animais bons, com regularidade e abundancia. Este é o caminho seguido por todos os paizes que avançam acelleradamente na senda do progresso.

Não é somente nas grandes produções que torna-se importante a especialisaçāo, mas principalmente nas pequenas fontes de riquezas agricolas que passam desapercebidas em competição com as grandes ou vistas isoladamente estas fontes se destacam para a agricultura se desenvolver, é indispensável mercado que entre no campo das especialisações. Pois estas constituem a phase nova dos processos modernos. O velho systema agricola se caracterisa pela falta de especialisaçāo. [...] A agricultura do nosso paiz ainda se acha na infancia da especialisaçāo, mas uma vez que os agricultores se decidiam a determinados trabalhos, surge a competição e dahi nasce o progresso. É tempo de nos especialisarmos nos diversos misteres como na horticultura, Avicultura, Apicultura, Anicultura e especialmente em pomicultura (adaptação de frutos estrangeiros) [...] consultas: responder aos questionamentos dos assinantes (EMRICH, *O Agricultor*, ano V, n. 2, mar. 1926, p. 18).

O Regimento Interno da Escola Agrícola de Lavras em seu Capítulo V, Art. 17º, autorizava (1927, p. 6), a matrícula de mulheres no curso de agronomia, no entanto, a primeira mulher matriculada no curso foi a aluna Arlete Veiga Pádua, em 1951. Assim, em todo o período do nosso corte cronológico, o curso foi masculino.

Quanto à naturalidade dos alunos, foi possível identificar cerca de 133 fichas que descreviam as localidades de nascimento dos mesmos, destas apenas noventa fichas indicavam a residência dos pais. Por outro lado, percebe-se que a abrangência da Escola no sentido de estados brasileiros alterou-se, mas o número de alunos oriundos de Minas Gerais ainda prevalecia na lista. Esta diversidade de região, representada no decorrer dos anos na EAL, cobrou maior estrutura dos internatos, devido ao crescimento do número de alunos internos. A estatística de matrícula para o ano de 1933 na Escola Agrícola contava com 37 matriculados, destes foi possível identificar apenas cinco alunos cujos pais residiam em Lavras.

ORIGEM DOS ALUNOS MATRICULADOS NA EAL – 1918 a 1938

Naturalidade	Residência dos Pais
São Paulo	Machado
Parayba	Natal-RN
Curitiba-PR	Burity de Estrada
Burity de Estrada	Rio-Congresso
Estado do Rio	Nacional
Acary-RJ	Lavras-MG
Campanha-MG	Patos
Ribeirão Vermelho-MG	Curitiba-PR
Patos-MG	S. Francisco do Prachadinho
Passos-MG	Belo Horizonte-MG
Aneado de Patos	R. de Janeiro, DF.
Três Corações-MG	São João Del Rei
S. José da Barra-MG	São João da Christina
Belo Horizonte-MG	Paraisópolis-MG
Rio Grande do Norte-RN	Lavras-MG
New Castle-Inglaterra	Carmo da Matta
Leopoldino	Três Corações-MG
Maceió	Fazenda Buecana
S. João da Christina	Belo horizonte-MG
Capivary do Paraíso-MG	Itanhandré-MG
Três Pontas-MG	Rio Grande do Norte
Carmo da Matta	Carmo da Matta
Lavras	Acary-RN
São Vicente	Belo Horizonte-MG
Itanhandré-MG	Juiz de Fora
Guarani-MG	Caicó
Paraíso do Sul-RJ	Três Corações-MG
Alemanha	Anápolis-GO
Pedra de Serro-MG	São Luis do Maranhão
Lagoa Formosa de Patos	
Cabo Verde	

Manhuaçu Petropolis-RJ Campo Formoso-BA Jardim-Ceará Pau de Perros-RN			
---	--	--	--

Quadro 22 - Origem dos alunos matriculados na EAL – 1918-1938

Fonte: Universidade Federal de Lavras.

Diante destas considerações, entendemos que a organização do ensino superior na Escola Agrícola de Lavras foi lenta, mas contínua. Seus organizadores viram na educação não somente a promoção do progresso, mas o meio eficaz para a promoção da fé protestante. Neste caso, o ensino superior alcançaria os jovens e, consequentemente, os possíveis líderes do país em diferentes esferas da sociedade.

O momento da escola a partir dos anos 1920 é marcado pela legitimação da instituição diante da sociedade, pelo reconhecimento do Governo Estadual e, posteriormente, pelo Governo Federal como Escola Superior de Agricultura de Lavras. A partir destes dados, analisaremos no próximo capítulo a influência do modelo acadêmico norte-americano nas diferentes práticas desenvolvidas pelos alunos. O que evidenciará, de forma mais ampla, a reciprocidade da relação ensino-aprendizagem ou professor-aluno mediatizados pela Escola Agrícola de Lavras.



Figura 23 - Alunos em aulas no Laboratório

Fonte: Arquivo Museu Bi Moreira.